

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL

VITOR FRAGA DA CUNHA

**DIREITO, ESTADO E FINANCEIRIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO:
UMA ANÁLISE MARXISTA DA LUTA PELO DIREITO À CIDADE DA OCUPAÇÃO**
MANOEL CONGO/RJ

Niterói
2023

Vitor Fraga da Cunha

DIREITO, ESTADO E FINANCEIRIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO:
UMA ANÁLISE MARXISTA DA LUTA PELO DIREITO À CIDADE DA OCUPAÇÃO
MANOEL CONGO/RJ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito Constitucional.

Orientador: Prof. Dr. Enzo Bello

Niterói

2023

Ficha catalográfica automática - SDC/BFD
Gerada com informações fornecidas pelo autor

C972d Cunha, Vitor Fraga da
Direito, Estado e financeirização do espaço urbano : uma
análise marxista da luta pelo direito à cidade da Ocupação
Manoel Congo/RJ / Vitor Fraga da Cunha. - 2023.
308 f.

Orientador: Enzo Bello.
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Faculdade de Direito, Niterói, 2023.

1. Direito à cidade. 2. Ocupação Urbana. 3.
Financeirização. 4. Marxismo. 5. Produção intelectual. I.
Bello, Enzo, orientador. II. Universidade Federal Fluminense.
Faculdade de Direito. III. Título.

CDD - XXX

Vitor Fraga da Cunha

DIREITO, ESTADO E FINANCEIRIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO:
UMA ANÁLISE MARXISTA DA LUTA PELO DIREITO À CIDADE DA OCUPAÇÃO
MANOEL CONGO/RJ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito Constitucional.

Aprovada em __ de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Enzo Bello (Orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Gladstone Leonel da Silva Júnior (Membro interno)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Guilherme Leite Gonçalves
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Membro externo)

Prof. Dr. René José Keller (membro externo)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

*À minha mãe,
por tudo!*

AGRADECIMENTOS

Marx nos ensinou que fazemos a nossa história, mas não de qualquer modo: nós a fazemos a partir das nossas possibilidades reais de agir. A realização da minha pesquisa no PPGDC da UFF, materializada nesta dissertação, somente foi possível por conta de pessoas que, de uma forma ou de outra, possibilitaram que eu trilhasse esse caminho. Então, com muito carinho, faço questão de agradecê-las.

À Valdeleia Rodrigues Fraga, minha mãe, pelo apoio incondicional. Lembro quando contei para minha mãe que queria cursar o mestrado, ela nem sabia o que era isso, mas sabia que era algo importante para mim. E para ela isso bastou: não mediu esforços para me ajudar a chegar até aqui. Aliás, como sempre fez.

Ao meu padrasto Reinaldo, pela parceria que construímos nos últimos anos, por todo carinho e por todo suporte que me deu todas as vezes que precisei.

Ao meu orientador e parceiro professor Enzo Bello, por me acolher, por acreditar, por apontar os caminhos a serem trilhados e por ter sido extremamente presente em todos os momentos, sempre à postos para as minhas demandas. Para mim, você é um grande exemplo do professor e pesquisador que quero me tornar.

Aos professores Gladstone, René e Guilherme por todo cuidado que tiveram com a leitura e exame do meu trabalho. Todas as suas críticas, sugestões, comentários foram preciosos para a conclusão deste texto e serão para a elaboração de textos futuros. Em uma área caracterizada pelo pensamento tradicional e dogmático, foi uma honra e um prazer contar com a contribuição de três verdadeiros pesquisadores do campo crítico.

À minha parceira Kelda Sofia que, mesmo há milhares de quilômetros de distância, foi uma grande interlocutora nesta jornada no PPGDC. Agradeço por todas as conversas e por todas as trocas, aprendi muito contigo. Você é uma grande pesquisadora.

Aos minhas/meus colegas do “Unidos do sofrimento” por deixarem essa jornada mais leve, por compartilharem muitas coisas comigo. Foi um prazer conhecer vocês.

À Luciana, por todas as vezes que me socorreu, sempre de forma rápida e eficiente.

Às minhas amigas e meus amigos de Cachoeiras de Macacu, por todo incentivo e torcida, por sempre estarem de braços abertos para mim, por me mostrarem que tudo fica melhor e mais fácil quando se tem amizades verdadeiras.

À todas e todos que tornam a existência da Universidade Federal Fluminense possível. Viva a universidade pública, gratuita e de qualidade!

À CAPES pela concessão da bolsa, fundamental para que esta dissertação fosse escrita.

Tá vendo aquele edifício, moço?

Ajudei a levantar

Foi um tempo de aflição

Era quatro condução

Duas pra ir, duas pra voltar

Hoje depois dele pronto

Olho pra cima e fico tonto

Mas me vem um cidadão

E me diz, desconfiado

Tu tá aí admirado

Ou tá querendo roubar?

Meu domingo tá perdido

Vou pra casa entristecido

Dá vontade de beber

E pra aumentar o meu tédio

Eu nem posso olhar pro prédio

Que eu ajudei a fazer

“Cidadão” – Zé Ramalho

RESUMO

O objetivo geral da pesquisa é investigar a luta pelo direito à cidade da Ocupação Manoel Congo (2007-2022), localizada na Cinelândia, centro político do Rio de Janeiro. Desde a década de 1990, o município carioca é objeto de um projeto que visa a torná-lo uma cidade-mercadoria, sofrendo grandes intervenções urbanas, sobretudo para sediar megaeventos esportivos internacionais. Nesse cenário, em que o espaço urbano é concebido como um meio para a acumulação de capital, a Ocupação Manoel Congo é um exemplo de resistência, de luta de pelo valor de uso da cidade. O método utilizado nesta dissertação é o materialismo dialético. Trata-se de pesquisa empírica, qualitativa, com raciocínio retrodutivo, com perfil interdisciplinar, transitando nas áreas do Direito, Filosofia, Sociologia, Geografia, Serviço Social, Arquitetura e Urbanismo. As técnicas de pesquisas são as de entrevistas semiestruturadas, observação não-participante, análise documental e revisão bibliográfica. As fontes primárias da pesquisa serão os dados oriundos de entrevistas e observação. As fontes secundárias serão livros, teses, dissertações e artigos, jornais, documentos.

Palavras-chave: Direito à cidade; Ocupação Manoel Congo; Rio de Janeiro; Marxismo.

ABSTRACT

The research's overarching goal is to investigate the struggle for Occupation Manoel Congo for right to the city (2007-2022), which is located in Cinelândia, Rio de Janeiro's political heart. Since the 1990s, the Carioca municipality has been the subject of a project aimed at transforming it into a commodity city. As a result, the city underwent major urban interventions, particularly to accommodate major sporting events. In this scenario, where urban space is viewed as a means of capital accumulation, the Occupation of Manoel Congo is an example of resistance, of a struggle for the city's value of use. The method used in this dissertation is dialectical materialism. It is empirical, qualitative research with a retroactive perspective, with an interdisciplinarity profile, moving through the fields of law, philosophy, sociology, geography, social service, architecture, and urbanism. The research techniques are semi structured interviews, nonparticipant observation, document analysis, and bibliographical review. The primary sources of data for the study are interviews and observations. The secondary sources are books, theses, dissertations, articles, newspapers, and documents.

Keywords: Right to the city; Manoel Congo Occupation; Rio de Janeiro; Marxism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1. MUITO MAIS QUE MORADIA: A LUTA POR DIREITOS DA OCUPAÇÃO MANOEL CONGO	41
1.1. Abrindo meu caderno de campo: o empírico como ponto de partida	42
1.2. “Aquele prédio já foi ocupado várias vezes, mas só quem conseguiu fazer dar certo foram eles”: o início de uma história exitosa	64
1.2.1. Primeira tentativa: o Cine Vitória	67
1.2.2. “A classe trabalhadora só pode chegar ao paraíso com os próprios pés”: Nasce a Ocupação Manoel Congo	69
1.2.3. A dinâmica da Ocupação	73
1.2.4. Minha Casa Minha Vida ou Minha Casa Minha Mercadoria?	82
1.3. Conclusões parciais	90
CAPÍTULO 2. CIDADE, POLÍTICA URBANA, SISTEMA FINANCEIRO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	93
2.1. O dinheiro que “magicamente” gera mais dinheiro: o capital portador de juros	94
2.2. A constituição do crédito, seu desdobramento em capital bancário e sua influência no mercado imobiliário	102
2.3. Capital fictício, o ápice da mistificação: o movimento de valorização torna-se uma mercadoria	109
2.4. O direito à moradia tem um preço: a mercantilização da cidade e do acesso à habitação	114
2.5. “A gente sabia qual era a proposta da Copa e da Olimpíada, né, que era só especulação, a venda da cidade”: o modelo Barcelona	123
2.6. “As políticas públicas ainda estão muito longe da realidade do trabalhador”: a construção de um porto maravilhoso para o capital	130
2.7. “Para a gente é tudo cobrado, para as empresas é tudo cedido, dado, dentro de acordinho feito com o poder público pelas empresas”: O Programa Minha Casa Minha Vida	135
2.8. “A gente conseguiu com muita luta aqui uma coisa que a gente chamou de Minha Casa Minha Vida Entidades”: uma nova modalidade do PMCMV	145
2.9. Rupturas e continuidades: os desdobramentos do MCMV original	152
2.9.1. Minha Casa Minha Vida 2: o que mudou?	153

2.9.2. Minha Casa Verde Amarela, a política habitacional do Bolsonaro.....	153
2.9.3. O novo Minha Casa Minha Vida: uma análise inicial.....	157
2.9.4. Um breve balanço geral.....	160
2.10. Conclusões parciais.....	161
CAPÍTULO 3. O DIREITO À CIDADE E A LUTA DE CLASSES: “SE NÃO RESTAR MAIS NENHUM ESPAÇO DE LUTA ANTICAPITALISTA, ESSE AQUI AINDA ESTARÁ DE PÉ”.....	163
3.1. Crises: um fenômeno inerente ao capitalismo.....	166
3.2 A acumulação por espoliação (ou sobre como o capitalismo é violento).....	175
3.3. O direito à cidade: “é classe trabalhadora, logo é em nome desse povo, é em nome dessa classe é que a gente luta”.....	179
3.3.1. Direito ao centro: as áreas centrais como foco de luta.....	194
3.3.2. Reviver Centro: o “novo” projeto para o Rio de Janeiro.....	198
3.4. O Estado: “a questão toda é você ter perseverança e lutar contra o Estado para que as coisas aconteçam”.....	200
3.5. A forma jurídica: “O direito, ele tem um objetivo. Você sabe qual é o objetivo do direito? Manter o <i>status quo</i> de alguns”.....	204
3.6. A ideologia: “o sistema prega para nós e a gente acredita”.....	214
3.7. Conclusões parciais.....	219
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	221
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	226
ANEXO A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM AS OCUPANTES.....	244
ANEXO B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A ARQUITETA.....	246
ANEXO C – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM DONA ELISETE.....	247
ANEXO D – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM LURDINHA.....	260
ANEXO E – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM MARIA DE FATIMA TARDIN.....	281
ANEXO F – MAPAS E FOTOGRAFIAS.....	299
ANEXO G – CARTA DE PRINCÍPIOS.....	304

INTRODUÇÃO

*“Sou contra a discussão abstrata.
O marxismo nos reconduz sempre ao concreto.”*
Lukács¹

I. O caminho até a construção do objeto

Como fiz questão de evidenciar desde o título desta dissertação, essa é uma pesquisa marxista, com todas as consequências teórico-metodológicas e políticas que isso acarreta. O meu objeto de estudo é a Ocupação Manoel Congo/RJ, em que investigarei a sua luta pelo direito à cidade. Dessa maneira, por conta do meu referencial teórico, decidi começar minha exposição pelo concreto: apresentarei a minha trajetória pessoal e acadêmica até a chegada na construção do objeto desta dissertação.

Cursei o bacharelado em Direito² em uma universidade privada (2014-2018) em que recebi uma formação de base kelseniana, calcada no estudo abstrato das normas e despreocupada com o entendimento – e muito menos com a solução – de problemas sociais concretos; e percebi como era comum a confusão entre prática profissional e pesquisa científica. Desde o terceiro período da faculdade eu já havia decidido que queria seguir carreira acadêmica, tornar-me um pesquisador e um professor. Assim, entrei em contato com uma professora, Eleonora Freire, para que fosse minha orientadora. Vale destacar que de início já me espantou como a pesquisa era tratada na área do Direito, porque não havia muitos professores disponíveis para receber orientandos. Posteriormente, olhando o currículo *Lattes* dos meus professores, descobri que eles não estavam abertos a receber orientandos simplesmente porque não tinham uma agenda de pesquisa, ou melhor: não pesquisavam. Não havia grupos de pesquisa na Universidade. Eu era aluno do turno da noite. Então, em regra, meus professores exerciam suas atividades forenses durante o dia (advocacia, magistratura, etc.) e lecionavam à noite, sem dedicar qualquer tempo para atividades de ensino e extensão.

¹ *Essências são os livros não escritos* (Boitempo, 2020, p. 34).

² Utilizarei “Direito”, em maiúsculo, para me referir à disciplina acadêmica e “direito”, em minúsculo, para me referir à categoria que expressa uma relação social (PACHUKANIS, 2017).

Dos professores que eu havia conhecido até aquele momento no curso de Direito, a professora Eleonora era a única que possuía uma agenda de pesquisa. Inclusive, acompanhando-a percebi a completa falta de incentivo da Universidade neste sentido. Não havia qualquer fomento ou auxílio para participar de congressos, seminários. O professor devia sempre custear tudo por conta própria.

Apesar de já estar decidido a me tornar um pesquisador, eu não tinha em mente qualquer objeto ou mesmo tema de pesquisa. Logo no meu primeiro encontro de orientação com a professora Eleonora, descobri que há pouco tempo ela havia começado a estudar sobre o direito à cidade e seu objeto de estudo era a Operação Urbana Consorciada (OUC) de Niterói/RJ.

Por essa influência, comecei meus estudos na área do direito à cidade. Foi quando tive meu primeiro contato com autores como David Harvey, Carlos Vainer, Henri Lefebvre. Também foi nessa época que tive contato com a literatura marxiana e marxista. Já buscava acompanhar o cenário político nacional desde 2013, quando houve as jornadas de junho, movimento que participei. Em 2014 houve uma acirrada disputa presidencial entre Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Aécio Neve, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Sentia-me desinformado e leigo para entender o que estava em jogo nessa disputa, foi isso que me fez começar ler livros introdutórios de filosofia, sociologia, ciência política. Assim, eu, que no âmbito familiar e escolar tive uma formação conservadora, passei a ter uma visão liberal de mundo. Preocupava-me com questões sociais, mas era defensor de uma concepção abstrata de direitos humanos, além de acreditar que as mazelas sociais poderiam ser resolvidas via Estado – ou seja, bastava "fazer leis boas e justas e aplicá-las".

Nessa época, a convite de um amigo, frequentei algumas reuniões do PSOL em Niterói e participei do movimento de fundar uma filial do partido na minha cidade, Cachoeiras de Macacu. Nela, também comecei a frequentar as reuniões do Conselho de Cultura – o único que, na prática, permitia a participação da sociedade civil. Toda essa vivência política – que pra mim era uma grande novidade – despertou minha curiosidade pela obra de Marx. O primeiro livro que li do autor alemão (com Engels) foi o *Manifesto comunista*, no começo de 2015; em seguida li *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Friedrich Engels, e alguns capítulos de *A ideologia alemã*, escrito a quatro mãos por Marx e Engels. Destes dois últimos entendi muito pouco. Mas a leitura do *Manifesto* já foi o suficiente para eu ter a superação do capitalismo como horizonte político, posição que se contradizia com o pensamento liberal que eu ainda tinha: a crença no direito e no Estado. Deixei as fontes primárias um pouco de lado e me dediquei muito à leitura de comentadores de Marx e Engels, sobretudo José Paulo Netto, cujo livro *Economia Política: uma introdução crítica*, escrito em

coautoria com Marcelo Braz, foi um divisor de águas para mim, pois foi com ele que comecei a entender a teoria do valor. Rapidamente notei a convergência entre marxismo e direito à cidade, e que as principais referências deste campo de pesquisa eram marxistas. E, dessa maneira, segui meus estudos nessas duas frentes.

Nessa toada, ainda em 2015, conheci o professor Enzo Bello, que à época era coordenador do *campus* universitário em que me formei e depois veio a se tornar meu orientador de mestrado. Por sua influência, escrevi um resumo expandido para participar do I Seminário de Direito à Cidade do PPGDC/UFF. Foi muito boa a experiência de fazer uma exposição oral em um evento acadêmico pela primeira vez. Neste evento, chamou minha atenção o fato de alguns palestrantes serem de movimentos sociais, gente que sofria na pele as consequências de projetos urbanos que visavam ao lucro e não à satisfação material das necessidades das pessoas. A palestrante que mais se destacou, para mim, foi a Maria da Penha Macena, que virou símbolo de resistência das remoções ocorridas na Vila Autódromo/RJ. Um evento acadêmico com esse perfil de convidados era inédito para mim. Entretanto, o que mais me chamou a atenção foram as apresentações das dissertações concluídas ou em andamento das/os orientandas/os do professor Enzo. Além das mesas com convidados e os Grupos de Trabalhos, havia mesas em que as/os mestrandas/os apresentavam suas pesquisas. O que me surpreendeu naquele momento foi o fato de todas as pesquisas serem empíricas, algo que para mim também era inédito. Avaliei isso positivamente.

Depois, acompanhando o trabalho do professor Enzo e de seus/suas orientandos/as, fiquei cada vez mais convicto da importância da empiria para ciência e como trabalhos com esse perfil eram escassos na área do Direito. Então, se antes eu estava convencido de que queria me tornar um pesquisador, agora também estava convencido de que queria fazer uma pesquisa empírica.

Pouco tempo depois, o professor Enzo deixou a coordenação do meu *campus* por conta de uma promoção e perdemos contato – mas segui acompanhando seu trabalho. Entretanto, continuei meus estudos sobre direito à cidade e marxismo. Antes, eu fazia leituras mais gerais sobre o tema, mas passei a estudar o caso da Vila Autódromo de modo mais específico, por influência de Maria da Penha Macena, que conheci no evento do PPGDC.

Entretanto, toda pesquisa que eu fazia era teórica, lia muitas teses, dissertações, artigos e até alguns documentos. Isso me incomodava, porque o que eu queria era fazer uma pesquisa empírica, queria produzir meus próprios dados, mas em nenhum momento da graduação fui treinado para isso. A situação tornou-se mais difícil quando a professora Eleonora Freire, que me acompanhava na pesquisa, foi demitida. Assim, eu não tinha mais ninguém que me

orientasse. Segui meus estudos e pesquisa por conta própria até o fim da graduação. Além de eu não ter contato com nenhum outro professor que se dedicasse à pesquisa igual a Eleonora, eu avaliei que tampouco havia algum professor *crítico* na Universidade. Apesar da minha pouca experiência, eu já havia decidido que não queria ser orientado por um “operador do direito tradicional”, não queria fazer uma “pesquisa” dogmática ou simplesmente teórica. Queria ser orientado por alguém que eu considerasse crítico e, de preferência, que compartilhasse o mesmo referencial teórico-metodológico que o meu: o marxismo.

No ano de 2017, a editora Boitempo publicou *Teoria geral do direito e marxismo*, de Evguiéni B. Pachukanis. O autor e a obra eram, até então, desconhecidos para mim, mas comprei e li o livro logo após o seu lançamento. Assim, houve outra mudança decisiva em termos políticos e teóricos em minha trajetória. Foi com Pachukanis que perdi qualquer resquício de uma concepção liberal de mundo. Comecei a compreender o direito e o Estado como formas exclusivamente capitalistas, não sendo possível a superação dessa forma de sociedade por meio deles, aprofundei minha crítica à concepção abstrata de direitos humanos. Nessa época, também conheci e comecei a acompanhar o trabalho de autores do campo da crítica marxista ao direito, como Marcio Bilharinho Naves, Alysson Mascaro, Vitor Sartori, Ricardo Pazello e Moisés Soares.

Segui com meus estudos nesse campo crítico e em 2018 escrevi meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre a Vila Autódromo e a financeirização do espaço urbano, por influência da Dona Penha, que eu havia conhecido no evento do PPGDC anos antes. Importante destacar que nesse TCC tentei ser o mais crítico possível, mas não utilizei o marxismo na bibliografia. Em 2018, houve uma disputa presidencial ainda mais calorosa que em 2014, entre Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), e Fernando Haddad (PT). O período dos últimos quatro anos havia sido de grande agitação política, com o golpe por meio do *impeachment* de Dilma Rousseff, Operação Lava-Jato, prisão do ex-presidente Lula. Naquela época, eu já era um crítico do PT, mas me posicionei a favor do partido nas eleições, por entender que Bolsonaro representava um risco para o futuro do país, já que ele proferia discursos que iam contra até mesmo a concepção liberal de direitos humanos.

Nesse cenário, a maioria dos meus professores – e também meus colegas de curso – eram bolsonaristas e adotavam o discurso anticomunista. Minha orientação do TCC foi inteiramente via remota, por meio de um *site* da Universidade, nunca vi meu orientador pessoalmente, ele não esteve presente nem na banca. Assim, devido ao cenário político daquele momento, acreditei que assumir minha posição teórico-metodológica marxista poderia ser um risco e até mesmo comprometer minha aprovação. Então, no meu TCC apresentei o caso da

Vila Autódromo, mas utilizei uma bibliografia mais tradicional. A pesquisa também foi exclusivamente teórica. Essas duas coisas me incomodavam, porque eu queria utilizar o referencial teórico-metodológico que eu julgava como melhor e também queria fazer uma pesquisa empírica.

Ainda no ano de 2018, iniciei um bacharelado em Filosofia na UFF, que eu não cheguei a concluir. Era um curso com professores e alunos mais progressistas, havia mais pensamento crítico e era um ambiente com muito menos formalidades. Assim, era um curso em que eu me sentia mais à vontade. Também havia um incentivo enorme para pesquisa. Havia vários grupos de pesquisa que funcionavam regularmente. Havia projetos de iniciação científica e à docência, de fato, eficazes. Por conta disso e por influência das amizades que fiz, decidi seguir minha carreira acadêmica na Filosofia. E, assim, iniciei meu mestrado nesta área no segundo semestre de 2019, também na UFF.

Entretanto, apesar de ser um ambiente mais crítico e progressista, não havia nenhum professor especialista em Marx, que era o que eu gostaria de estudar. Inclusive, nunca vi ser ofertada nenhuma disciplina sobre Marx ou o marxismo. Dessa maneira, decidi fazer minha pesquisa na área da Filosofia Antiga, área que eu havia descoberto recentemente e fiquei fascinado. Em 2021 defendi a dissertação intitulada *As origens da verdade: uma análise das ocorrências da ἀλήθεια na tradição mito-poética e nos primórdios da filosofia grega*.

Paralelamente a tudo isso, conheci o Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx), da UFF, e comecei a acompanhar seu trabalho, sobretudo dos professores Marcelo Dias Carcanholo e João Leonardo Medeiros, ambos da Faculdade de Economia da UFF. O professor Marcelo, principalmente, sempre enfatizava como Marx era pouco lido e compreendido, inclusive pelos próprios marxistas. Ele sempre apontava a importância do estudo de *O Capital*. E devia-se estudar os três livros que compõem essa obra. Uma tarefa árdua, mas que deve ser feita por todo aquele que quiser compreender o que é capitalismo. Segundo o professor, poucas pessoas liam essa obra. E os poucos que liam, liam apenas o livro I. Por isso, ele afirmava que Marx era um grande desconhecido para a maioria das pessoas.

Em 2020, ocorreu a pandemia da COVID-19, eu estava sem trabalhar e sem aulas na Universidade. Fiquei meses trancado em casa. Logo no começo da pandemia, eu decidi que iria ler *O Capital*. Eu conciliava a escrita da minha dissertação em Filosofia com meus estudos da obra de Marx. Depois de muitos meses, eu havia lido e fichado os três livros da obra máxima do autor alemão. Esse foi outro fator decisivo na minha formação. Senti que eu compreendi muito mais a teoria valor e que ela é irrecusável para compreensão da sociedade em que

vivemos. Eu já possuía uma compreensão geral sobre ela – no nível de abstração do Livro I – agora, eu a compreendia em níveis mais concretos. Inclusive, na financeirização do espaço urbano – e abordarei isso ao longo desta dissertação. Deste momento em diante, dediquei-me a ler Marx e Engels diretamente na fonte primária e lia menos comentadores.

Nesse cenário, apesar de gostar de estudar filosofia antiga, percebi que estudar a obra marxiana e marxista, além da sociedade em que eu vivo, é o que eu realmente queria. Era o que eu fazia com mais paixão. Eu queria fazer uma pesquisa empírica. Assim, decidi me candidatar para um segundo mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF). Escolhi esse programa, sobretudo, pela possibilidade de trabalhar com o professor Enzo. Por saber que compartilhávamos os mesmos referenciais teóricos, mesmos temas de pesquisas e por ele ter experiência em fazer e orientar pesquisas empíricas, julguei que ele seria o orientador ideal para mim.

Quando fui elaborar meu projeto de pesquisa para o processo seletivo, eu já sabia que faria uma pesquisa na área do direito à cidade e queria pesquisar uma ocupação urbana, faltava delimitar meu objeto. Fazendo uma busca geral no Google com os termos “ocupação urbana” e “Rio de Janeiro”, encontrei diversas ocupações. Depois eu pesquisei bibliografia sobre elas no Google acadêmico e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Dessa maneira, conheci a Ocupação Manoel Congo. Considerei-a um objeto fértil para minha pesquisa devido a sua longevidade (2007-atual), passando por diversos contextos políticos diferentes. Além disso, ela está ligada ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNL^M) – movimento fundado em 1990 e que atualmente está presente em dezesseis Estados brasileiros, o que a torna representativa, uma vez que é provável que os resultados obtidos em minha pesquisa sirvam para a compreensão do *modus operandi* de (quase) todas as outras ocupações que compõem o MNL^M. Ademais, como veremos com mais detalhes no primeiro capítulo, ela é uma ocupação que pode-se considerar exitosa, o que a tornou exemplo para outras ocupações urbanas.

A escolha pela Ocupação Manoel Congo como objeto de pesquisa também se justifica porque além de se situar no Centro de uma cidade que passou por grandes transformações urbanas nos últimos anos por conta da preparação para sediar megaeventos esportivos – Jogos

³ “O MNL^M Brasil organiza na luta as vítimas da negação do direito à cidade, a terra e a moradia digna no Brasil há mais de duas décadas; Construiu junto a outras organizações e movimentos a plataforma da Reforma Urbana no Brasil, lutando pela Gestão Democrática e pela desmercantilização de bens e serviços essenciais a reprodução e desenvolvimento pleno da vida nas cidades. A luta pelo cumprimento constitucional da Função Social da propriedade e pelo Direito Social à Moradia, especialmente das camadas de nenhuma ou pouca renda da classe trabalhadora, tem ensejado retaliações por parte daqueles cuja missão é guardar e desenvolver a acumulação e a espoliação[...].” (MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA, 2013).

Mundiais Militares (2011), Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014), Olimpíadas e Paraolimpíadas (2016) - situa-se na Cinelândia.

A Cinelândia é a área do entorno da Praça Floriano, abrangendo desde a Avenida Rio Branco até a Rua Senador Dantas; e da Rua Evaristo da Veiga até a Praça Mahatma Gandhi. Historicamente, esse é um centro político da cidade carioca. Lá, além se encontrar a Câmara Municipal - bem ao lado da Ocupação - é o espaço onde ocorrem as principais manifestações políticas do Rio de Janeiro, como o #EleNão, em 29 de setembro de 2018, organizado por mulheres contra o então presidenciável Jair Bolsonaro e considerado a maior manifestação feminista da história do Brasil⁴, protestos contra o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL)⁵, luto pelo Museu Nacional (incendiado) e protesto contra a falta de investimentos em conservação do patrimônio histórico⁶, protestos contra a Copa do Mundo (2014)⁷ e os Jogos Olímpicos (2016)⁸, as jornadas de junho (2013)⁹, protestos de professores por mais investimentos em educação¹⁰, grandes comícios, como o de Lula (PT) em 07 de julho de 2022¹¹. Dessa maneira, a Cinelândia é uma região estratégica para se ocupar: um local para se lutar pelo direito à cidade, pelo direito ao centro.

Ao verificar o estado da arte sobre as pesquisas já realizadas sobre a Ocupação Manoel Congo, identifiquei que elas se situam em alguns eixos principais: feminismo (CARLEMARSAN, 2012), educação popular (VASCONCELOS, 2014; NEPOMUCENO, 2022), luta por moradia (FORNAZIN, 2014; PEDRO, 2019; PENHA, 2020; SILVA, 2012; OSTROWER, 2012; WITTGER, 2018), práticas sociais emancipatórias (CAMINHA, 2015; MELLO, 2014; PEDRO, 2019; WITTGER, 2018), autogestão habitacional (DEMINICIS, 2009; FERNANDES, 2013; MIRANDA, 2019; OSTROWER, 2012). Diante de tantas pesquisas já feitas, o que justifica mais uma dissertação sobre a Ocupação da Manoel Congo? A justificativa é que proponho uma abordagem inédita sobre essa ocupação – e que também foge do senso comum de pesquisas sobre ocupações, de modo geral –, feita por meio da crítica da economia política.

⁴ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>

⁵ <https://vejario.abril.com.br/cidade/choro-e-protesto-na-cinelandia-contra-morte-de-marielle/>

⁶ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/tags/manifestacao-na-cinelandia>

⁷ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/transito/noticia/2014/03/protesto-fecha-vias-no-centro-do-rio.html>

⁸ <https://exame.com/brasil/movimento-faz-desabertura-da-olimpiada-na-cinelandia/>

⁹ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/apos-4-horas-manifestacao-contra-aumento-da-tarifa-de-onibus-termina.html>

¹⁰ <https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/10/07/cerca-de-5000-professores-seguem-para-cinelandia-no-centro-do-rio.htm>

¹¹ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2022/noticia/2022/07/07/ato-com-lula-cinelandia.ghtml>

Dessa maneira, minha dissertação tem o seguinte problema de pesquisa: quais são as estratégias de ocupação e permanência utilizadas pela Ocupação Manoel Congo/RJ, entre os anos de 2007 e 2022, na luta pelo direito à cidade?

Então, realizei um estudo de caso sobre a Ocupação Manoel Congo, localizada na rua Alcindo Guanabara, nº 20, no centro do município do Rio de Janeiro. Os/As ocupantes ficaram por volta de dois anos realizando reuniões a fim de organizar o movimento. Os/as ocupantes eram oriundos de favelas e bairros periféricos do Rio, como Caju, Anchieta, Costa Barros, Cantagalo, Babilônia e Chapéu Mangueira e foram articulados por militantes do MNLM-RJ atuantes nesses territórios.

Inicialmente, em 30 de setembro de 2007, eles ocuparam o antigo Cine Vitória, situado à rua Senador Dantas, nº 45, também no centro do Rio. No entanto, os ocupantes notaram que seria mais difícil manter a ocupação em um prédio privado. Assim, em 28 de outubro de 2007, ocuparam o endereço atual, já citado. Trata-se da antiga sede do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), um prédio de dez andares abandonado há mais de quinze anos. Nesse processo, eles contaram com a ajuda dos/das integrantes da, à época existente, ocupação Quilombo das Guerreiras, de sindicatos e articulações com o governo federal, via Ministério das Cidades.

Atualmente, a Ocupação Manoel Congo possui 145 moradores/as – 118 adultos e 27 crianças – divididos/as em 42 famílias. Há uma predominância de crianças e adultos, estes com mais de 45 anos. Mais da metade é negra ou parda e muitos são imigrantes da região nordeste. A ocupação sofreu diversas tentativas de remoções. Mas por meio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), os ocupantes conseguiram regularizar sua situação fundiária, além de conseguirem uma requalificação do imóvel, em 2011, que proporcionou melhores condições de moradia. Nesse processo foi decisivo o apoio que a ocupação recebeu de duas entidades jurídicas: a Associação de Apoio à Moradia e a Cooperativa Liga Urbana.

Nesse cenário, o objetivo geral da pesquisa é investigar a luta pelo direito à cidade da Ocupação Manoel Congo, entre os anos de 2007 e 2022. Para tanto, tracei os seguintes objetivos específicos: (i) analisar o contexto histórico-social que levou à criação da Ocupação e que lhe é subjacente; (ii) inventariar as disposições legais e teóricas acerca do direito à moradia; (iii) verificar as transformações urbanas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro no período de preparação para sediar megaeventos esportivos (1992-2016); (iv) analisar a função da (re)produção do espaço urbano para a dinâmica de funcionamento do capitalismo; (v) verificar como os ocupantes – os sujeitos sociais – compreendem o direito, o Estado e a luta pelo direito

à cidade; (vi) averiguar as práticas dos ocupantes para garantir o acesso à moradia e à cidade como um todo.

Para tanto, as fontes primárias da pesquisa foram os dados oriundos da observação não-participante e de entrevistas. Realizei seis visitas a Ocupação e registrei minhas observações em um diário de campo. Realizei três entrevistas, feitas com duas lideranças da Ocupação e com uma arquiteta que apoia o movimento e já prestou assessoria técnica em uma obra do imóvel onde a Ocupação está localizada.

As entrevistas foram semiestruturadas: a intenção era entrevistar o maior número possível de ocupantes, escolhidos de forma aleatória. As entrevistas ocorreram no mesmo período da observação não-participante e foram gravadas em áudio, por meio do gravador de um celular. As transcrições das entrevistas estão nos anexos desta dissertação.

As entrevistadas foram selecionadas pelo tipo de amostragem bola de neve, que segundo Juliana Vinuto (2014, p. 203) é “uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência”. Assim, cheguei até as entrevistadas por meio de informantes-chave.

Na análise documental, analisarei documentos formais e informais que versam sobre a dinâmica da ocupação: notícias em jornais impressos e digitais, materiais produzidos pela ocupação, legislações.

As fontes secundárias foram livros, teses, dissertações e artigos. As categorias teóricas mobilizadas foram as seguintes: Direito à cidade (Lefebvre, 2001; Harvey, 2012); Movimentos sociais (Gohn, 1997); Direito (Pachukanis, 2017); Capital portador de juros (Marx, 2017b); Crédito (Marx, 2017b); Capital fictício (Marx, 2017b); Cidade-empresa (Vainer, 2002), Acumulação por espoliação (Harvey, 2014); Ideologia (Althusser, 1980; Eagleton, 1997).

No anexo D apresento mapas e fotos de maneira meramente ilustrativa, por isso não recorri a metodologias específicas para uso e tratamento de imagens.

II. A pesquisa em Direito no Brasil: breve panorama

Marcos Nobre (2003, p. 4) diagnostica que o Direito, enquanto disciplina acadêmica, não conseguiu acompanhar o crescimento qualitativo que as outras ciências humanas tiveram no Brasil nos últimos 30 anos. Isto é, quando se compara a pesquisa em Direito com as feitas nas demais ciências humanas e sociais, nota-se que ela está atrasada. A hipótese de Marcos Nobre é que esse cenário de atraso se formou devido à junção de dois fatores: (i) o isolamento do Direito em relação às outras disciplinas; e (ii) a confusão que há entre prática profissional e pesquisa acadêmica.

Sobre o primeiro ponto, o isolamento do Direito em relação às outras disciplinas, isso se deve, sobretudo, pela influência kelseniana nos juristas brasileiros. Hans Kelsen, em *Teoria pura do direito*, diz-nos o seguinte:

A Teoria Pura do Direito é uma teoria do Direito positivo - do Direito positivo em geral, não de uma ordem jurídica especial. É teoria geral do Direito, não interpretação de particulares normas jurídicas, nacionais ou internacionais. Contudo, fornece uma teoria da interpretação.

Como teoria, quer única e exclusivamente conhecer o seu próprio objeto. Procura responder a esta questão: o que é e como é o Direito? Mas já não lhe importa a questão de saber como deve ser o Direito, ou como deve ele ser feito. É ciência jurídica e não política do Direito.

Quando a si própria se designa como “pura” teoria do Direito, isto significa que ela se propõe garantir um conhecimento apenas dirigido ao Direito e excluir deste conhecimento tudo quanto não pertença ao seu objeto, tudo quanto não se possa, rigorosamente, determinar como Direito. Quer isto dizer que ela pretende libertar a ciência jurídica de todos os elementos que lhe são estranhos. Esse é o seu princípio metodológico fundamental. (KELSEN, 1998, p. 1).

Dessa maneira, é possível perceber que a proposta do autor austríaco defende uma ciência normativa, ou seja, do dever-ser. A pretensa ciência do direito não deve tratar dos dados concretos da realidade, mas da norma, da forma¹². Importante frisar: como já é perceptível no título de sua obra mais famosa, o que deve ser puro é a teoria e não o direito. Kelsen reconhece que o fenômeno jurídico está entrelaçado com fatores históricos, sociais, políticos, econômicos, psicológicos. Entretanto, não cabe ao cientista do direito lidar com esses fatores. O “fato somente é considerado cientificamente para o direito enquanto iluminado por um sentido normativo” (MASCARO, 2016, p. 342). Vejamos:

Quando a Teoria Pura empreende delimitar o conhecimento do Direito em face destas disciplinas, fá-lo não por ignorar ou, muito menos, por negar essa conexão, mas porque intenta evitar um sincretismo metodológico que obscurece a essência da ciência jurídica e dilui os limites que lhe são impostos pela natureza do seu objeto. (KELSEN, 1998, p. 1).

Por isso Alysso Mascaro (2016, p. 340) nos diz que Kelsen distingue o fenômeno jurídico da ciência do direito. O autor austríaco separa “a manifestação bruta do direito, como fenômeno social, do entendimento científico que se possa fazer a respeito dessa manifestação”. Assim, a *Teoria pura do direito* pretende ser uma ciência técnica universal: ela serviria para explicar o direito independentemente do seu contexto. Por exemplo: ela explicaria o direito tanto em um Estado liberal como em um socialista, porque apesar do conteúdo dessas normas

¹² Sobre essa concepção kelseniana: “A ciência do direito paira noutro patamar. Ela trata de explicar por que o juiz pode julgar, por que há tais regras do processo, por que tal pessoa é considerada formalmente, uma testemunha em um processo. A ciência do direito abstrai dos fatos concretos e trabalha em outro nível, muito próximo das normas estatais.” (MASCARO, 2016, p. 340-341).

variar em cada caso, todas seriam elaboradas a partir de uma lógica formal passível de ser apreendida.

A teoria geral do direito de Kelsen tornou-se a mais canônica construção do tecnicismo do positivismo jurídico. Trata-se de uma construção tendente ao esvaziamento do ser, da realidade, e por isso sua pretensão à universalidade formal, fora da história e imune aos impulsos e contradições sociais. (MASCARO, 2016, p. 356).

Nesse cenário, Ricardo Nery Falbo (2016, p. 14) nos diz que há uma “ausência de análise crítica do pensamento kelseniano nos cursos jurídicos do país”. Dessa maneira, assim como o jusfilósofo austríaco, os chamados “operadores do direito”, via de regra, apreendem o direito por meio da abstração do contexto histórico e social em que ele está inserido.

Sobre o segundo fator que contribui para o atraso da pesquisa em direito – isto é, a confusão entre prática profissional e pesquisa acadêmica –, Marcos Nobre (2003, p. 7) aponta que o ensino jurídico baseia-se na “transmissão dos resultados da prática jurídica de advogados, juízes, promotores e procuradores, e não em uma produção acadêmica desenvolvida segundo critérios de pesquisa científica”. Esse entendimento também é compartilhado por Alexandre Veronese (2017):

Minha hipótese aqui é a seguinte: no Brasil, diante da confusão entre pesquisadores de Direito e operadores do Direito e da prevalência da lógica do parecer como padrão do trabalho acadêmico, a pesquisa em Direito tende a sofrer de maneira mais aguda as pressões da prática profissional. Como as atividades de pesquisador e operador do Direito confundem-se, muitas vezes, nas mesmas pessoas, abrir mão do formalismo para os pesquisadores torna-se mais difícil.

Há uma confusão entre prática profissional e elaboração teórica. Por exemplo, o advogado em sua prática profissional elabora uma argumentação para defender determinado posicionamento. Esse mesmo advogado quando deixa essa posição e vai atuar como um pesquisador, formula determinada hipótese e vai em busca de evidências que a confirmem, rechaçando as que a contradizem. Tal postura, obviamente, não é científica. Outro problema é tentativa de separar o sujeito-pesquisador do sujeito-cidadão, ou seja, ter uma postura completamente neutra frente ao objeto, sem qualquer grau de subjetividade “contaminando” a pesquisa. Quem atualmente pensa assim, desconsidera toda a discussão contemporânea no campo da filosofia da ciência, em que há um consenso de que uma pesquisa neutra – na qual não há qualquer influência da subjetividade do autor – é impossível. Entretanto, como discorreremos mais detalhadamente adiante, não devemos confundir falta de *neutralidade* com falta de *objetividade*; uma pesquisa pode não ser neutra, mas deve ser objetiva para ser científica.

Nesse cenário, optei por escrever essa dissertação na primeira pessoa do singular, justamente, por entender que toda produção acadêmica possui um grau de subjetividade que é irrecusável. Quem escreve em terceira pessoa oculta do leitor suas motivações e intenções. Em outras palavras: busca-se transmitir a ideia de *neutralidade*. A crença em uma pesquisa neutra não é exclusiva da área do Direito, mas nesta, em específico, também recebe influência de Kelsen, que, no prefácio à primeira edição da *Teoria pura do direito* afirma “desenvolver uma teoria jurídica pura, isto é, purificada de toda a ideologia política e de todos os elementos de ciência natural” (KELSEN, 1998, p. VII). O autor austríaco, como um positivista¹³, entendia que o direito para receber o *status* de científico precisaria de um objeto próprio, que seria a norma. Assim, o “positivismo jurídico consiste na doutrina segundo a qual não existe direito que não seja positivo, ou seja, posto pelo poder soberano estatal através de normas gerais e abstratas” (CARDOSO, 2002, p. 296).

O juspositivismo, em termos quantitativos, é aquele que mais alcança a prática do jurista e do teórico do direito contemporâneos. A maioria dos profissionais do direito, pela limitação teórica, pela prática e pelas estruturas institucionais do direito contemporâneo, exerce um ofício cujo pensamento é adstrito às normas jurídicas do Estado.” (MASCARO, 2016, p. 313).

De acordo com Ricardo Nery Falbo (2016, p. 4), as reflexões sobre epistemologia e ciência estão praticamente ausentes no âmbito dos cursos jurídicos no Brasil. Isso pode explicar, ainda que relativamente, a situação da pesquisa empírica no Direito. Há uma ausência de metodologia¹⁴ capaz de lidar com o fenômeno jurídico a partir de sua dinâmica histórica e social. Dessa forma, “são expurgados do campo da pesquisa jurídica as ambiguidades e contradições sócio-econômicas, os atores e conflitos político-sociais, as diversas formas de existência e as distintas concepções de direito, as ideologias sociais” (FALBO, 2016, p. 4).

Nessa toada, Guilherme Leite Gonçalves (2016, p. 61) constata que as ciências sociais, desde a década de 1970, destituem o conflito econômico como centro da análise social. Proliferam-se diagnósticos de crise da sociedade do trabalho, sustentados na leitura de que o advento do Estado de Bem-Estar apaziguou a luta de classes e que o trabalho vivo estaria sendo

¹³ O positivismo – que tem em Augusto Comte seu expoente – é um movimento com início na modernidade que exerceu grande influência na delimitação do objeto das ditas ciências humanas. Da mesma forma que realizava-se uma ciência da natureza, seria possível realizar ciência da sociedade. Os fatos sociais tornam-se objeto passíveis de serem apreendidos cientificamente. Nesse cenário, o direito é influenciado por essa doutrina e tem-se início o positivismo jurídico, que toma a norma jurídica como seu objeto.

¹⁴ Um exemplo de como, via de regra, o pesquisador do Direito não utiliza adequadamente a metodologia científica nos é dado por Luciano Oliveira (2004, p. 10). Segundo o autor, é comum que, ao tentar fazer uma dissertação ou tese interdisciplinar, o jurista escreva um capítulo para apresentar a “visão” da sociologia, da filosofia, da história, etc. sobre seu objeto de estudo. Entretanto, essa “visão” costuma ser uma abordagem manualística do assunto. A “visão” histórica costuma, em poucas páginas, ir do Código de Hamurabi à contemporaneidade (OLIVEIRA, 2004, p. 10). Percebemos a falta de trato com a metodologia já no recorte temporal: da antiguidade aos dias atuais.

substituído pelo morto, por meio da crescente industrialização. Ainda segundo Guilherme, essa ruptura com a ideia de primado social da infraestrutura técnico-econômica teve como algumas de suas consequências (i) uma agenda de pesquisa que busca compreender o fenômeno jurídico a partir do discurso; e (ii) o “esquecimento” do capitalismo como categoria analítica – negligencia-se a relação desse modo de produção com a ordem jurídica.

III. A base epistemológica da pesquisa

Apresentei esse breve panorama da pesquisa em Direito no Brasil para que meu/minha leitor(a) perceba como esta dissertação se diferencia do que **tradicionalmente** é feito na área jurídica. Dessa maneira, agora apresentarei a epistemologia que sustenta meu trabalho. Esta dissertação situa-se no campo da teoria crítica¹⁵ (HORKHEIMER, 1991). Para entender o que isso significa, primeiro faz-se necessário caracterizar o que é a teoria tradicional para, em seguida, apontar como a crítica se diferencia dela. Na teoria tradicional, há sempre, de um lado, o saber formulado intelectualmente e, de outro, um fato concreto. Pela influência de Descartes, tradicionalmente entende-se que teoria é uma série de proposições ligadas entre si e sem contradição entre elas, de modo que de uma pode-se deduzir outra. Dessa forma, a teoria torna-se cada vez mais um sistema de sinais puramente matemáticos (HORKHEIMER, 1991, p. 31-32).

Preocupado com a distinção entre teoria crítica e teoria tradicional, Horkheimer reconhece o papel desempenhado pela metodologia de Descartes, no início da filosofia moderna, e pelo modelo de objetividade científica das ciências naturais nessa distinção. A teoria da decomposição cartesiana do todo em suas partes constitutivas não só eliminou da análise da realidade social as contradições da práxis social, como produziu a separação do indivíduo em relação à sociedade. O avanço e o sucesso da matemática e da física garantiram a definição da teoria como sistema de proposições gerais e abstratas e consagraram a dedução como método científico por excelência. (FALBO, 2015, p. 17).

Como será visto mais detidamente adiante, o pensamento tem primazia sobre o concreto, isto é, formula-se idealmente categorias e tenta-se encaixar a realidade dentro dela, a fim de explicá-la. Formula-se idealmente como a sociedade deveria ser e a partir disso tenta-se mudá-la. Ela busca relacionar os conceitos com a realidade pela mediação de hipóteses. Já a teoria

¹⁵ Sobre a teoria crítica: “Ela corresponde a uma tradição de pensamento e a um campo de reflexão e pesquisa inaugurado em 1924 por Max Horkheimer e colegas seus, que fundaram, na Universidade de Frankfurt, o Instituto de Pesquisa Social, com o objetivo de produzir e divulgar trabalhos vinculados ao marxismo e de explicar, do ponto de vista histórico, a organização e a consciência dos trabalhadores industriais. De sua ambição inicial quanto a um projeto interdisciplinar não fazia parte o direito enquanto esfera cognitiva.” (FALBO, 2015, p. 15).

crítica, de modo geral, e o marxismo, de modo específico, têm como ponto de partida o concreto, a realidade. Até pode-se conjecturar como a sociedade deveria ser, mas primeiro deve-se entender como ela é. Deve-se saber as possibilidades materiais concretas de mudanças, para só então traçar o dever-ser.

Outro ponto que merece destaque: os adeptos da teoria tradicional costumam “separar” o pesquisador do cidadão¹⁶. Eles entendem que é possível separar a sua prática científica da sua prática política – por isso, geralmente, defendem uma ciência neutra, uma pesquisa que não seja contaminada pela subjetividade do pesquisador. Os adeptos da teoria crítica, ao contrário, entendem que a prática científica e a prática políticas estão vinculadas numa mesma totalidade social concreta, que uma cisão entre elas é impossível.

O especialista “enquanto” cientista vê a realidade social e seus produtos como algo exterior e “enquanto” cidadão mostra o seu interesse por essa realidade através de escritos políticos, de filiação a organizações partidárias ou beneficentes e participação em eleições, sem unir ambas as coisas e algumas outras formas suas de comportamento, a não ser por meio da interpretação ideológica. Ao contrário, o pensamento crítico é motivado pela tentativa de superar realmente a tensão, de eliminar a oposição entre a consciência dos objetivos, espontaneidade e racionalidade, inerentes ao indivíduo, de um lado, e as relações do processo de trabalho, básica para a sociedade, de outro. (HORKHEIMER, 1991, p. 46).

Não existe pesquisa neutra, mas isso não significa que não haja objetividade. Esta ocorre quando o pesquisador esclarece para o seu leitor todas as premissas e posições consideradas na pesquisa, ou seja, esclarece a partir de que lugar ele está falando¹⁷. O crítico não apenas descarta a cisão entre ciência e política, como busca fazer uma ciência que auxilie na superação do estágio atual de coisas, a superação do capitalismo¹⁸. Essa é a razão pela qual escrevo a dissertação na primeira pessoa do singular, para deixar claro para o meu leitor que assumo o

¹⁶ Essa concepção tem grande influência do positivismo. “A doutrina do positivismo jurídico reserva para ciência do Direito uma tarefa pouco ambiciosa e nada criativa. O rigor na observância do objeto deixa para ele, o cientista, pouca ou nenhuma margem de observação crítica. O cientista é um servo, sem vontade própria, um observador cego. Serve a uma lei que julga neutra. O culto ao Direito positivo, pois, está indissociavelmente ligado ao culto ao Estado e à ideia de que ele representa e se constitui na vontade da maioria. Esta estatolatria esconde (ou não enxerga) todas as ideologias que as normas jurídicas podem trazer.” (CARDOSO, 2002, p. 299).

¹⁷ “Contudo, reconhece-se, hoje, que o conhecimento científico também é composto por preconceitos e silenciamentos. A linguagem pressupõe, para que haja comunicação, seja no direito, seja no conhecimento científico, a existência de visões parciais e prenoções, para que seja efetivada a comunicação. A tentativa de expurgar os preconceitos do conhecimento científico levam a um sem número de metadiscursos, que tentariam clarificar o significado do discurso anterior e que resultavam em novos discursos.” (COSTA; ROCHA, 2015, p. 118).

¹⁸ Sobre a teoria crítica: “O sentido não deve ser buscado na reprodução da sociedade atual, mas na sua transformação. Por isso para o modo de julgar dominante a teoria crítica aparece como subjetiva e especulativa, parcial e inútil, embora ela não proceda nem arbitrariamente nem ao acaso. Como ela contraria o modo de pensar existente que permite a continuidade do passado favorecendo os interesses da ordem ultrapassada, e se opõe aos garantes de um mundo partidário, a teoria crítica aparenta ser partidária e injusta.” (HORKHEIMER, 1991, p. 52).

grau de subjetividade deste escrito. Esta dissertação foi escrita por um sujeito-pesquisador marxista, que entende que é impossível satisfazer as necessidades materiais humanas dentro do capitalismo e, por isso, busca fazer uma ciência que auxilie na superação desse modo de produção. Entendo que sujeito cognoscente e sujeito atuante não são dois seres isolados, pressuponho que há uma unidade entre teoria e *práxis*, entre pensamento e ação. Como demonstrarei mais detalhadamente, ainda nesta introdução. Alexandre Bernardino Costa e Eduardo Rocha (2015), ao abordarem as contribuições de Thomas Kuhn para a filosofia da ciência, apontam que até mesmo nas ciências “duras” uma neutralidade completa é inatingível.

Kuhn faz o caminho oposto dos epistemólogos positivistas ao evidenciar que até mesmo nas ciências consideradas “duras” (física, química, biologia, etc.) a produção dos dados é dependente da teoria. A partir do seu lugar de fala privilegiado, pois era físico teórico, utiliza-se da filosofia da linguagem para demonstrar como a percepção e a observação são indissociáveis. Propõe que a produção de dados, mesmo na física, possui um viés hermenêutico, não sendo possível separar o sujeito do objeto como a perspectiva epistêmica indutivista pretendia. O teórico não possibilita apenas o acesso ao “real nu”, ao contrário, é parte constitutiva dele. (COSTA; ROCHA, 2015, p. 120).

Dessa maneira, Ricardo Falbo (2015, p. 15) aponta que a teoria crítica se caracteriza por: (i) ancorar-se na realidade como parte dela (papel de imanência) e (ii) buscar demonstrar os elementos não desenvolvidos da realidade (papel de transcendência). Logo, “ao cumprir seu papel de imanência e transcendência através da crítica, à teoria são também associadas as tarefas de compreensão e mudança da realidade social”. (FALBO, 2015, p. 17). O crítico busca diagnosticar o presente e orientá-lo para a emancipação. Como diz Marx (2007, p. 539) na conhecida décima primeira tese sobre Feuerbach: “os filósofos interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa, é transformá-lo”.

Como aponta João Leonardo Medeiros (2016), não basta rotular Marx como um crítico, porque a crítica pode se expressar em diversos níveis e nem sempre ela será científica. Por exemplo, é possível chamar de crítico qualquer posicionamento contrário ao senso comum estabelecido sobre determinado assunto. A partir de Postone (2003), João Leonardo Medeiros segue seu raciocínio e diferencia economia política crítica da crítica da economia política:

Enquanto as diversas economias, pretendendo-se crítica ou não, funcionam como requisitos subjetivos (teóricos) da reprodução ampliada do capital, a crítica da economia política reconhece, por um lado, a sociedade regida pelo capital como condição social imediata de uma história rica em seu passado e plena de alternativas futuras e, por outro lado, a ciência econômica como fundamento teórico de uma prática social conservadora mais ou menos “humanitária”. (MEDEIROS, 2016, tradução minha).

Dessa maneira, Marx não fez economia política, ele fez a **crítica da economia política** – esse é o subtítulo de *O Capital*. Para evitar confusões, considero importante diferenciar

economia política, economia vulgar e crítica da economia política. A primeira – cujos maiores expoentes são Adam Smith e David Ricardo – buscava “compreender o conjunto de relações sociais que estava surgindo na crise do Antigo Regime” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 29). Os economistas políticos, também conhecidos como clássicos, buscavam fazer uma teoria social da nova sociedade que surgia a partir do declínio do feudalismo. Eles não almejavam recortar um objeto – o econômico – e analisá-lo de forma isolada, de forma a fundar uma disciplina específica. Em suas análises constavam fatores históricos e sociais. Os economistas políticos clássicos eram os teóricos da burguesia quando esta era uma classe revolucionária. Entretanto, eles tomavam como eternas e imutáveis as categorias por eles estudadas: dinheiro, salário, capital, mercado, propriedade privada (NETTO; BRAZ, 2012, p. 30). Isso significa que eles pressupunham aquilo que deveriam explicar. A “economia política parte do fato da propriedade privada. Ela não a explica [...] não nos oferece nenhuma explicação sobre a razão da divisão entre trabalho e capital, entre o capital e a terra [...]. Ela pressupõe o que deveria desenvolver” (REICHELT, 2011, p. 74). Vale destacar que os clássicos também compreendiam o trabalho como fonte do valor e eles aprenderam isso porque pesquisavam a vida social a partir da produção dos bens materiais e não da sua distribuição.

A partir de 1848 já é possível notar que a economia política perdeu seu caráter político, tornando-se apenas **economia**. A “economia vai se desenvolver no sentido de uma disciplina científica estritamente especializada, depurando-se de preocupações históricas, sociais e políticas” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 34). Ela detém sua análise na circulação das mercadorias, que é o que se posta na superfície, negligenciando o estudo da produção delas – por isso Marx (2017a, p. 609) diz que ela é fundada no culto das aparências. Assim, os autores dessa corrente desenvolvem a teoria do valor-subjetivo, que entende que as mercadorias não possuem valor em si mesmas, o valor é atribuído mentalmente pelo comprador, de acordo com suas preferências. Não há qualquer preocupação em fazer uma teoria social e há o uso intensivo de modelos matemáticos. Marx rotula essa corrente de pensamento como **economia vulgar** – e tem como expoentes Carl Menger, Willian Stanley Jevons, Léon Walras.

Apesar das discordâncias, Marx respeitava e tinha apreço pelos economistas políticos, diferente dos economistas vulgares, que considerava tão pobres intelectualmente que eram indignos de nota. A **crítica** da economia política feita por Marx não significou a completa negação dos clássicos, ele os superou – no sentido dialético de uma negação que conserva. Ele preservou suas conquistas ao mesmo tempo que apontou seus equívocos. Sobretudo, Marx historicizou categorias que os clássicos tomavam como naturais e eternas. Por exemplo, ele foi o primeiro a pôr a questão: por que as coisas têm valor? João Leonardo Medeiros e Bianca

Bonente (2021, p. 109) destacam que “essa indagação aponta para o sentido histórico dessa forma da produção social, pois é evidente que quem pergunta por que as coisas têm valor admite a possibilidade de que elas não tenham tido ou de que não venham a ter”. Isso leva à outra diferença: enquanto a economia política discutia a melhor forma de **manter** o capitalismo, a crítica de Marx aponta para a sua **superação**.

Evidentemente, as antinomias sobre a economia também só podem ser resolvidas em termos ontológicos. Admitir a objetividade ou realidade social da Economia, como ciência positiva, não equivale a encerrar o debate com a aceitação pura e simples da substituição da ciência por mera praxiologia. A crítica ontológica consiste precisamente em sustentar que o mundo social não é como a Economia o figura, o mundo imediato vivenciado e representado pelos sujeitos, cuja historicidade, se chega a ser cogitada, é absolutamente insondável, pois é vista como absoluta contingência. E se o futuro, por isso, não é descortinável, só resta aos sujeitos a infinita reprodução do existente. Contra essas noções inabilitantes, **a crítica (ontológica) tem de insistir na historicidade concreta, aberta decerto, mas que apresenta alternativas concretas para os sujeitos, que não se resumem à reprodução/adaptação eficaz ao existente**. A ciência cabe precisamente dar conta dessa historicidade objetiva, suas tendências e as práticas possíveis. (DUAYER; PAINCEIRA, 2017, grifo meu).

De acordo com João Leonardo Medeiros (2016), uma das formas de destacar a peculiaridade da crítica feita por Marx é a compreensão de seu caráter **negativo**¹⁹. As abordagens **positivas** reduzem a realidade às condições atuais de existência, as possibilidades de existência já efetivadas e que, por isso, podemos apreender empiricamente. A abordagem **negativa** reconhece a **existência de possibilidades que ainda não estão efetivadas**. Essas possibilidades podem se efetivar ou não, mas as condições para que elas se efetivem existem.

É uma forma de compreensão da realidade com grande semelhança com a filosofia de Aristóteles – pensador por quem Marx tinha grande estima –, que concebia que as coisas existem em ato ou potência. O primeiro é uma possibilidade já realizada, a existência de um ser em determinado momento. A segunda é a possibilidade ainda não efetivada. Por exemplo, na semente, a árvore existe enquanto potência, essa potência pode se efetivar ou não: pode-se plantar a semente e a árvore vir a crescer ou pode-se comê-la. Da mesma maneira, Marx entendia que a realidade abarca um conjunto de possibilidades que podem ser efetivadas ou não. Outro exemplo ilustrativo: a força de trabalho é a capacidade de trabalhar, que pode ou não ser realizada. Isso é importante para diferenciar a força de trabalho (potência) do trabalho (ato). O que o proletariado vende é a força de trabalho e não o trabalho.

¹⁹ Aqui, negativo e positivo não são utilizadas com conotação moral, para designar algo como bom, ruim, justo, injusto, etc.

Desse modo, quando afirmamos que a teoria marxiana possui caráter negativo, estamos dizendo que Marx não reduz a realidade às possibilidades já efetivadas. Inclusive, cabe ao marxista a compreensão das não efetivadas. A busca pelo fim do capitalismo, o advento do comunismo, implica em encontrar no mundo real as possibilidades não efetivadas de sua superação. O comunismo não implica, portanto, a formulação de um modelo ideal de sociedade para em seguida se tentar aplicá-lo à realidade. As possibilidades de superação do capitalismo devem ser buscadas na própria realidade, nas condições materiais. Outro ponto importante: uma teoria positiva toma os estados de coisas atuais como um dado, como algo natural e, dessa forma, apenas busca a melhor forma de gerir o que já está posto. Já a crítica negativa toma o quadro atual de coisas como um produto histórico e não como algo natural, por isso as coisas são passíveis de mudança.

Considerando o que se disse, já está claro que, na interpretação aqui defendida, a crítica da economia política de Marx tem justamente esta perspectiva: em lugar de, como na ciência burguesa, assumir as categorias que conformam a experiência cotidiana da sociedade atual como categorias naturais, eternas, Marx indaga sobre as condições históricas que as tornam estas formas de existência possíveis. Ao invés de considerar o mundo presente como esgotado de possibilidades já efetivadas como realidade, a análise crítica de Marx investiga potências contidas na forma social presente que podem ser liberadas a fim de construir novas efetividades, novas realidades, dentro ou fora dos marcos da sociedade atual, fortuitamente por uma *práxis* coletiva. (MEDEIROS, 2017, tradução minha).

Dessa maneira, a crítica negativa feita por Marx indaga quais são as condições históricas que permitiram a efetivação das formas sociais vigentes. Assim, diferente de uma teoria positiva, que toma as condições existentes como insuperáveis, a crítica negativa não tem nenhum compromisso com a manutenção do estágio atual de coisas. Essa é sua principal consequência prática, ela não se conforma ao que está posto. A partir das condições do presente, ela busca as possibilidades não efetivadas capazes suprimir as condições opressivas existentes (MEDEIROS, 2017). Por isso ela também é negativa, porque nega as opressões do presente, no sentido de buscar a sua superação.

Conforme Ricardo Falbo (2015, p. 29), a teoria crítica contribui para o Direito contrapondo-se à hegemonia positivista kelseniana (teoria tradicional). Ela traz o contexto social em que o direito está inserido para dentro da pesquisa e inova ao preconizar que esta seja empírica. Sobre o caráter e a importância da empiria para a pesquisa, considero importante fazer algumas considerações, sobretudo para não confundir empirismo com materialismo.

O empirismo, filosofia da ciência adotada pelo positivismo, reduz todo o conhecimento ao empírico, ou seja, aquilo que podemos notar por meio dos nossos sentidos. O empirismo pensa as relações causais como a relação entre fenômenos empíricos. Por exemplo: se ocorre

A, então, **necessariamente**, ocorrerá B. A partir dessa compreensão, ciência é o estudo do que apreendemos pelos nossos sentidos – expurgando toda metafísica, transcendência. O operador lógico por excelência desse modo de fazer ciência é a indução. A verdade é obtida pela experimentação e a indução. Marx, por sua vez, não reduz o conhecimento àquilo que apreendemos pela nossa experiência. Por exemplo, o valor – categoria basilar da teoria marxiana – não é empírico: não podemos vê-lo, tocá-lo, cheirá-lo, senti-lo, mas ele é real e rege as nossas vidas.

O empírico depende da nossa capacidade de ver o mundo, assim ele é determinado historicamente. Ver um elétron há 300 anos não era empírico, agora é. Dessa maneira, com base na história das ciências naturais, podemos dizer que as nossas descrições de mundo estão fundadas em categorias que não podem ser reduzidas às nossas impressões. Outro equívoco comum é que certas correntes do empirismo concebem o utilitarismo como critério da verdade, ou seja, conhecimento verdadeiro é aquele que resulta em consequências práticas e aplicáveis. Tal corrente denomina-se pragmática e busca sempre a eficácia e a utilidade (CHAUÍ, 2010, p. 132). Nesse sentido, quando o marxismo concebe que a prática é o critério da verdade, deve-se ter cuidado para não reduzir a verdade à utilidade e, ato contínuo, fixar a utilidade como critério da verdade.

Autores como Kuhn, Lakatos, Feyerabend – que não são marxistas – concordam com isso e afirmam que o cientista sempre pensa o mundo a partir de um conjunto de ideias preexistentes. Como sujeitos cognoscentes, compostos por ideias, apreendemos objetos empíricos interpretando-os a partir dessas ideias (DUAYER, 2012, p. 20). De tal sorte, nós nunca lidamos com o empírico diretamente, mas sempre de forma mediada. Entretanto, os autores citados – que classifico como pós-modernos²⁰ – buscam solucionar impasses da ciência feita a partir da experimentação e indução propondo uma ciência feita a partir de um cálculo axiomático-dedutivo. As noções de revoluções paradigmáticas (Kuhn) e a de competição entre programas de pesquisa científica (Lakatos) pressupõem axiomas estruturais, dos quais são deduzidas as teorias que, ato contínuo, devem ser submetidas à corroboração de evidência empírica.

²⁰ Aqui, entendo pós-moderno como as “teses que sustentam a crise dos paradigmas nas ciências sociais e o surgimento de uma nova ciência que não se legitimaria mais pela elaboração de sínteses homogeneizadoras, mas sim pela atenção creditada ao paradoxal, às diferenças e ao ininteligível. Nesta perspectiva, encontramos não só a ênfase no efêmero, no fragmentário, como também uma ardorosa crítica às metanarrativas e à objetividade científica”. (RODRIGUES, 2006, p. 10-11).

Dessa maneira, o objetivo da ciência é buscar regularidades empíricas. Logo, quanto mais a teoria abarca o empírico, mais válida ela é. Como destacam Mario Duayer e Juan Pablo Paineira (2017), restringir a ciência à busca por regularidades empíricas significa restringi-la ao seu papel de preditibilidade. Isso pressupõe um mundo de estruturas e relações imutáveis e, portanto, predizível. Dessa forma, a prática científica reproduz indefinidamente as estruturas do sistema vigente.

Nem sempre enunciado com franqueza, assim se define o caráter meramente instrumental da ciência. O mantra da eficácia prática tenta dissimular a circularidade da concepção: a ciência postula regularidades empíricas e, salvo erros lógicos, se autovalida corroborada pelo empírico do qual partiu. Além disso, dispensa dizer que a corroboração empírica, a capacidade preditiva e, em consequência, a utilidade de uma teoria na prática imediata refere-se a valores determinados. Apesar de se pretender puro instrumento, na verdade a teoria é instrumento da realidade subentendida em sua ontologia. Ao mesmo tempo em que figura a realidade social, a ciência se apresenta como instrumental de gestão da realidade por ela figurada. Razão pela qual a pretensão de uma ciência axiologicamente neutra é um total absurdo. (DUAYER; PAINCEIRA, 2017).

Então, mais uma vez notamos como o empirismo é conservador, porque faz uma ciência que pressupõe o mundo atual como um dado, sem abertura para o novo. Essa percepção de que o conhecimento se restringe ao empírico abriu margem para o pós-modernismo. Se a ciência ficar circunscrita ao empírico ela não pode ser universal, porque o empírico é contingente, mutável. Alexandre Bernardino Costa e Eduardo Rocha nos dizem o seguinte:

A ciência é uma linguagem entre outras, uma expressão da realidade entre outras, portanto, um sistema produtor de verdades como outros. Não há que se falar em conhecimento universal, absoluto, mas em saberes que não possuem nenhum privilégio, nenhuma hierarquia entre si. Não há que se referir à ciência como o conhecimento por excelência, mas sim como uma forma de conhecer diante de múltiplas outras, pois, assim como os demais saberes, possui suas luzes e seus esquecimentos, suas possibilidades e suas limitações, seus privilégios e, também, seus fracassos. O *status* adquirido pela ciência é indissociável da forma moderna de produzir o real, de suas motivações políticas e sociais. Há uma premissa que se mantém sempre oculta, negligenciada, em segundo plano: a ciência é inseparável, constituída e constitutiva da visão ocidentalizante de mundo. O privilégio e a hierarquia que conferem a si não é nada além da superioridade que a modernidade atribui-se diante de outros modos de vida. (COSTA; ROCHA, 2015, p. 125).

Como a ciência não pode ser universal, ela seria um conhecimento como outro qualquer. Como só posso conhecer o que é empírico, ou seja, aquilo que apreendo pelos meus sentidos, então só posso conhecer com base na minha experiência. Como cada indivíduo tem sua própria experiência, também tem seu próprio conhecimento. Assim, cada um tem a sua verdade, igualmente válida. Cada um tem o seu **local de fala**, que é o conhecimento a partir das experiências que já teve. Eu não posso conhecer algo que eu não experienciei, algo que não foi

apreendido pelos meus sentidos, porque o conhecimento se limita ao empírico. Eu discordo dessa posição epistemológica e nos parágrafos seguintes buscarei demonstrar que a realidade – logo, o conhecimento sobre ela – não se limita ao empírico. Quem limita o conhecimento ao empírico, não distingue essência e aparência, e como nos lembra Marx (2017, p. 880), “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente”.

Nesse cenário, o desafio do marxismo é criticar o empirismo, mas sem abrir mão do empírico. Assim, vale destacar que o materialismo de Marx não é sinônimo de empirismo. Seu materialismo indica que determinado objeto de estudo pode ser compreendido e explicado a partir de suas próprias propriedades, isto é, sem recorrer a princípios transcendentais, metafísicos. Nem sempre esse objeto e suas propriedades serão empíricas, como no caso do valor, já citado.

Marx entende que a realidade é regida por **leis tendenciais históricas**, que designam poderes causais não empíricos. Elas regulam eventos, mas não os pré-determinam.

[...] a palavra tendência é uma designação precisa para a causalidade tal como concebida por Marx exatamente porque a existência de forças causais não implica necessariamente a causação. Estão aqui envolvidas, na verdade, três possibilidades: as forças causais podem ser reprimidas por causas intervenientes e opostas que impeçam sua operação; as forças causais podem entrar em operação sem que seus efeitos se manifestem fenomenicamente; ou, finalmente, podem impor-se sobre as forças contrárias causando seus efeitos em uma forma disponível à percepção (experiência). (MEDEIROS; BONENTE, 2021, p. 92).

As tendências são as propensões de uma coisa que podem ser exercidas sem se manifestarem em um caso específico. A própria lei tendencial possui internamente suas contratendências. No capítulo 13 do terceiro livro de *O Capital*, Marx nos apresenta a lei da queda tendencial da taxa de lucro e imediatamente após, no capítulo 14, apresenta-nos suas contratendências: (i) aumento do grau de exploração do trabalho; (ii) compreensão do salário abaixo de seu valor; (iii) barateamento dos elementos do capital constante; (iv) a superpopulação relativa; (v) o comércio exterior; (vi) o aumento do capital acionário. Como contratendências, todos esses fatores “jogam” a taxa de lucro para cima. Ela **tende** a cair, mas se ela cairá ou não depende de como todos esses fatores estarão postos na conjuntura concreta.

Um exemplo mais simples: o cachorro A obedece comandos humanos para sentar, rolar, fingir de morto; o cachorro B não obedece. Isso ocorre porque o primeiro foi adestrado, enquanto o segundo não. O importante, aqui, é notar que ambos os cães possuem a possibilidade de serem adestrados, mas esta se efetivou apenas em um deles. Da mesma maneira, por mais

que uma lei tendencial não se manifeste em determinado momento, isso não significa que ela não esteja atuando.

(...) tendências são poderes que podem ser exercidos sem serem realizados ou efetivados (e que também podem ser realizados ou efetivados sem serem percebidas pelos seres humanos). Os fenômenos do mundo são explicados por referência não só aos poderes duradouros das coisas, mas às suas atividades não realizadas ou às suas ações não manifestas (ou incompletamente manifestas). O conceito de tendência é criado para capturar a idéia de atividade contínua, diferente da idéia de poder duradouro. No conceito de tendência, portanto, o conceito de poder é literalmente dinamizado ou posto em movimento. (BHASKAR, 1997, p. 20).

Outro ponto do referencial teórico-metodológico que adoto nesta dissertação é o rechaço do estudo de um objeto pela ótica de uma única disciplina, justamente, porque é um referencial que prima pela *totalidade* – diferente da abordagem normativista kelseniana que busca elaborar uma teoria recusando os elementos sociais e históricos. De acordo com Alexandre Bernardino Costa e Eduardo Rocha (2015, p. 118), o conhecimento científico divide o mundo real em “caixas”, que chamamos de disciplinas, para poder estudá-las isoladamente e sem a interferência do observador. Ainda segundo os autores, esse procedimento foi útil no passado, porque possibilitou aprofundar e precisar conceitos de cada novo ramo científico criado. Todavia, a consequência dessa prática é que se sabe cada vez mais sobre cada vez menos, há uma fragmentação do saber, o que impossibilita a percepção do todo. Os campos do conhecimento passaram a dialogar cada vez menos entre si – por exemplo, os juristas desconhecem o que fazem os sociólogos e vice-versa. E isso “faz com que o saber gerado se torne cada vez mais verdadeiro na sua especialidade e cada vez mais falso na sua totalidade” (COSTA; ROCHA, 2015, p. 118).

Ao contrário do que defende o pós-modernismo²¹ também entendo que há hierarquia entre conhecimentos e há verdade. E mais: há verdade absoluta. E explico: “verdade absoluta não significa verdade não histórica: não significa o tipo de verdades que verdades descobertas

²¹ “Tivessem estes autores elaborado a concepção que funda suas obras, a saber, que somos *seres sociais*, e indagado sobre a gênese, o desenvolvimento e a função do conhecimento científico, os debates que suas obras suscitaram ficariam mais inteligíveis. Nunca somos indivíduos isolados, somos sujeitos determinados socialmente e, só nesta condição, somos titulares de ideias. **Infelizmente, contudo, em suas teorias o reconhecimento do caráter social de nossas crenças é simplesmente ponto de apoio para sublinhar a sua natureza histórica e, portanto, relativa.** Talvez se possa arriscar uma razão para tal reticência de suas concepções: afirmar, de forma explícita, que somos *seres sociais* subentende de imediato *uma* sociedade de que somos seres e, conseqüentemente, os tipos de crenças, científicas ou não, que esta sociedade necessariamente suscita e requer. De modo que seria forçoso concluir que, sendo históricas a sociedade e suas crenças, outras sociedades e crenças seriam possíveis e, por esta razão, a imagem da ciência como simples serviçal (tecnológica?) dos imperativos prático-operatórios é imediatamente contraditória, porquanto a ciência, rebaixada a tal função, constituiria ela própria um obstáculo para a efetiva historicidade pressuposta na explicação da ciência. E, liberada deste condicionante, a ciência poderia assumir um papel fundamental na concepção e construção de novos mundos.” (DUAYER, 2012, p. 20, grifo meu).

através de argumento, evidência, experimento, investigação” (EAGLETON, 2005, p. 139). É correto dizer que algo considerado verdadeiro hoje pode deixar de sê-lo no futuro. Isso ocorreu diversas vezes na história, verdades consolidadas ruíram diante de novas evidências, “mas continua sendo válido que não pode estar chovendo apenas do meu ponto de vista” (EAGLETON, 2005, p. 139).

Terry Eagleton sublinha que a verdade absoluta e a ideia de objetividade estão desprestigiadas atualmente. É claro que conhecimento e moral, fato e valor, não são separáveis, como quis a modernidade. É claro que todos nós falamos de algum lugar, que a neutralidade completa é inalcançável. Todavia, “objetividade não significa julgar a partir de lugar nenhum. Ao contrário, você só pode saber como é a situação se estiver numa posição de saber. Apenas se estiver num certo ângulo com relação à realidade ela pode ser compreensível para você” (EAGLETON, 2005, p. 168-169).

Os miseráveis da terra, por exemplo, inclinam-se a avaliar melhor a verdade da história humana do que seus senhores — não por terem maior percepção inata, mas porque podem descobrir, a partir da própria experiência cotidiana, que a história, para a vasta maioria de homens e mulheres, tem sido, em grande medida, uma questão de poder despótico e labuta estéril. Como Michael Hardt e Antonio Negri apresentam a questão em seu estudo *Império*: “Só o pobre vive radicalmente o ser efetivo e presente, na indignação e no sofrimento, e por isso, só ele tem a habilidade de renovar o ser.” Apenas os que sabem quão calamitosas as coisas realmente são podem estar suficientemente livres de ilusão ou interesses privilegiados para mudá-las. Você não pode mudar a situação efetivamente a não ser que avalie a profundidade do problema; e, para realizar isso plenamente, tem que estar no lado mais fraco dela, ou, pelo menos, ter ouvido notícias vindas de lá. (EAGLETON, 2005, p. 169).

Já teci considerações acerca da epistemologia que embasa este trabalho. Agora, considero propício fazer alguns apontamentos sobre o método de Marx, que também o meu. O autor de *O Capital* nunca fez grandes explicações sobre o seu método. Geralmente, quando alguém quer entender o método de Marx, recorre-se ao item três, denominado *o método da economia política*, da introdução dos *Grundrisse*. Vale lembrar que os *Grundrisse* são rascunhos inacabados escritos entre 1857-1858, mesmo assim muitas vezes esse texto é tomado como um manual epistemológico. Também é possível encontrar algo um pouco mais sistematizado sobre método no segundo capítulo de *Miséria da filosofia*. Quando recorrem a algum comentador, o texto mais procurado é a *Introdução ao estudo do método de Marx*, de José Paulo Netto.

Eu concordo com João Leonardo Medeiros e Bianca Bonente (2021, p. 68) quando afirmam que “para conhecer o método de Marx, o melhor caminho [...] é o estudo atento de *O capital*”. Apesar disso, a fim de divulgar o método marxiano, os autores apresentam oito

aspectos do método da crítica da economia política de Marx. Em seguida reproduzirei os argumentos dos autores, porque considero uma contribuição valiosa – e pouco conhecida – para a compreensão do método de Marx – e, conseqüentemente, também para o utilizado neste trabalho.

O **primeiro ponto** trata da delimitação do método da crítica da economia política. Os autores destacam que o método não é absoluto ou *a priori*, porque ele é um reflexo das próprias transformações sofridas pelo objeto. Dessa maneira, podemos “revisitar criticamente as elaborações particulares de Marx sem perder com isso a conexão com a teoria fundante, desde que se mantenha o zelo pela relação entre as transformações da realidade e as do pensamento” (MEDEIROS; BONENTE, 2021, p. 70).

Esse entendimento vai na contramão do que preconizava o jovem Lukács, que defendia que a ortodoxia marxista é definida pelo método²². A formulação do autor húngaro dá a entender que método pode ser definido *a priori*. Para Marx, o método não importa se descolado de seu conteúdo. O objeto define o método utilizado. Como o capitalismo é dinâmico, em constante mutação, o método para compreendê-lo não pode ser estático.

O **segundo ponto** é o reconhecimento entre o agir individual e as condições sociais estruturantes. Inicialmente, destaco que Marx não concebe a sociedade como a mera soma de indivíduos (individualismo metodológico). Não existe sociedade sem indivíduos, nem indivíduos fora da sociedade – posição que se contrapõe às teorias do contrato social. O autor alemão possui uma concepção relacional da sociedade, “isso significa que, para Marx, a sociedade é um conjunto articulado de relações sociais e das relações entre essas relações” (MEDEIROS; BONENTE, 2021, p. 75).

A sociedade não consiste de indivíduos, mas expressa a soma de vínculos, relações em que se encontram esses indivíduos uns com os outros. É como se alguém quisesse dizer: do ponto de vista da sociedade, não existem escravos e cidadãos: ambos são seres humanos. Pelo contrário, são seres humanos fora da sociedade. Ser escravo e ser cidadão são determinações, relações sociais dos seres humanos *A* e *B*. O ser humano *A* enquanto tal não é escravo. É escravo pela sociedade. (MARX, 2011, p. 205).

Assim, Marx considerava que para fazer apreender a sociedade teoricamente implicava no estudo das relações sociais, independente do indivíduo que ocupa aquela posição. As críticas marxianas às “figuras do capitalista e do proprietário de terras não têm por referente indivíduos

²² “Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao *método*. Ela implica a convicção científica de que, com o marxismo, foi encontrado o método de investigação correto, que esse método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado e aprofundado no sentido dos seus fundadores, mas que todas as tentativas para superá-lo ou “aperfeiçoá-lo” conduziram somente à banalização, a fazer dele um ecletismo – e tinham necessariamente, de conduzir a isto” (LUKÁCS, 2003, p. 64).

concretos, pessoas com nome e sobrenome” (MEDEIROS; BONENTE, 2021, p. 74). Aqui, vemos uma clara influência de Hegel, que ao abordar a dialética do senhor e do escravo enfatiza que ambos só são senhor e escravo devido à relação de um com outro²³. Saber quem é o indivíduo concreto que ocupa a posição na relação só é importante quando se for fazer análise de conjuntura²⁴.

De modo algum retrato com cores róseas as figuras do capitalista e do proprietário fundiário. Mas aqui só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes. Meu ponto de vista, que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas. (MARX, 2017a, p. 80).

[...] em suas relações sociais, os indivíduos jamais comparecem como indivíduos abstratos, carentes de determinações, mas como ‘categorias personificadas’. Isso significa dizer que as relações sociais são observadas *teoricamente* não como relações entre indivíduos concretos, mas entre ‘pessoas que representam categorias’: por exemplo: entre capitalista e trabalhador, entre general e soldado, mãe e filha, pasto e fiel etc. (MEDEIROS; BONENTE, 2021, p. 75).

Os autores (MEDEIROS; BONENTE, 2021, p. 76) nos dizem que é a observação da relação empírica o ponto de partida que permite alcançar a generalidade abstrata da teoria sobre a relação. Mas a teoria sobre a relação não é idêntica à relação. No sentido de que aquela não é a mera soma das descrições sobre relações contingentes. A teoria é “uma caracterização das condições de possibilidade de agir dos indivíduos que se relacionam numa determinada condição” (MEDEIROS; BONENTE, 2021, p. 76).

O **terceiro ponto** é operador lógico do método de Marx é a retrodução. João Leonardo Medeiro e Bianca Bonente (2021, p. 82) dizem que é problemático caracterizar o método de Marx pelo operador lógico adotado para a elaboração de conjecturas teóricas. Mas, se assim o fizermos, seu operador lógico não é dedução tampouco a indução, mas a **retrodução**. A dedução e a indução “são operadores lógicos que estabelecem uma conexão entre consequente e antecedente *na qual as duas extremidades são situadas no domínio empírico*” (MEDEIROS; BONENTE, 2021, p. 82). A indução parte de casos empíricos singulares e os universaliza. A dedução parte de alguma proposição geral para deduzir com será algum evento empírico

²³ Para mais detalhes conferir o parágrafo 189 da *Fenomenologia do espírito* (HEGEL, 2014).

²⁴ “Antes que seja extraído da formulação acima mais do que se deve, é necessário enfatizar que a condição individual tem um papel central, dominante até, em outro momento da produção científica: não no momento da produção teórica, mas no da utilização da teoria para explicar acontecimentos históricos.” (MEDEIROS; BONENTE, 2021, p. 76).

singular. Em ambos há o pressuposto de que a ciência “considera que o único domínio do mundo disponível para o conhecimento é aquele captado pela percepção (experiência sensível)” (MEDEIROS; BONENTE, 2021, p. 82-83).

No lugar dessa visão de mundo empirista, reivindica-se uma concepção a respeito do ser (isto é, o que existe em si de modo independente com relação ao nosso conhecimento) baseada em duas: (1) que o mundo possui domínios que não são empíricos em qualquer sentido, pois contêm objetos que sequer podem ser capturados pela percepção; (2) que as causas dos fenômenos empíricos buscadas pela ciência não são empíricas, embora sejam reais. Então aquilo que acontece como fenômeno é o resultado sintético da operação articulada de múltiplas causas que povoam o mundo como processos duradouros (tendências, como veremos) capazes de produzir efeitos empiricamente constatáveis. (MEDEIROS; BONENTE, 2021, p. 83).

Diante dessa citação podemos dizer que a retrodução parte de uma **consequência empírica** para chegar às condições **não empíricas** que a causou. E o empírico é a consequência e o ponto de partida da investigação, mas a retrodução pressupõe uma ontologia em há causas não empíricas. Um exemplo disso é a lei da gravidade: empiricamente nós só percebemos suas consequências, como um objeto caindo, mas não a própria gravidade, que não é empírica. Ou seja, por meio do estudo do empírico podemos conhecer coisas não empíricas. Pelo estudo da mercadoria (empírico) podemos conhecer o valor (não empírico).

O **quarto ponto** trata do papel da abstração no método. Marx (2011a, p. 54) afirma que “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações”. A realidade é conformada por diferentes domínios abstratos e concretos, que estão em diferentes níveis de percepção. O concreto é a expressão de condições diversas, múltiplas. O abstrato se expressa pelos efeitos que causa. O concreto é uma possibilidade efetivada que pode ser percebida empiricamente. O abstrato “é uma categoria abrangente que se refere a condições não fenomênicas ou empiricamente constatáveis, mas igualmente reais” (MEDEIROS; BONENTE, 2021, p. 86). O abstrato se expressa pelos efeitos que causa. O concreto é a própria expressão desses efeitos. A “concretude da realidade efetivada tem por pressuposto a abstrata possibilidade de efetivar-se” (MEDEIROS; BONENTE, 2021, p. 87).

O **quinto ponto** remete a algo que já tratei, que as leis científicas não são relações entre fenômenos, mas tendências. Como vimos, o empirismo entende que se ocorre o fenômeno X, conseqüentemente ocorrerá o fenômeno Y. De modo que o papel da ciência é explicar a relação entre esses fenômenos. Diferente disso, Marx entendia que a realidade está dividida em dois domínios: (i) um em que se situam os fenômenos, aquilo que apreendemos empiricamente e (ii) um em que se situam os processos causais, que não são empíricos.

Em sendo assim, as leis científicas não especificam relações entre fenômenos, mas relações entre condições estruturantes (forças causais) e fenômenos

apreendidos pela percepção (objetos empíricos) nas quais as primeiras são os pressupostos reais da ocorrência dos últimos, ainda que *tendencialmente*. (MEDEIROS; BONENTE, 2021, p. 92).

A lei tendencial pode ou não ser efetivada, isto é, causar consequências empíricas. De todo modo, entender que as leis que regem o mundo são tendenciais significa recusar a previsão como objetivo do empreendimento científico. Ao estudar as leis tendenciais do capitalismo, “Marx reconhece nas condições do presente rumos possíveis (e impossíveis) para o futuro, justamente porque reconhece campos viáveis delineados pelas tendências existentes (o que inclui a própria possibilidade de superação do capitalismo)” (MEDEIROS; BONENTE, 2021, p. 95). Entre aquilo que existe e não existe encontra-se aquilo que pode existir. Possibilidades reais de efetivação das forças causais do mundo que, por algum motivo, encontram-se reprimidas.

Por isso o método de Marx é revolucionário, porque “a luta transformar o mundo atual, para superá-lo, envolve, entre outras coisas, a formação de uma subjetividade que reconheça, na atual configuração do mundo, possibilidades concretas de desenvolvimento ainda não realizadas” (MEDEIROS; BONENTE, 2021, p. 105).

O **sexto ponto** é que, para Marx, desenvolvimento significa o aumento da complexidade da forma de ser em questão.

Em linhas gerais, para Marx, o desenvolvimento significa o aumento da complexidade dos objetos complexamente estruturado que consistem em uma totalidade. Ou seja, um objeto é considerado mais desenvolvido quando contém um número maior dos elementos simples que o compõem ou quando esses elementos simples se tornam mais complexos. (MEDEIROS; BONENTE, 2021, p. 96).

Dessa maneira, quando Marx fala de “sociedade mais desenvolvida” ele não está fazendo qualquer juízo moral, mas apontando que tal sociedade apresenta categorias mais complexas.

O **sétimo ponto** é a dialética como método adequado para compreender um objeto histórico. Para Marx, dialética é “a forma como se expressa na consciência teórica o movimento histórico tal como é, ou seja, impulsionado por força contraditórias” (MEDEIROS; BONENTE, 2021, p. 102). Influenciado pela noção de supressão (*aufhebung*) de Hegel, Marx entendia que em toda mudança há uma conservação e isso é a história. As coisas estão em constante movimento, ou seja, alteração, mas a cada mudança algo da forma anterior permanece. Assim, a história abrange dois momentos contraditórios: aquilo que permanece e aquilo que muda. Em síntese, podemos dizer que a realidade é formada por contradições. Estas, são responsáveis por gerar movimento/mudança. E a dialética é o método capaz de apreender esse processo.

O **oitavo ponto** diz respeito a **crítica**. Não tecerei comentários aqui, por considerar suficiente o que já apresentei sobre o sentido de crítica para Marx nesta dissertação.

Finalmente, diante de todo exposto, o método utilizado nesta dissertação é o materialismo histórico e dialético. Trata-se de pesquisa empírica, qualitativa, com raciocínio retrodutivo, com perfil interdisciplinar, transitando nas áreas do Direito, Filosofia, Sociologia, Geografia, Serviço Social, Arquitetura e Urbanismo. As técnicas de pesquisas são as de entrevistas semiestruturadas, observação não-participante, análise documental e revisão bibliográfica.

Dessa maneira, dividi essa dissertação em três capítulos. Abro o primeiro capítulo com uma abordagem empírica sobre a Ocupação Manoel Congo, realizada a partir das anotações feitas em meu diário de campo. Então, relato como cheguei ao campo, como fui recebido, como ocorreram as entrevistas, os percalços da pesquisa. Descrevo e analiso aspectos físicos e sociais que observei.

A opção de iniciar a dissertação com uma abordagem empírica deve-se a minha orientação teórica: o materialismo histórico e dialético. Entendo que a pesquisa deve partir do empírico. É a base material que deve sustentar a elaboração teórico. Então, optei por uma forma de exposição compatível com meu método de pesquisa. Vale destacar que, na concepção teórica aqui adotada, empiria e teoria se autodeterminam. A teoria é feita a partir do empírico, mas é essa mesma teoria que servirá para análise do empírico posteriormente. Assim, aqui pressuponho uma forma de fazer ciência em que o empírico e o teórico avançam em conjunto.

Depois dessa exposição e análise inicial, passo a discorrer sobre a história e a dinâmica da Ocupação Manoel Congo. Neste momento, além de consulta a bibliografia secundária, utilizo os dados obtidos nas entrevistas que realizei. Nesta ocasião, verifiquei elementos que apontam para a financeirização do espaço do urbano, com a cidade e a moradia sendo concebidas como meios de acumular capital pelo Estado e por empresas privadas, sobretudo a partir da implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Ocupação objeto de meu estudo.

No segundo capítulo, a partir dos elementos verificados no capítulo anterior, utilizo a teoria do valor marxiana para entender a dinâmica da financeirização. Assim, analiso o capital portador de juros, o crédito e o capital fictício. Assim, fica possível compreender como as cidades servem à especulação e não às necessidades materiais das pessoas. Então, análise a política pública urbana em curso na cidade do Rio de Janeiro, embasada numa lógica mercantil. Dessa maneira, consigo compreender o contexto histórico e social em que a Ocupação Manoel Congo está inserida. Logo, passo a analisar o Programa Minha Casa Minha Vida e sua

implementação na Ocupação. Para elaboração deste capítulo, além da leitura de fontes secundárias, analisei documentos, legislações e os dados oriundos das entrevistas.

No terceiro capítulo, valendo-me da teoria marxiana e de autores e autoras da tradição marxista, estudo a cidade como palco da luta de classes. Começo pela análise das crises como fenômeno constitutivo do capitalismo e o papel que a cidade cumpre nesse cenário, como local privilegiado para acúmulo de capital. Ocasão em que analiso a acumulação por espoliação. Nessa oportunidade, apresento um categoria que percorreu toda a dissertação, mas, somente aqui, é abordada explicitamente: o direito à cidade. Esses elementos permitem-me finalizar o texto com uma análise sobre o direito, o Estado e ideologia. Assim como no capítulo anterior, o terceiro também foi elaborado a partir da leitura de fontes secundárias e análise de documentos legislações e os dados oriundos das entrevistas.

Encerro a dissertação com breves considerações finais, em que faço um balanço geral da pesquisa, avalio como esta influenciou na minha formação enquanto pesquisador e apresento as respostas para o meu problema de pesquisa. Destaco, ainda, apontamentos para pesquisas futuras.

CAPÍTULO 1. MUITO MAIS QUE MORADIA: A LUTA POR DIREITOS DA OCUPAÇÃO MANOEL CONGO

*“Ninguém deu, ninguém dá,
é na luta que eu conquisto o direito de morar!!!
A raposa tem toca e a ave tem ninho,
pra ter minha casa a luta é o caminho!!!!!!”*
(Carta de Princípios da Ocupação Manoel Congo)

Conforme a minha orientação teórica e metodológica, a finalidade de uma pesquisa científica é explicar a realidade. Por isso, seja qual for o recorte da investigação, o ponto de partida da análise é o concreto. A teoria deve ser feita a partir do empírico e não ao contrário. Então, não poderia começar esta dissertação de outra maneira. Neste primeiro capítulo, apresentarei o meu objeto de estudo: a Ocupação Manoel Congo.

Começarei com a exposição das anotações do meu diário de campo, fruto da minha observação não-participante. Além de expor tudo que observei dos aspectos físicos e sociais na ocupação das vezes que estive lá, quero compartilhar com meu/minha leitor/a os percalços e desafios que passei para realizar esta pesquisa, sobretudo a parte das entrevistas.

Em seguida, apresentarei a história, o perfil e a dinâmica da ocupação. Essa parte foi escrita baseada nas entrevistas que fiz e na revisão de literatura. Consultei dissertações, teses, artigos, documentos, jornais e *sites* na internet – sobretudo o *blogspot* do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN).

Por fim, ainda baseado nas entrevistas, análise documental e revisão bibliográfica, abordarei com maior foco o processo de compra e requalificação do prédio onde está a ocupação. Um processo que concebe a moradia como uma mercadoria, ou seja, como uma forma de se obter lucro – e não como um meio indispensável para atender as necessidades materiais de qualquer pessoa. Esse será o elo com o segundo capítulo, onde discutirei mais detidamente o processo de financeirização do espaço urbano.

Dessa maneira, a partir da compreensão da lógica mercantil que pauta a urbanização capitalista e a atuação da Ocupação Manoel Congo nesse cenário, espero compreender como se dá a luta de classes na cidade do Rio de Janeiro. E, assim, oferecer uma contribuição teórica que, mesmo que minimamente, auxilie os/as trabalhadores/as em suas lutas.

1.1. Abrindo meu caderno de campo: o empírico como ponto de partida

Em 30 de março de 2022 fiz contato, via *Whatsapp*, com duas ocupantes da Ocupação Manoel Congo para marcar uma primeira visita e conversa: Lurdinha e Elisete. A primeira visualizou minha mensagem e não respondeu. A segunda pediu-me para que entrasse em contato novamente depois do dia 10 de abril, pois até lá estaria fora, para que marcássemos. Assim, no dia 12 de abril enviei outra mensagem pelo *Whatsapp* para Elisete para marcarmos. Ela disse que estaria disponível de segunda à sexta, depois das 16h. Então, marquei com ela para o dia 18 de abril (segunda-feira), às 16h.

Depois eu descobri que a Ocupação possui dentro do prédio um restaurante popular, chamado Tuia Café Cultural, com horário de funcionamento das 11h30 às 15h. Dona Elisete trabalha como cozinheira lá, por isso ela disse que só poderia me receber após às 16h. Uma das principais bandeiras do MNLM-RJ é o cooperativismo: além da habitação, a ocupação deve ter iniciativas que gerem trabalho e renda para os/as ocupantes.

Como imaginei que poderia ter dificuldades de achar a ocupação, programei-me para chegar mais cedo, caso precisasse gastar tempo procurando, já que também conheço pouco da cidade do Rio. Porém, localizei a ocupação de maneira muito fácil, jogando o endereço no aplicativo *Google Maps*. Além disso, a Manoel Congo possui uma placa na entrada, que diz: “Ocupação Manoel Congo. É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, de observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias. Sonhos, acredite nele.” Na placa também é possível ver uma imagem de Manoel Congo e o símbolo do Movimento Nacional da Luta por Moradia (MNLM). Assim, a primeira impressão que tive foi de um local de resistência, situado politicamente à esquerda.

A ocupação fica numa rua estreita. Bem na sua frente há o pequeno bar “Pingo de ouro”, um bar frequentado por trabalhadores/as, e o Teatro Ducina. Todas as vezes que fui à Ocupação havia alguma peça em cartaz, logo pensei na facilidade que os/as ocupantes têm para acessar esse tipo de cultura. De um lado da ocupação, parede com parede, há uma lanchonete, sem nenhuma placa de identificação e do outro está a Câmara de Vereadores.

Como meu encontro com Elisete estava marcado para às 16h e às 15h30 eu já havia localizado a Ocupação, decidi me sentar em um banco na Cinelândia e observar o movimento até a hora do meu encontro. Para mim, que não sou da cidade do Rio de Janeiro e vou poucas vezes até lá, quando penso em Rio meu primeiro pensamento é de um lugar “perigoso”, devido

a sempre ver notícias de roubos, furtos, homicídios no local – o que contrasta com o ambiente em que nasci e fui criado: Cachoeiras de Macacu, uma pequena cidade no interior do Estado.

Por isso, a primeira característica que me chamou a atenção enquanto eu estava na Cinelândia é que em nenhum momento me senti inseguro, pareceu-me um lugar tranquilo. Havia um bom fluxo de pessoas passando pelo local, imaginei que a maioria pudesse ser de trabalhadores/as. Também havia alguns turistas tirando fotos do Teatro Municipal e de outras construções antigas. Na esquina da rua da Manoel Congo há o bar Amarelinho da Cinelândia, reduto e ponto de encontro da esquerda carioca, que estava bem movimentado e o preço da maioria dos pratos estava na faixa dos 40-60 reais.

Às 15h55 me dirigi à Ocupação. O portão estava trancado, mas pelo seu vidro era possível ver um longo corredor com uma mulher sentada ao final. Toquei o interfone. Esperava que ela fosse me perguntar quem eu era. Estava preparado para me apresentar, mas só por tocar o interfone, ela já abriu o portão para mim.

Percorri todo o corredor. A mulher estava sentada numa cadeira de plástico, havia uma mesa de madeira com um computador e um caderno. Um pequeno ventilador refrescava o ambiente ao fundo. A escada que dava acesso ao segundo andar do prédio ficava bem ao lado da portaria e os elevadores um pouco mais a frente.

O nome da mulher era Carmem e também era uma das ocupantes. Ela me contou que está na Manoel Congo desde o começo e que os/as ocupantes sempre revezaram para ficar na portaria. Assim, à primeira vista, pareceu-me que os/as moradores do local possuíam uma boa harmonia no trabalho coletivo.

Foi possível ver na parede um cartaz com a escala de plantões. Carmem ligou para Elisete para comunicar que eu estava ali. Em poucos minutos ela apareceu e me perguntou se eu queria conversar na residência dela ou no auditório, eu respondi para fazermos a entrevista onde fosse melhor para ela, então, ela me levou até sua residência. Assim, subimos de elevador até o décimo andar, o último do prédio.

Importante destacar que fui muito bem recebido por essas duas primeiras ocupantes que conheci. Ambas eram mulheres, negras e aparentam ter por volta de 50 anos. Quando chegamos na residência da Elisete, ela disse que eu poderia ficar à vontade. Ela fez café e me ofereceu biscoitos. Era um apartamento pequeno, mas aconchegante. Sentamo-nos no sofá da sala e começamos a conversar.

Ela começou me contando como foi o processo de ocupação do prédio. Relatou-me que desde o início eles/as integram o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) e que, durante dois anos, faziam reuniões quinzenais para organizar suas ações, até a ocupação

do prédio, em 2007, por quarenta e duas famílias. Ela fez questão de mencionar que o MNLM possui atuação em vinte e dois Estados brasileiros e me aconselhou a procurar seu *blog* na internet. Com a ocupação já estabelecida, os/as ocupantes passaram a fazer assembleias mensais, no auditório do prédio. Perguntei se poderia assisti-las, mas Elisete, de forma educada e gentil, disse que “seria difícil”, porque era “assunto deles”.

Elisete pareceu-me uma pessoa politizada e que já estava acostumada a ter esse tipo de conversa. Ela me contou que outras pessoas já pesquisaram (n)a Ocupação Manoel Congo, o que confirmou minha suspeita de que ela já estava familiarizada a receber pesquisadores/as. Ela chegou a me citar os exemplos das dissertações de Henrique Fornazin (2014), em Ciências Sociais na UERJ, e Irene Mello (2014), em Planejamento Urbano e Regional na UFRJ.

Então, sem que eu perguntasse, ela começou a me falar mais sobre sua vida pessoal: seu marido também faz parte do movimento desde o início e seu filho foi criado na ocupação. Seu filho casou-se com uma não-ocupante que, após o casamento, foi morar na Ocupação. Os recém-casados não pensavam em morar em outro lugar, porque consideravam a Ocupação bem localizada, no centro na cidade, perto de opções de lazer, escolas, mercados, hospital, rodoviária, metrô e, principalmente, do trabalho - o filho de Elisete é enfermeiro e trabalha em um posto de saúde nas redondezas.

Elisete também me contou que é formada em Direito pela Faculdade Evandro Lins Silva (atual IBMEC) e fez uma pós-graduação *lato sensu* em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR/UFRJ, oportunidade em que teve aulas com Carlos Vainer e Alex Magalhães, duas referências nos estudos urbanos. Lembrei da placa na entrada do prédio e perguntei se ela e a ocupação eram comunistas. Ela me respondeu com um categórico “sim”, afirmou que se orgulhava disso, inclusive.

Entretanto, ela me relatou que a ocupação “não é mais tão comunista como antes”. Os/As ocupantes não se organizavam e trabalhavam em conjunto com a mesma força de antes. Ela acredita que isso se deu devido à reforma que houve no imóvel. Após ocuparem o local, os/as ocupantes passaram quatro anos num processo de reintegração de posse do prédio. Nesse período, sofreram várias tentativas de remoções.

Em 2011, o prédio foi contemplado para ser reformado por meio do Programa Minha Casa Minha Vida. Antes, ficavam cinco famílias por andar e “não havia nem chaves para portas”, o que indica um local com baixa privacidade. Com as obras, dividiu-se as moradias e, desde então, os/as ocupantes passaram a ter atitudes mais individualistas em detrimento do coletivo. Em todo esse período, pessoas saíram e outras chegaram, também. O que mudou um pouco o perfil inicial do movimento.

Ela me contou, inclusive, que havia apoiadores/as de Bolsonaro na ocupação. Nesse momento, eu disse que, por conta da minha pesquisa, gostaria de entrevistá-los/as. Perguntei se poderia entrevistá-la futuramente e se ela poderia me apresentar os/as “apoiadores/as de Bolsonaro” para que pudesse entrevistá-los/as também.

Prontamente, ela aceitou o convite para a entrevista. Também disse que tinha uma amiga, Lurdinha, que com certeza também aceitaria ser entrevistada. Assim como ela, Lurdinha está desde 2007 na Ocupação. Entretanto, entrevistar os/as ocupantes bolsonaristas seria difícil, porque eles/as são “mais fechados/as” e, por isso, ela acreditava que não aceitariam o convite.

Por fim, Elisete me contou que a ocupação possui uma Carta de Princípios, que não poderia me mostrar naquele momento porque “precisava procurar onde botou”, mas que se eu quisesse, poderia lhe pedir por *Whatsapp* e depois que ela me enviaria. Eu me despedi de Elisete e fui embora, sozinho. Quando passei pela portaria, já era outra ocupante que estava na função de porteira. Dias depois, fiz duas tentativas de contato com Elisete pedindo a Carta de Princípios, mas ela não me enviou.

No dia 05 de julho de 2022, terça-feira, realizei minha segunda visita à Ocupação. Dessa vez sem marcar previamente com nenhum/a dos/as ocupantes. Dessa maneira, entendi que uma boa forma de entrar e conhecer melhor o campo de pesquisa era visitar o Tuia Café, o restaurante da ocupação, localizado na sobreloja do prédio e com entrada pela Rua Evaristo Veiga, nº 17.

O espaço foi inaugurado em setembro de 2021, com o objetivo de apoiar financeiramente as famílias da Ocupação e baratear os custos do prédio. Funciona de segunda à sexta-feira, de 11h30 às 15h, servindo almoço por um preço acessível: os pratos custam vinte, vinte três ou vinte e cinco reais. Todos/as os/funcionários/as são moradores/as da ocupação. Há a intenção de expandir o Tuia Café para o andar de baixo e também começar a servir café da manhã. O objetivo é empregar o maior número de ocupantes possível.

Ao comunicar meu orientador que faria essa visita, ele se prontificou a ir comigo e, assim, marcamos de nos encontrar lá. Cheguei no local às 14h20. Na entrada havia uma placa com os dizeres “Conjugando o verbo esperar” e o cardápio do dia. Subi a escada e, apesar de já estar na reta final do expediente, o local estava relativamente cheio, com mais da metade das mesas ocupadas. Dos três pratos do dia, um já havia acabado, o que indica que o movimento foi bom. Enquanto esperava meu almoço e observava o ambiente, consegui contar cinco funcionários e notei uma placa do MNLM no balcão.

Aproximadamente vinte minutos depois de mim, chegou o meu orientador e começamos a conversar sobre a pesquisa e a Ocupação. Depois de almoçar, no momento de

pagar a conta, perguntei à ocupante/funcionária que estava no caixa se Elise estava. Ela, que estava na cozinha, veio falar comigo e, novamente, foi muito receptiva. Disse que não conseguiu me enviar a Carta de Princípios, mas faria isso.

Elisete nos contou - para mim e para meu orientador – que no dia 07 de julho de 2022 haveria um grande comício do então presidenciável Lula na Cinelândia e, por conta disso, havia sido feita encomenda ao Tuia Café de aproximadamente 250 quentinhas, até por pessoas de outros Estados. Tal comício aglutinou cerca de 50 mil pessoas²⁵, o que demonstra o que já destacamos nesta dissertação: a Cinelândia é um centro histórico e político do Rio de Janeiro, de modo que ocupá-la - como fez a Manoel Congo – além de simbólico, é estratégico.

Enquanto conversávamos, outra ocupante – outra mulher negra, na faixa dos 60 anos – chamada Elise aproximou-se e, junto com Elisete, contou um pouco da história da ocupação e do restaurante. Também contaram que a ocupação possui um espaço em que promovem eventos culturais, chamado Casa de Samba Mariana Crioula. Elisete começou a falar sobre a urbanização do Rio de Janeiro e sobre o direito à cidade (sem utilizar esse termo).

Ela fez críticas às parcerias público-privadas (PPP), à especulação imobiliária, dizendo que nessa lógica os custos são coletivos e os benefícios são privados. Ela defende que a cidade deve ser feita para as pessoas. Especificamente, ela criticou o Projeto Reviver Rio, realizado por Eduardo Paes, prefeito do Rio (2021-2024), afirmando que possui a mesma lógica do projeto feito para a Zona Portuária do município, o Projeto Porto Maravilha.

Em seguida, uma outra ocupante, Elci - mulher, branca, na faixa dos 60 anos -, entrou na conversa – logo depois, Elisete pediu licença para voltar para a cozinha. Dona Elci relatou que está na Ocupação desde o início e se emocionou contando sobre como foi o dia em que ocuparam o imóvel. Relatou a adrenalina que sentiu na ação de ocupar o prédio, o medo de que algo desse errado.

Depois de já me apresentar como um pesquisador da UFF, perguntei se ela toparia conceder uma entrevista. Em princípio, ela recusou. A minha percepção foi a de que ela recusou por conta da vergonha. Insisti mais um pouco e ela aceitou. Peguei o contato dela. Logo depois chegou Lurdinha – foi com ela que eu havia tentado fazer contato por *Whatsapp* e não havia conseguido. Mas não chegamos a trocar muitas palavras porque quando ela chegou já estávamos todos nos despedindo. Saí do restaurante às 15h50.

Nessas duas visitas que fiz à ocupação, o que me chamou a atenção é que todas as ocupantes que conheci eram mulheres e aparentando ter entre 50 e 70 anos. Duas delas são

²⁵ <https://revistaforum.com.br/politica/2022/7/7/lula-reune-50-mil-na-cinelndia-no-rio-de-janeiro-119867.html>

lideranças do movimento: Elisete e Lurdinha. No segundo semestre de 2022, tive dificuldades de retornar à ocupação pelos seguintes motivos: (i) em princípio, eu contava com o transporte universitário da minha cidade, Cachoeiras de Macacu, para ir até lá. Trata-se de ônibus gratuito ofertado pela prefeitura para levar e trazer os/as universitários/as cachoeirenses a Niterói – estando lá, eu conseguiria ir e voltar da ocupação apenas pegando uma tarifa da barca. O ônibus universitário diminui – e muito – o tempo e dinheiro gastos para eu ir até o Rio. Entretanto, a Prefeitura deixou de ofertar esse serviço abruptamente, o que afetou toda a logística que eu havia feito; (ii) a grande quantidade de disciplinas (oito) do PPGDC demandou mais tempo de mim do que eu previa. Uma disciplina obrigatória, por exemplo, exigiu que eu passasse três meses fazendo resumos de um livro por semana, muitas vezes em língua estrangeira. Soma-se a isso a realização do estágio docência (feito por três semestres, sendo dois deles facultativamente), participação em grupo de pesquisa, atividades complementares e as leituras/fichamentos para esta dissertação.

Dessa maneira, a minha terceira visita à ocupação ocorreu em 26 de janeiro de 2023, uma quinta-feira. Fui sem avisar previamente. Eu sentia medo de como seria recepcionado, devido ao lapso de tempo que fiquei sem ir à ocupação. Tinha receio de não lembrarem mais de mim ou parecer alguém que não se preocupa com a luta do movimento. Inicialmente, pensei em chegar na portaria, apresentar-me e conversar com quem estivesse lá. Entretanto, no ônibus a caminho do Rio de Janeiro, pensei que a melhor forma de me reaproximar e restabelecer contato seria indo ao Tuia, ao restaurante.

Cheguei ao local às 13h30 – bem mais cedo do que a última vez que estive lá. Dessa vez, o ambiente estava lotado. Sentei na última mesa vaga. Todas as outras mesas estavam ocupadas por grupos. O ambiente tinha um clima familiar, as pessoas comiam e conversavam descontraídas. Eu era o único que estava sem companhia. Reparei que havia três funcionários: duas mulheres e um homem. O trio era negro e aparentava estar na faixa dos 40 ou 50 anos. Uma mulher trabalhava exclusivamente no salão, anotando e levando os pedidos dos/as clientes. A outra mulher e o homem revezavam entre trabalhar no salão e ficar no balcão recebendo os pagamentos. Eram três funcionários novos para mim, eles não estavam lá na última vez que estive no restaurante.

As opções no cardápio do dia eram frango com quiabo – por vinte e três reais –, strogonoff de carne – por vinte e cinco reais –, e gratinado de legumes – por vinte e três reais. Todos os pratos tinham acompanhamentos. Do momento em que me sentei até ser atendido passaram, aproximadamente, dois minutos. A mulher que ficava exclusivamente no salão me atendeu. Pedi um strogonoff de carne e um suco de limão.

Meu pedido demorou de vinte a trinta minutos para ficar pronto. Enquanto isso, fiquei observando a movimentação do local. Uma das mulheres orientava o trabalho da outra mulher (que me atendeu) e do homem: “leva o pedido para mesa tal”, “vai na cozinha fazer tal coisa”, “já fez tal tarefa?”. Ela exercia um papel de liderança no ambiente.

Reparei que mesmo após terminarem suas refeições, os/as clientes não tinham nenhuma pressa de embora. Do término da refeição até o pagamento da conta, passavam-se vários minutos. Isso demonstrava que não era apenas eu que sentia aquele lugar aconchegante. Mesmo assim, quando meu pedido chegou o ambiente já estava mais vazio. Havia quatro mesas desocupadas.

Em aproximadamente quinze minutos terminei de comer. A mesma funcionária que anotou meu pedido veio retirar o prato. Elogiei a comida, que, de fato, estava muito boa. Depois me dirigi ao balcão para pagar a conta. Os três funcionários estavam ali. Nesse momento, apresentei-me. Disse meu nome, falei que estudava na Universidade Federal Fluminense e que pesquisava ocupações urbanas. O funcionário e uma funcionária saíram de perto. Acredito que não por eu ter me apresentado, mas porque tinham coisas do trabalho para fazer. A funcionária que anotou meu pedido continuou me atendendo.

Eu disse que pagaria no cartão de crédito e enquanto ela preparava a máquina para passar o cartão, continuei puxando assunto. Falei da minha pesquisa, que gostaria de conversar. Perguntei se poderíamos marcar essa conversa. Nesse momento a senti um pouco tímida e nervosa. Nesse momento ela se apresentou: chamava-se Raquel, mas ela disse que não era a melhor pessoa para falar da ocupação, que “tinha gente melhor”. Eu enfatizei que escutá-la seria muito importante para mim. Ela continuou na defensiva.

Então, ela disse que ia na cozinha “chamar uma pessoa boa para falar comigo”. Eu disse que não precisava, que a pessoa devia estar ocupada trabalhando e eu não queria atrapalhar. Ela disse que “tá tudo bem, ela vai vir aqui falar com você”. E, em seguida, gritou em direção à cozinha: “Elisete! Elisete! Elisete tá aí? Chama ela aqui rapidinho, por favor”. Nesse momento fiquei nervoso, perguntando-me o que a Elisete pensaria ao me ver. Pensei que ela não lembraria mais de mim.

Poucos segundos depois, Elisete apareceu na porta da cozinha. Nesse momento, Raquel disse: “o moço quer conversar sobre a ocupação”. Elisete respondeu: “eu conheço ele, ele é pesquisador”. Escutar isso foi um alívio, fiquei feliz que ela lembrava de mim. Em seguida, perguntou: “o que você quer, filho?”. Respondi que após as conversas informais que já tivemos, estava querendo entrevistá-la. Sua resposta foi “vamos marcar”.

Comentei que eu gostaria de entrevistar o maior número possível de ocupantes. Elisete, então, falou: “vai ser difícil, porque eles não estão abrindo a porta nem pra gente, imagina pra você”. Mas depois disse: “a Raquel pode falar com você”. Elisete, então, retornou para a cozinha, mas antes combinamos de marcar a entrevista. Nesse dia, senti Elisete menos receptiva que das outras vezes. Ela sempre foi educada e sempre se mostrou disposta a colaborar, mas senti uma atitude de “vamos fazer isso logo para eu me livrar disso”.

O restaurante, nessa hora, estava menos movimentado, com menos clientes para serem atendidos. Então, conversei brevemente com Raquel. Antes ela estava muito na defensiva, senti que ela estava com receio de falar comigo. Depois que Elisete disse que me conhecia e que era para ela falar comigo, senti Raquel muito mais aberta, muito mais confortável.

Elisete, além de ser uma liderança da ocupação, também é uma liderança no Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) no Rio de Janeiro. Implicitamente, senti que ela deu uma “autorização” para Raquel. Autorização entre aspas, porque não acredito que tenha sido algo previamente combinado, do tipo: “você só vai conversar sobre a ocupação com quem eu autorizar”.

O que me pareceu é que Elisete exerce um papel de liderança tão forte, que naturalmente alguns/algumas ocupantes só se sentem seguros/as para conversar com alguém “de fora” com a validação dela. A ocupação já tem um histórico de dezesseis anos de luta, houve muita luta para eles/as permanecerem ali, sobretudo contra o Estado. Então, penso ser normal essa atitude desconfiada e defensiva com alguém “de fora”, ainda mais porque ela estava me vendo pela primeira vez.

Em todo caso, Raquel aceitou ser entrevistada. Ela me perguntou sobre o que eu queria saber especificamente, para ela “poder se preparar”. Eu respondi que queria saber mais sobre como foi o processo de compra e requalificação do prédio, sobre a luta para permanecerem no local, dos impactos que o Programa Minha Casa Minha Vida trouxe para o dia a dia dos/as moradores/as.

Então, ela me deu seu número do *WhatsApp* e nos despedimos. Quando peguei o ônibus para ir para casa, mandei um “oi” para ela por esse aplicativo. Ela respondeu dizendo que salvou meu número. Combinamos de marcar a entrevista depois e nos despedimos.

Na primeira segunda-feira seguinte, 30 de janeiro de 2023, mandei mensagem novamente, via *WhatsApp*, para marcamos entrevista. Frisei que faríamos quando fosse melhor para ela, no dia e hora que ela escolhesse. Além de não querer atrapalhar nenhum de seus compromissos, eu me preocupava em deixá-la o mais confortável possível. Mas ela não me respondeu, apesar de ter visualizado a mensagem.

No dia 31 de janeiro de 2023 ocorreu a mesma coisa: enviei mensagem, ela visualizou e não respondeu. No dia 02 de fevereiro, novamente tentei o contato. Ela respondeu dizendo que naquela semana não podia, para eu entrar em contato novamente na próxima. Assim, nos dias 06, 07, 08 e 15 de fevereiro enviei mensagem via *WhatsApp*, mas em todas essas tentativas ela visualizava, mas não me respondia. Isso me fez refletir sobre os desafios de se fazer uma pesquisa empírica, em como o campo é incontrolável. Eu considerava aquela entrevista como certa, devido à conversa que tivemos pessoalmente, mas a dificuldade para marcá-la era enorme. E o prazo para eu concluir minha dissertação ia passando... enfim, eu acreditava que não conseguiria mais entrevistá-la, que algo havia acontecido e por isso ela teria desistido de falar comigo.

Nesse meio tempo, em 15 de fevereiro de 2023, fiz contato com Elisete via *WhatsApp* para marcarmos a entrevista. Ela disse que iria viajar naquela semana, para eu fazer contato depois. Assim, falamos novamente no dia 27 de fevereiro e marcamos a entrevista para 02 de março, às 16h.

Na data marcada, cheguei na Cinelândia às 15h, havia barracas vendendo roupas e produtos artesanais. A primeira barraca estava bem em frente ao restaurante Amarelinho da Cinelândia e seguia ao longo da praça. Como cheguei cedo, passei o tempo olhando as barracas até chegar perto do horário combinado.

Assim, às 15h40 cheguei na Ocupação Manoel Congo. Dessa vez não fui ao restaurante, fui direto na entrada principal, na Rua Alcindo Guanabara, nº 20. O portão estava trancado, toquei o interfone. Diferente da última vez que estive lá, precisei me apresentar e dizer o que queria. Disse meu nome e que havia marcado de encontrar Elisete. Quando fiz isso, o portão foi aberto.

Caminhei pelo extenso corredor que levava até a portaria. A pessoa na portaria era diferente da que estava na minha última visita, mas também era uma mulher, negra, que parecia estar na faixa dos trinta anos. Quando me aproximei e a cumprimentei, ela perguntou: “qual seu nome mesmo?”. Depois de eu dizer, ela pegou um celular e ligou para Elisete. O celular parecia ser de uso pessoal dela e não da ocupação. No local tampouco havia telefone fixo. Para ser mais preciso, no meio do corredor que leva à portaria há um telefone igual àqueles dos antigos orlhões, mas que não funcionava.

A porteira disse para eu aguardar ali, que Elisete estava vindo. Pensei em puxar assunto com ela, mas imediatamente após falar comigo, a mulher colocou dois fones de ouvido. Então, desisti. Pensei que se tentasse uma conversa, estaria sendo inconveniente. Interpretei a atitude

de colocar os fones como uma demonstração de que ela não estava aberta para “trocar uma ideia”.

Enquanto esperava, fiquei observando o local. Reparei que não havia mais o cartaz com a escala da portaria. Em seu lugar, havia um cartaz proibindo os/as porteiros/as de deixarem as pessoas irem para o restaurante Tuia passando por dentro da ocupação. Quem não mora no prédio só pode acessar o restaurante pela entrada da Rua Evaristo Veiga. Também havia um aviso de que “o elevador está quebrado desde semana passada”, mas não havia data no aviso. Então, não dava para saber quando ele foi colado e, conseqüentemente, há quanto tempo o elevador estava com problemas.

Outra novidade, na parede havia folhas demonstrando as despesas da ocupação. Consegui contar seis folhas. Imaginei que seriam referentes aos seis últimos meses, mas não. Havia despesas de maio de 2022 a janeiro de 2023, mas alguns meses estavam faltando. E a disposição dos papéis na parede não seguia uma ordem cronológica.

Sobre as despesas da ocupação, Maria de Fatima Tardin, uma arquiteta amiga dos/as moradores/as e que já prestou serviço para eles/as, relatou-me em entrevista que eles/as têm uma despesa mensal absurda e que o prédio não poderia ser tratado como um condomínio normal, mas sim como um condomínio de interesse social, com tarifas populares.

Havia todo tipo de despesas ali: materiais de informática, papelaria, ferramentas, remédio para rato. Além das despesas com água e luz. As contas de energia variavam entre nove e treze mil reais. Então, foi possível perceber que ali estavam as despesas do coletivo da ocupação, ou seja, de gastos que vão beneficiar todos/as os/as moradores/as. Nenhuma despesa individual.

Ainda enquanto eu esperava, chegaram três moradores – homens, jovens e negros – de bicicleta. Eles não chegaram juntos. Todos guardaram suas bicicletas em uma sala que havia no meio corredor que levava à portaria. Até esse momento, eu não tinha reparado nessa sala. Vi que a sala estava repleta de bicicletas.

As *bikes* pareciam ser um meio de locomoção muito utilizado pelas pessoas que moram ali. Deduzi, então, que os locais que os/as moradores/as frequentavam eram ali perto. Tal dedução me fez pensar em como morar no centro da cidade facilita o acesso ao mercado de trabalho, a áreas de lazer e equipamentos culturais.

Nesse meio tempo também chegou uma encomenda para um dos moradores. A porteira assinou um documento acusando o recebimento e deixou a entrega em cima da mesa. Não havia, ali, nenhum lugar para guardar esse tipo de coisa. Então, acredito que, nesses casos, as encomendas simplesmente fiquem ali em cima de mesa até o/a destinatário/a ir lá pegar.

Depois de esperar por, aproximadamente, vinte minutos, Elisete apareceu. Ela estava no segundo andar e gritou dizendo para eu subir. Ela demorou bem mais a chegar do que da última vez que marquei de encontrá-la. Isso foi uma pequena amostra da falta que o elevador faz. Elisete morava no décimo andar e desceu até ali pelas escadas.

Quando cheguei no segundo andar, depois de nos cumprimentarmos, eu a segui por um corredor até que chegamos no auditório. É este o lugar onde ocorrem as assembleias ou qualquer outra atividade coletiva na ocupação. Havia uma grande mesa com quatro cadeiras na frente. Todas as demais cadeiras formavam um círculo. Essa arrumação transmitia a ideia de um espaço democrático e horizontal.

As cadeiras em círculo colocavam todos em igualdade. Todos os presentes seriam vistos, não havia onde alguém pudesse se sentar e não ser notado. Mesmo assim, quem se sentasse em uma das cadeiras atrás da mesa, estaria em posição de destaque.

Na entrada do local era possível ver uma placa azul com detalhes e letras brancas: “Auditório Miguel Lanzellotti Baldez. Uma homenagem dos moradores da Manoel Congo. 13/12/2017”. O homenageado foi um procurador do Estado e advogado popular com um histórico de luta pela terra e moradia ao lado dos movimentos sociais.

Dentro do auditório, atrás da mesa, numa parede vermelha, havia um cartaz branco com a seguinte citação:

A ocupação coletiva é pois, em si mesma, ato de sujeito coletivo, portanto político, e de rupturas com o subjetivismo individualizante do direito burguês; cria novo modo de aquisição da propriedade, rompendo com o conceito de venda e compra que está no bojo da aquisição entrevivos da propriedade; e submete a propriedade à necessidade e antecedência da posse.
Miguel Lanzellotti Baldez

No cartaz, abaixo desta citação, havia uma foto do homem que dá nome ao local segurando a placa que havia na entrada²⁶. Ainda na parede do centro, atrás da mesa, mas mais para direita havia um cartaz da Ocupação 09 de novembro – outra ocupação do MNLM-RJ, na cidade de Volta Redonda/RJ. Na parede esquerda havia cartazes do próprio MNLM-RJ e da Cooperativa Liga Urbana – responsável por gerir projetos de trabalho, cultura e lazer.

Quando entramos no auditório, Elci, uma moradora – mulher, branca, aparentemente na faixa dos cinquenta anos – estava no canto direito do auditório alongando-se em cima de um pequeno colchonete. Achei que ela fosse ficar tímida ou se incomodar com nossa presença, mas a cumprimentamos e ela continuou alongando-se normalmente, como se não estivéssemos ali.

²⁶ Miguel Baldez foi advogado popular que atuou junto aos movimentos sociais na luta pela terra e pela moradia. Foi um dos pioneiros do direito insurgente.

Naquele momento, pensei em quando terminar a entrevista com Elisete abordar Elci, porém, antes disso, ela foi embora. Despediu-se dizendo que “ia buscar as crianças”.

Do lado esquerdo do cômodo havia um pequeno corredor, há um banheiro no meio do corredor e, ao fim, um pequeno cômodo que eu acredito ser um local onde eles/as deixam comida ou preparam um café quando tem algum evento ali.

Já lá dentro, caminhamos até a mesa, Elisete ligou o ventilador da parede ao fundo e puxou uma cadeira para sentar-se. Eu puxei outra. Depois de trocarmos poucas palavras, começamos a entrevista. Eu preparei um roteiro com trinta perguntas. O intuito não era ser uma entrevista “engessada”. O intuito das perguntas previamente elaboradas era dar um norte para a conversa, sem, contudo, cercear as falas da entrevistada. Eu já imaginava que as respostas dela levantariam pontos e questões que eu não havia pensado antes, o que, de fato, ocorreu.

A entrevistada me relatou que está na ocupação desde o seu início (2007) e que está no MNLM desde 2000. Ela fez questão de frisar que há diferença entre ocupação e movimento. Elisete contou que já começou no movimento como coordenadora, praticamente, por causa de sua experiência prévia no movimento de favela²⁷. Ela nasceu e foi criada no Estácio, no morro de São Carlos e depois que se casou foi morar na Comunidade Cantagalo, em Copacabana/Ipanema, Zona Sul. Sobre seu dia a dia na ocupação, ela disse o seguinte:

A minha rotina é uma rotina de trabalho. Eu me levanto de manhã, faço as coisas da minha casa, tomo meu café, deço para cozinha. Trabalho na cozinha, subo de noite, já tem reunião. A gente vive muitas reuniões, porque como não é só... é que as pessoas acham a ocupação organizada, bonitinha, acha que é moleza. Mas não é, não, você coordenar uma ocupação com 42 famílias, 118 adultos mais 27 crianças é trabalho à beça. (ELISETE, entrevista concedida a mim em 02/03/2023).

No meio da entrevista, o telefone celular da entrevistada tocou. Nesse momento, eu pausei a gravação para respeitar a privacidade dela. Entretanto, tratava-se de um assunto sobre a ocupação e, por isso, julgo pertinente mencionar aqui. O elevador da ocupação estava quebrado. Quem estava falando com Elisete ao telefone era uma funcionária da empresa que instalou o elevador. Elisete deixou claro que estava muito insatisfeita com o serviço e fez inúmeras reclamações. Disse que “se pudesse contrataria outra empresa”.

²⁷ “E, de fato, constatamos que muito antes das obras da ocupação, antes mesmo da ocupação e de seus moradores ingressarem no MNLM, já haviam experienciado esse modo de viver. Com o completo descaso do poder público, nas favelas em que moraram a atividade mutirante, a ajuda mútua, é praticamente a forma estabelecida de viver em comunidade. Afinal, só podem contar uns com os outros. Criam-se redes de apoio, via associações de moradores ou outros tipos de organização autogeridas que permitem a essa população pobre a sobrevivência, o básico: comida, manutenção de moradias precárias, água etc.” (NEPOMUCENO, 2022, p. 218).

Essa ligação deixou claro, para mim, o papel de liderança que Elisete exercia na ocupação. O “problema do elevador” que diz respeito a todas as pessoas que vivem no prédio estava sob encargo de Elisete resolver. A funcionária, *a priori*, poderia ter ligado para qualquer outro/a ocupante, mas ligou para Elisete. Claro, a ocupação é coletiva, as decisões tomadas em assembleias, mas essa ligação deixou nítido que Elisete era uma das pessoas que “botavam a cara” para resolver os problemas da ocupação, sobretudo quando estes envolviam lidar com “pessoas de fora”.

Depois, o telefone chegou a tocar mais uma vez, novamente era a tal funcionária. A segunda conversa foi bem parecida com a primeira: reclamações sobre o elevador quebrado. Durante a entrevista, Elisete recebeu diversas mensagens no *WhatsApp*, em alguns momentos ela falava comigo e respondia as mensagens ao mesmo tempo. Deu para notar que ela é muito requisitada – por ser uma liderança do MNLM-RJ e da Ocupação Manoel Congo, acredito eu.

Quase no final da entrevista, chegou uma mulher no auditório – branca, aparentemente na faixa dos cinquenta anos. Elisete a recebeu muito bem. Pareceram boas amigas. Deu para perceber que ela não era uma ocupante, mas era alguém acostumada a frequentar a ocupação. Ela perguntou se Elisete estava ocupada, ela respondeu “Tá acabando já. Já vou te dar toda a atenção”. De fato, a entrevista, nesse momento, já estava caminhando para o final – inclusive, a entrevistada respondeu todas as perguntas que fiz sem hesitar, em algumas deu respostas sucintas, em outras divagou mais. Aliás, Elisete aproveitou para dizer a sua amiga: “Não vou nem mandar você subir, porque a gente tá sem elevador, né?”

A entrevista encerrou-se. A amiga da entrevistada aguardou até o final. Elisete ofereceu-me água, nos fundos do auditório havia um filtro de água que eu, até então, não havia reparado. Saímos os três pelo corredor. Elisete convidou sua amiga para ir até sua casa, no décimo andar. No momento de ir embora, notei que a mulher estava com algumas bolsas. Ofereci-me para levar, mas ele recusou. Insisti algumas vezes, mas a mulher disse que realmente não precisava. Então, despedi-me das duas e desci para térreo enquanto elas subiram as escadas. Quando cheguei na portaria, havia dois homens conversando com a porteira. Cumprimentei a todos e fui embora. Enquanto caminhava pelo corredor que levava até o portão, cruzei com as outras pessoas. Todas adultas. Pareciam estar chegando do trabalho.

No dia 08 de março de 2023, consegui fazer contato, via *WhatsApp*, com outra liderança da Ocupação Manoel Congo e do MNLM-RJ, Lurdinha. Marcamos uma entrevista para 13 de março, às 15h. Cheguei às 14h48 na Cinelândia. Havia uma quantidade imensa de carros em frente à Câmara de Vereadores e uma movimentação de pessoas que não havia nas outras vezes que estive ali. Imaginei que alguma sessão deveria estar ocorrendo, mas, depois,

quando fui conferir no *site* da própria Câmara, não havia nenhuma sessão marcada para aquele dia. Então, perguntei-me o porquê daquela movimentação incomum.

Enfim, fui direto para a ocupação. Deu para ver, pelo vidro do portão, que era a mesma porteira da última vez que estive lá. Perguntei-me se ela lembraria de mim. Toquei o interfone, apresentei-me e disse que tinha um encontro marcado com Lurdinha. Na última vez, quando fui encontrar com Elisete, a porteira me deixou entrar e esperar na portaria. Agora, precisei esperar do lado de fora, no portão.

Nesse meio tempo, chegaram uma menina – com uniforme de escola pública – e um homem adulto. Ambos negros. Depois de dois minutos, aproximadamente, a porteira entrou em contato dizendo que ela pediu para eu entrar pela entrada da Rua Evaristo da Veiga, nº 17, ou seja, pelo Tuia Café. Até então, eu não sabia que Lurdinha trabalhava lá.

Assim, entendi porque precisei esperar no portão, porque ela não estava em casa. Quando fui encontrar Elisete, ela já estava em casa, então, pude esperar do lado de dentro, na portaria. Logo, deu para perceber um pouco mais a dinâmica da portaria do prédio – cujo trabalho é essencial para manter a segurança da ocupação, sobretudo quando estava sob ameaças de remoções.

Quando cheguei, às 15h, o Tuia estava fechado, apesar da porta aberta, não havia mais clientes e os funcionários já tinham encerrado as atividades. Raquel, Elisete, um funcionário e uma funcionária – estes últimos novos para mim – fechavam o caixa. Elisete parecia liderar, ela estava segurando o dinheiro e contando, enquanto os outros auxiliavam. Cumprimentei a todos e disse que tinha marcado com Lurdinha.

Raquel me respondeu: “Ela já vem, já. Estávamos falando de você, que você vinha hoje”. Então, sentei-me em uma das mesas onde os/as clientes comem e esperei. Os outros continuaram seu trabalho no caixa. Logo depois, Lurdinha apareceu. Era uma mulher branca, que aparentava estar na faixa dos sessenta anos. Ela puxou uma cadeira e sentou-se ali mesmo, na mesa onde eu estava. A entrevista ocorreu ali. Havia muito barulho de carros passando na rua e fiquei com medo de que isso afetasse a qualidade do áudio da gravação. Ela me contou que, assim como Elisete, também começou sua militância na favela²⁸ – que ela chama de “núcleo de posse” – e está na ocupação desde o início.

Na verdade, eu faço parte do núcleo que deu origem à ideia da ocupação, dessa ocupação. Agora, desde quando eu faço parte do movimento popular de luta por terra, acho que é desde que eu me entendo por gente, porque eu era criança, eu era sem terra, eu era adolescente, era sem teto, morava em área de posse, em beira de rio e assim fui crescendo da mesma forma. Me casei, continuei

²⁸ “[...] quando eu vim para Manoel Congo eu já morava no Rio, mas eu sou de Minas, cresci e passei minha adolescência, minha juventude, em Volta Redonda.” (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

sem teto, continuei morando em área de posse, que aqui no Rio chamam de favela e em Volta Redonda chamam de área de posse, núcleo de posse. E, então, assim... a gente sempre percebeu que se não se organizar, nenhuma benfeitora haveria naquelas áreas onde o modo de acesso foi a posse e não a compra. Então, hoje, onde a posse é o jeito de acessar o espaço, se você não se organizar, as benfeitorias não acontecem, os serviços públicos não chegam. É assim nas favelas, nos núcleos de posse onde eu morava, é assim nas ocupações, é assim nas áreas remanescentes de quilombos, é assim em todo espaço construído pela classe trabalhadora. Se a gente não se organiza, não faz a luta coletiva, os serviços urbanos, os serviços públicos, os serviços básicos essenciais para vida, eles não chegam. O que chega é a polícia, o desrespeito a cidadania, isso chega, o resto não chega. Eu me descobri muito cedo nessa luta por existência mesmo. (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

Apareceram dois jovens brancos, que aparentavam ter entre 20 e 30 anos, para falar com Lurdinha. Eles não pareciam ser moradores (outros pesquisadores, talvez?). Ela se desculpou com os rapazes, mas disse que não poderia falar com eles naquele momento, porque “estava devendo aquela entrevista há um tempão”, referindo-se a mim. Os jovens foram compreensivos e educadamente se despediram, avisaram que voltariam em outro momento.

Depois apareceu uma menina negra, aparentava ter entre quatro a sete anos, ela brincava entre as mesas do restaurante. Raquel deu algum objeto a ela. Eu perguntei: “é sua filha?”. Ela respondeu positivamente: “Esses dois” e apontou para um garoto, que aparentava ter entre dez e treze anos, parado na escada. Aproveitei para dizer, em tom de brincadeira, “está me devendo uma entrevista, hein”. Ela respondeu rindo “Vamos marcar”. Nesse instante, sem eu pedir, ela me serviu um copo de Coca-Cola e saiu com as crianças.

No meio da entrevista, os moradores-trabalhadores que estavam fechando o caixa foram embora. Fiquei a sós com a entrevistada. Desde o nosso primeiro contato, ela me recebeu muito bem. Foi muito atenciosa e simpática. Lurdinha divagou mais em suas respostas do que Elisete. Apesar de eu estar com um roteiro prévio de trinta perguntas, muitas questões ela respondeu sem eu precisar perguntar. De acordo com suas respostas, novas indagações surgiram e outras perguntas que eu tinha pensado em fazer perderam o sentido. No momento de ir embora, Lurdinha me orientou sair pela pelo portão principal, com saída pela Rua Alcindo Guanabara, porque o portão do restaurante já estava fechado.

Nessa semana, eu consegui o contato de Maria de Fatima Tardin, uma arquiteta que já trabalhou na Caixa Econômica Federal (CEF), na Prefeitura do Rio e no mandato do ex-vereador Eliomar Coelho (PSOL). Ela possui um histórico de militância e de apoio aos movimentos sociais urbanos, prestando assessoria técnica gratuita. Ela foi uma das arquitetas responsáveis pelas obras que deram origem ao restaurante Tuia Café, na Ocupação Manoel

Manoel Congo. Eu fiz contato com Maria de Fatima, por meio *WhatsApp*, e consegui marcar uma entrevista, que ocorreu em 22 de março de 2023, via *Google Meet*.

O Movimento Nacional de Luta pela Moradia deliberou que as coordenações municipais têm até 31 de abril de 2023 para realizarem suas etapas do movimento, as estaduais até 30 de junho e o nacional ocorrerá em agosto no Distrito Federal. Assim, no dia 25 de março (sábado), a Ocupação Manoel Congo sediou o 1º Congresso Municipal do MNLM do Rio de Janeiro. A programação previa um café da manhã às 7h30; uma mesa com temática “A mercantilização da terra e moradia”, às 9h; outra mesa com a temática “Ouvindo o grito da terra” às 10h30; grupos de discussão às 13h30; uma mesa sobre o tema “Moradia, política urbana e ambiental no Rio de Janeiro”, às 15h; e o evento seria finalizado com um “diagnóstico e plano de ação”.

Cheguei no evento às 9h, pensei que estava atrasado, mas ainda não havia começado. O evento ocorreu na Casa de Samba Mariana Crioula, foi a primeira vez que entrei ali. As paredes eram coloridas. Cartazes e bandeiras do MNLM decoravam o ambiente. Os quatro cartazes no local tinham palavras de ordem: “Não existe democracia com remoção e caveirão”; “Mulheres contra os despejos, pela moradia digna, direito à cidade e à reforma agrária”; “Contra o genocídio na periferia”; “Manoel Congo Luta e Resistência” – este último com diversas fotos. As cadeiras estavam dispostas de um modo que formavam a letra U, com uma mesa com quatro cadeiras ao centro e outra ao lado em que se vendia camisas (R\$ 30,00), bonés (R\$ 35,00) e bolsas (R\$ 25,00) do movimento. No fundo havia um grande telão, em que um aparelho de projeção (*data show*) exibia fotos da história do movimento.

Quando cheguei, a primeira pessoa que vi foi Elisete, que estava do lado de fora conversando com um homem; ambos vestiam a camisa do MNLM. O homem também era um morador, eu já o vi trabalhando no Tuia Café. Fui cumprimentá-la e fui muito bem recebido: “Oi, querido, que bom que você veio, toma um café, fica à vontade”. Havia pouquíssimas pessoas no local, fui um dos primeiros a chegar. Perto da entrada havia uma farta mesa de café da manhã, com frutas, pães, café, chá. Também na entrada havia uma pequena mesa com uma lista de presença – em que pediam nome, *e-mail*, telefone e organização que representava – e um bloco de notas com caneta de brinde para os participantes. Fui o segundo a assinar a lista.

As poucas pessoas que estavam ali se posicionavam em grupos; apenas eu estava sozinho. Identifiquei algumas pessoas vestindo camisas com os dizeres “Horto fica!” e outras trajando roupas formais; deduzi serem representantes de alguma instituição do governo. Aproveitei para comprar uma camisa, para apoiar o movimento, e tomar um café. Aos poucos

as pessoas chegaram, quando o relógio marcava 9h52, Lurdinha tomou o microfone e pediu para todos se sentarem, porque o evento já iria começar.

Às 9h58, o evento, de fato, começou. Lurdinha, que assumiu o papel de mediadora durante todo encontro, fez uma saudação a Miguel Baldez. Ela se emocionou nos contando que ele “Tirou a venda dos meus olhos. Dedicou a vida à luta pela terra e pela moradia”. Depois de uma salva de palmas da plateia, ela convidou Célia Ravera (ex-presidenta do ITERJ), Maria Lúcia Pontes (defensora pública, ex-integrante do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública)²⁹ e Júlio Araújo (ex-juiz de direito e atual procurador do Estado). Essas eram as pessoas que eu havia visto vestidas mais formalmente quando cheguei. Deu para perceber que esta era uma mesa “institucional” e seus/suas componentes trataram de assuntos mais conceituais.

Cada membro tinha um limite de tempo de quinze minutos para fazer suas considerações. Célia Ravera foi a primeira a falar. Sua fala girou em torno da financeirização da terra e de como Estado e mercado atuam em conjunto, lembrou-nos que “a terra é um bem finito, ela não se reproduz, como as outras mercadorias”, mas também recordou parte da nossa história, como a Lei das Sesmarias (1375) e a reforma Pereira Passos (1903), no início do século XX. Disse algumas frases impactantes como “o homem para trabalhar precisa ser livre, inclusive livre para morrer de fome”. Nesse meio tempo, o Deputado Federal Glauber Braga (PSOL) chegou ao evento. Assinou a lista de presença e sentou-se na última fileira. Quando Célia terminou sua fala, Lurdinha o convidou a compor a mesa.

O segundo a falar foi o procurador do Estado, Júlio Araújo. Tratou de assuntos mais técnico-jurídicos, de como apesar de haver uma legislação “interessante”, ela não possui efetividade, pois há uma grande discricionariedade em sua aplicação. Destacou como o cenário das políticas públicas urbanas piorou nos últimos quatro anos. Afirmou a importância da regularização fundiária e de nos prepararmos juridicamente para fazer os enfrentamentos necessários. Encerrou sua fala colocando a Procuradoria Geral dos Direitos do Cidadão à disposição do movimento.

Em seguida, Maria Lucia tomou a palavra. Ela comentou sobre a sua atuação no NUTH e do curto período (cinco meses) em que esteve no Instituto Regional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Tratou das questões urbanas sob a ótica da colonização, destacou que “não há dois capitalismo” e como a América Latina e Europa se relacionam historicamente: a primeira subordinada à segunda. Apontou que “a política pública leva a gente para o lado que

²⁹ Ambas já participaram, como palestrantes, do Seminário de Direito à Cidade, organizado no âmbito do PPGDC/UFF.

o capitalismo quer: o lado do título, da propriedade privada”. Por isso, é necessário rompermos com o “encantamento” com o título de propriedade, porque o mercado apropria-se disso, e pensarmos em outras alternativas, como a concessão de uso. Finalizou com a afirmação que, na luta de classes, é importante sabermos de que lado estamos, pois todos tem um lado, não há neutralidade e que a reforma agrária não será feita pelo governo, será feita pelos movimentos sociais.

Apesar de não estar previamente programado, Lurdinha cedeu um tempo para que Glauber Braga fizesse uma fala. O deputado, resgatando Lênin (que ele não citou), diferenciou tática e estratégia. Disse que o seu mandato e o MNLM possuem a mesma estratégia: o fim do capitalismo, mas atuam taticamente de formas distintas. Ele destacou as potencialidades e limites de seu mandato, impostos pelas “amarras institucionais”. Afirmou que o movimento pode contar com seu apoio tático de dentro da estrutura governamental. E propôs a criação de um cronograma de tarefas que o seu mandato pode realizar para ajudar o MNLM.

Lurdinha encerrou a primeira mesa fazendo alguns destaques a partir das falas dos/as convidados/as. Criticou a política de conciliação adotada pelos governos do PT. Destacou como, em dois anos, eles “perderam o Ministério das Cidades”: o ministério foi criado em 2003 e tinha como Olívio Dutra (PT) como ministro. Em 2005, foi substituído por Márcio Fortes (PP). Tal substituição foi vista como derrota e um retrocesso pelos movimentos sociais.

Em 2005, foi quando mudou o Ministério da Cidade. O Ministério da Cidade era do Olívio Dutra, quando o Dutra foi demitido, né, e botou o cara lá, o João Fortes do PL, foi a conferência [nacional das cidades] de 2005. A única que foi com o PT foi com o Olívio Dutra³⁰, a de 2003. Depois, em 2005 já era o PP, entendeu? Foi muito pouco tempo que deu para segurar. O Ministério da Cidade foi criado a partir de lutas, de discussões que eram importantes, esse é um ministério importante, que teria capilaridade, todas as cidades poderiam ter contato, né? A ideia de fazer o conselho. E aí quando foi o Lula governar, em 2005 já teve que mudar o ministério. Saiu o Olívio e saiu a Ermínia Maricato. 2005 já estava ficando difícil, porque já estava ficando com uma situação de crise financeira, né? Se aproximando a crise maior de 2008, né? Em 2007 tinha os Jogos Pan-Americanos, né? (MARIA DE FATIMA, entrevista concedida a mim em 23/03/2023).

Lurdinha reafirmou como o título de propriedade faz a terra “jogar o jogo do mercado” e a concessão ao direito real de uso como uma alternativa a essa lógica mercantil. Ela agradeceu e destacou a importância do apoio do mandato do deputado Glauber Braga, mas que a luta devia ser travada por eles, porque “só trabalhador pode emancipar trabalhador”. Assim, “devemos lutar pelo nosso e pelo do próximo”.

³⁰ Olívio Dutra foi um ex-prefeito de Porto Alegre, notabilizado pela implantação do Orçamento Participativo.

Em seguida, formou-se a segunda mesa do dia, composta por Maria da Penha Macena (liderança da Vila Autódromo), Adilson Batista de Almeida (liderança do Quilombo do Camorim), Elisa e Fábio (lideranças do Horto). É possível notar que a segunda tem um perfil mais popular, no sentido de abrigar pessoas que sofreram na pele o pior que a política urbana do capitalismo tem a oferecer e se tornaram exemplos de luta e resistência. Então, foi uma mesa em que os/as participantes contaram os casos concretos que viveram.

Elisa inaugurou os trabalhos. Ela é ex-presidenta da Associação de Moradores e Amigos do Horto. Contou que também aprendeu muito com Miguel Baldez. Apresentou, brevemente, a história do Horto, situado no bairro do Jardim Botânico, Zona Sul, que foi alvo da política de remoções do Rio de Janeiro. Relatou que o ano de 2005 foi um divisor de águas em sua vida, pois foi quando tomou consciência da importância da regularização fundiária e da importância dos movimentos atuarem conjuntamente.

O segundo a falar foi Fábio, atual presente da Associação de Moradores e Amigos do Horto. Ele destacou que durante os anos os pretextos para remover a comunidade do Horto mudaram. Contou que a Caixa Econômica Federal propôs que aderissem ao Programa Minha Casa Minha Vida e que ele respondeu: “Não quero MCMV! Eu não quero casa, porque eu já tenho casa; eu quero a titulação”. Disse que perguntou a uma funcionária da Caixa se ela colocaria a mãe dela para morar no MCMV, ela disse que ele estava sendo desrespeitoso e ele arrematou: “Se você não colocaria a sua, eu não vou colocar a minha, nem a mãe dos meus filhos”. Depois contou, com saudosismo, como foi sua infância no Horto e como é agora. Segundo ele, na sua infância havia uma relação amistosa com o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro; agora, os/as moradores/as da comunidade são humilhados/as.

Na sua vez, Maria da Penha Macena relatou que após as remoções feitas pelo Prefeitura do Rio, por conta dos Jogos Olímpicos de 2016, a Vila Autódromo passou de 700 para 20 famílias. Segundo ela, para os ricos “pobre serve ser empregado, diarista, só não serve para ser vizinho”, assim, “aprendeu o que é direito na luta”. Maria da Penha conta que se tornou militante sem saber, que foram as necessidades materiais concretas que a levaram a isso: “comecei lutando pela minha casa, depois descobri que estava lutando pelo meu território, depois que estava lutando pela cidade”. Ela contou que já “trabalhou em mansão em que o patrão só aparecia uma vez por ano”. Aproveitou para apontar que, na esfera governamental, quando “sai um mandato e entra outro”, o novo mandato não cumpre com os compromissos firmados pelo antigo e “isso é um absurdo”, “precisamos cobrar!”. Encerrou sua fala apontado que deve haver união entre as comunidades, favelas, porque muitas vezes não há.

O último a falar foi Adilson, que aproveitou o final da fala anterior para reforçar a importância da união na luta. Em seguida, narrou o histórico de remoções que o Quilombo do Camorim sofreu e como eles estão em constante conflitos com grandes construtoras e contra o próprio Estado. Para ele, trata-se de racismo ambiental. Ele explicou como o racismo na nossa sociedade é estrutural. Disse que perder o território significa perder a identidade e, além do direito à terra, eles lutam pelo direito à história e que sua ancestralidade lhe dá forças para seguir em frente. Por fim, contou que, no Camorim, eles fundaram a Escola Quilombola, responsável por ensinar a história que uma escola “normal” não ensina.

No fim da quarta fala, já por volta de 12h15, o local estava lotado. Todos os assentos estavam ocupados e ainda havia um grupo de pessoas em pé ao fundo. Nesse momento, percebi que, apesar disso, havia poucos/as moradores/as da Manoel Congo presentes. A ocupação possui, hoje, 145 moradores/as. O número de presentes era muito abaixo disso. E havia muitos/as apoiadores/as externos/as, militantes organizados/as em outros movimentos. Todas as pessoas que eu tinha certeza que eram da ocupação, estavam vestidas com camisas vermelhas do MNLM. E o grupo com essas camisas era bem pequeno. E ainda havia pessoas como eu, que não são do MNLM, mas estavam com a camisa. Outro fator a se considerar é que o evento ocorreu em um sábado, o que o torna muito mais acessível do que se ocorresse no meio da semana. Enfim, é difícil precisar a quantidade, mas com certeza esse congresso não foi apoiado em massa pelos/as próprios/as moradores/as.

Encerradas as falas da mesa, o microfone foi aberto ao público. Qualquer um poderia falar, mas primeiro precisava se inscrever. A ordem das falas seguiria a ordem das inscrições. Seis pessoas falaram, entre elas o Vereador Edson Santos (PT), que dentre outras coisas, manifestou seu apoio ao movimento e convidou a todos/as para a audiência pública que seu mandato estava organizando para o dia 19 de abril, às 18h, sobre o projeto Reviver Centro, tocado pela Prefeitura do Rio.

Às 13h houve a pausa para o almoço. Foram servidas quentinhas para todos/as os/as presentes. E ainda havia três opções de prato: (i) sobrecoxa de frango; (ii) strogonoff; e (iii) uma opção vegetariana. Nós podíamos escolher livremente qual prato queríamos. A comida foi gratuita, mas a bebida deveria ser comprada por fora.

Algumas pessoas aproveitaram o momento do almoço para ir embora. Às 14h12, quando iniciamos os trabalhos da parte da tarde, o congresso estava bem mais vazio. Houve uma atividade que não constava na programação. Artistas da Escola Teatro Popular fizeram algumas atividades lúdicas conosco. A atividade foi breve, durou apenas vinte minutos.

Em seguida, houve a divisão dos/as presentes em três grupos: Grupo I – Terra (acesso/permanência/regularização fundiária) liderado por Elisete, que se reuniria no auditório; Grupo II – Estado e gestão (mecanismos definição e deliberação/arranjos institucionais/órgãos de execução), liderados por Lurdinha, que se reuniria ali mesmo, na casa de samba; e Grupo III – Moradia (luta/direito/programas/impacto), liderado por Lucas – um arquiteto apoiador do movimento – que se reuniria no Tuia Café.

Cada grupo deveria discutir seu tema durante 1h30 e formular propostas. O objetivo é que essas propostas sejam agrupadas, organizadas e deem origem à *Carta aberta ao Rio*, uma carta em defesa da reforma urbana. Cada participante podia escolher livremente o grupo que iria participar. Eu escolhi o Grupo III – Moradia, porque já conhecia Elisete e Lurdinha (líderes dos outros grupos). Então, quis aproveitar a oportunidade para interagir com alguém diferente. Cada grupo recebeu cartolinas para escrever suas propostas.

No meu grupo havia onze pessoas, fizemos uma rodada inicial de apresentação. Em seguida, outra rodada para considerações sobre a questão da moradia. A dinâmica consistia em apontar um problema e uma proposta de solução. O tempo limite de fala era quatro minutos. E o objetivo era que cada um(a) falasse pelo menos uma vez. Depois dessa rodada inicial, as falas foram mais livres, sem ordem pré-definida. Algumas pessoas falaram várias vezes, outras apenas uma. Lucas sintetizou todas as falas em três cartolinas. Uma das pessoas que estavam no meu grupo foi Célia Ravera, com quem tomei um café e conversei entre uma atividade e outra.

Eu a convidei para uma entrevista, já que ela estava como presidenta do ITERJ no início da Ocupação Manoel Congo e teve papel decisivo nas negociações de compra e requalificação do prédio. Ela aceitou de pronto, mas perguntou se a entrevista poderia ocorrer por escrito, então eu enviaria as perguntas para ela, que as responderia. Eu disse que não haveria problemas. Enquanto pesquisador, tenho preferência por fazer as entrevistas pessoalmente, gravando-as. Mas, em termos de logística, com o prazo para finalizar a dissertação “batendo na porta”, a entrevista escrita seria um adiantamento, porque eu não precisaria fazer a transcrição, o que me economizaria muito tempo, além de atender a preferência de quem gentilmente aceitou colaborar. Assim, Celia me passou seu *e-mail*, eu disse que enviaria as perguntas já na próxima semana. Ela disse que tudo bem, mas que só teria tempo de me enviar as respostas na semana seguinte.

Encerrada essa etapa, voltamos para a Casa de Samba e às 16h ocorreu a terceira e última mesa do dia. Nessa altura, o congresso já tinha esvaziado, dois terços das pessoas já tinham ido embora, pelo menos. O único convidado da mesa era Renato Cinco (cientista social

e ex-vereador da cidade do Rio de Janeiro pelo PSOL), que, por vinte e cinco minutos discorreu sobre mudanças climáticas, meio ambiente, direito à cidade e capitalismo. Ele apresentou elementos teóricos, apontou exemplos históricos e refletiu sobre como toda essa dinâmica se dá no Rio de Janeiro.

Em seguida, às 16h40, aconteceu a plenária final, para pensarmos encaminhamentos e alinharmos uma plataforma conjunta que se materializar-se-á na *Carta aberta ao Rio*. Assim, um relator apresentou as propostas de cada grupo. O primeiro grupo defendeu a revogação da lei de regularização fundiária, que distribui títulos de propriedade, seguindo a lógica mercantil. Destacou como o capital se apropriou do Estatuto da Cidade e teceu críticas ao projeto Reviver Rio. Por fim, destacou a importância da tática das Áreas de Especial Interesse Social (AEIS).

O segundo grupo tratou de participação e gestão. O relator afirmou que o movimento deve ser autônomo e ter suas próprias pautas e não se guiar pelas pautas do governo. Independente de participar de algum conselho ou outro espaço institucional, o movimento deve ter sua própria agenda, suas pautas, programas de luta.

O grupo três – o meu – destacou que o problema da moradia não é falta de construção de moradias, mas a falta de acesso à terra. A terra é tomada pela especulação e não exerce nenhuma função social. Não adianta construir moradia em terra que está sujeita a especulação; a terra não pode ser uma mercadoria que se vende. Esse cenário é causado pelos títulos de propriedade privada. Quando o trabalhador tem esse título, ele pode capitalizá-la como qualquer outra mercadoria. Uma das formas de remediar esse cenário é o imposto progressivo sobre terras que não cumprem sua função social. Outro destaque foi a importância de se resgatar o Sistema Nacional de Habitação (SHN).

Quando o último grupo terminou de fazer suas considerações, às 16h58, Lurdinha disse que será feito um relatório com as sínteses das propostas, que será enviado a todos/as que assinaram a lista de presença. Ela propôs já deixarmos agendada uma data de reunião para avaliarmos o relatório – foi deliberado que será em 18 de abril, às 18h – e que façamos uma mobilização de rua, em junho, para reivindicar as pautas elaboradas a partir do relatório. Entretanto, até o fechamento deste texto não recebi o relatório, tampouco houve a referida reunião.

Essas foram as considerações feitas a partir do meu caderno de campo. No tópico seguinte, a partir das entrevistas que realizei e com o apoio da revisão bibliográfica, passarei a expor a história e a dinâmica da ocupação, desde as reuniões preparatórias até o início de 2023.

1.2. “Aquele prédio já foi ocupado várias vezes, mas só quem conseguiu fazer dar certo foram eles”³¹: o início de uma história exitosa

A Ocupação Manoel Congo é fruto da militância do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). Ele foi criado em julho de 1990, no I Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia. Sua criação contou com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Cáritas Brasileira e da Central de Movimentos Populares (CMP). Conjuntamente com a União Nacional de Moradia Popular (UNMP), a Central de Movimentos Populares (CMP) e a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), forma os quatro movimentos sociais urbanos que atuam nacionalmente há mais de 30 anos³².

Segundo sua apresentação em seu *blogspot*:

O MNLN é uma entidade do movimento popular de moradia, com 20 anos de luta, organizado nacionalmente em 18 estados. Possui como missão estimular a organização e articulação da classe trabalhadora na busca da unidade de suas lutas, pela conquista de uma política habitacional de interesse social com reforma urbana, sob o controle dos trabalhadores, que garanta a universallização dos direitos sociais, contribuindo para a construção de uma sociedade socialista, igualitária e democrática. (MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA POR MORADIA, s/d).³³

No momento, o MNLN coordena cinco ocupações no Estado do Rio de Janeiro. Três localizam-se na capital: Ocupação Manoel Congo (Bairro Centro), Ocupação Mariana Crioula (Bairro Gamboa) e Ocupação Francisco Eugênio (Bairro São Cristóvão). Uma localiza-se no município de Volta Redonda: Ocupação 9 de novembro. E outra localiza-se no município de Duque de Caxias: Ocupação Solano Trindade. No Estado do Rio de Janeiro, o MNLN possui peculiaridades em relação à atuação do movimento nacional em outros Estados, como o fato de não ligar-se diretamente a nenhum partido político e o de ter uma forte liderança estadual. Sobre a relação do MNLN e da Manoel Congo com outros movimentos e outras ocupações, uma moradora, Lurdinha, relatou-me o seguinte:

A gente tem um movimento chamado “despejo zero” que todos os movimentos, todas as ocupações se apoiam no sentido de lutarem pela permanência, de lutar contra o despejo. Agora, a questão do cotidiano das ocupações, sempre que uma solicita, a outra apoia, mas não tem essa prática, até porque são movimentos diferentes. Movimentos de moradias têm, no mínimo, quatro no Brasil. O meu é um deles. Então, tem ocupações de outros movimentos, tem metodologias diferentes. Tem práticas diferentes. E, assim, a gente respeita. Tá junto quando é chamado, presta solidariedade quanto é solicitado, mas respeita

³¹ Frase dita por Maria de Fatima Tardin, em entrevista concedida a mim em 22/03/2023, referindo-se aos/às ocupantes da Manoel Congo.

³² Vale destacar: o maior movimento nacional urbano é o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), fundado em 1997.

³³ Disponível em: <<http://mnlmrj.blogspot.com/p/apresentacao.html>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

a dinâmicas deles. Nosso movimento tem outras ocupações. Dessas, nós não somos só solidários, nós somos também responsáveis, né. (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

O processo que culminou com a Ocupação Manoel Congo, iniciou-se de modo singelo, a partir de “meia dúzia de militantes do movimento por reforma urbana, que já tinham feito ocupações anteriores, né, que já conheciam a estratégia da ocupação” (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023). Reuniões quinzenais eram feitas nas “comunidades” e mensais na região central, principalmente em espaços do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE-RJ) – um sindicato que tem por hábito apoiar os movimentos sociais.

Então, essa ocupação se iniciou dois anos antes dela existir de fato. A gente fazia mobilização por territórios, por locais. A gente tinha um grupo no Caju, um grupo em Nova Iguaçu, um grupo em Anchieta, um grupo na Zona Sul que era na comunidade Cantagalo, Pavão-pavãozinho. E, assim, a gente foi juntando o povo. De quinze em quinze dias a gente se reunia até criar a carta de princípios e fazer a ocupação. (ELISETE, entrevista concedida a mim em 02/03/2023).

A finalidade dessas reuniões, além de preparar as pessoas para a futura ocupação, era oferecer uma formação política baseada na ideologia do MNLN³⁴ – um movimento que busca operar numa lógica anticapital, como veremos ao longo desta dissertação. Apesar da compreensão da questão financeira e de disponibilidade de tempo, quem faltasse a três reuniões seguidas era desligado/a do movimento (MELLO, 2015, p. 85). Faz parte do modo de operação do MNLM realizar muitas reuniões de preparação para o ato de ocupar, uma estratégia que o diferencia de outros movimentos.

Nós, por exemplo, temos o hábito de nos preparar antes de uma ocupação por, no mínimo, seis meses. Então, assim, se você chegar aqui agora e dizer “Tem um prédio vazio ali pronto para ser ocupado” e tem um monte de gente sem casa passando aí na rua, nós do movimento nacional vamos dizer para você, “não é assim que nós funcionamos”, entendeu? E não é mesmo assim que a gente funciona. A gente se reúne, a gente fica meses se reunindo, discutindo porque a gente tá sem casa, discutindo porque a gente tá junto, discutindo porque a gente precisa acreditar... (LURDINHA, entrevista cedida a mim em 13/03/2023).

Dessa maneira, a coordenação do movimento busca preparar os/as futuros/as ocupantes para uma vida coletiva. Porque se não aprenderem a agir coletivamente, se depois

³⁴ “A estratégia de formação prévia à ocupação é importante de ser ressaltada, pois a confiança entre as famílias mobilizadas e as lideranças é fundamental para sustentar a formação dos grupos e a esperança em um projeto audacioso de ocupar um prédio vazio no Centro do Rio de Janeiro. Todos sabiam que o Centro não é, em princípio, um bairro residencial nem um bairro das classes populares, portanto estariam preparados para o que seria uma luta difícil.” (MELLO, 2015, p. 84).

que ocuparem for “cada um por si”, a ocupação não dura 24 horas (LURDINHA, em entrevista concedida a mim em 13/03/2023). No caso da Ocupação Manoel Congo, essa fase de preparação, com muitas reuniões, durou, aproximadamente dois anos. Nesse tempo, houve divisão de tarefas preparatórias e para quando a ocupação estivesse estabelecida. Também foi elaborada uma Carta de Princípios, conforme a orientação política do MNLM, responsável por reger a convivência da futura ocupação.

A partir da Carta, os/as integrantes do movimento estabeleceram seus/suas representantes na coordenação nacional, estadual e municipal do MNLM. Fundaram o Comitê Democrático de Gestão (CODEGE). Criaram a Brigada de Apoio, a Comissão de Provitamento, a Comissão de Infraestrutura, o Coletivo da Juventude e o Coletivo de Mulheres. Todas as decisões e eleições foram feitas em assembleia. Essa divisão de tarefas em brigadas funcionou para se prepararem e depois se manterem na ocupação.

Quando a gente ocupou, a gente já tinha uma organização que a gente chamava de “brigada”, que tinha uma brigada de frente, que ia visitar o local, ver como que era, como que trava, se tinha energia, se tinha água, é... qual era o nível de segurança, de edificação que tinha e tal e... essa brigada basicamente coordenava a entrada, e depois coordenava os grupos de trabalhos. Então, tinha grupo que cuidava da cozinha, grupo que cuidava da limpeza, grupo que cuidava das crianças, entendeu? Grupo que cuidava da [inaudível], tinha uma prateleirazinha de primeiros socorros, grupo que cuidava da infraestrutura, que era o pior deles, porque quem garantia energia, garantia água, via onde tinha água. Então, assim, a gente sempre teve uma organização que ao longo dos anos foi se adaptando aos avanços e as conquistas da ocupação. (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

Nessa fase de preparações, o movimento levantava, via *internet*, informações sobre imóveis vazios no município. Esse levantamento contou com o auxílio do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública e do Instituto de Terras e Cartografia do Estado Rio de Janeiro (ITERJ). Quando se identificava um imóvel propício para ser ocupado, ia-se ao cartório retirar certidões deles. Nessa etapa, mais uma vez o NUTH foi de grande ajuda, pois algumas certidões eram muitas caras e a Defensoria Pública as conseguia gratuitamente.

Depois da identificação e levantamento de informações dos imóveis – dois meses antes da ocupação do prédio – a brigada de apoio foi responsável por “conhecer o local; fazer a vistoria deste e verificar se havia condições e estrutura; monitorar o horário do vigilante do edifício a ser ocupado; pesquisar a melhor forma de entrar no prédio, quebrar o cadeado e abrir a porta para que todas as famílias entrem” (MELO, 2015, p. 86-87). Essa brigada era um grupo para lidar com as questões mais práticas.

1.2.1. Primeira tentativa: o Cine Vitória

Dessa maneira, na noite de 30 de setembro de 2007 – Dia Internacional de Luta pelo Habitat e Semana Nacional de Luta pela Reforma Urbana –, o grupo composto por 126 famílias dividiu-se em dois ônibus velhos fretados – que foram alugados com a ajuda financeira de sindicatos e dos membros do grupo que estavam empregados. Os locais de saída foram Costa Barros e Zona Sul. O destino era a Cinelândia, no centro da cidade. O objetivo era ocupar dois prédios: o Cine Vitória, situado à Rua Senador Dantas, nº 45, Centro, e o prédio do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), localizado na Rua Alcino Guanabara, nº 20, Centro.

Ao passar em frente ao batalhão da Polícia Militar, na Rua Evaristo Veiga, o ônibus foi parado pela PM. Após identificarem-se como um grupo da “igreja” a caminho de uma evangelização e o motorista apresentar seus documentos e o do veículo, o grupo foi liberado.

Assim, o grupo se dirigiu até o Cine Vitória, um prédio de sete andares, propriedade privada da empresa Nigri Engenharia, que estava fechado há onze anos. O movimento, pouco antes de chegar ao local, decidiu ocupar apenas este prédio, por conta da desistência de algumas famílias e material insuficiente para adentrar dois prédios.

A partir do momento em que o plano foi alterado para ocupar somente um imóvel, a maioria optou pelo Cine Vitória por ser uma propriedade privada. Tal fato traz maiores riscos aos/às ocupantes, mas também causa maior repercussão. E foi isso que o movimento priorizou, pois queria que sua ação fosse vista como uma denúncia contra a forma como o Estado lida com a questão habitacional (FORMAZIN, 2014, p. 56). Quando perguntei a Elisete suas motivações para ocupar, ela respondeu:

Então, eu tive duas motivações: primeiro que eu queria, realmente, me mudar da comunidade por conta da violência e outra porque eu comecei a ampliar o meu conhecimento sobre a cidade. Eu sempre pensei que os trabalhadores e as trabalhadoras deveriam morar num lugar infraestruturado, com todos os serviços garantidos. É...isso foi uma forma... a ocupação foi uma forma de garantir... e **também essa ocupação foi feita como um denúncia do vazio urbano, né? Por que as pessoas têm que morar lá no final do mundo quando tem tantos prédios vazios no centro do Rio?** (ELISETE, entrevista concedida a mim em 02/03/2023, grifos meus).

Do momento em que abriram a porta até a última pessoa do grupo entrar no prédio, passaram-se, aproximadamente, cinco minutos. Vale mencionar que a brigada de apoio, nos preparativos para ocupação, chegou a cronometrar o tempo estimado para todos entrarem. O imóvel localiza-se na mesma quadra do Quartel General do Estado do Rio de Janeiro. Os/As ocupantes corriam o risco de serem pegos/as no ato. Por isso, agir rápido era fundamental.

Depois que ocuparam o imóvel, por fins de segurança, os/as ocupantes dividiram-se da seguinte maneira: os homens adultos ficavam no térreo e os/as demais nos pisos superiores.

Antes de entrarem, já haviam definido algumas questões: a) nas primeiras 70 horas ninguém sairia do prédio, mesmo que perdessem o emprego; b) ainda que a indicação fosse não levar crianças para a ocupação, aquelas que fossem teriam prioridade no caso de racionamento de água e comida, e; c) os tempos que cada um dedicaria ao trabalho coletivo na cozinha, vigilância, infraestrutura, limpeza e outras tarefas necessárias. (MELLO, 2015, p. 87).

Assembleias diárias eram realizadas e, algumas vezes, até quatro por dia. Conforme consta no *blogspot* do MNLM-RJ, em texto publicado em 12 de dezembro de 2010, o “objetivo é transformar o Prédio abandonado há mais de 15 anos em moradia digna para as famílias e transformar o Cinema Vitória, que é anexo ao prédio, em Centro Cultural de Resistência Popular”³⁵.

Henrique Formazin (2014, p. 59) relata que, em 05 de outubro de 2007, no espaço do próprio Cine Vitória, os/as ocupantes exibiram o filme “Encontro com Milton Santos, ou o mundo global visto de cá” (2006), como meio de dar visibilidade ao movimento. O diretor Silvio Tendler esteve presente e houve distribuição de pipoca para o público.

Dois dias após ocuparem o imóvel ocioso, um oficial da justiça chegou ao local com uma ordem de despejo. Após esse acontecimento, os/as ocupantes ainda permaneceram oito dias no local, graças ao apoio do NUTH e do ITERJ. Dessa maneira, a permanência no Cine Vitória durou dez dias no total. Até que o fatídico despejo ocorresse.

Como já mencionei, o grupo estava ciente que as chances de isso ocorrer eram altas, uma vez que o prédio era uma propriedade privada. Mesmo assim optaram por ocupá-lo como forma de denúncia. Importante mencionar que, nos dez dias que ocupou o Cine Vitória, o grupo revitalizou o espaço e deu continuidade ao trabalho de formação e conscientização coletiva.

Mariana Nepomuceno (2022, p. 163) aponta que, com esse despejo, é possível notarmos como “a igualdade jurídica burguesa esconde, na verdade, a desigualdade material dos indivíduos concretos”, uma vez que “por um lado, existe o proprietário privado (dono do Cine Vitória); por outro, o trabalhador (ocupantes)” e há uma clara separação entre eles – entre proprietários e não-proprietários – com apenas os primeiros gozando de plena liberdade e cidadania.

³⁵ Disponível em: <<http://mnlmrj.blogspot.com/2010/12/ocupacao-manoel-congo.html>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

1.2.2. “A classe trabalhadora só pode chegar ao paraíso com os próprios pés”: Nasce a Ocupação Manoel Congo

A frase citada no título deste tópico foi dita por Lurdinha no 1º Encontro Municipal do MNLM-RJ e sintetiza a luta por direitos do movimento que, contra todas as adversidades, inclusive contra o próprio o Estado, segue de pé. Como veremos a seguir. Após serem despejados/as, os/as ocupantes marcharam pelo centro da cidade até a sede da Secretaria de Estado e Habitação (SEH) em busca de uma solução para o seu caso. Tentativa que não obteve sucesso. E, nas três semanas seguintes, ficaram em espaços improvisados, organizando as próximas ações. Primeiro ficaram na sede da Central Sindical e Popular (CSP Conlutas), depois no Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE) e, por fim, na Ocupação Quilombo das Guerreiras. Enquanto isso, a maior parte de seus pertences permaneceu na sede do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) (FORMAZIN, 2014, p. 62).

Toda a curta experiência da ocupação do Cine Vitória foi marcada por negociações com o Estado. O movimento estava focado em ocupar outro imóvel e, dessa vez, seria inflexível em negociar sua saída. Eles/as estavam sem tempo para esperar respostas institucionais.

Então, começaram a fazer os preparativos para ocuparem o imóvel localizado na Rua Alcindo Guanabara, nº 20, Centro do Rio de Janeiro. Trata-se de prédio do INSS, de dez andares, com uma área total de 3.485 m², que estava abandonado há quinze anos – vale mencionar que, em 2021, o INSS possuía um patrimônio imobiliário de R\$ 6 bilhões sem uso³⁶.

O imóvel a ser ocupado também possui entrada pela Rua Evaristo da Veiga, nº 17. É vizinho do Palácio Pedro Ernesto, sede da Câmara de Vereadores. O prédio localiza-se na Praça Floriano, conhecida popularmente como Cinelândia, uma área compreendida entre a Avenida Rio Branco, as ruas Senador Dantas e Evaristo da Veiga e a Praça Mahatma Gandhi.

A área é rodeada por edifícios históricos: além da já citada Câmara, há a Biblioteca Nacional, o Theatro Municipal e o antigo prédio do Supremo Tribunal Federal (atual Centro Cultural da Justiça Federal). Dessa maneira, trata-se de um centro cultural e político do município. É um local extremamente acessível: o local é atendido por diversas linhas de ônibus que circulam por toda a cidade e também possui estação de metrô. Ainda sobre a Cinelândia:

(...) está localizada no Centro do Rio de Janeiro, lugar de heranças sobrepostas no espaço e contradições urbanas acumuladas ao longo de cinco séculos. De um ponto de vista simbólico, as áreas centrais urbanas são espaços de poder, já que reúnem os principais tomadores de decisão, tanto da esfera pública como privada. Em uma perspectiva econômica, o principal indicador dos centros urbanos é o alto valor do solo, resultante da disputa entre agentes econômicos

³⁶ <https://www.metropoles.com/brasil/sem-uso-patrimonio-imobiliario-de-ate-r-6-bi-do-inss-sera-vendido>

por localização numa área com elevada acessibilidade e concentração de atividades. Em termos sociais, os centros também se configuram como espaços privilegiados, pois milhares de pessoas convergem para eles diariamente em busca de relações sociais, sejam elas o trabalho, o consumo ou o lazer. Além disso, também podem possuir um papel importante no imaginário social da cidade, por concentrar monumentos históricos importantes. (MELLO, 2015, p. 27).

Definido qual o próximo imóvel ocioso a ser ocupado, a brigada de apoio passa alguns dias observando a rotina do local, sobretudo dos seguranças, a fim de elaborar uma logística para a ação. Em 27 de outubro de 2007, à noite, parte da brigada entra no imóvel por uma janela. No dia seguinte, pela manhã, os/as futuros/as ocupantes – um total de 42 famílias – separam-se em grupos e esperam em pontos estratégicos ao redor do imóvel e aguardam. A brigada, que já estava dentro do prédio, consegue abrir o portão principal e, imediatamente, todos/as que aguardavam se apressam para ocupar o prédio. A ação foi um sucesso. Os seguranças, pegos desprevenidos, não conseguiram conter todas aquelas pessoas.

Inicialmente, as famílias ocuparam somente os dois primeiros andares – assim como fizeram no Cine Vitória. Todos/as dormiam no mesmo ambiente. Uma cozinha coletiva foi organizada, onde o almoço e a janta de todas as famílias eram preparados. A cozinha funcionava por meio de escala e cada ocupante precisava contribuir mensalmente com o valor de R\$ 30,00. Havia problemas na distribuição de água. O imóvel era limpo com baldes d'água retirados da cisterna. Os elevadores estavam inutilizáveis. Então a locomoção pelo prédio só podia ser feita por meio das escadas.

[...] quando a gente entrou, a gente não tinha água nos andares, banheiros nos andares, né. Então o esforço coletivo era muito maior, hoje os apartamentos estão prontos. Todo mundo tem chuveiro, pia, é... é uma evolução. A gente tinha cozinha coletiva. A gente só tinha uma cozinha. Cada um de nós dava 8h de trabalho dentro da cozinha por semana. (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

A ocupação foi nomeada de Manoel Congo em homenagem ao líder quilombola que, em 1838, liderou uma rebelião que libertou mais de 400 escravos em Paty do Alferes. Este episódio foi um dos mais importantes levantes negros no Estado do Rio de Janeiro. Por conta desse ocorrido, Manoel Congo foi condenado à pena de morte por enforcamento, em 1839. Nesse momento inicial, eram necessárias reuniões diárias para organizar a ocupação.

A gente fazia toda... quando a gente ocupa, a gente faz reunião todo dia. Depois faz uma vez por semana, conforme ganha maturidade as pessoas da integração. Hoje a gente faz uma vez por mês. Igual condomínio mesmo, normal. (ELISETE, entrevista concedida a mim em 02/03/2023).

O prédio ocupado foi construído na década de 1940, com registro no Cartório do 7º Ofício de Registro de Imóveis, sob o número de matrícula 34805, ficha 18785. No térreo, há duas entradas: pelas ruas Alcindo Guanabara e Evaristo Veiga. Desde o início havia intenção de que o espaço onde fica essa segunda entrada se tornasse um local de geração de trabalho e renda para a ocupação.

O segundo andar possui salas grandes, de uso comum, onde até hoje são feitas as reuniões. Os andares restantes possuíam, cada um, oito salas comerciais e quatro banheiros. No último andar também havia dois salões grandes – mas menor do que os do segundo andar – e uma varanda. Essa era a estrutura inicial do prédio. Como veremos, o imóvel foi reformado e atualmente está diferente.

Os/As ocupantes sabiam da fama do INSS entre os movimentos sociais: ele era ágil em propor ações de reintegração de posse. Esse mesmo prédio na Rua Alcino Guanabara, nº 20, já havia sido alvo de uma tentativa malsucedida de ocupação em 2005. Ocasão em que em poucas horas os/as ocupantes foram despejados/as pela Polícia Militar (MELLO, 2015, p. 91).

Dessa vez, novamente a reação foi rápida: dois dias após ocuparem o imóvel, a Superintendência Regional do INSS no Rio de Janeiro ajuizou uma ação de reintegração de posse (processo nº 2007.51.01.027256-6), cuja liminar, após 90 dias de sobrestamento, foi deferida. Todavia, o INSS-RJ deveria arcar com os custos do despejo, recurso que foi negado pela gestão central. Assim, os/as ocupantes ganharam mais tempo para se organizarem e se fortalecerem.

O prédio ocupado, inicialmente, estava inabitável. A quantidade de sujeira era enorme. As redes de escoamento de esgoto estavam obstruídas. Bombas hidráulicas elétricas sem condições de uso. Elevadores quebrados. O estado da estrutura do encanamento de gordura do prédio impossibilitava que se cozinhasse. Enfim, diversos problemas estruturais. Então, os/as ocupantes precisaram rapidamente se organizarem para conseguirem gerir o local. Soluções, mesmo que provisórias, precisavam ser encontradas.

Dessa forma, o movimento formou mais algumas brigadas, cada uma com uma responsabilidade, a fim de tornar possível se habitar o local. Em ordem cronológica formou-se brigadas para: (i) limpeza, (ii) segurança e (iii) cozinha coletiva. As tarefas das brigadas eram por escala.

Além de limpar todo prédio, um dos primeiros problemas solucionados pelas brigadas foi a desobstrução do escoamento sanitário, o que permitiu o uso de pelo menos um banheiro por andar. Assim, o mínimo de higiene estava garantido. Todavia, dezoito banheiros ainda continuaram interditados, sem condições de uso.

Diariamente, à noite, passava-se uma sacola para arrecadar contribuições para compra de materiais básicos. Simpatizantes externos ao movimento também faziam doações. Em termos de segurança, a preocupação era, sobretudo, com a portaria – devido às constantes ameaças de despejo. Assim, de início, a portaria ficou na responsabilidade apenas dos homens. Havia uma lista e somente quem estivesse com o nome nela era autorizado a entrar na ocupação.

Segundo Henrique Formazin (2014, p. 65), após quatro meses, aproximadamente, a coordenação liberou e organizou a ocupação dos andares superiores do prédio. Tais andares foram divididos entre as famílias. Idosos/as e pessoas com dificuldades de locomoção tinham preferência pelos primeiros andares. Era proibido cozinhar em seu respectivo andar. A alimentação de todos/as continuaria sendo feita pela cozinha coletiva. Nessa época, as assembleias, que ocorriam todos os dias, passaram a ser semanais, às sextas-feiras.

Nesse meio tempo, durante os dias 25 e 29 de novembro de 2007, o MNLM-RJ participou da 3ª Conferência Nacional das Cidades. Nessa oportunidade, o movimento se reuniu com o chefe de gabinete do Ministro da Previdência e um representante da Secretaria de Habitação do Ministério das Cidades para negociar que o prédio Rua Alcino Guanabara, nº 20, se tornasse em uma Habitação de Interesse Social.

O MNLM-RJ, com o auxílio do Sindicato dos Arquitetos, apresentou uma proposta para aquisição e requalificação do imóvel ocupado. Posteriormente, o ITERJ a postulou para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) – a proposta também abarcava outras duas Ocupações localizadas no Centro do Rio de Janeiro: Chiquinha Gonzaga e Matadouro, organizadas pelo CMP e UNMP-79, respectivamente (MELLO, 2015, p. 92-93).

Irene Mello (2015, p. 93) destaca que era óbvio que os recursos pleiteados ao FNHIS seriam insuficientes para as três ocupações, mesmo assim todas as propostas foram aprovadas, tanto no Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado Rio de Janeiro (FEHIS-RJ), como, posteriormente, no FNHIS.

Apesar dessa aprovação, a Superintendência do INSS-RJ ainda buscava o despejo dos/as ocupantes. Entendimento que foi corroborado pela juíza da 14ª Vara Federal, em que tramitava a ação. A magistrada alegava que nenhum documento de compra e venda foi juntado aos autos do processo. Por isso, os/as ocupantes deveriam ser despejados.

Enquanto o processo judicial se desenrolava, o MNLM-RJ obteve êxito na negociação com o Ministério das Cidades para impedir a reintegração de posse do INSS-RJ. Cada família da ocupação indicou um representante para a criação da Associação de Apoio à Moradia. Pessoa jurídica que consegue a concessão real de uso do imóvel em seu nome.

Por meio de tratativas com os governos estadual e federal, o movimento consegue viabilizar a compra do imóvel pelo Estado do Rio de Janeiro, para que fosse transformado em habitação de interesse social, já que os/as ocupantes/as são de baixa renda – desempregados/as ou trabalhadores/as informais, majoritariamente. Tratarei mais detalhadamente desse ponto adiante. Meu intuito nesse tópico foi somente apresentar o processo de preparação e os momentos iniciais da Ocupação.

1.2.3. A dinâmica da Ocupação

Há, atualmente, 145 moradores/as na ocupação – 118 adultos e 27 crianças – divididos/as em 42 famílias. A maioria dos/as ocupantes tem mais de 25 anos de idade. Vieram de diversos Estados do país, com maior percentual do Nordeste. Uma vez no Rio de Janeiro, todos/as foram morar em favelas ou regiões periféricas, tais como Cantagalo, Rocinha, Anchieta, Costa Barros, Campo Grande, Nova Iguaçu. Em média, a renda de cada família é inferior a dois salários-mínimos. A maior parte trabalha informalmente e/ou de forma precarizada como: camelôs, pedreiros, garçons. Sobre os critérios adotados pelo MNLM para selecionar os/as ocupantes, uma entrevistada, Elisete, me disse o seguinte:

Primeiro critério é você ser trabalhador e ganhar de 0 a 3 salários-mínimos. E o segundo critério é não ter casa própria, porque a gente não trabalha com acúmulo de casas. A gente trabalha para pessoa ter uma moradia digna. E não é para acumular, como a gente viu, na década de 90 teve muito movimento de ocupações de terras, de ocupações na zona oeste, lá em Itaboraí mesmo também teve... as pessoas iam, ocupavam, ficavam um tempo e depois vendiam. A gente não trabalha com a lógica mercantil. A gente quer que o trabalhador tenha o direito de morar bem, com dignidade, num lugar infraestruturado, mas que ele não vá transformar aquilo em aluguel, em mercadoria mesmo. Porque a grande questão no Brasil é a desmercantilização da terra. Moradia é direito social, não mercadoria. Todo mundo deveria ter um pedaço de terra, deveria ter um lugar decente para morar, já que está na Constituição Federal... só que infelizmente não é isso que ocorre. (ELISETE, entrevista concedida a mim em 02/03/2023).

Na citação acima, merece destaque o fato de o MNLM não operar segundo a lógica mercantil. A luta é para que as pessoas tenham a posse de uma moradia digna, não a propriedade privada, a fim de evitar que os/as moradores/as mercantilizem os apartamentos por meio de venda ou locação.

Racialmente, a maioria dos/as ocupantes que eu conheci são negros/as. Na questão de gênero, há um protagonismo feminino na ocupação. Inclusive, no preâmbulo da Carta de Princípios está disposto que os/as ocupantes se comprometem a “organizar as mulheres da e na

moradia de forma a restaurar sua autoestima e propiciar a emancipação feminina na busca de igualdade, potencializando sua capacidade de luta em defesa da mãe terra e seus filh@s.”

Isabel Ostrower (2012, p. 216-217) relata o caso de algumas mulheres que, para ocuparem o prédio, abandonaram seus maridos, levando apenas seus filhos. De modo que, para elas, além da moradia e do acesso à cidade, essa foi uma oportunidade de saírem de relacionamentos abusivos. Em outros casos, os maridos foram convidados a participar da ocupação, mas simplesmente não quiseram ir, o que não impediu que suas esposas fossem sem eles.

Ainda de acordo com Isabel, houve um caso de uma ocupante que, posteriormente, aceitou o pedido de reconciliação do ex-marido, que prometeu mudar seu comportamento, e o levou para morar com ela na ocupação. Todavia, ele manteve o comportamento abusivo e constantemente tinha crises de ciúmes com outros homens da ocupação. Até que sua esposa disse para ele: “sabe de uma coisa, é melhor você viver a sua vida que eu vou viver a minha. Aqui você não canta de galo, não, **porque aqui quem manda é a mulher, a lei é das mulher.** E se levantar a mão aqui pra mim, a coordenação bota você na rua” (OSTROWER, 2012, p. 217, grifo meu). Uma moradora confirmou esse relato para mim:

Se hoje tiver uma briga de casal, vamos supor, que entrar na porrada lá no sexto andar, aí, você não precisa fazer assembleia para saber o que você vai fazer. Você precisa ter coragem para fazer o que tem que ser feito, porque o que já tá definido é que a gente se mete. **Aqui, briga de marido e mulher a gente mete a colher.** E a gente mete a colher e se for preciso, a gente pega o agressor e leva lá na porta da rua e tranca o portão. A gente já fez isso. (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023, grifo meu).

Desse modo, podemos notar a presença central das mulheres nesse ambiente. As lideranças da Ocupação Manoel Congo, que também são lideranças do MNLM-RJ, são mulheres negras.

As relações de gênero são uma questão central no cotidiano da ocupação menos pelo fato de existirem “mulheres” que “tomam a frente”, que ocupam cargos, que “fazem mil coisas”, e mais porque essas mil coisas, que envolvem a maternidade, o cuidado, a limpeza, o trabalho, a família, o estudo, os filhos, são tarefas femininas construídas simbolicamente como tais. E é justamente na filigrana da tensão entre o viver coletivamente e o conseguir dar conta desta constelação de tarefas que o gênero se faz presente, que o sujeito moral, que está na base da ocupação, se constitui. É neste sentido que as “mulheres” da ocupação aparecem, que mães, avós, tias, vizinhas, madrinhas, amigas e esposas surgem, não porque estejam sustentando a luta a partir de uma cronograma de luta, de um “manual” de formação política, mas porque lidam diariamente com dilemas, dificuldades e facilidades que vão sendo gestados a partir do projeto coletivo e dos compromissos familiares. (OSTROWER, 2012, p. 227).

Também há uma grande presença de “evangélicos/as”³⁷ na ocupação. Inclusive, uma das coordenadoras do MNLM-RJ entende que o crescimento de evangélicos/as na ocupação contribui para fragilizar a mobilização dos/as moradores/as. O projeto do MNLM implica uma transformação social, não se limita à moradia.

Porque a ocupação obrigatoriamente precisa ter é a opção por um projeto que liberta e que transforma. Ocupação não pode ser conservadora. O conservadorismo ele, ele norteia a manutenção da propriedade, né? Ele norteia a vigilância sobre a moral e os bons costumes, sobre as outras pessoas e cerceia o mais fundo da liberdade. E a ocupação tem a obrigação de “querer mais ar”. (LURDINHA, em entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

Esse projeto transformador, segundo os/as evangélicos/as, contrariariam os desígnios de Deus. O que, notadamente, é uma postura reacionária. De acordo com essa coordenadora do movimento, para os/as evangélicos/as a salvação virá por meio de Deus, como um milagre e não por meio da luta, da mobilização popular (OSTROWER, 2012, p. 113-114).

Na Ocupação Manoel Congo, desde sua fundação até hoje, todas as decisões são tomadas em assembleias. Nas palavras de uma moradora, “teve época que a gente fazia duas assembleias por dia, teve época que a gente passou a fazer uma por dia, teve época que a gente passou a fazer uma por semana. E hoje nós estamos no período de fazer uma assembleia por mês” (LURDINHA, entrevista concedida a mim 13/03/2023).

Uma das questões deliberadas em assembleia é a divisão de funções e tarefas. Neste sentido, atualmente a ocupação possui: o Núcleo de Provimento, o Núcleo de Regularização Fundiária, o Núcleo de Comunicação, o Núcleo de Apoio, a Brigada de Infraestrutura, a Brigada de Habitabilidade, o Coletivo de Mulheres, o Coletivo de Juventude, o Coletivo de Formação.

Analisando cada função, pode-se dizer que os núcleos são voltados para lidar com questões mais externas, garantindo recursos, assessoria jurídica, visibilidade social e assessoria técnica especializada. As brigadas tratam de temas internos, como detalhes da reabilitação, segurança e rotina interna – lidando inclusive com os conflitos no interior da Ocupação. Os coletivos tratam de abarcar outras lutas, que não apenas a da moradia, mas que fazem parte da luta maior pela Reforma Urbana e pela participação de setores oprimidos nos rumos da vida em sociedade. Mas sempre tendo em vista o corte de classe, dentro de uma ideologia inclusiva. (NEPOMUCENO, 2022, p. 169).

Os dois primeiros andares, espaço de uso comum, que não possuem apartamentos, têm sua limpeza feita por todos/as, por meio de escalas. No resto do prédio, cada família deve se revezar para limpar os andares em que moram. Não há hierarquia entre a coordenação do

³⁷ O universo evangélico é heterogêneo. No contexto em que o termo “evangélicos/as” foi utilizado, entendi que ele se refere aos/as moradores/as mais conservadores/as da Ocupação e que, portanto, estão à direita no espectro político.

movimento e os/as demais integrantes, todos/as devem contribuir com a limpeza³⁸. Todavia, na prática, essa rotação apresenta problemas, porque nem todos/as contribuem de fato. Alguns/Algumas fazem mais, outros/as fazem menos, outros/as fazem nada. Esse problema acentuou-se após as reformas do prédio, em que as pessoas ficaram mais individualistas. Sobre isso, Elisete me relatou o seguinte, quando eu a perguntei se havia conflito entre os/as ocupantes:

Há! Há alguns. Sempre tem gente que não vale nada em nosso meio. Por exemplo, a gente tem uma regra de que cada andar é responsável pela limpeza do corredor, mas tem gente que nunca limpa. São sempre as mesmas pessoas que limpam, que mantêm, entendeu? Aí você vai para assembleia, discuti, fala por causa disso... tem gente que não quer cumprir regra, apesar de estar morando aqui, conhecer a regra e não quer cumprir.

Entendi. Bom exemplo... é complicado mesmo...

É... Você pensa bem, nós somos de cinco a seis apartamentos por andar, se cada pessoa passar a vassoura e passar um pano, é.. cada família... uma pessoa de cada família, todo dia, vai estar sujo?

Podia ser uma família por dia, né?

É, antigamente quando a gente ocupou a gente lavava banheiro todo dia. (ELISETE, entrevista concedida a mim em 02/03/2023).

Ainda sobre a questão dos banheiros do prédio, a entrevistada relatou:

Então, agora ela [a ocupação] tá toda bonita, mas no começo também a gente fazia por onde, né? A ocupação no início só tinha um banheiro por andar. Aí, tinha uma escala enorme de limpeza de banheiro. Entendeu? Até a gente organizar tudo. A gente fazia tudo, quem mantinha o espaço limpo, organizado... a primeira instalação de água foi a gente mesmo que fez. (ELISETE, entrevista concedida a mim em 02/03/2023).

Os/As ocupantes se revezam na portaria. Lurdinha relatou-me que a chave da portaria sempre ficou sob guarda coletiva, mas que, atualmente, há conflitos porque alguns/algumas moradores/as querem uma cópia da chave – inclusive, isso foi objeto de uma ação judicial. Segue o trecho da nossa conversa em que ela discorre sobre essas desavenças:

Há [conflitos entre os moradores]. Principalmente por conta de valores mesmo. Tem morador, por exemplo, que hoje briga querendo uma chave da portaria. A chave da portaria é sob guarda coletiva, sempre foi. E isso foi decisão não de uma pessoa, de duas pessoas... é do coletivo desde que entrou e nunca quiseram revogar isso

³⁸ Por falar em coordenadores, a Lurdinha me relatou que a Ocupação Manoel Congo, atualmente, possui quatro moradores que estão na coordenação estadual do MNLM. Quando eu a perguntei sobre a quantidade total de coordenadores do MNLM-RJ, ela não soube dizer, porque há cinco anos eles não fazem um encontro – e o principal motivo disse foi a pandemia de COVID-19. Mas, como já relatei, os encontros retornam por meio dos congressos municipais, estaduais e nacional.

Então a chave fica com quem tá na portaria no momento, né? A responsabilidade.

Hoje, por conta dessa briga, a chave não fica com quem tá no momento. A chave fica com os dois que fazem o período maior, que é a Elaine e o Wellington, porque eles dividem a portaria de cinco da manhã às dez da noite entre eles.

Só os dois?

Só os dois. Então, eles tem a chave. Às dez horas, aí tem dois senhores que dividem, de dez a uma da manhã, mas sem a chave, com o cadeado aberto.

Esses dois são da ocupação também?

São. Porque as pessoas estavam sendo muito pressionadas. A portaria sempre foi dividida entre todo mundo. Só que os últimos estavam sendo pressionados por meia dúzia de famílias a dar cópia de chave, pressionados a entregar a chave para pessoa entrar na madrugada. Chegaram a entrar na justiça para pedir a cópia da chave, acabaram de perder o processo.

[...]

Tem só duas chaves que fica com os dois porteiros. Aí, eles recebem alguma remuneração para ficar lá? Porque é muito tempo, né?

Recebem. Não é muita coisa, mas recebem. Isso foi definido em assembleia e as pessoas se candidataram em assembleia para prestar esse serviço. O Wellington não tem como trabalhar fora daqui, porque a esposa tem que trabalhar fora e ele toma conta das crianças e faz tratamento de saúde. A Elaine também sempre... ela praticamente cresceu aqui também, né? A filha dela... quando ela chegou aqui ela era mãe adolescente, a filha dela era um bebê assim. Hoje a filha dela já é uma moça.

Vocês nunca chegaram a contratar alguém de fora, algum porteiro para na portaria?

Contratamos uma vez, por uns quatro ou cinco meses. Mas foi uma questão de segurança. A gente teve uns recados aí, eu recebi uns recados, umas ameaças, coisa de “tráfico vai invadir”, essas coisas, né? Palhaçada que eles fazem para todo canto. Aí, nessa época a gente botou, a gente contratou gente de fora, gente que era mais treinada, né, profissionalmente e eram companheiros da esquerda, de luta. que tinha algum treinado meu. Aí, ficaram esses meses até a gente acalmar os anos, né? (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

Esse trecho da entrevista revela alguns pontos que merecem destaque: (i) há alguns/algumas ocupantes que sobrepõem (ou tentam sobrepor) seus anseios individuais – como ter a chave para entrar de madrugada na ocupação – aos interesses coletivos, decididos democraticamente em assembleia; (ii) o trabalho na portaria tornou-se fonte de renda para dois moradores; (iii) a ocupação já sofreu ameaças de invasão pelo “tráfico”, o que a fez contratar porteiros/seguranças privados.

Ainda sobre o funcionamento da portaria, há um controle de quem entra e sai da ocupação. Eles/as chegaram a elaborar uma lista com os nomes dos/as visitantes de cada

morador/a, tamanho o cuidado para que ninguém que possa prejudicá-los/a de alguma maneira e entre no prédio. Além disso, vale destacar, apesar de ser bem infraestruturado, o centro do Rio costuma ser deserto fora do horário comercial e dos dias úteis, o que diminui a segurança local. Assim, quando perguntei a Elisete como funcionava o esquema de visitas de pessoas de fora da ocupação, seguiu-se esse diálogo:

Geralmente, como é morador, a gente já tentou duas vezes fazer uma lista com os moradores... de visitantes.

Visitantes para cada morador?

É. E quando a pessoa vem para poder ficar, a porteira anota. Mas a gente tem muitos problemas também com visitantes... que não sabem o que é uma ocupação, que desrespeitam às vezes os outros e a gente tem que intervir.

Ocupantes que receberam visitas que trouxeram problemas para ocupação?

Exatamente.

A senhora pode citar algum tipo desses problemas que já aconteceu? Algum exemplo?

Pessoas que às vezes são até mal elementos. Já aconteceu até da gente botar para fora: “sinto muito, você não vai dormir aqui, porque nós não tem autoridade para isso”. E outras coisas: visitantes que xinga porteiro. Porque o porteiro: “querido, você vai aonde? Você quer falar com quem?” Porque aqui na portaria tem câmera, mas não tem comunicação com os apartamentos. Então a pessoa acha “ah, eu sou filho de ciclano”. Por exemplo, minha mãe. Minha mãe veio visitar aqui e o Wellington, porteiro, barrou ela, porque não sabia para onde ela ia. Ai ela: “Não, querido, boa tarde, eu vou para casa da Elisete”. Que é o certo! Porteiro tem obrigação de garantir a segurança, só que tem pessoas que são desrespeitosas.

Por exemplo, hoje quando eu cheguei, a menina só abriu a porta quando eu falei que era para visitar a senhora.

Exatamente.

O que é normal.

O que é o certo. Só que muitas pessoas têm muitas pessoas que nem compreende o certo. Outro dia veio um menino veio visitar, a menina não sabia quem era, ela não queria abrir... ele era filho de uma moradora. Aí, ela perguntou: “você vai para onde?”. Pera aí, sua mãe não está em casa. Aí ele: “Ah! Você tá me tirando?!”. Não é tirando nada, ela está fazendo o trabalho dela. Como ela vai abrir o portão para uma pessoa que ela não conhece, não sabe nem para onde vai e o dono da casa não está em casa?

Essa questão de lista hoje em dia não tem mais não, né?

Não, mas a gente vai tentar fazer de novo. De novo essa lista... tem que ter. Tem que ter lista, cara. Eu fui outro dia fui na assembleia e até falei isso, as

peessoas aqui esquecem que moram no centro da cidade. Aqui à noite é um lugar deserto, tem assalto à beça. Outro dia eu vim da igreja, o guarda municipal me parou e perguntou “a senhora vai pra onde?”. “Eu vou para minha casa.” Ele falou assim: “acabou de ter um arrastão aí. Vai que eu vou ficar olhando a senhora”. Aí ele ficou aqui, na ponta do “amarelinho” até eu entrar no prédio. Porque a rua aqui também tem assalto, tem roubo, tem tudo. Muita gente aqui já foi assaltada. A minha nora já foi quase esfaqueada por causa de uma bolsa. Aqui, na frente do municipal. Entendeu? Então são essas coisas que as pessoas às vezes esquecem onde tá morando, que é para a gente manter a segurança. Às vezes até acha que a gente tá tomando conta da vida, né? Você fala de lista, já a acha que a gente quer tomar conta da vida dele.. e não é... (ELISETE, entrevista concedida a mim em 02/03/2023).

Lurdinha, numa fala que complementa o exposto pela Elisete, disse-me o seguinte:

Nós todos recebemos visitas nossas, particulares. Todo mundo recebe visita. As regras que a gente tem são assim: não lote a sua casa para dormir; a água é coletiva; a portaria é coletiva, tudo aqui é coletivo. Nós ainda estamos em período de obra, porque nós não terminamos a obra. Então, assim, não enche a sua casa para dormir, isso aqui não é um hotel, viu? (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

Durante seis anos, até o prédio ser reformado, havia uma cozinha coletiva responsável pela alimentação de todas as famílias. Para administrá-la havia a Comissão de Provisão e Segurança Alimentar que, na prática, chamava-se “Coordenação da Cozinha”, que além ser responsável por providenciar almoço e janta diariamente, também era responsável pela compra dos alimentos. O café da manhã era de responsabilidade de cada família. Cada ocupante tinha o direito de fazer duas refeições por dia, esse controle também era feito pela Coordenação de Cozinha.

Em teoria, as cozinheiras dividiam-se em dois grupos: o primeiro trabalhava das 9h às 14h, responsabilizando-se pelo almoço; o segundo trabalhava das 17h às 22h, responsabilizando-se pela janta. Na prática, era comum não haver a pausa para descanso entre 14h e 17h, devido ao acúmulo de tarefas e a necessidade de adiantar a janta.

O espaço onde ficava a cozinha coletiva se transformou em apartamento. O fim da cozinha significou o fim de um ponto de encontro das pessoas. A cozinha era um espaço de convivência, onde as pessoas comiam juntas, colocavam a conversa em dia (OSTROWER, 2012, p. 88).

Entretanto, a cozinha coletiva era uma moeda de duas faces. Ao mesmo tempo que era um importante local de convívio, permeado por trocas de afetos, também foi motivo de atritos entre os/as ocupantes, porque era comum haver alguma família que não conseguia contribuir com a compra dos alimentos: todos/as acima de dois anos de idade precisavam contribuir com R\$ 30,00 mensalmente. Alguns/Algumas ocupantes também se incomodavam com o fato de

não poderem cozinhar sua própria comida, havia preferência por outros sabores e temperos. Também havia atrito por discordância da quantidade de comida e horário das refeições.

O MNLM esperava que a cozinha coletiva fomentasse o espírito comunitário entre as famílias. Ela cumpriu esse papel ao mesmo tempo que causou conflitos entre elas. Eis um exemplo de como a realidade é contraditória. A cozinha coletiva expôs como os/as ocupantes lidavam com seu engajamento numa luta coletiva ao mesmo tempo que lidavam com seus desejos e anseios individuais.

A gente tinha cozinha coletiva. A gente só tinha uma cozinha. Cada um de nós dava 8h de trabalho dentro da cozinha por semana.

E funcionava bem esse esquema da cozinha?

A gente funcionou quase dois anos. É, bem, bem, bem... tudo tem um problema para ser administrado. Todas as questões, por ser feita com pessoas, e eu tô reforçando isso, porque a gente tem... não sei se é romantismo... de achar que pobre é santo. Nós não somos santos, nós somos seres humanos, somos frutos desse mesmo... dessa porcaria de capitalismo aí... o que a gente faz é reconhecer diversas, é... diversas perversidades, diversas limitações do capitalismo e tentar um vigiar a si mesmo, vigiar o outro, alertar o outro, tá reunindo, tá discutindo, tá refletindo sobre as coisas, sobre os valores. Então, a gente não tem facilidade em administrar essas coisas. Tem que tá permanentemente reunindo, avaliando, as vezes brigando, tendo muita dor de cabeça. (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

Como destaquei os impasses que a cozinha suscitou, gostaria de frisar que conflitos de qualquer ordem são resolvidos com base na Carta de Princípios, que dispõe sobre as regras de convivência da ocupação.

A Carta de Princípios, assim como as reuniões, assembleias e as coordenações internas à ocupação, principalmente da Limpeza e da Portaria servem para a construção de um ambiente relativamente estável, para evitar o entra e sai, para manter os espaços de uso comum limpos e seguros. Trata-se de um trabalho contínuo não só para reprimir e tornar os moradores obedientes, mas para construir outros valores, para que estejam imbuídos das regras e comportamentos necessários para a construção da *moradia* como bem político. (OSTROWER, 2012, p. 83).

Sobre a Carta de Princípios, quando perguntei a Elisete sobre a sua efetividade, ela me respondeu: “Tem muita efetividade. Ela já tá meio obsoleta, tá precisando de ser renovada, mas ela é muito boa” (Entrevista concedida a mim em 02/03/2023). Ainda segundo Elisete, a maioria segue o que a Carta de Princípios dispõe, porque, nas palavras dela, “o combinado não sai caro”. Entretanto, conforme a entrevistada, há moradores/as que só seguem a Carta quando “possuem algum interesse”, quando não lhes interessa, eles/as não seguem. Ela diz que busca conscientizar essas pessoas argumentando que a Carta foi elaborada coletivamente, que as pessoas que a descumprem também participaram do processo de sua elaboração e, por isso, não

faz sentido elas não cumprirem com o que está escrito ali. A análise de Lurdinha sobre a efetividade da Carta também é nesse sentido:

Olha, já seguiram mais [a carta de princípios]. Já seguiram mais. Mas a gente tem uma dificuldade, que isso aqui é uma gestão popular do território. Nós não temos o poder público para ajudar a gente a fazer gestão das questões internas, né? Somos nós. Então, quando você tem um emaranhado de regras e a regra é cumprida, não é infringida, tá tudo certo, mas quando alguém de nós infringe, aí aquela regra passa a não prestar. Na hora que você faz a regra, a regra tá, ótima né? Você vai pensando, vai botando. Na hora que aquilo começa a incidir sobre você, sobre seu filho, sua filha, seu vizinho, aquilo começa a incomodar. Então, nessa hora é preciso que tenha um corpo dirigente interno – seja de cinco, de dez, de vinte... quantas pessoas tiverem – que faça cumprir o que foi decidido por todos. Não é porque você ajudou a construir, que você vai querer que aquela regra seja aplicada contra o seu filho. Percebe a diferença? Como é o ser humano...

Entendi.

Entendeu? Então na hora que seu filho transgredir a regra ou o seu vizinho ou seu amigo, aquela regra não é boa mais para você.

Já aconteceu casos assim?

Já. E aí o corpo, que a gente chama de coordenação, que tem esse papel de dizer “Não. Essa regra só deixa de ser regra quando a assembleia disser que ela não presta. E enquanto não disser isso, teu filho, teu vizinho, a pessoa que você gosta vai ter que cumprir”. Então, essa dificuldade de ter quem bote a cara na reta, né? Quem tem a cara para bater, durante cinco anos, dez anos, quinze anos e não possa fazer mais nada na vida além de ficar guardando regras de uma maioria aqui, é uma maioria que toca a sua vida... Só que quem tá guardando aqui, fazendo guardar as regras, né... Porque o poder de polícia aqui é de quem? Aí, com isso vários princípios vão se perder da carta básica, né? Porque nem sempre oito ou dez pessoas que ainda vigiam essas regras vão querer se desgastar. Vai ter gente que nem saúde tem para se desgastar por conta uma história, uma coisa que estava tratado que não podia. “Ah, levaram um cachorro”, não podia ter cachorro.

Não pode ter animal na ocupação?

O que tu foi definido na carta dos princípios é que não podia. Entendeu? Só que hoje tem uns quatro ou cinco. Quem vai lá tirar?

Entendi. Então, ela possui efetividade, mas nem tanto, né? Algumas coisas...

A maioria das coisas as pessoas cumprem (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

No segundo andar do prédio, a ocupação possuía um espaço voltado para crianças, denominado Espaço Criarte Mariana Crioula, mais conhecido como Criarte ou, simplesmente, “escolinha”. O projeto tinha “o intuito de contribuir para o aumento do capital cultural das crianças da ocupação, bem como ampliar suas habilidades de socialização” (MELLO, 2015). Esse é um projeto que era tocado por universitários/as que, além de ofertarem aulas de reforço escolar duas vezes por semana, realizavam atividades culturais, geralmente aos sábados, como

passeios e leituras. O MNLM-RJ compreende essas atividades não somente como um reforço para a educação formal, mas como um estímulo ao engajamento e à participação política.

O funcionamento do Criarte foi interrompido em 2020, por contada da pandemia de COVID-19. A intenção era que suas atividades fossem retomadas quando as condições sanitárias permitissem, mas até a finalização da escrita desta dissertação isso ainda ocorreu.

Tem uma equipe de jovem que trabalhava aqui com as crianças. Antes da pandemia, né? Depois da pandemia a gente não conseguiu estruturar ele ainda, não. Mas eles sempre trabalharam com as nossas crianças.

Fazendo atividades com as crianças?

É, saindo também... a parte de cultura. (ELISETE, entrevista concedida a mim em 02/03/2023).

De qualquer forma, a experiência do Criarte revela que a localização da ocupação, na Cinelândia, facilita atividades culturais. Isso demonstra que a ocupação do prédio na Rua Alcindo Guanabara não significa apenas usufruir de um teto, mas também um maior acesso à cultura.

1.2.4. Minha Casa Minha Vida ou Minha Casa Minha Mercadoria?

Em 1964, foi criado no Brasil o Banco Nacional de Habitação (BNH), pela Lei n. 4.380/64. Sua finalidade era orientar o Sistema Financeiro Nacional (SFN). Trata-se de um programa que voltado a prover moradia para as classes sociais de menor renda. Da extinção do BNH, em 1986, até o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), em 2009, houve uma ausência de política habitacional de interesse social no país. Esse longo hiato de vinte e três anos já é um indício do descaso do Estado brasileiro com a questão habitacional. O ponto fundamental para mim – e para esta dissertação – é se o Minha Casa Minha Vida, de fato, atende o interesse social como propagado. Esta é uma questão importante, pois foi por meio desse programa que a Ocupação Manoel Congo fez as obras em seu imóvel. Então, apresentarei como ocorreu esse processo.

Inicialmente, o MNLM-RJ lutava para que o prédio onde está a Ocupação Manoel Congo fosse comprado e reformado por meio do Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social (FNHIS). Trata-se de um fundo de recursos voltados para habitação popular que formam o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Este foi criado em 2005 como fruto da luta de movimentos sociais. Por isso, sua criação foi considerada uma vitória pela militância.

O SNHIS foi visto como uma grande vitória pelos movimentos por ser regido pelo princípio do controle social sobre os critérios de distribuição dos recursos para habitação, já que sua composição abarca conselhos compostos por representantes do Estado e da sociedade civil, como o Conselho Gestor do FNHIS e o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), nos quais os quatro movimentos nacionais têm assento. Assim, os conselhos seriam espaços de disputa entre agentes com interesses distintos. (MELLO, 2015, p. 17).

Vale destacar que mesmo o FNHIS sendo considerado uma vitória pelos movimentos sociais, ao invés do governo federal utilizá-lo como seu “carro chefe” parar lida com a questão habitacional, em 2007 ele começa a injetar verba para habitação popular por fora do FNHIS, por meio do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). E, em 2009, cria o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Divulga-se que:

(...) o objetivo do Programa é combater as mazelas provocadas pela falta de moradia no Brasil, como construção de moradias inadequadas e ocupações desordenadas, em contrapartida, construir moradias dignas, com acesso aos bens e serviços públicos e privados das famílias que terão acesso à Política de Habitação. Se essas características fossem efetivadas, promoveriam, além do acesso à Habitação, o acesso ao direito à cidade, ou seja, um acesso mais democrático do solo urbano. (SILVA, 2016, p. 16).

O diferencial do FNHIS em relação ao MCMV é que ele possui controle social e contempla programas de autogestão, que era o projeto do MNLM-RJ para a Ocupação Manoel Congo. A autogestão significa que a obra é tocada pelos/as próprios/as moradores/as. Ela é feita por meio de mutirões em que a divisão do trabalho não possui hierarquias – diferentemente das relações capitalistas. Insatisfeitos com as diretrizes do Minha Casa Minha Vida, os movimentos sociais lutaram para que parte do programa contemplasse projeto autogestionários. Assim, criou-se o Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV-E).

Por motivos éticos e políticos, a luta do MNLM era para que os/as moradores/as tivessem a posse, não a propriedade do imóvel. Em 2008, o movimento conseguiu que o imóvel fosse declarado de interesse social. Nesse cenário, os/as ocupantes da Manoel Congo criaram a Associação de Apoio à Moradia (AAM), pessoa jurídica responsável por captar recursos públicos para obras no prédio ocupado. O MNLM apresentou proposta ao SNHIS para que o imóvel fosse comprado. Como forma de pressionar, também realizou diversos protestos na sede da Caixa Econômica Federal.

Depois de muita luta e burocracia enfrentada, as propostas da Associação foram aceitas e o governo federal financiou a compra do imóvel pelo governo do Estado do Rio de Janeiro. A compra foi feita por R\$ 900.000,00, com os recursos do FNHIS, em 28 de outubro de 2010. Em seguida, conferiu aos/às moradores/as a concessão de direito real de uso. Além disso, o governo estadual comprometeu-se a arcar com R\$1.228.618,73 para requalificação do prédio.

O contato [do Estado com a ocupação] é que quando a gente ocupou o prédio, a gente fez um termo de parceria com o estado do Rio de Janeiro, porque esse prédio continua sendo um prédio público... nós corremos atrás do dinheiro, mas o dinheiro só poderia vir pelo ente público federativo, então veio pelo estado do Rio de Janeiro através do ITERJ. A compra e aquisição desse prédio foi por conta do ITERJ, do estado... tanto é que ainda está no nome do ITERJ. Para ser, depois de toda obra regularizada, passada para o nome dos moradores. (ELISETE, entrevista concedida a mim em 02/03/2023).

Ainda em 2010, além dos recursos do FNHIS, a Ocupação Manoel Congo conseguiu que seu projeto “A gente quer...Trabalho, Moradia, Diversão e Arte - Estação Cinelândia” fosse aprovado para receber financiamento do Programa Petrobrás Cidadania. Trata-se de um projeto que visa a gerar trabalho e renda para os/as ocupantes por meio da criação de uma cooperativa multifuncional. Por meio dele, a ocupação conseguiu inaugurar a Casa de Samba Mariana Crioula, localizada no térreo do prédio e com entrada pela Rua Evaristo da Veiga (MELLO, 2015, p. 103-104). Lurdinha (em entrevista concedida a mim em 13/03/2023) relatou-me que os projetos de geração de trabalho e renda “entraram com eles” na ocupação, ou seja, desde o início, em 2007, os/as ocupantes já tinham esse projeto: inaugurar o restaurante e a Casa de Samba. De acordo com ela, a Casa de Samba funciona mais como um acoplado do restaurante e está nos planos a potencialização de seu uso, para gerar mais empregos para os/as moradores/as.

A gente até hoje chama casa de samba, porque já faz parte do nosso linguajar, né, quinze anos falando isso. Para nós é casa de samba, mas hoje ela funciona muito mais como um espaço acoplado do Tuia Café, né, porque é a mesma equipe. (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 03/03/2023).

Ela completou esclarecendo que, no momento, o Tuia Café possui dez trabalhadores/as (todos/as moradores/as), mas que:

(...) tem potencial para vinte, vinte e cinco, até trinta, se alguns projetos que a gente tem acoplado... tipo o Tuia *buffet*, para fazer festas foras, se nossa entrega de quentinha aumenta, porque entrega hoje, mas entrega pouco.. se ela aumenta, quer dizer, são diversas coisas que tão sonhadas e pensadas que na hora que deslanchar, vai... vai vindo mais gente para trabalhar. E é o sonho desde o começo, porque a gente acredita numa plataforma de reforma urbana em que a mobilidade, o saneamento e o trabalho fazem parte do acesso à terra e à moradia. Na cidade, a gente acredita que, sem esses elementos você não consegue permanecer. Se você não tiver como transitar, se você não tiver saneamento básico e se você não tiver trabalho, você não consegue se manter na cidade, porque na terra, no meio rural, a terra já é o mote de produção, a terra já é trabalho e o saneamento você faz fossa, você trabalha com outros elementos, não tem tanta preocupação com escoamento, com os detritos e essas coisas, né... tá evoluindo no campo por conta de como trata e como reutiliza os detritos, né, mas nunca teve essa dificuldade de escoar. Então, na cidade é isso e o trabalho, se você não tiver trabalho, você não vai sustentar a si e a sua família, como é que você permanece na cidade sem trabalho? (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 03/03/2023).

Dessa forma, fica claro que o ato de ocupar precisa vir acompanhado de uma estratégia de permanência no local. Além da moradia, é necessário ter trabalho e renda. Nesse contexto, o MNLM-RJ funda a Cooperativa Liga Urbana, com o objetivo de promover a sustentabilidade de projetos de habitação de interesse social, por meio da articulação entre moradia, trabalho, cultura e lazer. Em outras palavras: busca-se elaborar fontes de renda para ocupação como forma de garantir a permanência dos/as moradores/as no local. Conforme consta no *blogspot* do movimento, a cooperativa busca desenvolver “uma relação de trabalho e produção baseada na solidariedade e na apropriação coletiva da mais-valia” (MNLM, s/d)³⁹.

Depois da compra do imóvel, o movimento lutava por sua requalificação, para transformação de prédio comercial em residencial. O MNLM esperava que as obras também fossem feitas por meio do FNHIS, que aprovou a solicitação do movimento. As obras no prédio chegaram a começar, entretanto, houve um problema com a licitação: havia recursos federais no financiamento e a licitação não foi publicada no Diário Oficial da União, somente no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Assim, os contratos foram cancelados e as obras interrompidas em 2012.

Nessa ocasião, a Caixa Econômica Federal e o governo do Estado do RJ propuseram ao MNLM a migração do FNHIS para o MCVM-Entidades. Proposta que foi recusada imediatamente, por tudo que o FNHIS representava como fruto de anos de lutas dos movimentos sociais. Além disso, pelo MCVM-Entidades os/as moradores/as teriam uma dívida para pagar durante muitos anos, enquanto pelo FNHIS o subsídio seria integral. Todavia, o MNLM deparou-se com grandes dificuldades burocráticas para refazer o processo licitatório. Então, mesmo a contragosto, acabou cedendo e migrou para o MCVM-Entidades, por ser o meio mais viável e rápido de finalizar as obras.

Porque nós só passamos para o Minha Casa Minha Vida, sabe por quê? Porque o Estado, foi aquilo que te falei, o Estado foi inerte. A gente trabalhou de 2007 até 2011, todo dia, toda semana, para fazer essa obra aqui. Essa obra deveria ter sido de graça. Só que o Estado fez uma licitação em 2013, que ela foi suspensa porque eles não fizeram o... como é que se diz... não colocaram no edital que havia verba federal. Então, ela teve que ser suspensa. Aí, a gente ia ter outra maratona! Por exemplo... ficamos 2008, 2009, 2010, 2011, quatro anos esperando... 2012, 2013... sete anos esperando o Estado. A gente ia ficar mais sete anos para fazer a obra? Aí, a gente teve a proposta pela Caixa do Minha Casa Minha Vida e a gente foi. E a gente conseguiu fazer a obra muito mais rápido. (ELISETE, entrevista concedida a mim em 02/03/2023).

O plano do MNLM era realizar as obras por autogestão, isto é, pelos/as próprios/as moradores/as e não por empreiteiras, como de praxe. E os serviços que os/as ocupantes não

³⁹ Disponível em: <<http://mnlmrj.blogspot.com/p/cooperativa-liga-urbana.html>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

estivessem aptos/as para fazer, eles/as mesmos/as subcontrariam alguém para fazer. Nesse modelo, todo o aporte financeiro seria gerado pelo movimento.

A bandeira da autogestão está presente nos discursos e práticas dos movimentos de moradia no Brasil, expressando a crença na construção coletiva e autônoma da moradia digna pelas classes populares. A autogestão como utopia processual é entendida pelas lideranças desses movimentos como condição primeira para a idealização e construção da cidade democrática. (MELLO, 2015, p. 24).

Entretanto, a Caixa Econômica Federal exigia que engenheiros atestassem que aquelas pessoas, os/as ocupantes, eram aptos/as para o serviço e o movimento teve dificuldade de encontrar tais profissionais.

Dessa maneira, no final das contas, a Caixa e o MNLM acordaram que a obra seria feita em cogestão, ou seja, “a obra seria licitada e uma construtora contratada e os moradores participariam do acompanhamento geral e, sempre que fosse possível, como mão de obra, se estivessem qualificados para a atividade demandada” (MELLO, 2015, p. 101).

A autogestão é a tomada de recurso... é a entidade organizada fazer... contratar recursos com o poder público e a gente organizar o povo e o povo mesmo executar a moradia, executa as casas. A gente acompanhou a execução dos projetos, nós contratamos arquitetos que foram executando o projeto, nós mesmos contratamos, sabe? A caixa fiscaliza e depois do produto feito, a caixa fiscaliza, faz o laudo técnico e paga.

Mas e os próprios moradores trabalharam na obra do prédio.. E foram remunerado ou foi trabalho voluntário?

Foi remunerado. Quem administra só não é, né? Mas os profissionais nossos fizeram e receberam pelo trabalho merda? (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

Por parte do MNLM, a gestão da obra ficou sob a responsabilidade da Cooperativa Liga Urbana, do próprio movimento. O projeto de requalificação foi feito pelos/as próprios/as moradores/as, com o auxílio técnico de arquitetos e engenheiros já formados ou em formação. Durante as obras, não havia hierarquia entre os/as ocupantes e os profissionais. Todos usavam capacetes da mesma cor, por exemplo.

A maioria dá obra foi feita pelos moradores, que trabalharam em autogestão. A gente administrava o dinheiro e muitos moradores trabalhavam na obra.

Aí, recebiam?

Recebiam salário. Outros faziam parte de multirão, porque a gente teve muitas horas de multirão... de quebrar, descer material, essas coisas... tudo foi feito em regime multirão.

[...]

Aham, mas tinha gente terceirizada também, né? Gente de fora.

Todos os trabalhos técnicos foram terceirizados. Por exemplo, elétrico, uma empresa de elétrico que veio fazer. A parte de hidráulica, uma empresa de hidráulica, toda a parte de estrutura a gente fez com empresas especializadas. Elevador, que aqui eu tô brigando com a TB RIO, eles são os responsáveis, cara. (ELISETE, entrevista concedida a mim em 02/03/2023).

Durante a requalificação, a prefeitura exigiu que os/as moradores/as fossem morar em um conjunto habitacional em Sepetiba, um local que fica a cerca de 80 km da Cinelândia. Eles/as deveriam morar lá até o fim das obras. O MNLM entendeu essa atitude como uma tentativa de inviabilizar a requalificação – já que a mão de obra eram os/as próprios/as moradores/as e seria inviável para eles/as percorrer 160 km por dia (ida e volta) para trabalharem no prédio.

Os/As ocupantes pensavam que se deixassem o imóvel, não conseguiram voltar. Pensavam que a prefeitura estava tentando enganá-los/as. Ademais, atentaram-se para o fato de que a Câmara de Vereadores queria comprar o prédio, o que os deixou ainda mais desconfiados/as.

Desse modo, contrariando a prefeitura, os/as ocupantes permaneceram no imóvel durante toda a obra. Morar em imóvel que está sendo totalmente transformado foi muito difícil, eles/as chegaram a ficar em condições precárias. Ainda mais porque havia crianças e idosos/as. Todas as ações tomadas precisavam ser feitas pensando no coletivo.

Em assembleia, foi deliberado que as obras começariam pelo lado direito do prédio, o que significou mais de cem pessoas morando juntas apenas no lado esquerdo. Em decisão que demonstrou a força e união do coletivo, conforme os apartamentos foram ficando prontos, os/as moradores/as só os habitaram depois que todos os estivessem finalizados, para que uma família não gozasse de um apartamento enquanto outra ainda estava sem. Quando todas as moradias ficaram prontas, elas foram divididas pelas famílias por meio de sorteio.

Mas assim, o Minha Casa Minha Vida foi feito para beneficiar o capital imobiliário, não teve um outro interesse, entendeu? [...] No Minha Casa Minha Vida muitos prédios eram de qualidade ruim, né? E faziam longe. Aqui no Rio de Janeiro, o lugar onde mais construiu foi na zona oeste, né? E as pessoas que moravam no centro da cidade tinham que ir para lá. O Minha Casa Minha Vida foi feito para construção imobiliária, porque ela ganhava tudo limpo, né?

Construía e e ganhava um valor por unidade, que era uma tranquilidade, porque não tinha comercializar, quem comercializava era a prefeitura, não é isso? Sem preocupação, sem planejamento nenhum de quem que ia para lá, as pessoas reclamavam que estavam sendo transferidos para Zona Oeste, né? Quem morava aqui no centro, na providência. Então quem é que vai querer ir? Ninguém, né?

Então, o Minha Casa Minha Vida, em si, não é um programa para atender a população que não tem moradia. É para atender a necessidade do construção civil, né? Tirar ela crise, foi isso. Então, mesmo e o Minha Casa Minha Vida Entidade, que foi um avanço, porque aí o dinheiro pôde ser direto para o para o movimento, né? Como foi o caso que acabou acontecendo, né? Trouxe um benefício, né?

A Manoel Congo conseguiu driblando, driblando, pegar esse Minha Casa Minha Vida Entidade, que era bom, mas o que que acontecia? Todos os movimentos tinham que ter uma personalidade jurídica, né? Ele tinham que ter uma estrutura para provar que podiam pegar o financiamento e administrar, eles tinham que se profissionalizar, entendeu? Isso também influenciou mal a autonomia, né? A autonomia dos movimentos. A Lurdinha é uma pessoa que pode falar muito bem sobre isso, ela tem essa autocrítica, né? Então, é isso... (MARIA DE FATIMA, entrevista concedida a mim em 23/03/2023).

Na visão das lideranças do MNLM, a experiência do MCMV-Entidades e do mutirão autogestionário, apesar de positiva, teve seus problemas. Para trabalhar nas obras, os/as moradores/as recebiam uma remuneração. Foi feita uma divisão igualitária: todos/as trabalhavam 8h por dia e recebiam R\$ 1.500,00 mensalmente. Entretanto, o dinheiro fez, em alguns momentos, o senso coletivo ser afetado. Alguns/Algumas ocupantes-trabalhadores/as queriam receber mais, defendiam que o pedreiro e o servente não podiam ter remunerações iguais. Desse modo, é possível notar como o individualismo e a competitividade (valores capitalistas, liberais) afetaram a autogestão.

O prédio, atualmente, é residencial e comercial, mas até o momento as obras ainda não foram concluídas. Conforme Lurdinha, as obras estão paradas desde 2014, o último ano do primeiro mandato do governo Dilma Rousseff (PT). Quando Marcelo Crivella (Republicanos) tornou-se prefeito, em 2016, o diálogo com o município também ficou mais difícil. Ainda segundo ela, obras que já estavam prontas precisaram ser refeitas:

Agora falta [muita coisa para terminar a obra], porque agora a gente tem que refazer uma série de coisas que já estava pronta, pintura de fachada, pintura dos corredores, uma série de coisa que estava prona e a gente vai ter que refazer, mas o cronograma da obra em si estava noventa e nove por cento pronto. O que faltava era o habite-se e a titulação. Então agora a gente tem que refazer, né, algumas coisas que sujaram e danificaram e pegar o habite-se da Prefeitura, porque também veio o governo Crivella e não tinha nem com quem conversar... lá no Crivella não tinha, era impossível.

Durante o governo Bolsonaro não teve contato nenhum com a Caixa pra tentar retomar? Porque eu vi que o que o Lula ia voltar com o programa Minha Casa Minha Vida.

Já voltou.

Então, foi com essa volta que vocês conseguiram voltar a negociar para terminar as obras?

Foi, foi depois da eleição. Ano passado a gente já se sentou com a caixa. Porque a caixa ficou com alguns funcionários que vieram daquela época né? Pessoal lá de carreira. Semana passada a gente se sentou para retomar, estamos retomando... Eu acho que mais uns três meses... a gente está em obra de novo. A gente tem uma esperança de lá para outubro a gente já ter feito o que danificou, né, conseguido o habite-se e que a gente possa estar fazendo uma festança de inauguração. (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

Até a escrita desta dissertação, foram construídos 42 apartamentos, distribuídos entre o terceiro e o décimo andar. Alguns têm dois quartos, outros apenas um. No segundo andar há um escritório e o Auditório Miguel Lanzelloti Baldez, um espaço multifuncional onde ocorrem as assembleias e qualquer outro tipo de atividade coletiva – lá já ocorreram cursos de formação, por exemplo. Vale mencionar que este auditório também é utilizado por movimentos sociais parceiros da ocupação. Ainda no segundo andar, mas com entrada pela Rua Evaristo Veiga, nº 17, está o restaurante Tuia Café Cultural. No térreo foi construída a Casa de Samba Mariana Crioula. Estes dois últimos são fontes de trabalho e renda para a ocupação.

Sobre os desafios que a ocupação enfrentou durante a pandemia de COVID-19, Lurdinha relatou-me que os/as ocupantes trabalharam internamente como podiam, que o serviço interno e os gastos com materiais de limpeza aumentaram bastante – porque precisavam limpar mais vezes os espaços públicos do prédio. Além disso, os/as moradores/as construíram uma pia na entrada do prédio para que todos/as que passassem ali lavassem as mãos. A ocupação recebeu muito apoio de aliados, que doaram cestas básicas.

Ainda de acordo com ela, muitos/as moradores/as de rua se aglomeraram na tapagem do Restaurante Amarelinho, que ficou fechado nesse período. Assim, os/as ocupantes distribuíaam quentinha para essas pessoas quatro vezes por semana, além de agasalhos.

Era tão desesperador que mesmo que você tivesse só dois grãos de arroz, você ia levar um para lá. Era coberta, porque no inverno era muito frio. Arrumava cobertor, agasalho. Tinha gente sendo expulso de favela. Famílias inteiras. Aí, a gente levava as coisas, levava comida. Teve uma ocupação aqui no prédio que foi despejada, esse mesmo, e despejada e foi um sofrimento danado. É isso. A pandemia não foi fácil, não. (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

No momento que as doações de cestas básicas diminuíaam, os/as ocupantes fizeram um mercadinho no espaço onde funciona a Casa de Samba. Um morador ia até o mercado de atacado e comprava grandes quantidades de comida, que depois era revendida para os/as próprios/as moradores/as, para que ninguém precisasse se expor.

Elisete relatou-me, na entrevista, outra atitude que tiveram para enfrentar a pandemia: reduziram o preço do condomínio. Ela demonstrou orgulho disso: “Qual condomínio que você ouviu falar que abaixou durante a pandemia?”. Segundo ela, isso foi possível porque decidiram em assembleia não pagar água, que é muito cara, e a ALERJ aprovou uma lei que a água não poderia ser cortada durante a pandemia. Elisete também relatou que muitos/as trabalhadores/as ficaram desempregados/as nesse período.

Ainda sobre o pagamento do condomínio, ela me contou que há pouca inadimplência, menos de 10% de inadimplentes. Ela afirmou que o condomínio é barato, que fazem de tudo

para baratear, cortam e diminuem todos os custos possíveis. Inclusive, a entrevistada me contou que um dos objetivos da ocupação é a implantação de um sistema de energia solar.

Projeto de energia solar para diminuir o custo do gasto de luz, do elevador e dos corredores. Porque aqui, quando a gente ocupou, sabe... as famílias são de zero a três [salários-mínimos], a tendência é o custo aumentar. Então, se a gente não tiver mecanismos para diminuir, muita gente vai querer fazer o quê? Vai vender. Você sabe que já aconteceu isso com uma amiga minha?⁴⁰ (ELISE, entrevista concedida a mim em 02/03/2023).

Por conta disso, um síndico de outro prédio já elogiou a organização da gestão da ocupação. Assim, apesar de todas as dificuldades, essas pessoas conseguiram se organizar coletivamente e lutar por pautas que estão além das individualidades de cada um/a.

1.3. Conclusões parciais

Formalmente podemos dizer que a política pública de moradia é “um programa ou ação governamental, através de uma atuação concreta do Estado, por meio de medidas coordenadas, com um objetivo determinado de dar movimento à máquina do governo, **procurando efetivar o direito fundamental de moradia**” (ANDRADE, 2018, p. 108, grifo meu). Entretanto, materialmente, a partir do caso da Ocupação Manoel Congo, a política habitacional se caracteriza pelo Estado fornecendo subsídios para o aumento de lucro da iniciativa privada (SILVA, 2010, p. 148).

Nesse cenário, vale mencionar que, em 2003, o presidente Lula criou o Ministério das Cidades, responsável por gerir a política urbana do país a partir da formulação da Política Nacional de Habitação (PNH). No entanto, a principal operadora nacional dos programas habitacionais é a Caixa Econômica Federal, por meio gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que está vinculada ao Ministério da Fazenda. Tal fato reduz(iu) a força do Ministério das Cidades.

A Constituição brasileira de 1988, em seu art. 183, dispõe a gestão democrática das cidades como princípio constitucional, ela também abriu possibilidades para participação popular no parlamento, por meio de mecanismos como plebiscito, referendo, projetos de iniciativa popular, controle do Orçamento Público, além de outras medidas que privilegiam as Câmaras Municipais⁴¹ e fortalecem os Municípios. Entretanto, no caso da Ocupação Manoel

⁴⁰ Ela se refere ao episódio em que uma amiga, do projeto Esperança, em Jacarepaguá, chegou na assembleia de moradores e descobriu que um morador vendeu sua casa de porteira fechada.

⁴¹ A CF/88 proporcionou uma descentralização político-administrativa, de modo que delegou aos Municípios responsabilidades inéditas, colando-o com um ativo executor de programas sociais.

Congo o que vemos é o governo federal financiando diretamente o mercado imobiliário, construtoras, empreiteiras, financeiras. O governo municipal tem seu papel mitigado, restringindo-se a definir as famílias que serão contempladas com moradia.

A Ocupação Manoel Congo enfrentou – e ainda enfrenta – grandes dificuldades de captar recursos públicos para um prédio que se não pauta pela lógica capitalista-mercantil de compra e venda. O local é extremamente bem valorizado, no Centro do Rio de Janeiro. Para se ter uma noção, fiz uma busca de apartamentos que estão sendo vendidos no Centro do Rio de Janeiro no *site* OLX e encontrei anúncios de 190 mil até 800 mil reais. Encontrei um apartamento, na Senador Dantas (rua que dá acesso à Cinelândia), de 28 m², com apenas um quarto, por 300 mil reais.

Atualmente, a política urbana vem sendo abandonada ou está sendo entregue nas mãos dos interesses imobiliários e financeiros privados, sendo o Programa Minha Casa, Minha Vida, a manifestação acabada desse processo. Há uma naturalização e um fortalecimento da ideia de empreendedorismo e de governança em que o Estado, no plano do poder político, se coloca como representante natural dos interesses econômicos, e não dos interesses da maioria da população. (ANDRADE, 2018, p. 116).

Numa sociedade regida pela lógica capitalista-mercantil, as ocupações urbanas aparecem como uma alternativa de (re)apropriação do espaço urbano, além de denunciarem os problemas habitacionais inerentes ao capitalismo. Os centros, umas das áreas mais valorizadas de qualquer cidade, têm imóveis vazios, públicos e privados, servindo apenas à especulação imobiliária. Assim, conforme Irene Mello (2015, p. 13), “a estratégia de acesso à terra é a ocupação de imóveis ociosos nos centros das cidades. Além de ser uma forma de conquistar uma moradia, também é um ato político de apropriação de um espaço sob o controle das classes dominantes”.

As pessoas começam no MNLM por uma necessidade material: ter uma moradia. Muitos eram moradores/as de favela e buscam morar em um espaço onde possam usufruir mais da cidade. A luta coletiva por acesso a bens e serviços que proporcionem efetivo atendimento a essas necessidades materiais acaba forjando um senso crítico nos/as participantes dessa luta.

Mais do que a luta pela *moradia* – categoria política – as pessoas na ocupação estão lutando por uma *casa* – um direito cujo significado não se esgota nos moldes constitucionais, mas ganha eco em práticas cotidianas muito específicas, em uma dimensão afetiva e relacional. (OSTROWER, 2012, p. 19).

Dessa maneira, no capitalismo, as ocupações urbanas aparecem como uma prática e um sujeito insurgente, que se contrapõe ao estado atual das coisas na lógica de produção, acumulação reprodução da sociedade capitalista. Mas, a partir do estudo da Manoel Congo,

notei que a ocupação também tem suas contradições, o que de forma alguma é um demérito. Ela não é um todo harmônico, também tem seus conflitos internos e integrantes que prezam mais pelo seu bem-estar individual do que pelo coletivo. Acredito que lidar com a tensão entre seus desejos pessoais e as necessidades do coletivo seja uma das maiores dificuldades para os/as ocupantes.

CAPÍTULO 2. CIDADE, POLÍTICA URBANA, SISTEMA FINANCEIRO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

“Porque sabemos que o lucro, o individualismo, a competição, a ganância e a exploração são nossos inimigos. E responsáveis pela miséria e destruição da vida e, por isto, nós nos comprometemos: (...)

Art. 8º: participar ativamente na luta Anti-Capitalista contra a criminalização da pobreza e o empobrecimento da classe trabalhadora na perspectiva da emancipação da nossa Classe, em conjunto com as Organizações da Classe Trabalhadora que não se entregaram ao Capitalismo, à Burocracia e à Corrupção.”
(Carta de Princípios da Ocupação Manoel Congo)

Terminei o primeiro capítulo com uma exposição do Programa Minha Casa Minha Vida e sua implementação, na modalidade Entidades, na Ocupação Manoel Congo. Assim, neste capítulo dois, analisarei a lógica capitalista que molda esse programa, em específico, e as relações sociais na cidade, como um todo. Para tanto, analisarei o que é o fenômeno da financeirização e como incide no ambiente urbano contemporâneo.

Desse modo, farei o seguinte percurso: utilizarei a teoria do valor marxiana para compreender o que é o capital portador de juros e como este se desdobra em capital fictício. Esses elementos me permitirão entender a dinâmica financeira, baseada na especulação. Em seguida, analisarei como essa dinâmica se dá na cidade do Rio de Janeiro, que recebeu grandes intervenções urbanas nas últimas décadas, sobretudo para sediar megaeventos esportivos.

Com a devida compreensão das relações sociais urbanas no município carioca, conseguirei contextualizar histórica e socialmente o ambiente em que a Ocupação Manoel Congo está inserida. Dessa maneira, voltarei a analisar o Programa Minha Casa Minha Vida e sua implementação na ocupação objeto do meu estudo, acrescentando mais elementos ao que eu já expus no capítulo um.

A partir do arcabouço teórico construído ao longo deste capítulo, demonstrarei que o PMCMV é fruto de uma política pública que (mais) busca aumentar o mais-valor apropriado pelos proprietários de capital – e não (apenas) uma política que visa a atender as necessidades materiais da classe trabalhadora. Nesse cenário, o Estado, na prática, não concebe a habitação como um direito social, mas como um problema do indivíduo na condição de consumidor. Assim, compreende o problema habitacional como um problema de crédito.

Compreender a utilização da habitação e do crédito habitacional a serviço da acumulação de capital é um grande desafio para os estudos críticos das políticas públicas do setor. De fato, é curioso observar que os instrumentos de

crédito se transformaram no objetivo principal da política habitacional, independentemente de sua adequação para atacar o problema. (ROYER, 2009, p. 21).

Por conta do meu referencial teórico-metodológico, busquei ao longo do capítulo entrelaçar as dimensões do teórico e do empírico, de modo que não há um sem outro – ou seja, busquei manejar teoria a partir do empírico e compreender o empírico a partir da teoria. Para tanto, utilizei os dados produzidos nas entrevistas que realizei, analisei documentos, matérias jornalísticas, legislações. Além de revisar a bibliografia pertinente – teses, dissertações, artigos, livros.

2.1. O dinheiro que “magicamente” gera mais dinheiro: o capital portador de juros

O capitalismo possui três mercadorias especiais: (i) dinheiro; (ii) força de trabalho; e (iii) capital. Elas são especiais devido às peculiaridades de seus valores de uso. Interessa-me, aqui, a última: o capital-mercadoria⁴². Como explicarei, a mercadoria capital é a **possibilidade** do dinheiro (D) vir a ser mais dinheiro (D'). Em outras palavras: o dinheiro – cujo valor de uso é expressar o valor das outras mercadorias –, em si, torna-se uma mercadoria. Isto foi uma consequência do desenvolvimento do capital industrial⁴³.

Em síntese, podemos dizer que a produção mercantil capitalista se constitui pelo seguinte movimento: dinheiro (D) → força de trabalho (FT) + meios de produção (MP) → mais dinheiro (D'). Com um dinheiro inicial compra-se as mercadorias força de trabalho e meios de produção para se criar uma outra mercadoria cujo valor é maior do que as duas primeiras – porque o valor de uso da força de trabalho é criar valor. Essa mercadoria oriunda do processo produtivo precisa ir para a esfera da circulação ser vendida. Dessa maneira, seu valor seria realizado.

Quando esse processo de produção de mercadorias atinge grandes proporções, aumenta-se a autonomização das formas do capital. Como Marx apresenta na primeira seção

⁴² Não se deve confundir mercadoria-capital com capital-mercadoria. A segunda é o conteúdo capital quando se expressa na forma mercadoria (cf: capítulo 3, Livro II, de *O Capital*). A primeira diz respeito ao processo de substantivação da forma-mercadoria do conteúdo-capital (cf: capítulo 21, Livro III, de *O Capital*) e será explicada nos parágrafos seguintes.

⁴³ Não se deve entender capital industrial apenas como aquele da indústria, isto é, da esfera produtiva. Ele refere-se ao ciclo completo do capital, nas formas produtiva, monetária e mercadoria. Marx é claro quanto a isso: “As duas formas que o valor de capital assume no interior de seus estágios de circulação são a de capital monetário e capital-mercadoria; sua forma própria ao estágio da produção é a de capital produtivo. **O capital, que no processo de seu ciclo total assume e abandona de novo essas formas, cumprindo em cada uma delas sua função correspondente, é o capital industrial** – industrial, aqui, no sentido de que ele abrange todo ramo de produção explorado de modo capitalista.” (MARX, 2014, p. 131 grifo meu).

do Livro II de *O Capital*, no ciclo do capital industrial, o capital assume as formas monetária, produtiva e de mercadoria. É possível que um mesmo capitalista seja responsável pelas três fases do ciclo. Mas o que, via de regra, ocorre é haver um capitalista atuando em cada etapa particular. Assim, há os capitalistas monetário, produtor e comerciante. A “circulação deixa de ser atividade exercida pelo próprio capitalista industrial⁴⁴ e passa a ser realizada por um capital específico, o capital de comércio de mercadorias, chamado de capital comercial” (SILVA, 2009, p. 174).

Naturalmente, os comerciantes, enquanto capitalistas, não produzem mercadorias, eles agem exclusivamente na esfera da circulação, não criando conseqüentemente valor. Mas a mais-valia contida nas mercadorias se expressará numa taxa de lucro que será em parte absorvida pelos mesmos quando os produtos forem vendidos no mercado. A autonomia do capital de comércio de mercadoria está na capacidade que ele tem de constituir um mercado particular, separado, em princípio, do capital produtivo. De fato, quando uma forma do capital funcional se autonomiza, ela se converte em capital autônomo, que funcionará como mediador no processo de circulação do capital e o capitalista atuante no capital produtivo não terá necessidade de esperar a venda de seu produto para continuar a produção. Daí vem sua autonomia, trazendo vantagens para o sistema, já que há uma especialização das atividades, além do que a rotação do ciclo do capital será mais rápida – contribuindo para a metamorfose das etapas do ciclo global –, ampliando o mercado e a divisão do trabalho. É verdade também, como veremos em breve, que a tendência natural do sistema é a de diminuir o espaço do capital comercial de mercadorias a partir do desenvolvimento do sistema de crédito já que, a partir desse último, é possível comprar mercadorias sem utilizar diretamente o dinheiro. (SABADINI, 2013).

A autonomização das formas faz com que capital comerciário cumpra a importante função de diminuir o tempo de circulação e dá novos contornos ao comércio de dinheiro. O capital é um valor que se valoriza. Para que haja essa valorização ele precisa estar em constante movimento. “Capital” parado não é capital. Assim, faz parte da sua legalidade reduzir seu tempo de circulação. As duas próximas citações são esclarecedoras quanto a isso:

O capital, como valor que se valoriza a si mesmo, não encerra apenas relações de classes, um caráter social determinado e que repousa sobre a existência do trabalho assalariado. **Ele é um movimento, um processo cíclico que percorre diferentes estágios** e, por sua vez, encerra três formas distintas do processo cíclico. Por isso, **ele só pode ser compreendido como movimento, e não como coisa imóvel**. (MARX, 2014, p. 184, grifos meus).

Quanto mais as metamorfoses da circulação do capital são apenas ideais, isto é, quanto mais o tempo de curso é = 0 ou próximo de 0, tanto mais atua o capital e tanto maior se torna sua produtividade e autovalorização. Se, por exemplo, um capitalista trabalha por encomenda, recebendo o pagamento na entrega do produto, e o pagamento se efetua com seus próprios meios de produção, então seu tempo de circulação se aproxima de zero. (MARX, 2014, p. 204-205, grifo meu).

⁴⁴ Industrial, nesta citação, é usado como sinônimo de produtivo, ou seja, o capital que atua na fábrica.

Dessa maneira, tamanha a importância de se diminuir o tempo de circulação⁴⁵, com o desenvolvimento do capitalismo surgiu um capitalista próprio para essa tarefa: o capitalista comerciante – que é diferente do capitalista que cuida da produção. Nessa dinâmica de comércio de mercadorias, as próprias legalidades desse modo de produção fizeram com que o dinheiro, em si, se tornasse uma mercadoria: a mercadoria-capital. Surge o comércio de dinheiro.

A comercialização do dinheiro se torna cada vez mais autônoma em relação às demais mercadorias, de modo que surge o capital monetário, cuja função é comercializar dinheiro para todos os demais capitais. O dinheiro é uma mercadoria peculiar, por causa de suas propriedades ele não pode ser comprado e vendido como as demais mercadorias, ele apenas pode ser emprestado. Então, ele não muda de proprietário, apenas de possuidor.

Esse comércio de dinheiro já existia em outras formas de sociedade, como capital usurário, “mas é na sociedade capitalista que esta forma de capital torna-se mercadoria específica com valor de uso e valor⁴⁶” (SILVA, 2009, p. 174-175). De acordo com a historiadora Virgínia Fontes (2008, p. 19), as fórmulas do capital usurário e da mercadoria-capital são idênticas, ambas são D-D’, entretanto as relações sociais por trás dessas fórmulas são totalmente diferentes. O capital usurário raramente intervinha no processo produtivo. De acordo com a autora, “assim como o agiota, a função usurária realiza uma punção no valor já criado e, em geral, **depende do uso direto da coerção para assegurar a remuneração** (FONTES, 2008, p. 19, grifo meu).

Por sua vez, a mercadoria-capital surge para servir diretamente ao processo produtivo. Para que surgisse, foi necessário que as relações jurídicas já estivessem plenamente desenvolvidas. Como Marx⁴⁷ apontou e Pachukanis⁴⁸ reforçou, o capitalismo pressupõe que as pessoas sejam livres – pelo menos formalmente – para trocarem suas mercadorias entre si, ou

⁴⁵ Tempo de circulação e tempo de curso são sinônimos.

⁴⁶ Apresentarei um pouco mais a frente qual o valor e valor de uso do mercadoria-capital.

⁴⁷ “As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. Elas são coisas e, por isso, não podem impor resistência ao homem. Se não se mostram solícitas, ele pode recorrer à violência; em outras palavras. Pode tomá-las à força. Para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias, seus guardiões têm de estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos. Têm, portanto, de se reconhecer mutuamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou volitiva é dado pela própria relação econômica. Aqui, as pessoas existem umas para as outras apenas como representantes da mercadoria e, por conseguinte, como possuidoras de mercadorias.” (MARX, 2017a, p. 159-160).

⁴⁸ Ao lado do domínio de classe direto e imediato emerge, dessa maneira, o domínio mediato e refletido na forma do poder estatal oficial como uma força particular, destacada da sociedade. (PACHUKANIS, 2017, p. 142).

seja, não há uma coação direta – por meio da força – de uma classe sobre outra⁴⁹, como havia nas sociedades feudal e escravocrata. No capitalismo, a dominação de classe é feita de forma indireta, por meio de um terceiro – o Estado. Dessa maneira, vemos que, apesar das semelhanças, o capital usurário e a mercadoria-capital correspondem a relações sociais distintas.

Então, como disse, a mercadoria-capital é o dinheiro, em si, como mercadoria. Ele tem a peculiaridade de não poder ser comprado e vendido como as outras mercadorias, mas apenas emprestado. Seu valor de uso é impulsionar o processo produtivo e, conseqüentemente, a criação de valor. A remuneração que se recebe por esse empréstimo – o seu preço – é o juro. Por isso, o dinheiro, enquanto mercadoria-capital, também é chamado de capital portador de juros.

Dessa maneira, surge a questão: se os juros são o preço da mercadoria capital, qual é, então, o seu valor? Ou seja, qual o tempo de trabalho socialmente necessário de uma valorização que ainda não ocorreu? Diante disso, é possível notar que essa mercadoria não possui valor. A mercadoria-capital possui preço, mas não valor. Por isso, o seu preço é irracional⁵⁰, uma forma abstrata sem conteúdo.

Emprestar e tomar emprestado em vez de vender e comprar representa, aqui, uma diferença que deriva da natureza específica da mercadoria, ou seja, do capital. Além disso, significa que o que aqui se paga são os juros, não o preço da mercadoria. Se quisermos chamar os juros de preço do capital monetário, essa é, então, uma forma irracional de preço, em plena contradição com o conceito de preço da mercadoria. O preço se reduz aqui a sua forma puramente abstrata e carente de conteúdo, como uma soma de dinheiro determinada que é paga por algo que, de um modo ou de outro, figura como valor de uso – expresso em dinheiro – desse valor de uso. (MARX, 2017b, p. 401).

Então, surge a questão: como a magnitude dos juros é definida? O que o regula? Porque a magnitude do valor das mercadorias é regulada pelo trabalho socialmente necessário à sua produção. Quando as mercadorias estão no mercado e são comparadas umas coisas outras, têm seu preço determinado pela oferta e demanda; há algo objetivo que regula tudo isso: o valor. Entretanto, os juros não possuem valor. Os juros baseiam-se na taxa de juros e esta não é regulada por nada objetivo.

⁴⁹ Vale destacar que há na literatura autores, como Guilherme Leite Gonçalves (2017; 2018; 2019) que apontam que, no capitalismo, o direito não comparece apenas no momento da troca de mercadorias, estabelecendo uma igualdade formal entre as partes. Em sua constante expansão, há momentos em que as relações capitalistas necessitam expropriar espaços, oportunidade em que o direito comparece na forma de violência explícita e expressão de desigualdade.

⁵⁰ Isso não nega a teoria do valor de Marx. A forma valor, pelo intermédio dos quais as relações capitalistas se estabelecem é tão dominante, que as transações de um preço sobre algo que não tem valor ocorrem o tempo todo. Portanto, preços irracionais são estabelecidos. Outro exemplo de preço irracional: a terra virgem.

O juro, como preço irracional, não representa o valor, mas a valorização do capital⁵¹. Assim, o juro (o preço) é determinado conforme o quanto se espera que o capital irá se valorizar⁵². Precifica-se **hoje** de acordo com o que se espera que valerá no **futuro**. Desse modo, os juros são estabelecidos a partir da taxa de juros vigente no momento do empréstimo. Essa taxa é determinada de modo empírico e convencional, considerando-se (i) a magnitude do mais-valor produzido; (ii) da oferta e demanda – a quantidade de capitalistas funcionantes em busca de empréstimo; (iii) as garantias do tomador; e (iv) a duração do empréstimo.

O capital, na forma D, possui a potência de se tornar D'⁵³. Essa potência pode se efetivar ou não. Essa própria potência de se valorizar é o seu valor de uso. A mercadoria-capital é a própria possibilidade do D inicial vir a ser D'. Assim, o proprietário de D é o proprietário de uma mercadoria, na forma dinheiro, que tem a capacidade de se valorizar. O proprietário de D pode, então, repassar para outro indivíduo o direito de efetivar essa potencialidade, o direito de se apropriar do consumo do seu valor de uso.

Ele [o dinheiro] obtém, além do valor de uso que já possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, aquele de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste aqui precisamente no lucro que ele produz ao se converter em capital. Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção do lucro, ele se torna mercadoria, mas uma mercadoria *sui generis*. Em outras palavras, o capital como tal torna-se mercadoria. (MARX, 2017b, p. 385-386).

Diante do exposto, posso sintetizar que o movimento do capital portador de juros consiste no empréstimo de determinada quantia de dinheiro e a posterior devolução dessa quantia acrescida de mais dinheiro, os juros. O prestamista empresta a quantia X de dinheiro para o capitalista funcionante. Este utiliza-o na produção de mercadorias e obtém um mais-valor. Em seguida, devolve para o prestamista a quantia de X acrescida da quantia Y . Essa quantia Y são os juros. Os juros são uma parcela do mais-valor que o capitalista funcionante obteve na produção mediante a exploração da força de trabalho⁵⁴. Assim, há o seguinte movimento: Dinheiro–Dinheiro–Mercadoria–Mais-Dinheiro–Mais-Dinheiro (D–D–M–D'–D'), em que D–D representa apenas o empréstimo e D'–D' a sua devolução⁵⁵.

⁵¹ Atuando apenas como meio de compra ou meio de pagamento o dinheiro não pode ter um “preço”.

⁵² Lembrando que essa valorização é uma potência, que pode se efetivar ou não.

⁵³ Qualquer quantia de dinheiro tem o potencial para funcionar como um capital que gera juros.

⁵⁴ “O juro é a parte da mais-valia empregada pelo capitalista funcionante (industrial e comercial) que não usa capital próprio e, por isso, precisa pagar ao prestamista parte do valor produzido pelo dinheiro emprestado. A categoria juro apenas é criada quando existe a separação entre duas espécies de capitalistas juridicamente opostas: capitalista monetário e capitalista funcionante.” (MELO, 2019, p. 204).

⁵⁵ “O capital na forma de mercadoria, isto é, como mercadoria-capital, não muda de dono, mas apenas de mãos. Sem que a sua propriedade seja transferida, ele passa das mãos do capitalista financeiro para as mãos, por exemplo, do capitalista industrial que o emprega para adquirir meios de produção ou força de trabalho ou ainda para financiar o estoque de mercadorias prontas para a venda, mas ainda não vendidas.” (PRADO, 2014, p. 15).

Para ser ainda mais preciso e a explanação ser ainda mais concreta, não há o contato direto entre o capitalista prestamista e o capitalista funcionante. A intermediação entre os dois é feita pelo capital de comércio de dinheiro (capital bancário). Os proprietários da mercadoria capital emprestam seu dinheiro para o capital bancário. De modo que este compromete-se a pagar juros àquele. Então, o capital bancário repassará o dinheiro ao capitalista funcionante que o demandar. Da mesma forma, este deve pagar juros àquele.

Assim, o negócio bancário se constitui na diferença entre a taxa de juros que o capital bancário cobra de quem demanda empréstimo (taxa de juros do ativo) e a taxa de juros que ele próprio comprometeu-se a pagar aos proprietários da mercadoria capital que depositaram dinheiro nesse banco (taxa de juros do passivo). Obviamente, a taxa de juros do ativo é maior do que a do passivo, para que o negócio compense.

Assim, o capitalista prestamista se apropria de juros, o capitalista funcionante se apropria de lucro industrial, mas o importante a se destacar é que essas formas que o mais-valor é apropriado têm por base a exploração da classe trabalhadora. No capitalismo, os trabalhadores, além do seu próprio sustento, precisam trabalhar para sustentar os diversos capitalistas que se apropriam do mais-valor das mais variadas formas⁵⁶. Embora este tema não seja o foco desta dissertação, é um fato que não poderia deixar de ser mencionado.

O capital enquanto mercadoria possui um circuito diferente em relação às mercadorias ordinárias, porque ele não constitui um momento da reprodução.

Esse dinheiro não opera como dinheiro, ao tomar a forma de mercadoria-capital, ele não guarda relação com a garantia das condições materiais de produção e de trabalho, ele é o próprio acúmulo de títulos de propriedade (direitos de apropriação) sobre a mais-valia presente e futura, por conseguinte, sobre o trabalho.” (ANDRADE; MARQUES, 2017, p. 42).

O empréstimo de capital do capitalista monetário para o capitalista funcionante e seu posterior retorno com juros “são movimentos puramente arbitrários e garantidos por contratos jurídicos diversos, sem ter relação com o ciclo reprodutivo do capital” (MELO, 2019, p. 202-203). Se por um lado o capitalista monetário não contribui para a produção de mais-valor, o que puxa a taxa média de lucro para baixo, por outro ele possibilita a produção de mais-valor que não existiria caso ele não emprestasse D.

Desse modo, o ciclo $D-D-M-D'-D'$ aparece, para o prestamista, apenas como $D-D'$. Do seu ponto de vista, ele emprestou dinheiro e depois recebeu mais dinheiro do que havia

⁵⁶ No caso dos rentistas, o simples título da propriedade privada garante-lhes uma parcela do mais-valor produzido, mesmo que em nada contribuam para o processo produtivo, nem direta ou indiretamente.

emprestado. Todo processo de produção e circulação de mercadorias fica encoberto, o que significa que a exploração do trabalho – a base do capitalismo – fica encoberta⁵⁷.

Por conta disso, Marx (2017b, p. 441) afirma que no capital portador de juros a relação capitalista assume sua forma mais fetichista, porque aparece como D-D', dinheiro que gera mais dinheiro, de forma autônoma. A produção que medeia os dois extremos fica invisível. O fetichismo é uma categoria que representa a forma misteriosa como se manifesta o caráter social da produção de mercadorias. No Livro I, de *O Capital*, esse caráter social aparece uma propriedade imanente das mercadorias, como o seu valor.

Se no fetiche da mercadoria, de modo geral, a relação entre pessoas aparece como uma relação entre coisas e a vontade do proprietário aparece como autônoma, responsável por determinar o circuito de trocas. Na mercadoria capital, o dinheiro não apenas aparece como coisa, mas como coisa que produz, como se criar valor lhe fosse uma qualidade natural. Assim, a criação de valor parece depender exclusivamente da vontade do proprietário do dinheiro em emprestá-lo.

Como vimos anteriormente, o preço da mercadoria capital é irracional, porque não corresponde a nenhum valor. Como apontam Patrick Andrade e Rosa Marques (2017, p. 39), isso também decorre do fetichismo do dinheiro. Porque ele se apresenta como o valor, quando, na verdade, ele apenas expressa o valor das outras mercadorias. O dinheiro se apresenta como a riqueza em si.

Mas a forma-preço permite não apenas a possibilidade de uma incongruência quantitativa entre grandeza de valor e preço, isto é, entre a grandeza de valor e sua própria expressão monetária, mas pode abrigar uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixe absolutamente de ser expressão de valor, embora o dinheiro não seja mais do que a forma de valor das mercadorias. (MARX, 2017a, p. 177, grifos meus).

Vale destacar que o fetichismo não é uma deficiência da compreensão do indivíduo, ele é uma necessidade objetiva, ou seja, ele é a forma como a realidade se coloca, como ela se apresenta. Por isso, o método de Marx não se limita a descrever a aparência (como as coisas se apresentam) e busca explicar a essência (como elas realmente são).

O capital portador de juros é o fetiche perfeito porque ele aparece apenas como D-D', como dinheiro que se valoriza autonomamente. Por isso, hoje “o antigo desejo de ter uma fábrica operando 24 horas e vendendo sem cessar foi substituído pela busca de lucro sem a

⁵⁷ “Com a concretização da circulação financeira do capital, a mercadoria-capital se efetiva na circulação, subordinando a circulação simples e real pela circulação creditícia. Assim, o juro aparece como uma qualidade intrínseca ao capital, mistificando e escondendo todas as relações capitalistas de produção.” (MELO, 2019, p. 203).

fábrica, isto é, sem os trabalhadores que nela trabalham” (ANDRADE; MARQUES, 2017, p. 50).

O predomínio atual do capital monetário em escala internacional se acompanha, pois, da generalização de dois mitos, resultantes dessa percepção unilateral: o de que é na atividade da gestão intelectual internacionalizada (sobretudo na complexa gerência de riscos e taxas) que se produz lucro, e o segundo mito, complementar, de que o trabalho vivo não mais teria qualquer função na vida social. (FONTES, 2008, p. 18).

A finalidade do capitalismo não é a produção de valores, mas a de valor – o primeiro é só um meio para se obter o segundo. Em outros termos, é um modo de produção que busca a valorização do valor indefinidamente. Nesse cenário, o fetichismo da mercadoria capital tomou tamanha proporção que “a produção de mercadorias em geral se tornou apartada e subordinada à administração financeira” (PRADO, 2014, p. 29).

A esfera financeira, responsável por gerir a mercadoria capital, tem cada vez mais relevância e autoridade nos espaços políticos; “os bancos conquistaram posições estratégicas no comando dos Estados nos quatro cantos do mundo. É possível afirmar que, de certa maneira, o capital portador de juros autonomizou-se em relação à esfera produtiva, dado à tamanha importância que conquistou” (SANTO; MENDES, 2016, p. 28).

O desenvolvimento do capital que porta juros gerou um crescente movimento especulativo ao permitir a separação entre o ato de compra e venda. Ao remeter para o futuro, o pagamento dos valores adiantados, especula-se sobre a obtenção futura daquele valor. Quando o capital portador de juros passa a operar com a especulação, com a acumulação futura, descolada de sua base real, material, como no caso dos títulos públicos, tem-se o capital fictício, que se origina daquela forma de capital. (SILVA, 2009, p. 175).

Dessa maneira, com o desenvolvimento e a autonomização do capital portador de juros (mercadoria capital), cresce o sistema de crédito e sua influência na produção e circulação de mercadorias. Crescem, conseqüentemente, as especulações. Só um exemplo: o capitalista produtivo pode pegar um empréstimo de um capital hoje especulando o lucro que ele terá, no futuro, com a produção e venda de suas mercadorias. E ele tende a fazer a isso, porque a lei geral de acumulação capitalista impele os capitalistas a produzirem cada vez mais valor, sob pena de serem “engolidos” pela concorrência.

2.2. A constituição do crédito, seu desdobramento em capital bancário e sua influência no mercado imobiliário

O crédito é resultado e condição da reprodução do capitalismo, ou seja, ele não é natural, mas fruto de relações histórico-sociais específicas. O crédito surge da função do dinheiro **como meio de pagamento**. Segundo Marx (2017a, p. 208, grifei), “com o desenvolvimento da circulação das mercadorias desenvolvem-se as condições nas quais a alienação da mercadoria é **temporalmente apartada** da realização de seu preço”, ou seja, separa-se temporalmente a entrega da mercadoria e o ato de pagamento⁵⁸.

O dinheiro como meio de pagamento resolve uma contradição entre (i) a possibilidade e a necessidade de vender (produtores que já consumaram sua produção e precisam vender suas mercadorias) e (ii) a impossibilidade e a necessidade de comprar (produtores que precisam comprar, mas não têm o que vender). Essa contradição é resolvida por meio da **venda para o pagamento futuro**. Por exemplo: A mercadoria *X* demora 10 dias para ser produzida; a mercadoria *Y* demora 12 dias para ser produzida. Assim, o produtor de *X* desejará vender antes que o produtor de *Y* possa comprar⁵⁹. Nessa situação, o dinheiro **não** compra a mercadoria (meio de compra), ele **liquida a dívida** (meio de pagamento). A função do dinheiro como meio de pagamento é exercida quando a dívida é **abatida** e não quando a mercadoria é vendida. Não é a compra da mercadoria que o dinheiro, como meio de pagamento, paga. Ele paga a dívida – feita na compra.

Um possuidor de mercadorias vende mercadorias que já existem, o outro compra como mero representante do dinheiro ou como **representante de dinheiro futuro**. O vendedor se torna credor, e comprador, devedor. Como aqui se altera a metamorfose da mercadoria ou o desenvolvimento de sua forma valor, também o dinheiro recebe outra função. Torna-se **meio de pagamento**. (MARX, 2017, p. 208, grifos meus).

Dessa maneira, “a mercadoria do vendedor circula, realiza seu preço, porém apenas na forma de **um título de direito privado que garante a obtenção futura do dinheiro**. Ele se converte em valor de uso antes de se ter convertido em dinheiro” (MARX, 2017a, p. 210, grifei). Vende-se a mercadoria e, ao invés de receber o valor em dinheiro no ato, obtém-se um título (uma promessa de pagamento) para o recebimento no futuro.

⁵⁸ Momento em que o valor se realiza.

⁵⁹ O exemplo de Marx: “Para ser produzido, um tipo de mercadoria requer mais tempo e outro, menos. A produção de diferentes mercadorias está ligada a diferentes estações do ano. Uma mercadoria é feita para um mercado local, ao passo que outra tem de ser transportada até um mercado distante. Por conseguinte, **um vendedor de mercadorias pode surgir como vendedor antes que o outro se apresente como comprador**”. (MARX, 2017a, p. 208, grifei).

O crédito tem origem na função do dinheiro como meio de pagamento, mas não se confunde com ela, porque o dinheiro, enquanto crédito, pode exercer as funções de dinheiro e de capital. O dinheiro de crédito (i) funciona como dinheiro quando o consumidor final o usa para comprar uma mercadoria do capitalista comerciante e (ii) funciona como capital quando é usado pelo capitalista para comprar meios de produção ou força de trabalho (MELO, 2018).

Nesse cenário, surge a questão: por que o capitalista aceitaria vender sua mercadoria hoje e só receber o pagamento (valor da mercadoria em dinheiro) no futuro? Qual a vantagem? Por causa dos juros! No lapso temporal entre a venda da mercadoria e a quitação da dívida correm juros. Assim, no sistema de crédito, o capitalista vende a sua mercadoria e ao invés de receber a quantidade x de dinheiro no ato, ele recebe um título de crédito de direito privado que “garante” receber $2x$ de dinheiro no futuro, por exemplo. Dessa maneira, “a figura de valor da mercadoria, o dinheiro, torna-se, agora, o fim próprio da venda, e isso em virtude de uma necessidade social que deriva do próprio processo de circulação” (MARX, 2017a, p. 209).

O dinheiro creditício surge diretamente da função do dinheiro como meio de pagamento, quando certificados de dívida relativos às outras mercadorias vendidas circulam a fim de transferir essas dívidas para outrem. Por outro lado, quando o sistema de crédito se expande, o mesmo ocorre com a função do dinheiro como meio de pagamento. Nessa função, ele assume formas próprias de existência nas quais circula à vontade pela esfera das grandes transações comerciais, enquanto as moedas de ouro e prata são relegadas fundamentalmente à esfera do comércio varejista. (MARX, 2017a, p. 213).

Esses títulos privados, que Marx reúne sob a categoria geral de letras de câmbio, até o seu vencimento funcionam realmente como dinheiro. Por exemplo: o capitalista **A** vende uma mercadoria para o capitalista **B**, que lhe emite uma letra de câmbio. O capitalista **A** usa a letra de câmbio para comprar mercadorias do capitalista **C**. Em seguida, o capitalista **C** a usa para comprar mercadorias do capitalista **D**.

Como Marx demonstrou no Livro I de *O Capital*, o valor de uso do dinheiro é expressar o valor das outras mercadorias, de modo que o seu próprio valor é indiferente – por isso hoje, usualmente, essa expressão é só um número na tela do celular. Por isso, um título de crédito – como a letra de câmbio, do meu exemplo – pode circular como dinheiro, ela pode expressar fisicamente o valor das outras mercadorias.

O título de crédito pode ser usado como substituto da moeda em espécie; utiliza-se o título da dívida como pagamento. Dívidas podem ser pagas com títulos de outras dívidas. Uma quantia negativa, uma dívida, pode atuar positivamente como dinheiro. Acontece que caso o título não seja compensado ao final, haverá um prejuízo em série. De qualquer forma, esse mecanismo reduz a quantidade de dinheiro em espécie necessária para o capital circular e mais do

que isso: faz com que o próprio processo de circulação capitalista seja capaz de produzir dinheiro – no caso, dinheiro de crédito –, independentemente de sua emissão externa pelo Estado ou por um Banco Central.

Dessa maneira, as letras de câmbio, por meio do endosso, são utilizadas na compra e venda de mercadorias até a data do seu vencimento. A “mercadoria não será mais vendida pelo pagamento direto em espécie, mas a partir de um título que dá garantia de um pagamento futuro” (SABADINI, 2013). Nota-se que a circulação de mercadorias foi mediada pelo crédito: uma promessa de pagamento futuro, que pode se efetivar ou não. O dinheiro real (papel-moeda e ouro) não aparece na circulação.

Os comerciantes e industriais trocam entre si promessas futuras de pagamentos e, depois de um determinado período, as letras de câmbio se extinguem por compensação entre débitos e créditos. Assim, as diversas mercadorias circulam sem a necessidade do papel-moeda estatal ou dinheiro metálico, apenas promessas de compensações futuras. A circulação do dinheiro de crédito baseado em “signos de crédito” cria-se uma circulação independente e autônoma da circulação simples, uma circulação sem lastro em ouro. (MELO, 2018).

Como nos lembra Roman Rosdolsky (2001, p. 328), somente o processo de produção cria mais-valor. Desse modo, no capitalismo, tende o processo produtivo a ser ininterrupto. Todavia, depois de cada fase de produção segue-se uma fase de circulação, para que o capital (na forma mercadoria) seja realizado (vendido). O que interromperia constantemente a continuidade da produção. Nesse cenário, o crédito cumpre a função de não deixar a produção ser interrompida.

Nessa toada, crédito e reprodução do capitalismo retroalimentam-se. A produção e reprodução do capital ampliam o sistema de crédito, e o crédito amplia a produção. O desenvolvimento do sistema de crédito garante a unidade contraditória entre a produção e o consumo. O crédito torna possível comprar sem vender, o que separa ainda mais a produção da circulação. Desse modo, constitui-se o sistema de crédito, que é a generalização e ampliação do dinheiro enquanto meio de pagamento.

O título de crédito é uma promessa no presente de que dinheiro vai existir no futuro. Portanto, o título de crédito pode ser usado hoje como se fosse dinheiro. O título de crédito passa a funcionar como dinheiro. Os títulos de crédito, mediando a compra e venda de mercadorias, formam uma compensação de dívidas e obrigações sem a intervenção direta do dinheiro, contribuindo, assim, para a reprodução do movimento do capital. Dessa maneira, com a circulação do capital cada vez mais assentada nessas promessas de pagamento futuro, há um cenário propício para a especulação, porque os atos de compra e venda podem ficar muito

distantes. Logo, o sistema de crédito é composto por: (i) comércio de dinheiro e (ii) administração do capital portador de juros. Assim, ele é ao mesmo tempo capital de comércio de dinheiro e administrador do capital portador de juros.

O crédito contribui para a autonomização do capital. O capital de comércio de dinheiro significa que as funções técnicas do dinheiro são autonomizadas em relação ao capital total – é como se a “tesouraria” do capitalismo se separasse em um capital particular.

O dinheiro efetua movimentos puramente técnicos no processo de circulação do capital industrial e, podemos acrescentar agora, do capital do comércio de mercadorias [...]. A transformação desse capital em capital de comércio de dinheiro se dá justamente por meio desses movimentos, que, uma vez autonomizados, convertem-se na função de um capital particular que executa esses – e somente esses – movimentos como operações que lhes são próprias. Uma parte do capital industrial e, de maneira mais precisa, também do capital de comércio de mercadorias existiria permanentemente não só em forma de dinheiro, como capital monetário em geral, mas como capital monetário empenhado em funções técnicas. Porém, agora se separa e se autonomiza do capital total uma parte determinada em forma de capital monetário, cuja função capitalista consiste exclusivamente em efetuar essas operações para a classe inteira dos capitalistas industriais e comerciais. Assim como no caso do capital de comércio de mercadorias, separa-se uma parte do capital industrial existente no processo da circulação sob a forma de capital monetário e efetuam-se essas operações do processo de reprodução para todo o capital restante. De maneira que os movimentos desse capital monetário não são mais do que movimentos de uma parte autonomizada do capital industrial empenhado em seu processo de reprodução. (MARX, 2017b, p. 359).

O comerciante de dinheiro ainda é um comerciante, por isso ele se apropria de lucro comercial e não de juros. E o comerciante de dinheiro pode criar seu próprio crédito: quando a promessa de pagamento passa a ser o mais importante, o próprio negócio do comércio de dinheiro passa a ser a criação de uma promessa de pagamento. No momento em que o comércio de dinheiro passa a fazer o comércio de crédito, ele torna-se **capital bancário**.

O capital bancário é o capital de comércio de dinheiro com determinações mais concretas. Portanto, capital bancário não é instituição, é categoria. Capital bancário não é sinônimo de banco. As funções do capital bancário podem ou não ser cumpridas pelas instituições concretas Bancos Comerciais. Assim, é possível notar que o que Marx denomina “capital bancário” é o que nós, contemporaneamente, usualmente chamamos de sistema financeiro. O capital bancário consiste em: (i) dinheiro em espécie (o caixa) e (ii) títulos de valor/títulos de dívidas, que podem ser privados ou públicos. O negócio do capital bancário é tomar dinheiro emprestado e emprestá-lo. O lucro consiste em tomar emprestado a juros mais baixos do que aqueles a que empresta.

O outro aspecto do sistema de crédito se relaciona com o desenvolvimento do comércio de dinheiro, que, na produção capitalista, acompanha naturalmente o desenvolvimento do comércio de mercadorias. [...] vão se concentrando nas mãos dos banqueiros os depósitos dos fundos de reserva dos homens de

negócios e as operações técnicas de cobranças e desembolsos de dinheiro, de pagamentos internacionais e, assim, do comércio de barras de ouro e prata. Conjuntamente com esse comércio de dinheiro, desenvolve-se o outro lado do sistema de crédito: a administração do capital portador de juros ou do capital monetário como função especial dos negociantes do dinheiro. Empréstimo e tomar dinheiro emprestado converte-se num negócio específico desses negociantes, que atuam como intermediários entre o verdadeiro prestamista e o prestatário de capital monetário. Desse ponto de vista, o negócio bancário consiste, em termos gerais, em concentrar nas próprias mãos, em grandes massas, o capital monetário emprestável, de modo que, em vez do prestamista individual, é o banqueiro que aparece como representante de todos os prestamistas de dinheiro diante do capital industrial e comercial. Eles se convertem nos administradores gerais do capital monetário. Por outro lado, concentram os prestatários diante de todos os prestamistas, uma vez que tomam dinheiro emprestado para todo o mundo do comércio. Um banco representa, de um lado, a centralização do capital monetário, isto é, dos prestamistas; de outro, a centralização dos prestatários. Seu lucro consiste, em geral, em pegar emprestado a juros menores do que aqueles pelos quais empresta. (MARX, 2017b, p. 454).

Vale mencionar que em formas pré-capitalistas já havia o comércio de dinheiro, mas nessas sociedades os prestatários eram artesãos, camponeses ou algum nobre esbanjador; no capitalismo, os prestatários são capitalistas. Embora o empréstimo de dinheiro não seja algo exclusivo do capitalismo, em outros modos de produção ele implicava em relações sociais completamente diferentes.

Razão pela qual o crédito, em qualquer forma desenvolvida, não aparece em nenhum modo de produção anterior. Em estados anteriores também havia tomar e conceder empréstimo, e a usura é até mesmo a mais antiga das formas antediluvianas do capital. Todavia, **empréstimo e tomar emprestado não constitui o crédito**, da mesma maneira que trabalhar não constitui o trabalho industrial ou o trabalho assalariado livre. Como relação de produção essencial e desenvolvida, o crédito só aparece historicamente na circulação fundada sobre o capital ou sobre o trabalho assalariado. (O próprio dinheiro é uma forma de abolir a desigualdade do tempo requerido nos diversos ramos de produção, visto que tal desigualdade obstrui a circulação.) Não obstante a própria usura, em sua forma aburguesada, adaptada ao capital, seja uma forma de crédito, em sua forma pré-burguesa é antes expressão da falta de crédito. (MARX, 2011, p. 442).

O capital de comércio de dinheiro se desdobra em capital a juros. Ambas são formas autonomizadas do capital, que são centralizadas pelo capital bancário. Todas as classes sociais, inclusive a trabalhadora, realizam depósitos no capital bancário. E este compromete-se a pagar juros a todos. Isso faz com que todos nós **pareçamos** proprietários da mercadoria-capital, isto é, de que somos proprietários de algo que nos dá o direito de nos apropriarmos de juros. Como o juro é a categoria de apropriação por excelência, que decorre da mera propriedade do capital, **parece** que todos nós somos capitalistas. Quando recebemos juros, parece que somos proprietários de capital – sejamos de fato ou não. Na aparência parece que todos nós somos iguais, logo, não há classes sociais. A “forma do capital portador de juros é responsável pelo

fato de que cada rendimento determinado e regular em dinheiro apareça como juros de algum capital, provenha ele de um capital ou não” (MARX, 2017b, p. 522).

Mas como destaquei, só parece: a quantidade de dinheiro que cada trabalhador individual depositar no sistema financeiro é tão ínfima, que, isoladamente, não tem condições de atuar como capital: comprar meios de produção e/ou força de trabalho. Vamos a um exemplo: um trabalhador que deposita R\$ 1.000,00 no sistema financeiro com uma taxa de juros de 10% ao ano, em doze meses obterá R\$ 100,00. Qual grande mudança significativa esse valor trará para sua vida? Seguindo o mesmo exemplo, se ele depositar R\$ 10.000,00, obterá R\$ 1.000,00. Se ele depositar R\$ 100.000,00 (e, aqui, já estou exagerando no exemplo), ele obterá R\$ 10.000,00. Nenhum desses retornos é grande o bastante para fazer o trabalhador “mudar de vida”, ou seja, fazê-lo deixar de ser trabalhador. Já um capitalista que deposita R\$ 100 milhões (e esse é um valor baixíssimo para essa classe) obterá 10 milhões.

Outra distinção entre as classes trabalhadora e capitalista é que a primeira utiliza os juros recebidos para o consumo. Ela faz investimentos no sistema financeiro com objetivo de obter recursos para comprar um imóvel, um automóvel, um eletrodoméstico, fazer uma viagem. O capitalista não visa o consumo, ele opera em outra lógica: reinveste os juros para obter mais juros e assim sucessivamente. Busca-se aumentar infinitamente sua quantia de dinheiro. Ele não almeja obter valores de uso; ele só quer mais valor (sem hífen). A lógica capitalista é, então, acumular por acumular: a acumulação é um fim em si.

Na fórmula do capital comercial (D-D') não há as formas produtiva e mercadoria. Assim, do ponto de vista de um capital particular, é possível apropriar-se de lucro prescindido dessas formas. Parece que é possível se apropriar de lucro, sem o dinheiro passar pelo processo produtivo. E isso é **verdade** do ponto de vista do capital **particular**. Entretanto, se todos os capitalistas quiserem lucrar assim, ninguém lucrará nada, porque ninguém vai produzir. Essa é a mistificação: o que é válido para o particular, não é válido para o total. Esse é um exemplo de como a mistificação não é sinônimo de mentira ou algum problema cognitivo para apreender a realidade. A mistificação é, justamente, a forma como as relações capitalistas apresentam-se. Para superá-la, é preciso sair da análise de um ponto de vista particular e analisar a **totalidade**.

O sistema de crédito desenvolve, em seu movimento, um fundo comum e a poupança universal de todos os capitalistas. Tanto o dinheiro que o capitalista toma como empréstimo, como aquele que deposita em um banco são dois lados de uma mesma moeda: ambos compõem o capital portador de juros. Quando toma capital emprestado, o capitalista industrial paga juros ao capitalista bancário. Quando deposita seu capital em um banco, o capitalista bancário paga uma parte do juros ao capitalista industrial. O capitalista bancário é, então, um intermediário

entre os demais capitalistas: como a relação entre as empresas privadas não é articulada por ninguém, somente por mediação do capital bancário pode-se realizar, com a cobrança de juros, a permuta entre os múltiplos capitais. A mesma empresa empresta e toma emprestado capital do capital bancário. Logo, ao mesmo tempo em que paga também recebe juros.

Essa dinâmica do sistema de crédito baliza o funcionamento do mercado imobiliário. Luciana Royer (2009, p. 40) assinala que a expressão “mercado imobiliário” refere-se às transações sobre bens imóveis: propriedade da terra e edificações incorporados, excluindo-se a infraestrutura. O exemplo dado pela autora é o de um *shopping center*: sua edificação engloba a terra em que ele se incorpora, mas não as estradas que lhe dão acesso, tampouco a infraestrutura de saneamento básico que o viabiliza. Assim, “imobiliário”, neste sentido, compreende tudo o que é relativo a um imóvel, seja ele destinado à moradia, seja ele destinado a um uso diverso, como uma escola, uma fazenda ou um centro comercial” (ROYER, 2009, p. 40). Dentro do “gênero” imobiliário há a “espécie” habitação, que compreende “toda edificação destinada ao uso residencial e que possa ser transacionada no mercado” (ROYER, 2009, p. 42).

Nesse cenário, surgem os Fundos de Investimentos Imobiliários (FII's), instituídos pela Lei nº 8.668/93, que dispõe sobre a relação entre sistema financeiro e mercado imobiliário. Esses fundos são um meio para captar recursos para a realização de empreendimentos imobiliários. Eles são administrados por instituições financeiras, que tornam-se seus proprietários fiduciários (SILVA, 2020, p. 98).

O FII funciona do seguinte modo: a instituição financeira lança cotas do empreendimento imobiliário no mercado de capitais – formado pela bolsa de valores, corretoras e outras instituições financeiras – que são compradas e vendidas por investidores. Cada proprietário dessas cotas possui o direito de se apropriar da renda oriunda do empreendimento, proporcionalmente ao número de cotas que tenha. Logo, os FII's captam recursos para construções civis ao mesmo tempo em que oferecem um rendimento aos investidores. Essa dinâmica transforma o espaço urbano em “um ativo financeiro, cujo valor é abstratamente fracionado em cotas negociadas no mercado de capitais” (SILVA, 2020, p. 99).

O espaço urbano é vendido na bolsa de valores utilizando-se o Valor Geral de Vendas (VGV), que é um cálculo utilizado para estimar o retorno financeiro que determinado empreendimento pode propiciar. Desse modo, “a terra, elemento fundamental do setor imobiliário, tem seu preço determinado tal como os ativos financeiros, ou seja, pelo valor presente das rendas futuras esperadas” (FIX; PAULANI, 2019, p. 639). O espaço urbano é precificado hoje especulando-se quanto ele valerá no futuro. Por exemplo: compra-se um imóvel numa área subvalorizada com a expectativa de que aquela área receberá investimentos,

o que, conseqüentemente, valorizará o imóvel. Da mesma forma, compra-se a cota de um empreendimento imobiliário especulando-se que ele dará determinado retorno financeiro. A cidade, então, torna-se um objeto de especulação.

[...] essas especulações jogam todos os moradores, todos os habitantes originais desses regiões para a periferias das periferias, porque as periferias já estão lotadas, e a periferia das periferias é onde não tem nenhuma infraestrutura, é onde estão as terras dos amigos que precisam ser valorizadas. (LURDINHA, 2010).⁶⁰

Nesse cenário, também merecem destaque os títulos de crédito que pressupõem a cidade como uma mercadoria, são eles: os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e as Letras de Crédito Imobiliário (LCI). Ambas são títulos de renda fixa e conferem ao seu possuidor isenção no imposto de renda. O CRI é um título que dá ao seu possuidor um direito de crédito: seu proprietário recebe juros do emissor. Ele é emitido por securitizadoras, que são instituições constituídas sob a forma de sociedade por ações. A compra de uma CRI significa uma antecipação de crédito ao setor imobiliário. Exemplificando: uma construtora para vender para a empresa X parceladamente. Assim, a empresa X contrai uma dívida com a construtora. A construtora, então, contrata uma securitizadora que transforma essa dívida em títulos de créditos. Já a LCI é emitida por bancos e serve para captar recursos para financiar o setor imobiliário. Ela funciona como um título de dívida: quem compra uma LCI empresta dinheiro ao banco que, em contrapartida, assume a responsabilidade de devolver o valor emprestado acrescido de juros. Toda essa dinâmica transforma bens imóveis em títulos mobiliários.

Para avançar no entendimento de como a cidade serve à acumulação de capital, sobretudo por meio da especulação, faz-se necessário entender o que é capital fictício. Assim, passo a apresentar essa categoria no item a seguir.

2.3. Capital fictício, o ápice da mistificação: o movimento de valorização torna-se uma mercadoria

O capital portador de juros e o crédito propiciam a especulação, que é investir D hoje confiando que se obterá D' no futuro. Quando circulação mercantil passa a operar baseada nessa

⁶⁰ Essa citação foi retirada de uma palestra proferida pela Lurdinha no II Seminário de Política e Planejamento, em Curitiba, em 06 de agosto 2010. Trata-se de evento organizado pela Ambiens Sociedade Cooperativa. Maria de Fatima Tardin gravou e transcreveu a palestra. E, por conta da minha pesquisa, compartilhou comigo esse material.

expectativa de acumulação futura, cada vez mais deslocada de uma base material, tem-se o capital fictício.

A formação do capital fictício tem o nome de capitalização. Para capitalizar cada receita que se repete com regularidade, o que se faz é calculá-la sobre a base da taxa média de juros, como o rendimento que um capital, emprestado a essa taxa média de juros, proporcionaria; se, por exemplo, a receita anual é = £ 100 e a taxa de juros é 5%, então £ 100 seriam os juros anuais de £ 2000, que poderiam ser agora considerados o valor-capital do título jurídico de propriedade sobre os £ 100 anuais. Para a pessoa que compra esse título de propriedade, os £ 100 de receita anual representam, de fato, os juros do seu capital investido a 5%. Desse modo, apaga-se até o último rastro toda a conexão com o processo real de valorização do capital e se reforça concepção do capital como um autômato que se valoriza por si mesmo. (MARX, 2017b, p. 524, grifei).

A partir dessa citação é possível afirmar que o capital fictício é a capitalização de uma renda derivada que ainda não existe, mas espera-se que vá existir no futuro⁶¹. Essa capitalização depende da taxa juros – logo, sem a existência do juros o capital fictício não poderia existir. Por sua vez, vale lembrar, os juros pressupõem a mercadoria capital. Como vimos anteriormente, a taxa de juros é determinada de modo empírico e convencional, não há nada objetivo, como o valor, que a regule. Ao longo do tempo, a taxa de juros pode se manter constante, pode cair ou pode aumentar. Assim, é possível que os indivíduos “apostem” entre si o que irá acontecer com essa taxa. Em outros termos: permite a especulação.

Exemplo: o capitalista **A** empresta seu capital ao Banco com uma taxa de juros de 5%. Aqui, tem-se o capital portador de juros. Em determinado momento, ele especula que a taxa de juros irá cair para 3%, por isso, quer vendê-la. O capitalista **B**, especulando que essa taxa de juros irá subir para 10%, compra-a. Dessa maneira, há uma transação que cria um capital em cima de outro capital, isto é, o capital fictício é uma aposta sobre o futuro embasada numa primeira aposta para o futuro. A taxa básica de juros no Brasil é a SELIC⁶², que é estabelecida pelo Banco Central. Essa é uma das taxas sobre a qual os especuladores podem fazer suas “apostas”.

Então, o capital portador de juros não pode ser confundido com o capital fictício que ele mesmo produz. O primeiro é **real** – exigindo um pagamento por seus empréstimos sob a forma de juros e lucros –, e corresponde a uma riqueza real que foi produzida sob a forma de excedente, e o segundo é submetido à dialética **real-fictícia**, já que o indivíduo recebe um lucro (fictício) por suas transações financeiras, portanto existe concretizado em algo real, mas que, enquanto coletividade – a qual pertence o conjunto dos capitalistas –, não produz substância associada ao valor-trabalho, portanto, fictício. (SABADINI, 2013).

⁶¹ O lucro futuro pode apenas ser especulado. Seu valor é fictício porque a magnitude que terá no futuro é algo que não é possível saber de antemão. Esta expectativa pode ou não ser efetivada.

⁶² Sigla para Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.

O capital portador de juros propicia o capital fictício, mas ambos não se confundem. O primeiro financia a produção e circulação de mercadorias; o segundo não. De acordo com Reinaldo Carcanholo e Mauricio Sabadini (2009, p. 43), o capital fictício não contribui em nada com a produção de mais-valor. Sua forma física e legal são os títulos comercializáveis, tornando capital aquilo que não é, ao mesmo tempo em que fornece a concretude aparente e a representação social. Mais que o capital portador de juros, o fictício cria uma ideia de separação inexistente com a dinâmica da produção devido a seu componente especulativo.

No ciclo do capital, um valor na forma monetária é posto em movimento, por meio da compra de meios de produção e força de trabalho. Estes, na produção, originam um valor excedente, que é constituído como capital. O capital fictício inverte essa lógica: no seu movimento, “é o valor excedente pressuposto num determinado período de tempo que, trazido de frente para trás pela taxa de juros, gera seu valor e garante sua posição como capital” (FIX; PAULANI, 2019, p. 644).

No capital portador de juros, o capital pré-existe e é emprestado ao capitalista que produzirá o mais-valor que será apropriado. Portanto, sua lógica é: existe → produz → apropria-se. O capital fictício inverte essa lógica: a partir de uma expectativa de uma apropriação **futura**, transaciona-se **hoje**. Essa transação constitui um capital que pode ou não entrar no processo produtivo e gerar o valor esperado. Então, sua lógica é: espera-se que venha a ser → constitui-se → pode vir a ser ou não. Há a apropriação hoje de um valor que ainda não foi produzido, que ainda não existe. Um exemplo simples: a compra de um título de crédito.

Dessa maneira, o capital fictício é o fetiche último do capital. Se no capital portador de juros o processo aparecia como **D-D'**, apagando-se as formas produtiva e mercadoria, no capital fictício aparece apenas como ' , ele mistifica até a forma dinheiro. Porque ele se constitui com base em uma apropriação futura (') e a partir disso surge a **possibilidade** de sua transformação em dinheiro (D). Assim, o capital fictício é ilusório, porque apesar de sua realização como capital ser apenas uma possibilidade, algo que pode ou não acontecer, ele circula como um capital real.

Como exemplo dessa dinâmica no contexto brasileiro, podemos citar a companhia de petróleo OGX, do empresário Eike Batista. Antes mesmo de virar realidade, 40% das ações da empresa foram vendidas na bolsa de valores, em junho de 2008. Tal porcentagem correspondia a R\$ 6,7 bilhões. O projeto todo ainda estava no papel, a empresa possuía 29 funcionários e nenhum poço de petróleo, mesmo assim arrecadou a maior venda inicial de ações da história da Bovespa até então.

O momento econômico era favorável, o petróleo estava em alta, havia otimismo, o que levou os investidores a comprar ações da empresa de Eike. Entretanto, as expectativas não concretizaram-se. A OGX produziu apenas 25% do esperado, o preço de suas ações despencaram, o que gerou enorme prejuízo para seu dono e para os investidores que confiaram no projeto⁶³. Esse é apenas um exemplo da lógica de funcionamento do capital fictício, de como a expectativa de lucro futuro pode não se realizar.

O capital é o movimento de valorização do valor; nesse movimento o capital assume as formas monetária, produtiva e mercadoria. Entretanto, o capital fictício nunca abandona a forma de capital monetário, de acordo com Leda Paulani e Mariana Fix (2019, p. 644), “como não precisa passar pelo calvário da produção, tampouco precisa abandonar a forma monetária. Ele cresce magicamente com o tempo, por força de algum tipo de ‘aplicação financeira’.” Ainda segundo as autoras, para haver a valorização são necessárias a produção e a mercadoria, mas o capital fictício “herda de sua figura originária, o *capital portador de juros*, a capacidade de transformar o *movimento da valorização* numa *coisa*, colapsando o tempo e plasmando a valorização nessa *coisa*” (FIX; PAULANI, 2019, p. 644).

O capital fictício é o ápice da mistificação no capitalismo, porque em seu movimento o processo real de produção de valor fica ainda mais escondido. Parece que ele se valoriza por si mesmo, parece que seu rendimento provém de compras e vendas especulativas. Todavia, os direitos sobre uma produção futura, sob a forma do capital portador de juros, estão assentados em uma produção real – baseada na exploração da força de trabalho, nunca é demais lembrar.

As duas formas clássicas de capital fictício são as dívidas públicas e as ações. Como agora dívidas podem atuar como capital e, assim, um título de valor qualquer pode ser utilizado, inclusive, como meio de pagamento, o Estado pode produzir a forma mais fictícia possível de capital: os títulos da dívida pública. Assim, a dívida pública nada mais é do que o Estado se financiando frente a um gasto que ele já realizou, mas não tinha recurso orçamentário suficiente para fazer àquele gasto. Então, o Estado emite títulos de dívida pública para financiar um rombo em função de um gasto já consumado. Assim, os títulos da dívida pública representam o capital passado, que não mais existe, podendo ainda assim render juros e circular como qualquer outro título de valor. O elemento funcional da dívida pública é que se pede empréstimo sobre uma coisa que já nem existe mais, já se gastou. Títulos da dívida pública representam recursos

⁶³ BECKER, Leandro. Estudo Inédito analisa a derrocada do império de Eike Batista. **Estadão**, 15 set. 2022. Disponível em: <<https://investidor.estadao.com.br/negocios/motivos-queda-eike-batista-grupo-x/>>. Acesso em 23 mai. 2023.

passados. Outro elemento funcional da dívida pública é que se vende o direito de participação sobre orçamento público futuro, que pode ou não ocorrer. A esse respeito Marx escreve:

A acumulação do capital da dívida pública revelou-se como sendo apenas um aumento na classe de credores do Estado, que detêm o privilégio de retirar antecipadamente para si certas somas sobre a massa dos impostos públicos. Por meio desses fatos, nos quais até uma acumulação de dívidas pode aparecer como acumulação de capital, é revelado a que extremo de distorção chega o sistema de crédito. Esses títulos de dívida, que são emitidos sobre o capital originalmente emprestado e gasto há muito tempo, essas duplicatas de papel de um capital já consumido, servem para seus possuidores como capital na medida em que são mercadorias que podem ser vendidas e, com isso, reconvertidas em capital. (MARX, 2017b, p. 533-534).

As ações são forma de capital fictício, porque representam tão somente direitos sobre rendimentos futuros, que podem ou não se realizar. Vende-se uma cota de partição sobre um mais-valor que ainda será produzido. Em longo prazo, o que se vende é uma perspectiva de lucro, mas enquanto esse lucro não acontece, a cotação das ações depende da taxa de juros. Então, em curto prazo, o preço da ação ganha uma determinação autônoma, preços de ações variam independente de um lucro maior ou menor a longo prazo.

Marx mostrou os títulos da dívida pública e as ações negociadas em bolsa como formas concretas de capital fictício. Ambos são títulos respaldados juridicamente, que dão direito a um fluxo de rendimento. No caso da dívida pública, o montante aplicado nunca assumiu a forma de elementos do capital constante e variável, ficando mais evidente o sentido fictício assumido pelos títulos encarados como capital. Já as ações possuem ligação com um montante de capital plasmado em elementos constante e variável, mas acabam se autonomizando e sendo encaradas elas próprias como capitais. (VIEIRA, 2013, p. 3).

No interior de uma fábrica isolada⁶⁴, o capitalista podia parecer também como um trabalhador, cujas funções eram gerir e administrar. Em um nível mais concreto⁶⁵, a propriedade e a administração são cindidas. O capitalista acumula capital sem precisar ter nenhum conhecimento técnico do processo produtivo. A gestão e administração da produção é feita por trabalhadores. Tudo que o capitalista tem é o título de propriedade privada. Ele pode comprar e vender ações sem nunca precisar estar fisicamente nas respectivas empresas. Por isso, a bolsa de valores torna-se *locus* do capital fictício. O capitalista nada produz, mas enquanto portador de um título de valor, possui o poder de operar setores inteiros da riqueza produzida pela classe trabalhadora.

Nesse cenário, Rosângela Vieira (2013, p. 1) nos diz que “as interações específicas entre a forma fictícia do capital e o uso do território urbanizado se realizam especialmente por

⁶⁴ Nível de abstração do Livro I de *O Capital*.

⁶⁵ Nível de abstração do Livro III de *O Capital*.

intermédio das políticas urbanas que, por sua vez, são influenciadas pelo capital fictício na organização do espaço das cidades”. O capital rege a organização do espaço. Logo, a sua expansão da forma fictícia afeta a urbanização. A lógica do capital fictício, ao aumentar cada vez mais a distância entre valores imaginários e riqueza real, enseja uma dinâmica em que as pessoas pautem-se cada vez menos na materialidade.

2.4. O direito à moradia tem um preço: a mercantilização da cidade e do acesso à habitação

Entendo por financeirização a dinâmica em que se privilegia o acúmulo de capital por meio do sistema financeiro, sobretudo através por meio do capital fictício. Essa dinâmica é preponderante no capitalismo do século XXI e impregna-se nas políticas públicas urbanas, com consequências diretas na questão habitacional. A produção do espaço urbano no capitalismo está intimamente ligada ao sistema financeiro, seja pelo financiamento das obras, seja pela viabilização do consumo. Dessa maneira, o setor imobiliário se torna um ramo específico do mercado. Ele permite, ao mesmo tempo, a apropriação do mais-valor em três formas diferentes: (i) pelo lucro (excedente de valor oriundo do canteiro de obras); (ii) pelo juro (parcela do valor que remunera quem dispõe de capital para financiar as obras); e (iii) pela renda (sobrevvalor futuro capitalizado embutido no preço da terra) (FIX; PAULANI, 2019, p. 639).

Nesse cenário, Carlos Vainer (2002, p. 75) aponta que entre os modelos de planejamento urbano que vem sendo adotados no Brasil – e na América Latina – ganha destaque o planejamento estratégico. Tal modelo pressupõe que as cidades estão submetidas às mesmas condições e desafios que as de uma empresa. Por isso, esse planejamento baseia-se em conceitos e técnicas empresariais. Os defensores desse modelo entendem que, assim como as empresas, as cidades devem concorrer entre si, seja para receber investimento de capital, seja para atrair indústrias e negócios.

De acordo com Carlos Vainer (2002, p. 77), o planejamento estratégico urbano concebe, ao mesmo tempo, a cidade como uma mercadoria, uma empresa e uma pátria. Os pioneiros dessa concepção são espanhóis Jordi Borja e Manuel Castells. Ambos afirmam que “um plano estratégico é a definição de um projeto de cidade que unifica diagnósticos, concretiza atuações públicas e privadas e estabelece um marco coerente de mobilização e de cooperação dos atores sociais urbanos” (BORJA; CASTELLS, 1996, p. 45). Os autores foram responsáveis pela implementação desse modelo na cidade de Barcelona (Espanha), no contexto das Olimpíadas de 1992, e posteriormente atuaram como consultores para diversas outras cidades,

como a do Rio de Janeiro. Celebrado como o “modelo Barcelona”, o planejamento estratégico foi divulgado como uma solução para os problemas urbanos e para as crises econômicas.

Rosângela Vieira (2013, p. 7) assinala que um dos problemas com os quais o setor imobiliário precisa lidar é com a imobilização de recursos do produtor por um longo período de tempo. Uma solução encontrada para esse problema é o financiamento, que pode ser feito por meio de títulos de créditos, como as CRI e as LCI. Logo, o setor imobiliário necessita do sistema financeiro. Desse modo, um dos pilares do planejamento estratégico é, justamente, as parcerias público-privadas (PPP), em que a política urbana assenta-se na colaboração entre Estado, construtoras civis e sistema financeiro.

Quando passa-se a circular títulos de crédito (capital fictício) sobre empreendimentos imobiliários, o espaço urbano passa a ser objeto de especulação, porque o título confere uma renda ao seu proprietário. Assim, “a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda” (VAINER, 2002, p. 78). Uma consequência desse processo é que o mercado se torna o meio para se ter acesso à moradia e à cidade. Sobre isso, uma entrevistada me afirmou:

A nossa luta é pela universalização do acesso à casa, à terra. Então, nessa luta pela universalização do acesso à casa e à terra, a gente já identificou que é necessário desmercantilizar o acesso. Se você não desmercantilizar o acesso você vai estar sempre fazendo cortes na população, em todos os programas você vai permitir o acesso até a página dois. O resto não vai conseguir acessar. Porque já é naturalmente excluído por conta da lógica mercantil. A lógica Mercantil perpassa o banco, né? Perpassa tudo! Então, a regra do banco vai ser regra que você não vai acessar, a regra do mercado, a regra fundiária, a regra de não sei das quantas, todas as regras vão confluírem no sentido de você, cidadão de final da fila, não conseguir ter acesso. (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

Essa dinâmica “possibilita a lógica financeira materializar-se também na mercadoria espaço, criando a ilusão de rendimento ou lucro certo em relação a estas formas urbanas (VIEIRA, 2013, p. 4-5). Para deixar a minha exposição mais concreta, trago duas citações que exemplificam o que ocorreu no Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, grandes obras viárias também foram executadas, da mesma forma inspiradas no modelo Barcelona, enfatizando o transporte público: corredores exclusivos para ônibus articulados (como TransOeste e TransCarioca) e vias expressas para ligação transversal (TransOlimpica e TransBrasil). Essas quatro vias expressas rasgam o tecido urbano visando a conferir maior mobilidade urbana entre os espaços da cidade a ser utilizados durante as Olimpíadas, além da reurbanização de áreas periféricas da cidade promovendo valorização. (SANTOS, 2017, p. 211).

O Porto Maravilha é o projeto de intervenção urbana realizado por meio de concessão público-privada reunindo construtoras e bancos em torno do Consórcio Porto Novo por 15 anos, incluindo entre seus objetivos a demolição do Elevado da Perimetral de modo a abrir o front marítimo, construção de

novos acessos, “reurbanização” dos três morros da área (ocupados por três tradicionais e antigas favelas da cidade), construção de túneis e iniciativas de preservação do ambiente cultural. O chamado “Porto Maravilha” é um grande projeto urbano que prevê a transformação gradativa dos usos da área portuária para outros residenciais e de negócios via outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, **vendidas por meio de Cepacs, cotadas e para a venda na bolsa de valores**. (SANTOS, 2017, p. 215-216, grifo meu).

Maria de Fátima de Tardin, em entrevista concedida a mim em 23/03/2023, relatou que no início da década de 1990, enquanto trabalhava na prefeitura do Rio de Janeiro como arquiteta, ela participou da renovação Plano Diretor. Influenciada pela redemocratização, pela promulgação da Constituição de 1988, ela contou que “tinha muita fé na legislação”, pensava que o que faltava para solucionar os problemas urbanos era uma boa legislação. Todavia, depois ela “entendeu que isso não era o suficiente”.

Tratarei com maiores detalhes do caso da cidade carioca nos itens seguintes, inclusive sobre as Cepacs. Mas, por ora, considero essas duas citações suficientes para ilustrar como as PPP’s atuam e como o espaço urbano está à venda na Bolsa de Valores. A terra não é imediatamente capital fictício, porque ela precisa estar diretamente dentro do processo produtivo para surgir o valor excedente que sua propriedade privada possibilita. No entanto, quando ela é comprada e vendida em função do direito ao recebimento periódico de uma renda, ela torna-se capital fictício (FIX; PAULANI, 2019, p. 643). E fazer essa comercialização é uma tendência do capitalismo. Nesse cenário, uma entrevistada me relatou como essa lógica exclui milhões do gozo da cidade, inclusive ela, e, assim, faz-se necessária uma luta coletiva:

Uma luta coletiva. É uma luta por política pública e por universalização do acesso, não basta eu acessar. Eu preciso me comprometer com o acesso de todos e todas. Porque a economia de mercado e a especulação imobiliária é que me excluíram, se eu não enfrento essa mesma especulação não só eu vou estar excluída o tempo todo, como eu vou ter também que conviver com milhões de excluídos do mesmo direito.

Ajudando o próximo a gente se ajuda também.

Se ajuda também... a sonhar e construir um outro mundo possível. (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/23).

Nesse ponto, outra entrevistada reforçou a importância da luta coletiva, mas destacou que, na Ocupação Manoel Congo, algumas pessoas deixaram de atuar coletivamente depois que conseguiram suas casas⁶⁶.

Também mudou o compromisso. Teve muita gente que mudou o compromisso, comprometimento. Depois que ficou em casa, que o prédio foi todo reformado, as pessoas se estabeleceram e ficaram assim.

⁶⁶ Tendência que mostra-se comum em ocupações, como ocorreu na Ocupação Zumbi dos Palmares, descrita por Enzo Bello (2013).

Menos compromissadas com a ocupação? Menos ativas?

Porque nossa proposta, como movimento nacional não é somente você ter uma casa, é você trabalhar para mudança do sistema e trabalhar para poder que outros como você tenham casa. Então a grande questão é que as pessoas é... se acomodaram porque ganharam seu apartamento. E não é isso só..

Não lutou para outra pessoa conseguir também, né?

Tem que lutar. Poucas pessoas que, realmente, vamos supor, 30% aderiu isso. A gente não pode dizer que todo mundo..(ELISETE, entrevista concedida a mim em 02/03/2023).

Conforme Leda Paulani e Mariana Fix (2019, p. 642-643), a terra tem um duplo valor de uso: serve de base para construções e para extrações. Os valores de uso da terra não são frutos do trabalho, tampouco podem ser reproduzidos por ele; a terra nos é “dada” pela natureza. A partir do momento em que alguém tem a propriedade privada da terra, ele pode se apropriar de uma renda, que pressupõe a extração de valor excedente a partir da posição da força de trabalho como mercadoria.

A terra, por si só, não possui valor, porque não é fruto do trabalho humano, mesmo ela assim, ela possui um preço. Ora, como é possível precificar algo sem valor, se o preço nada mais é do que o valor expresso no dinheiro? Isso é possível por meio do capital fictício. Seu preço é determinado pela capitalização das rendas futuras esperadas de seu uso. Dessa maneira, a terra, ao mesmo tempo em que é uma condição objetiva do processo de trabalho, também é uma mercadoria fictícia (FIX; PAULANI, 2019, p. 643).

Enquanto mercadoria fictícia, a forma de determinação de seu preço sobrepõe-se ao seu valor de uso. Em outros termos: a terra recebe um preço **hoje** especulando-se quando ela valerá no **futuro**, caso se compre a terra por X e no futuro ela passe a valer $10X$, então, o proprietário terá conseguido acumular capital. Essa precificação baseada em seu potencial de acumulação sobrepõe-se às qualidades materiais de terra de atender necessidades concretas das pessoas.

O proprietário de um imóvel localizado numa área pouca valorizada espera que intervenções sejam feitas naquela localidade de modo a valorizá-la e, conseqüentemente, o valor do seu imóvel subir. Por conta disso, é comum haver imóveis vazios nos grandes centros urbanos sem cumprir qualquer função social, como os prédios ocupados pelo MNLM. Tais intervenções são capitaneadas pelo Estado. Assim, na prática, ocorre o seguinte: há uma área subvalorizada, o Estado realiza melhorias no local – com obras em infraestrutura, por exemplo – e a área torna-se mais valiosa. Assim, o proprietário tem seu imóvel valorizado sem ter feito nenhum gasto. O investimento público beneficiou o proprietário privado.

Comprar um escritório em um edifício corporativo ou a mobilizar de recursos públicos para a construção de Centros de Convenções ou mesmo a cessão de lote e infraestrutura para a iniciativa privada construir e explorar áreas de comércio, serviços e lazer (estádios esportivos, por exemplo) nos quais se aliam edifícios de escritórios e hotéis em um mesmo complexo; são tornados possibilidades ‘certas’ de retorno valorativo futuro numa cidade competitiva. (VIEIRA, 2013, p. 4-5).

Outro fenômeno desencadeado por essa dinâmica é a gentrificação: áreas subvalorizadas são habitadas por pessoas de baixa renda. As intervenções urbanas que valorizam essas áreas aumentam o custo de vida local, de modo que esses/as moradores/as não possuem mais condições de se manterem no local. E, assim, são coagidos/as a irem morar em outros bairros. Geralmente, os bairros de destino são ainda menos valorizados, com menos infraestrutura e afastados do centro.

Em ata do debate público “Moradia popular no Centro da Cidade do Rio de Janeiro”, presidida pelo então vereador Reimont (PT), em 15 de maio de 2021, consta uma fala de Elisete em que ela destaca a importância de políticas públicas que garantam a permanência dos/as trabalhadores/as nas áreas centrais.

O Pablo, o Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), falou uma coisa que é...garantir também a sustentabilidade das moradias na área central, porque você pode ter um grande investimento, como já foi feito no Porto Maravilha, na área central, e não dá em nada, não sair do papel, porque também morar no centro custa caro, tem que ser garantindo para essas famílias a sustentabilidade do projeto, manter as famílias ali naquele local para que não haja a gentrificação, para que a gente não trabalhe, não lute e as famílias daqui a pouco estão sendo realocadas como é a palavra que o poder fala, **tiradas do seu lugar para dar lugar a outras famílias com mais renda**. (ELISETE, 2021, p. 19, grifei).

Assim, as pessoas de menores rendas são cada vez mais marginalizadas. Logo, é possível dizer que a gentrificação é um processo violento, mas essa violência muitas vezes é mascarada quando rotula-se esse processo com eufemismos como “renovação”, “reabilitação” e “requalificação” urbana (CLAVER, 2006). Logo, o mesmo processo que cria bairros luxuosos com grande infraestrutura também cria bairros em que as condições de vida são precárias.

A discriminação socioespacial costuma por isso acentuar a desigualdade social e contribuir sobremaneira para a criação de áreas de miséria e pobreza em paralelo aos enormes ganhos na especulação com terras e imóveis. Por fim, dado o valor normalmente inatingível das residências para os rendimentos derivados dos salários, os trabalhadores sucumbem inexoravelmente ao mercado de crédito, com todo seu séquito de consequências. A mística em relação à casa própria não só tem efetividade ideológica ao colocar a classe trabalhadora do lado da defesa da propriedade privada, como tem efetividade, por assim dizer, prática, ao **amarrar os trabalhadores, por longos períodos de tempo, pela via do sistema de crédito**, seja qual for sua modalidade (hipoteca, alienação fiduciária), ao sucesso dos negócios capitalistas. (FIX; PAULANI, 2019, p. 655, grifo meu).

Sobre o destacado na citação acima, a respeito de como a política urbana “amarra” os/as trabalhadores/as por longos períodos em dívidas, o caso da Ocupação Manoel Congo é um exemplo disso. Ao serem coagidos/as a migrarem do FNHIS para o Minha Casa Minha Vida, eles/as contraíram uma dívida a ser paga por longos anos. Este foi um dos motivos dos/das moradores/as relutarem em fazer a migração, porque pelo FHNIS não teriam dívida nenhuma. Entretanto, para o acúmulo de capital é mais benéfico que as famílias contraíam essas dívidas e o Estado atua nesse sentido. Esse trecho de uma das entrevistas que realizei exemplifica isto:

Mas o plano inicial não era nada de Minha Casa Minha Vida...

Não!!!! Era pelo FNHIS, Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Aí, pelo FNHIS o Estado foi inerte..

Porque a gente não ia pagar nada. Aqui, hoje, a gente vai ter que pagar oitenta reais, cinquenta reais por mês durante dez anos, mas a gente vai ter que pagar.

Cada pessoa?

Cada família, por conta da obra do apartamento, da reforma toda, entendeu?

E pelo FNHIS ia ser de graça?

Ia ser de graça. Até isso a gente teve que fazer assembleia para poder aprovar, porque é aquilo que te falei, nosso grande desafio é dizer que moradia não é mercadoria, a moradia é um direito social, ele não pode ser uma mercadoria. Só que, infelizmente, **o Estado faz tudo para manter o povo preso na situação pecuniária, financeira sobre a questão de moradia**. Por isso que eu falo “Estado é uma benção!”. (ELISETE, entrevista concedida a mim em 02/03/2023, grifo meu).

E essa fala, de outra entrevistada, complementa:

Porque eles não queriam, não teriam ter que pagar nada, né? Pela Caixa eles tão pagando um valor pequeno por mês, mas tão pagando e por muitos anos, né? E esse por mês que faz uma diferença absurda. E se fosse pelo FNHIS estariam pagando nada. É importante entender o que é isso, né? Olha como o mercado dá volta, né? Faz, prende o morador, que é uma pessoa, que luta por moradia, que não tem moradia, num financiamento, pequeno que seja, né? (MARIA DE FATIMA, entrevista concedida a mim em 23/03/2023).

Essa é a lógica que constitui o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), instituído pela Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, que não estabelece qualquer limite de financiamento, taxas, valores dos imóveis nas operações, que devem ser “livremente pactuadas entre partes” (art. 4º). Essa lei estabelece que o valor financiado deve ser reposto integralmente com juros (art. 5º, II, III). Dessa maneira, trata-se de um sistema de financiamento que privilegia os investidores.

O SFI diferencia-se, assim, dos seus predecessores: Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). O SBPE é uma linha de crédito, disponibilizada por bancos privados e públicos, com recursos provenientes da poupança, destinada a compra e imóveis. Essa linha cobre até 80% do valor do imóvel e as taxas de juros são bastante variadas. O SFH utilizava os recursos do SBPE e FGTS para amortizar a dívida. Como se trata de um fundo público, suas operações possuem regulamentação própria. O SFI possui menos regulamentação, o que dá mais liberdades para os agentes pactuarem os termos do financiamento.

O aprofundamento da crise do Estado e o entusiasmo neoliberal provocaram uma mudança significativa no modelo do SFH durante a década de 90. Inspirado no modelo norte-americano, centrado na captação de recursos privados via mercado de capitais, foi lançado, em 1997, o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), aportando a racionalidade das finanças na organização do financiamento da política de crédito imobiliário, inclusive o habitacional. (ROYER, 2009, p. 14-15).

Sobre o SFI, trata-se, assim, de um sistema que busca captar fundos em um mercado secundário de títulos de crédito e recebíveis imobiliários. Logo, faz uma ponte entre o mercado de capitais e o mercado imobiliário. Os instrumentos utilizados para fazer essa ponte são os títulos de crédito imobiliário, como o CRI⁶⁷ e a LCI. Assim, a criação do SFI buscou introduzir no país um sistema de financiamento habitacional nos moldes estadunidenses, “provendo as condições necessárias ao desenvolvimento de um mercado secundário de hipotecas, que teria como função primordial transformar a concessão de crédito imobiliário num investimento dotado de segurança e liquidez” (ROYER, 2009, p. 14-15).

Nesse cenário, pode-se ver o Estado fomentando a iniciativa privada quando o Conselho Curador do FGTS aprovou a Resolução nº 375, de 17 de dezembro de 2001, que criou uma linha de crédito destinada à aquisição de CRIs. O art. 1º desta resolução destinou cem milhões reais do FGTS para a compra deste título de crédito imobiliário. O Estado atua, assim, para alavancar a circulação do crédito imobiliário.

O SFI, por suas características intrínsecas, é incapaz de operar um efeito redistributivo. Em outras palavras, o SFI, sem o apoio do crédito dirigido e da concessão de recursos por parte do Poder Público por meio da alocação das poupanças do FGTS e do SBPE, não se mostra capaz de combater o déficit habitacional, especialmente por conta da necessidade de responder aos investidores em primeiro lugar e não à demanda por moradia das famílias de menor renda. A qualificação do SFI como sistema apto a financiar a política habitacional é, neste sentido, um processo ideológico que visa, justamente, a operação do seu contrário – a captura do sistema de crédito subvencionado e a concentração dos recursos do sistema em detrimento dos grupos de menor poder aquisitivo. (ROYER, 2009, p. 133-134).

⁶⁷ Aliás, a mesma lei (9.514/97) que criou o SFI, também institui o CRI, em seu art. 6º.

O SFI concebe a habitação como uma *commodity*, negociada na bolsa a partir da lei da oferta e demanda; portanto, é incapaz de combater o déficit habitacional, porque sua finalidade última é permitir a acumulação de capital e não garantir o direito à moradia.

Assim, a moradia vem sendo amplamente produzida como negócio urbano financeirizado sobretudo através das grandes incorporadoras, que rasgam a política urbana e contribuem para o aprofundamento dos processos valorização do espaço, espoliação e segregação, reproduzindo periferias e produzindo novas periferias, o desenvolvimento desse processo aponta como horizonte o afastamento dos mais pobres entre os empobrecidos para mais longe, agudizando e aprofundando a segregação socioespacial, a fragmentação e hierarquização nas periferias. (ANDRADE, 2018, p. 120).

Rosângela Vieira (2013, p. 7) aponta que, como qualquer outro setor, o imobiliário possui a necessidade de produzir sempre em maiores quantidades. Nesse sentido, uma das estratégias adotadas pelo setor é “diminuir o tempo útil dos imóveis por meio de criação de novas necessidades na sociedade”. Nessa lógica, constrói-se, destrói-se e constrói-se novamente.

Aqui é derruba e constrói, né? É construir e destruir para construir, destruir para construir, né? É só você ver Copacabana... Copacabana fez 100 anos agora, na década 20, em 1920, aquilo era vazio... de casa passou para sobrado, de sobrado passou para três pavimentos, passou para dez pavimentos, para não sei quantos pavimentos, né? E virou aquele paredão, uma área que foi ficando valorizada no mercado, né? Capital imobiliário cresceu muito, ganhou muito ali, né? **Então você tem que fazer o quê? Pegar a terra que já está com a infraestrutura, e destruir para poder construir mais unidades, né? E ganhar mais!** Então essa é a lógica do capital... E não está se produzindo mercadoria para quem não tem dinheiro para comprar, né? Aí só o Estado que pode fazer, né? (MARIA DE FATIMA, entrevista concedida a mim em 23/03/2023, grifos meus).

Essa dinâmica permite o excedente de capital global fluir, pois este está sempre em busca de mercados “onde haja as conhecidas condições, tais como força de trabalho, infraestrutura, economia de débito, políticas urbanas favoráveis para liberar porções do território na cidade” (VIEIRA, 2013, p. 7). Nesse contexto, Giselle Silva (2012, p. 288) nos diz que “a preocupação central do discurso dos consultores ligados à elaboração dos planos estratégicos é muito mais a de promover a cidade para o crescimento, do que propriamente administrá-la para o bem comum” (SILVA, 2012, p. 288).

Em síntese, pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, *visitantes e usuários solváveis*. (VAINER, 2002, p. 83).

A terra enquanto um ativo real – ou seja, enquanto um bem físico comprado por um investidor na esperança de que seja valorizado ao longo do tempo – possui a peculiaridade de também integrar o fundo de consumo. Ela serve para nós construirmos nossas casas, o que garante a reprodução material da vida social. A terra é condição de vida para a força de trabalho, o que põe o trabalhador em oposição aos arrendadores, isto é, em posição de lutar pelas suas condições de existência. Historicamente, o preço da terra determinou o preço dos imóveis. Na financeirização, baseada na especulação, essa relação se inverte: são os produtos imobiliários futuros que determinam o preço da terra.

Como seu preço é resultante da capitalização das rendas futuras esperadas, esse ganho na esfera da circulação pode ser visto como estando associado também à elevação da renda, no caso da renda absoluta. Em outras palavras, quando, numa operação especulativa, um terreno é retido até que seu preço de mercado atinja aquilo que seu proprietário deseja para aliená-lo, esse comportamento implica simultaneamente a elevação da renda futura esperada do uso capitalista do referido terreno (ou ninguém o compraria por esse preço aumentado). Se estamos falando de espaço urbano, esse movimento, além de enriquecer o proprietário do terreno, levará inevitavelmente a preços mais elevados para as futuras construções que aí se ergam, os quais pressupõem aluguéis futuros igualmente mais elevados. (FIX; PAULANI, 2019, p. 646).

Quando vende-se uma edificação, ela não é vendida isoladamente, vende-se junto a terra onde ele está. De tal sorte, a renda fundiária é, então, fundamento da atividade imobiliária. O simples fato da produção capitalista ocorrer num espaço de propriedade privada faz com que o proprietário desse espaço adquira o direito de cobrar uma renda pela sua utilização. Essa renda é uma parcela do mais-valor. Nesse sentido, é irrelevante se o espaço é rural ou urbano, tampouco importa se é uma produção primária, secundária ou terciária⁶⁸. Por isso, Marx (2017b, 834, grifo meu) nos diz que “nas cidades em crescimento, particularmente onde a construção se realiza em escala industrial, como em Londres, **o objeto principal da especulação não é o imóvel, mas renda fundiária**”. Em síntese, os imóveis são comprados e vendidos especulando-se a renda que ele poderá oferecer.

Percebe-se, então, que com o Estado do bem-estar social criaram os direitos sociais, especialmente a moradia, com a finalidade de garantir habitação a todos; entretanto, esse direito social cedeu lugar à hegemonia de mercado, não concretizando o objetivo desse Estado de superar a contradição entre a igualdade política e a desigualdade social. (ANDRADE, 2018, p. 100).

⁶⁸ Na seção VI do Livro III de *O Capital*, Marx nos apresenta três tipos de renda: renda diferencial do tipo 1, renda diferencial do tipo 2 e a renda absoluta. Por conta da proposta desta dissertação, não me deterei em abordá-las de modo específico. Para os fins da minha exposição, basta compreender, de modo geral, a renda como uma parcela do mais-valor produzido que é apropriado pelo proprietário de um espaço **exclusivamente** porque ele tem o título de propriedade privada desse espaço. O proprietário tem o direito de receber uma renda, mesmo sem contribuir em nada para a produção de valor.

Assim, Luciana Royer (2009, p. 43) sublinha que o “capital fictício que domina as finanças mundiais atuais está cada vez mais entranhado no mundo ‘real’ da cidade”. De acordo com a autora, o capital fictício modula cada vez mais o sistema de financiamento habitacional no Brasil – e o SFI é um exemplo disso.

2.5. “A gente sabia qual era a proposta da Copa e da Olimpíada, né, que era só especulação, a venda da cidade”⁶⁹: o modelo Barcelona

Depois dessa exposição mais geral sobre financeirização, acumulação de capital e espaço urbano, apresentarei mais detalhadamente como essa lógica opera no Rio de Janeiro, município onde está localizada a Ocupação Manoel Congo. Isso permitirá compreender histórica e socialmente o contexto em que a ocupação situa-se.

A Câmara Municipal da cidade carioca promulgou, em 04 de junho de 1992, o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, por meio da Lei Complementar nº 16, que, no discurso, objetivava realizar um planejamento urbano com integração da população, proteger interesses coletivos e gerir o espaço público a partir de sua função social.

O documento preconiza a participação popular em todas as etapas do processo do planejamento urbano, com amplo acesso às informações, por meio de representação de entidades e associações comunitárias em grupos de trabalho, comissões e órgãos colegiados, provisórios ou permanentes. A ampla participação popular prevista no Plano Diretor foi vista como um entrave por empresários e políticos que visavam a implementar uma agenda neoliberal no espaço urbano carioca (BONAN, 2017, p. 65).

A preparação do Rio de Janeiro para ser sede olímpica inicia, oficialmente, em 22 de novembro de 1993, quando sua Prefeitura – que estava sob a primeira gestão do então prefeito César Maia (PMDB) (1993-1997) – faz um acordo com a Associação Comercial e a Federação de Indústrias (FIRJAN) para a elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ).

Maria de Fátima Tardin, em nossa entrevista (23/03/2023), contou-me que, como assessora no mandato do Vereador Eliomar Coelho (à época, PT), integrou o Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor. Esse Fórum foi criado segunda metade da década de 1990 e durou até 2009. A entrevistada contou-me que a partir dessa experiência tornou-se cética quanto à possibilidade de solucionar os problemas urbanos, de fato, por meio de legislações.

⁶⁹ Frase dita pela Elisete, em entrevista concedida a mim em 02/03/2023.

Nas suas palavras, à época o fórum “tinha um perfil de lutar por uma legislação que a gente acreditava que podia fazer a transformação”. Segundo ela, o “Plano Diretor do Rio de Janeiro era um exemplo”. A entrevista também relatou-me que os integrantes do fórum tiveram a percepção de que o governo municipal tentou se apropriar desse espaço político independente para legitimar suas ações.

Desde o início, o projeto foi regido por parcerias público-privadas (PPP). Disso resultou, em 1994, o Consórcio Mantenedor do PECRJ bem como a contratação da consultoria da Technologies Urbanas Barcelona S.A. (TSUBASA)⁷⁰ para assumir a direção executiva do Plano. Em seguida, ainda em 1994, foi criado o Conselho da Cidade – cúpula do PECRJ – que era composto por mais de 300 membros, tais como entidades associativas, sindicatos, instituições acadêmicas, diversas empresas, ONG’s. Assim, notamos uma composição de entidades diversas, representantes de distintos interesses. Contudo, o Conselho da Cidade possuía um Conselho Diretor, menor e mais homogêneo, composto apenas por empresários e representantes de associações comerciais, empresas jornalísticas, reitores das principais universidades da cidade, o secretário de urbanismo do município, o secretário estadual de planejamento e políticos conservadores – notamos, aqui, a ausência de representantes de entidades sindicais ou comunitárias. Na prática, foi este menor grupo que deliberava, o grupo maior e plural tinha como função somente homologar o que já havia sido decidido.

Notamos, assim, que o Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro transferiu a participação e informação popular – tal como prevista no Plano Diretor municipal – para o Conselho da Cidade – uma instância democrática institucionalizada. O Conselho da Cidade, que, apesar de heterogêneo, não possuía poder deliberativo, o que torna apenas uma instância simbólica, uma vez que somente homologava as decisões do Conselho Diretor. Conforme Anna Bonnan (2017, p. 67), a elaboração do Plano Estratégico significou o abandono do Plano Diretor e a desobediência das normas da Constituição de 1988, promulgadas a partir da pressão dos movimentos sociais urbanos.

A sobreposição do Plano Estratégico sobre o Plano Diretor, em especial no que tange a maneira que se deve dar a participação da população no planejamento urbano, seguiu como marca da (re)urbanização da cidade carioca, tanto que após a edição do Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001) o município do Rio de Janeiro ficou inerte por 10 anos em relação à atualização do seu Plano Diretor. Antes mesmo da promulgação do novo Plano Diretor (Lei Complementar n. 111/11), a prefeitura instituiu um novo plano estratégico para cidade: o Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro de 2009 a 2012, promovido por Eduardo Paes. Tal Plano Estratégico foi intitulado como *Pós-*

⁷⁰ Essa foi a mesma empresa responsável por preparar a cidade de Barcelona para receber os Jogos Olímpicos de 1992. Apesar da TSUBA receber maior destaque, outras empresas catalãs também prestaram consultoria para o Rio.

2016 – O Rio mais integrado e competitivo, preconizando uma visão de futuro para o Rio de Janeiro e sua potencial competitividade no mercado global de cidades. Essa mesma imagem foi reafirmada no Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro de 2013-2016. (BONAN, 2017, p. 70).

A intenção desse movimento era que o Rio de Janeiro sediasse os Jogos Olímpicos de 2004, contudo a cidade só conseguiu ser eleita em 2009 para ser sede em 2016. De toda forma, desde o início da década de 1990 há um projeto urbanístico que buscava “revitalizar” a zona portuária da cidade nos moldes de Barcelona. Em nossa entrevista, Maria de Fatima Tardin, que no início da década de 1990 era arquiteta da prefeitura do Rio e acompanhou todo o processo de perto, sintetizou a lógica que perpassa esse planejamento urbano e os megaeventos:

Então, no Rio de Janeiro a gente teve essa “sorte” de 2016, né? A Olimpíada aqui. Aliás, desde que eu estava lá na prefeitura, logo no primeiro governo do César Maia, tinha lá uma superintendente de planejamento urbano que ela já estava sendo mandada para as reuniões “fora” para poder trazer os grandes eventos. Essa era uma solução mágica, né? Grandes eventos, Barcelona virou exemplo, né? Os espanhóis vieram para o Rio para mostrar como é que o que aconteceu em Barcelona era uma maravilha... a grande transformação que a cidade recebeu, que ela cresceu... O Potencial turístico que não existia antes, que todo mundo queria que acontecesse. As cidades de todo mundo lutavam para isso. O mundo inteiro... cada cidade, cada município, lutava para ser cidade global, né? A globalização era isso, todas as cidades queriam ser normais e o Rio de Janeiro estava nessa disputa, estava nessa disputa até que em 2009 conseguiu para a Olimpíada para 2016. Então, em 2007 teve Panamericano, 2014 teve a Copa do Mundo e 2016. Aí, o planejamento urbano foi para isso... Você tinha que trazer segurança para o mercado investir aqui. Tinha que abrir vias, e aí aproveitava e tirava as favelas, porque as vias iam servir para corredores de transportes importantes né? Você abria áreas, aproveitava e limpava áreas onde tinham ocupações, pequenas favelas... destruíam para não construir nada, simplesmente para limpar, né? Para o mercado imobiliário, né? O Rio de Janeiro foi isso! (MARIA DE FATIMA, entrevista concedida a mim em 23/03/2023).

Em 09 de junho de 2008, o então Prefeito César Maia criou o Comitê Especial de Legal Urbano (CELU) de apoio à candidatura do Rio de Janeiro às Olimpíadas de 2016. O CELU objetivava elaborar um plano urbanístico para acolher os Jogos. Ele foi composto por representantes de treze órgãos públicos, entre eles, Secretaria Municipal de Transportes, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, e Secretaria Especial de Turismo. Esse projeto urbanístico foi nomeado de Plano de Legado Urbano e Ambiental Rio-2016 e continha propostas de intervenções públicas e possíveis legados urbanos decorrentes da realização do megaevento na cidade. Esse Plano foi elaborado a pedido do Comitê Olímpico Internacional (COI).

Quando saiu o resultado da eleição do Rio como sede olímpica em 2016, a Prefeitura da cidade carioca em parceria com o Estado e a União lança a Operação Urbana Consorciada (OUC) da região de seu porto. As empreiteiras Odebrecht, Carioca e OAS ganharam a licitação

para execução das obras e formaram a concessionária Porto Novo. A articulação entre os governos Federal, Estadual e Municipal estabeleceu uma agenda de investimentos e projetos para que o Rio de Janeiro se tornasse a “vitrine” brasileira e sua venda no mercado mundial de cidades seria estratégica para o Estado reposicionar o país no exterior em busca de investimento estrangeiros (SANTOS, 2017, p. 16). A realização de megaeventos é adequada para essa “venda” da cidade, uma vez que eles mantêm o consumo vivo e transmitem a aparência de felicidade na paisagem urbana, além serem um acelerador de projetos de reestruturação urbana, uma vez que atraem grandes investimentos.

As inovações aplicadas à cidade como mercadoria aumentam a produtividade da força de trabalho, particularmente no que se refere à mobilidade urbana. A construção civil recebe os recursos (públicos em sua maioria, resultante da mais-valia dos trabalhadores na forma de impostos recolhidos) e os aplica para produzir parte das inovações. A cidade é reproduzida como mercadoria, mas também é *locus* produtivo para a realização da rotação do capital que se transformará mercadoria megaevento. Ao ser reproduzido e consumido como mercadoria, o megaevento redistribui a mais-valia global, beneficiando sobretudo rentistas que participam do negócio a partir das promessas de rendimentos futuros, auferidos após o pagamento dos juros bancários. (SANTOS, 2017, p. 208-209).

Dessa forma, se anteriormente o Plano Estratégico do Rio de Janeiro já ia na contramão das normas constitucionais e do Plano Diretor, ao ser eleita a cidade como sede de megaeventos, exigências de encargos de entidades supranacionais – como FIFA e COI – foram cumpridas, mesmo que contrariassem o texto constitucional. Atrair investimentos internacionais e preparar a cidade para receber visitantes do mundo inteiro era a prioridade do governo em detrimento do bem-estar dos/das cidadãos/às.

Assim, o poder público passa a adotar o modelo de “cidade negócio” em que o papel do administrador da cidade é “vender” uma imagem de cidade que atraia investidores. Por isso, o discurso governamental afirmava a necessidade de “modernizar” e “revitalizar” determinadas áreas da cidade. Quando indaguei uma entrevistada se as obras para os megaeventos esportivos impactaram a Ocupação Manoel Congo, ela me respondeu que não diretamente, mas que muitos/as ocupantes/as apoiaram as famílias afetadas por essa política urbana.

E as transformações urbanas, né, que ocorreram no Rio de Janeiro por conta de Copa do Mundo, Olimpíadas de alguma forma afetaram aqui, a ocupação?

Não afetou, não. A gente que ia lá contra remoção. Contra Copa e Olimpíadas, a gente ia para os atos.

Mesmo sem ser afetados diretamente?

Mesmo sem ser afetados. Por que a gente acredita numa cidade justa e a gente sabia qual era a proposta da Copa e da Olimpíada, né, que era só especulação, a venda da cidade, né, transformando o Rio numa cidade vitrine

onde o trabalhador e a trabalhadora... como foi, né? Tanto dinheiro jogado fora e.. não teve... cadê o retorno social de tudo isso?

Mas nesses atos, a maior parte dos ocupantes participaram?

Não, sempre participa uma boa parte, uma parte... sempre as mesmas pessoas que vão. Luisa, eu, Elci, Raquel, mas é um número bom.

Sim, mas não é a maioria, né?

Não.

Entendi..

Não tem maioria nisso. (ELISETE, entrevista concedida a mim em 02/03/2023, grifei).

Segundo Fábio Molina (2015, p. 21), essa forma de fazer política se chama “empreendedorismo urbano”, em que os governantes – por meio do Planejamento Estratégico – adotam uma postura “empreendedora” no processo de reestruturação da cidade. O processo de (re)urbanização constrói áreas privilegiadas da produção mercantil do espaço. Assim, escolhe-se a cidade como “vitrine” – oferecido ao gerenciamento privado do espaço urbano – em detrimento do direito constitucional à moradia (art. 6º).

Vale destacar que essa dinâmica implicou em uma política pública de remoções, cujo objetivo era retirar famílias de trabalhadores/as de áreas com potencial para servir à acumulação de capital. Em rol não exaustivo, podemos citar como exemplos de áreas alvos das remoções a favela da Estradinha, em Botafogo; a Vila Autódromo, em Jacarepaguá; Favela Pedra Lisa e Morro da Providência, no Centro; Favela Indiana, na Tijuca; Favela do Horto, no Jardim Botânico.

Se você fizer um acompanhamento, olhar, mapear, você vai entender que os moradores tão ali, lutando no seu dia a dia, e de repente tem uma máquina na porta, dizem que ele tem que sair, consegue entender, né? Não tem tempo, a vida é transformar dinheiro em mais dinheiro, né? Tem que ganhar dinheiro, né? E se você ganha um salário-mínimo ou nem tem um emprego e um salário mínimo, né? Não tem nada, né? Porque cada vez está mais precarizado, você é um é um empreendedor, né? Isso, você é um empreendedor, né? Você é um é um trabalhador precarizado, muito precarizado, muito precarizado. (MARIA DE FÁTIMA, entrevista concedida a mim em 23/03/03).

Nesse cenário, entre 2011 e 2016, o Rio de Janeiro se torna palco de megaeventos internacionais: Jogos Mundiais Militares em 2011, Jornada Mundial da Juventude e Copa das Confederações da FIFA em 2013, Copa do Mundo de Futebol da FIFA em 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016. Quando eu perguntei se a realização desses megaeventos afetou de alguma forma a Ocupação Manoel Congo, uma entrevistada me respondeu o seguinte:

Nós daqui não, mas afetou muitas pessoas iguais a nós, né? Porque a política de remoção imposta com a história da Copa do Mundo e com a história da Olimpíada foi horrível, né? Os recursos para moradia popular, que a gente sempre lutou para ser de um jeito, mas na verdade saiu muito recurso, veio muito recurso, veio para remover as pessoas, né? Então, as pessoas que moravam mais próximos dos lugares onde os turistas iam passar, né, o caminho do aeroporto, o caminho dos estádios foi muita remoção e o Minha Casa Minha Vida colocou essas pessoas das periferias. Então, o Rio ficou muito pior depois disso, né? O Rio concentrou uma pobreza muito maior na periferia e uma carência de infraestrutura urbana nas periferias muito maior por conta da Copa e da Olimpíada. E todos os investimentos que foram feitos, foram feitos em lugares que não foram reaproveitados pela maioria da população, que são os mais pobres, né? Pois é, a maioria das coisas que foram feitas ou deterioraram ou foram abandonadas pelo grande capital. Então, assim, para gente só ficou ilusão. Ilusão de que ia ganhar uma Copa (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

Tais megaeventos foram realizados por meio de enormes investimentos públicos e privados. Uma obra de destaque, nesse contexto, foi a construção do Parque Olímpico na Barra da Tijuca, que foi o principal espaço para a disputa dos jogos: ele recebeu quatorze modalidades olímpicas e nove paraolímpicas e em suas obras foram gastos R\$ 5.955.000.000,00. Segundo Julio dos Santos (2017, p. 179), a área do Parque foi construída por uma parceria público-privada premiada com a concessão de quinze anos do usufruto do espaço. A proposta vencedora foi a única apresentada, a do Consórcio Rio Mais, composto pelas construtoras Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken. Ainda de acordo com o autor, é interessante notar que a Carvalho Hosken é, justamente, a principal proprietária da área alocada ao Parque Olímpico e, por isso, se beneficiou da enorme valorização do terreno.

Ainda em termos de obras e gastos nesse contexto, a Prefeitura do Rio aportou R\$ 10,4 bilhões, sobretudo nas obras do BRTs (R\$ 6 bilhões), na Vila Olímpica (R\$ 2 bilhões) e no Porto Maravilha (R\$ 700 milhões). Este último é um dos símbolos da reforma urbana carioca e custou R\$ 7,6 bilhões, a cargo do Consórcio Porto Novo – constituídos pelas empreiteiras OAS e Odebrecht. Seu projeto incluiu a demolição do Elevado da Perimetral para abrir um *front* marítimo, construção de novos acessos, “reurbanização” dos três morros da área – ocupados por tradicionais e antigas favelas –, construção de tuneis e preservação do meio ambiente cultural. Outras obras de destaque são a via Transolímpica (R\$ 1,6 bilhões), a Transcarioca (R\$ 1,8 bilhões) e reforma do Aeroporto Internacional do Galeão.

O Rio de Janeiro construiu cinco vias, né... Aquelas Transoeste, Transamérica, Transolímpica... foram cinco vias que abriram... E aproveitando a construção dessas vias, buscaram limpar as áreas externas para aquilo virar uma área para fluir o capital, não é isso? E abriu aquele túnel para Guaratiba, que é um absurdo, né? Um absurdo, né? Para levar pra Guaratiba o que já estava acontecendo aqui. (MARIA DE FÁTIMA, entrevista concedida a mim em 23/03/03).

Vale destacar que todas as reformas por qual passou a cidade foram realizadas por alguma dessas quatro empresas: Odebrecht, OAS, Andrade Gutierrez e Camargo Correa. Na esfera estadual, Júlio dos Santos (2017, p. 181) destaca que apesar do Governo do Estado do Rio de Janeiro ter declarado estado de calamidade pública antes da realização dos Jogos Olímpicos por insolvência financeira, ele investiu R\$ 7 bilhões na expansão do metrô até a Barra da Tijuca e mais R\$ 1,2 bilhões em mais uma (a terceira) reforma do Estádio do Maracanã – feita pela Odebrecht e Andrade Gutierrez, com R\$ 400 milhões financiados via BNDES.

Com os megaeventos da Copa do mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016 (no Rio de Janeiro), vemos uma radicalização da febre que acompanha o atual “boom” imobiliário. Seguindo a trajetória dos países que sediam esses grandes eventos, a “máquina do crescimento” (uma articulação de entidades internacionais, governos e capitais) é posta a funcionar, buscando legitimar, com o urbanismo do espetáculo, gastos poucos explicáveis para um país que ainda tem enorme precariedade nas áreas da saúde, da educação, do saneamento e dos transportes coletivos. (MARICATO, 2013, p. 41).

Conforme Luis Mendes (2008, p. 5), essas intervenções públicas, orientadas em prol do mercado e possíveis consumidores, possuem um grau de seletividade que não atende as necessidades das áreas mais carentes, onde se encontra a população mais socialmente desfavorecida. Busca-se realizar obras que atraiam e agradem turistas, ao invés de realizar intervenções que promovam melhor qualidade de vida aos/às cidadãos/ãs mais carentes.

O perfil da população a ser atraída para esse território deve ser solvável e apta a consumir o espaço e seus novos atributos como os oferecidos pela cadeia produtiva do turismo e do entretenimento. Uma população fixa ou rotativa, não importa, mas com capacidade de consumir o espaço e de se inserir nos circuitos e fluxos de troca das mercadorias que passarão a estruturar a região portuária. (CARDOSO; SILVA, 2013, p. 92).

Dessa maneira, é possível que perceber que, pelo menos, desde a década de 1990 o município do Rio de Janeiro é gerido nos moldes empresariais. Assim, busca-se atender interesses de empresas privadas a fim de atrair investimentos do capital internacional. Em uma denúncia sobre uma tentativa de reintegração de posse da Ocupação Manoel Congo, o MNLM divulgou uma nota em que denuncia a política urbana implementada no Rio de Janeiro e demonstra operar em uma lógica diversa da quem vem sendo implementada na cidade carioca:

O MNLM Brasil organiza na luta as vítimas da negação do direito a cidade, a terra e a moradia digna no Brasil há mais de duas décadas; Construiu junto a outras organizações e movimentos a plataforma da Reforma Urbana no Brasil, lutando pela Gestão Democrática e pela desmercantilização de bens e serviços essenciais a reprodução e desenvolvimento pleno da vida nas cidades. A luta pelo cumprimento constitucional da Função Social da propriedade e pelo Direito Social a Moradia, especialmente das camadas de nenhuma ou pouca renda da classe trabalhadora, tem ensejado retaliações por parte daqueles cuja missão é guardar e desenvolver a acumulação e a espoliação [...]. (MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA, 2013).

Depois de apresentar como o “modelo Barcelona” foi transporte para o Rio de Janeiro, o planejamento estratégico e as parcerias públicos-privadas, no item seguinte tratarei, mais especificamente, como esse processo se deu na zona portuária do Rio de Janeiro. O intuito é contextualizar ainda mais como as relações sociais que permeiam a cidade onde a Ocupação Manoel Congo está inserida.

2.6. “As políticas públicas ainda estão muito longe da realidade do trabalhador”⁷¹: a construção de um porto maravilhoso para o capital

Em 23 de junho de 2009, foi assinada a documentação que lançou oficialmente a Operação Urbana Consorciada (OUC) da região portuária do Rio de Janeiro. Nesta ocasião, os governos federal, estadual e municipal firmaram compromisso de trabalharem conjuntamente no projeto. Os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo e parte dos bairros do Centro, São Cristóvão e Cidade Nova formam a Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) em que atua a OUC.

As principais obras previstas no projeto são: Elevado da Perimetral demolido; Museu de Arte do Rio (MAR); Museu do Amanhã; Via Binário do Porto e Túnel Rio 450; Via Expressa e Túnel Prefeito Marcello Alencar; Nova Orla Conde; Veículo Leve Sobre Trilhos; 70 km de vias reurbanizadas e 650.000 m² de calçadas refeitas; 700 km de redes de infraestrutura urbana reconstruídas (água, esgoto, drenagem); 17 km de novas ciclovias; plantio de 15.000 árvores.

Assim, a prefeitura carioca criou, em 2011, a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) para gerir e fiscalizar as obras. De acordo com o *site*⁷² da prefeitura:

O Porto Maravilha foi concebido para a recuperação da infraestrutura urbana, dos transportes, do meio ambiente e dos patrimônios histórico e cultural da Região Portuária. No centro da reurbanização está a melhoria das condições habitacionais e a atração de novos moradores para a área de 5 milhões de metros quadrados (m²). **A chegada de grandes empresas, os novos incentivos fiscais e a prestação de serviços públicos de qualidade** estimulam o crescimento da população e da economia. Projeções de adensamento demográfico indicam salto dos atuais 32 mil para 100 mil habitantes em 10 anos na região que engloba na íntegra os bairros do Santo Cristo, Gamboa, Saúde e trechos do Centro, Caju, Cidade Nova e São Cristóvão. (PREFEITURA DO RIO, s/d, grifo meu).

⁷¹ Frase dita pela Elisete, em entrevista concedida a mim em 02/03/2023.

⁷² <https://portomaravilha.com.br/portomaravilha>

Conforme o grifo na citação, o governo municipal visou a criar um ambiente propício para a “chegada de grandes empresas”, algumas formas de se fazer isso foram “os novos incentivos fiscais”. Ela também se propôs a prestar “serviços públicos de qualidade”, mas conforme demonstrei, esse projeto não atendeu as necessidades da classe trabalhadora.

As operações urbanas consorciadas são um recurso previsto pelo Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001) para revitalização de áreas degradadas. A fonte de recursos para a OUC do área portuária foi a venda de Certificados de Potencial Adicional Construtivo (CEPACS): a prefeitura aumentou o potencial de construção⁷³ de imóveis na área e vendeu os respectivos certificados para investidores do setor imobiliário. Os CEPACS são emitidos pelo Banco do Brasil, mas os recursos obtidos com sua venda ficam na Caixa Econômica Federal (agência 0211, conta corrente 792-9, em nome da CDURP) ou em conta em nome do Fundo de Investimento.

De acordo com o Prospecto de Registro da OUC na Comissão de Valores Imobiliários do Rio de Janeiro⁷⁴, o custo dessa OUC está avaliado em R\$ 8.147.804.387,52 (oito bilhões cento e quarenta e sete milhões oitocentos e quatro mil trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos) e tem o prazo máximo de trinta anos.

Isabel Cardoso e Caroline Silva (2013, p. 83) destacam que o Poder Executivo apresentou o Projeto do Porto Maravilha à Câmara de Vereadores em 10 de agosto de 2009 e no dia 23 de novembro de 2009 ele foi aprovado. O que realça que houve pouquíssimas discussões para a aprovação de um projeto de tamanha magnitude.

Assim, as autoras aproveitam para lembrar que neste período o Plano Diretor de 1992 estava em revisão, muitos dos instrumentos urbanísticos que sustentam o projeto do Porto não eram previstos. Então, “a tramitação das leis do Porto Maravilha dependia da modificação desse plano” (CARDOSO; SILVA, 2013, p. 83). Isso vai ao encontro ao que uma entrevistada relatou para mim: “então, o Estado e o mercado, um ajuda o outro, porque um precisa do outro, né? Precisa das aprovações das legislações para poder fazer o investimento, porque eles não vão investir num lugar que não tem garantia de ter o lucro, né?” (MARIA DE FATIMA, entrevista concedida a mim em 23/03/2023).

Desse modo, a Lei Complementar nº 101, de 23 de novembro de 2009, ao mesmo tempo que instituiu a OUC da Região do Porto também alterou o Plano Diretor. Criou-se

⁷³ Potencial de construção é a quantidade de metros quadrados que se pode construir em determinado terreno.

⁷⁴ Os prospectos foram atualizados ao longo dos anos. No *site* oficial do Porto Maravilha (<https://portomaravilha.com.br/prospecto>) há cinco versões. Os dados apresentados nesta dissertação são os contidos no prospecto mais recente, de 29 de julho de 2016.

mecanismos de “outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, da cessão ou qualquer outra forma de transferência do direito de construir, além dos direitos de superfície e de preempção” (CARDOSO; SILVA, 2013, p. 83).

O Estatuto da Cidade (art. 40, § 4º) dispõe que alterações no Plano Diretor pressupõem a realização de audiências públicas. Assim, duas audiências públicas foram realizadas: em 09 e 17 de setembro de 2009. Como disse, o Plano Diretor já estava sendo revisto e uma série de audiências com a sociedade civil estavam previamente agendadas.

Cada audiência teria um tema específico. De forma abrupta, o Projeto do Porto Maravilha foi colocado como prioridade de pauta. Na primeira audiência, apenas um morador da área afetada esteve presente: um representante da Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal (ARQPEDRA). Na segunda, a participação da sociedade civil foi maior: moradores/as dos morros da Conceição e da Previdência, do bairro da Saúde e de ocupações na zona portuária.

Além de representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, participaram das audiências representantes da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI), da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do sindicato patronal das empresas de ônibus da cidade (Rio Ônibus).

O Estado tinha pressa em aprovar o projeto. Assim, mudanças pontuais que permitissem a OUC foram feitas ainda em 2009, enquanto a revisão definitiva do Plano Diretor só terminou em 2011.

Compreendemos que o processo de alteração do Plano Diretor de 1992, ao flexibilizar os ritos democráticos de revisão do Plano Diretor para privilegiar os interesses econômicos do capital imobiliário, criou as condições legais necessárias ao processo de acumulação do capital, particularmente das grandes empreiteiras que irão, posteriormente, constituir de forma consorciada a Parceria Público Privada responsável pelas obras do Projeto Porto Maravilha. Assim, a primeira aprovação legislativa de alteração do Plano Diretor de 1992 não significou um “avanço” no sentido do que o Estatuto da Cidade preconiza porque não fortaleceu o desenvolvimento urbano no sentido da efetivação da função social da propriedade e da cidade, muito menos ocorreu a partir de qualquer processo participativo popular. (CARDOSO; SILVA, 2013, p. 84).

Assim, a partir de uma parceria público-privada (PPP), as empresas OAS, Odebrecht e Carioca Engenharia, a partir da formação do Consórcio Porto Novo, ficaram encarregadas da gestão dos serviços públicos na região portuária da cidade carioca, tais como coleta de lixo, gestão de trânsito e iluminação. Para tanto, estima-se que receberá R\$ 7,6 bilhões da prefeitura.

Sobre a transparência, a CDURP divulga relatórios trimestrais sobre a OUC⁷⁵. Por considerar-se tais relatórios insuficientes para um controle democrático, criou-se um Conselho Consultivo (art. 40 da Lei Complementar 101/2009) para fiscalizá-lo. Todavia, na prática, o Conselho serviu apenas para cumprir requisitos formais, sem exercer uma fiscalização de fato.

Uma das principais fontes de recursos financeiros da OUC da zona portuária do Rio são os Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs). De acordo com o Prospecto de Registro da OUC na Comissão de Valores Imobiliários do Rio de Janeiro, foram emitidos 6.436.722 de CEPACs, correspondentes a 4.089.502 m² adicionais de construção. O preço inicial mínimo de cada CEPAC foi de R\$ 545,00.

Após o início da venda dos CEPACs, foi constituído o Fundo de Investimento Imobiliário (FII) Porto Maravilha na Bolsa de Valores, administrado pela Caixa Econômica Federal. Esse fundo comprou **todas** as CEPACs para depois revendê-las. A Caixa utilizou o dinheiro do FGTS e pagou R\$ 3,5 bilhões à vista, comprometendo-se a pagar mais R\$ 6,5 bilhões em quinze anos. Desse modo, “estamos diante de uma operação imobiliária executada por empresas privadas, mas financiada, de forma engenhosa, com recursos públicos em terrenos públicos” (ROLNIK, 2013).

É importante compreender a transferência de recursos do FGTS, de um lado, como uma brutal redução de riscos para os investidores privados que passam a ter, desde já, um cenário favorável aos investimentos mediante a aceleração da execução das obras e dos serviços de infraestrutura urbana [...]. Ou seja, dotar o espaço urbano da região portuária de sentido de localização é condição para que se extraíam maiores rendas fundiárias e se transforme a terra em um ativo financeiro valorizado. De outro lado, a participação do FGTS na OUC do Porto deve ser compreendida como uma fenomenal transferência de recursos públicos, oriundos do trabalho, para valorização da terra urbana através das obras e investimentos urbanos necessários, valorização essa que será apropriada privadamente pelos próprios capitais interessados na compra/venda de CEPACs. Dessa forma, a partir da experiência em curso com a OUC pode-se afirmar, junto com Fix (2001, p.118-119), que a OUC “funciona como um mecanismo para que apenas uma parte da cidade continue a resolver seus problemas, utilizando o Estado como instrumento privado de acumulação, como sempre o fez”. (CARDOSO; SILVA, 2013, p. 98).

O FII é um fundo dividido em milhares de cotas, que são vendidas na Bolsa de Valores. Quem compra essas cotas pode lucrar de duas maneiras: esperar que o ativo se valorize para vendê-lo por um preço maior do que comprou ou pelos dividendos pagos mensalmente ao cotista pela administração do fundo. Os recursos financeiros obtidos pelo fundo são, sobretudo, para pagar as empreiteiras que formam o Consórcio Porto Novo, que devem receber oito bilhões de reais da CDURP. Assim, os pouco mais de quatro milhões de metros quadrados transformam-

⁷⁵ Os relatórios podem ser acessados em: https://portomaravilha.com.br/relatorios_trimestrais.

se em títulos a serem vendidos e comprados na bolsa de valores. É possível notar, mais uma vez, a especulação e o capital fictício moldando o modo como o espaço urbano é gerido. Terrenos e imóveis são retidos com base na expectativa de sua valorização futura.

Os CEPACs são certificados que dizem respeito apenas a uma “terra virtual”. Logo, a realização destes potenciais adicionais de construção demanda a apropriação privada da terra urbana realmente existente e disponível na região que é, na sua grande maioria, terra pública (85%), principalmente do governo federal. Então, “ao final, a expropriação fecha o seu circuito sobre a terra urbana e, em especial, sobre a terra urbana pública e sobre a expulsão da população pobre que ocupa os cortiços, favelas e imóveis abandonados/vazios da região” (CARDOSO; SILVA, 2013, p. 99).

Em matéria de 04 de junho de 2020, o jornal *Folha de São Paulo* relatou que, em maio daquele ano, a Caixa Econômica Federal ajuizou uma ação contra a Prefeitura do Rio de Janeiro para cobrar R\$ 2,4 bilhões, sob a alegação de esse ser o valor do prejuízo que sofreu por conta de sua participação no projeto de requalificação da Região Portuária. O motivo do prejuízo se deu porque a Caixa não conseguiu revender os CEPACs como previu. A parte autora alega que houve excesso na emissão de CEPACs e acusa a ré de ter falhado nos estudos sobre a viabilidade da operação. Esse caso exemplifica o que pode ocorrer quando opera-se com base na especulação: há prejuízo quando a expectativa de obtenção de valor no futuro não é efetivada.

Com modelagem econômica baseada no desenvolvimento imobiliário, a operação urbana sofreu efeitos da crise nacional do mercado. A expectativa de venda dos Cepacs não atingiu a meta traçada no período de concepção da operação urbana, quando a economia nacional registrava números otimistas pré-crise. Este movimento teve impacto sobre o equilíbrio econômico e financeiro do Porto Maravilha comprometendo a regularidade dos repasses do FIIPM, que declarou iliquidez desde 2016 - falta de dinheiro em caixa. Em nome da Prefeitura do Rio, a Cdurp avança na negociação de soluções para o impacto da iliquidez com os agentes envolvidos.

O Fundo já investiu na Região Portuária do Rio de Janeiro R\$ 5 bilhões dos R\$ 10 bilhões previstos para os 15 anos de contrato. Desde 2018, serviços municipais estão sob responsabilidade da Cdurp com o apoio de secretarias e empresas municipais. (PREFEITURA DO RIO, s/d).

Dessa maneira, é possível afirmar que o OUC da zona portuária do Rio caracteriza-se pelo repasse de recursos públicos para empresas privadas. Estas, por conta disso, possuem poucos riscos de sofrerem prejuízos. A terra pública torna-se um ativo financeiro negociado na bolsa de valores. Nessa dinâmica, por meio da especulação imobiliária, o espaço urbano é um meio para os capitalistas se apropriarem de mais-valor.

As diretrizes expostas evidenciam que a terra se transformou em um ativo financeiro. Logo o princípio básico que move toda a dinâmica de produção do espaço na área da OUC do Porto do Rio, operação essa assentada sobre um fundo de investimento imobiliário, é a rentabilidade.

Como consequência, os resultados serão medidos, projetados e avaliados a partir desse princípio. O anúncio do leilão para venda do primeiro lote de CEPACs, pelo FII Porto Maravilha, demonstra um resultado significativo obtido pelo fundo, pois o preço mínimo significou uma valorização de mais de 100% do preço inicial quando da compra dos CEPACs pelo FGTS. (CARDOSO; SILVA, 2013, p. 97-98).

Um dos efeitos dessas políticas urbanas pró-mercado é a gentrificação. Esta ocorre quando um bairro com uma área de construções antigas, degradadas e desvalorizadas recebe investimentos que valorizam demasiadamente o local e, por consequência, os/as antigos/as moradores/as passam a não ter mais condições financeiras de arcar com os custos de vida no bairro e precisam se mudar – geralmente para áreas cada vez mais distantes do centro.

É sob esta perspectiva que a questão da luta pela *moradia* pode ser situada. As políticas governamentais sobre as habitações coletivas no centro da cidade do Rio de Janeiro não constituem fato recente. Desde a passagem do século XIX para o XX, elas são alvo de experiências de higienização, embelezamento, saneamento e expulsão das camadas populares para áreas periféricas. Em contrapartida, vêm se observando práticas de permanência da população de baixa renda que procura residir em áreas centrais da cidade, local provido com melhores condições de vida, de serviços e mobilidade.” (OSTROWER, 2012, p. 45).

Assim, com os altos preços dos imóveis, as ocupações urbanas surgem como alternativas para a classe trabalhadora acessar as áreas privilegiadas da cidade, com infraestrutura adequada. Nesse cenário, o Programa Minha Casa Minha vida surge como um meio para remover os/as ocupantes dos centros urbanos e ao mesmo tempo enriquecer as empresas privadas que atuam no ramo da construção civil. Essa será a temática do próximo item.

2.7. “Para a gente é tudo cobrado, para as empresas é tudo cedido, dado, dentro de acordinho feito com o poder público pelas empresas”⁷⁶: O Programa Minha Casa Minha Vida

Em meados dos anos 2000, o capitalismo passava por uma crise financeira internacional. Em 2008, explodiu nos Estados Unidos a crise do *subprime*, que teve consequências globais. No Brasil, um dos setores mais afetados foi o da construção civil. Nesse cenário, as construtoras foram socorridas pelo governo federal, que formou um vínculo de “parceria” com os empresários do ramo. O argumento utilizado era de que o “incremento da

⁷⁶ Frase proferida pela Elisete sobre o MCMV no debate público “Moradia popular no Centro da Cidade do Rio de Janeiro”, presidida pela então vereador Reimont (PT), em 15 de maio de 2021, o qual consulte a ata.

produção na construção civil geraria renda e essa renda seria revertida em poder de compra para o cidadão agora empregado. Como consequência, a produção aumentaria o consumo e aqueceria a economia” (SILVA, 2020, p. 66). Assim, como de praxe, a crise exigiu a intervenção do Estado para conter seus efeitos.

[...] apareceu em 2009, não por coincidência, exatamente quando em 2008 teve aquela crise mundial. E tudo estava retraído né? **Foi a primeira vez no Brasil que a política habitacional passou a ser centro da política econômica**, né? Porque foi assim, o capital ele tá passando por uma fase... fase não, né, ele está em decadência... Onde ele tá perdendo a possibilidade de acumulação. Quando elimina trabalho, elimina o trabalhador, elimina essa possibilidade de acumulação. Então ele tem que acumular onde pode acumular. **E a construção civil é onde se acumula, né?** Porque precisa de trabalhador! Não tem jeito, né? Então, a construção civil é no Brasil, no Rio de Janeiro, principalmente nas grandes cidades, é isso: **destrói pra construir de novo, destrói pra construir de novo**. (MARIA DE FÁTIMA, entrevista concedida a mim em 23/03/23, grifos meus).

Em 22 de janeiro de 2007, o presidente Lula, em seu segundo mandato (2007-2010), anunciou o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Trata-se de um conjunto de políticas econômicas – sobretudo voltadas para o investimento em infraestrutura – que objetivava acelerar o crescimento econômico do país. Em seu discurso no lançamento do programa, Lula afirmou:

O programa de Aceleração do Crescimento engloba um conjunto de medidas destinadas a **desonerar e incentivar o investimento privado**, aumentar o investimento público e aperfeiçoar a política fiscal. [...] Na área da infraestrutura, junto com medidas nas áreas tradicionais, estamos introduzindo um novo conceito: o de infraestrutura social. É assim que passamos a denominar investimentos em alguns setores, como habitação e saneamento, transporte de massa, além de determinados programas de água e eletricidade, como o Luz para Todos, que representam, de forma direta, melhoria da qualidade de vida da população mais pobre. (LULA, 2007, grifo meu).⁷⁷

Dessa maneira, o discurso o oficial era o de que, com a ajuda de investimentos privados, o governo realizaria obras de infraestrutura que melhorariam a vida do povo brasileiro. Em outros termos: por meio do mercado, necessidades sociais seriam atendidas. Nesse contexto de crise imobiliária, como uma medida do PAC específica para a área de habitação, o governo federal lança, em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), por meio da Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009, posteriormente convertida na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que em seu art. 1º dispõe:

O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de

⁷⁷ Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/leia-o-discurso-de-lula-no-lancamento-do-pac/>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais).

Nesse cenário, é possível afirmar que:

Embora outras políticas habitacionais tenham sido praticadas no Brasil em décadas anteriores, o PMCMV surgia com uma proposta diferenciada e que traria o mercado para participar livremente da contratação e produção das unidades habitacionais. Com isso, o Governo Federal esperava contar com a força de trabalho da iniciativa privada para suprir a falta de capacidade produtiva dos governos anteriores que falharam em atender as demandas populacionais.

Por definição, o PMCMV tem a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de imóveis habitacionais nos âmbitos rural e urbano através da prática de juros subsidiados abaixo dos praticados no mercado e isso viabilizaria a parceria proposta. (SILVA, 2020, p. 65).

As eleições presidenciais também se aproximavam e o então presidente Lula não poderia mais se reeleger por estar no segundo mandato. Dessa maneira, a então Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff foi apresentada como “mãe” do MCMV, numa clara preparação de candidatura para as eleições de 2010. Ana Clara Miranda (2019, p. 53) destaca que o MCMV foi lançado em “direção oposta ao que vinha sendo reivindicado pelos movimentos sociais urbanos [...], elaborado pela Casa Civil e pelo Ministério da Fazenda, em diálogo com o setor da construção civil e sem consultar o Conselho das Cidades”.

Minha Casa Minha Vida não é um programa de garantia do direito à moradia. Minha Casa Minha Vida foi um programa construído para equilibrar a economia do país. Então, ele foi construído a partir de uma necessidade de gerar emprego, do Brasil se envolver. Os governos – eu tô falando aqui, mas uma coisa que você sabe muito mais do que eu – os governos sempre escolhem um nicho pra investir em cada crise, né? Teve governos que investiu na industrialização do país, outros países na expansão naval de não sei o quê. O governo... o segundo governo do Lula com o primeiro governo da Dilma escolheram investir na infraestrutura urbana e na produção de casa como motor gerador de economia, de divisa, de tudo. (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/23).

O investimento inicial contou com R\$ 25,5 bilhões do Orçamento Geral da União (OGU), R\$ 7,5 bilhões do FTGS e R\$ 1 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDS), destinados a entregar 1 milhão de moradias para famílias com renda bruta de até R\$ 4.650,00 (art. 3º, I, da Lei nº 11.977/09).

O programa contemplou quatro⁷⁸ faixas de rendas e oferece subsídios às famílias “beneficiadas”, do seguinte modo:

Faixa 1 – destinado para famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.800,00. Nessa faixa o governo subsidia 90% do valor do imóvel, o restante pode ser pago em até 120 parcelas

⁷⁸ Inicialmente, contemplava apenas três: faixa 1; faixa 2; faixa 3. Depois, em 2016, criou-se a faixa 1,5.

(10 anos), sem juros. As parcelas variam de R\$ 80,00 até R\$ 270,00. O valor máximo do financiamento é de R\$ 96.000,00.

Faixa 1,5 – destinado para famílias com renda mensal bruta de até R\$ 2.350,00. Nessa faixa o governo subsidia até R\$ 47.500,00, o restante pode ser pago em até 360 parcelas (30 anos), com 5% de juros ao ano. O valor máximo do financiamento é R\$ 144.000,00.

Faixa 2 – destinado para famílias com renda mensal bruta de até R\$ 2.600,00. Nessa faixa o subsídio pode chegar até R\$ 29.000,00, variando conforme a região do país. O restante pode ser pago em até 360 parcelas (10 anos), com juros que de até 8% ao ano. O valor máximo do financiamento é R\$ 240.000,00.

Faixa 3 – destinado para famílias com renda mensal bruta de até R\$ 7.000,00. Nessa faixa não há subsídio, mas há uma taxa de juros mais baixa que a do mercado: 9,16%. O valor máximo do financiamento é R\$ 300.000,00.

Além das faixas, o Programa Minha Casa Minha Vida é dividido em quatro modalidades:

(I) MCMV Empresas: as construtoras civis apresentam seus projetos à Caixa Econômica Federal ou ao Banco do Brasil. Quando um projeto é aprovado, a Instituição Financeira elabora um cronograma de liberação de recursos e o empreendimento pode ser executado. Depois que a obra chega ao fim, o Município responsável, por meio do seu Cadastro Único, indica as famílias que serão contempladas.

Com recursos do FAR, que constituem a maior parte do orçamento, essa modalidade atende pessoas de todas as faixas, mas o valor do subsídio varia conforme elas. Com os recursos do FGTS, são possíveis três linhas: (i) imóvel na planta – destinado a pessoas físicas; (ii) apoio à produção – destinado a pessoas físicas ou jurídicas empreendedoras; e (iii) alocação de recursos – destinados a pessoas jurídicas.

(II) MCMV Oferta Pública: voltado para famílias que tenham renda bruta mensal de até R\$ 1.600,00 e que habitem áreas urbanas de municípios de até 50 mil habitantes. Cabe ao Município selecionar as famílias por meio do Cadastro Único e oferecer a infraestrutura básica.

Constitui objeto desta oferta pública a concessão de subvenção econômica para implementação do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV em municípios com população limitada a cinquenta mil habitantes, por meio de instituições financeiras com permissão pelo Banco Central do Brasil – BACEN ou agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação – SFH [...]. (BRASIL, 2009).

Nessa modalidade, as construtoras vendem os imóveis para a Caixa. Estas alienam a unidade habitacional para o destinatário final, por meio das seleções feitas pelos municípios.

Dessa forma, as construtoras não correm nenhum risco de inadimplência, tampouco têm gastos com a comercialização dos imóveis.

De acordo com o anexo I da Portaria Conjunta nº 472, de 18 de novembro de 2009, foram destinados um bilhão de reais para esta modalidade, assim divididos: (i) R\$ 161.758,00 para a região Norte; (ii) R\$ 540.370,00 para a região Nordeste; (iii) R\$ 161.120,00 para a região Sudeste; (iv) R\$ 76.207,00 para a região Sul; e (v) R\$ 60.545,00 para a região Centro-Oeste.

(III) MCMV Financiamento habitacional: Essa modalidade é destinada para famílias que tenham renda mensal bruta de até R\$ 5.000,00. Ela consiste em subsidiar pessoas físicas individualmente, por meio da Carta de Crédito Individual, ou organizadas em associações, por meio da Carta de Crédito Associativo.

O valor do subsídio varia de acordo com a renda do(s) beneficiário(s), mas pode chegar até R\$ 25.000,00. Sua destinação são unidades habitacionais em áreas urbanas que tenham até 180 dias de habite-se.

(IV) PMCMV Entidades: Essa modalidade contempla famílias da faixa 1. Seu diferencial é que as pessoas físicas devem estar organizadas sob a forma de associação (pessoa jurídica), isto é, de uma Entidade Organizadora (OE). Tal entidade precisava previamente estar licenciada pelo Ministério das Cidades. Outro diferencial, é a possibilidade das obras serem feitas por meio da administração direta dos beneficiários, nas formas de autogestão ou cogestão. Os recursos dessa modalidade são oriundos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), vinculado ao OGU. O MCMV Entidades é o resultado da luta de movimentos populares e será abordado com maiores detalhes no tópico seguinte, porque foi a esta a modalidade que contemplou a Ocupação Manoel Congo.

Desse modo, por meio dessas quatro modalidades, o Programa Minha Casa Minha Vida oferece créditos para construtoras, Entidades Organizadoras – que pode ser sob a forma de associação, cooperativa, organização sem fins lucrativos – para construção em áreas rurais e urbanas.

Para as famílias de menores rendas (faixa 1), basicamente, o programa funciona da seguinte maneira: a União define quantia de recursos destinada a cada região⁷⁹; (ii) os municípios indicam famílias para serem contempladas, a partir das informações do cadastro único; (iii) as construtoras apresentam projetos à Caixa; e (iv) a Caixa seleciona os projetos,

⁷⁹ Os recursos foram distribuídos pelas regiões proporcionalmente ao déficit habitacional de cada uma delas. “Essa distribuição estabeleceu, na verdade, cotas máximas de acesso a recursos, já que o acesso dependeria da demanda a ser apresentada à Caixa Econômica pelas empresas” (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 36).

acompanha a execução e, por fim, comercializa o imóvel. Para essa primeira faixa, os recursos são oriundos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que compõe o Orçamento Geral da União (OGU).

Quando se utiliza os recursos oriundos do FGTS, “a opção de linha de crédito se dá pelo modelo associativo, onde o financiamento da produção de empreendimentos ou sua reabilitação se dá diretamente às pessoas físicas, tendo sua formalização mediante uma parceria com entidade organizadora” (SILVA, 2020, p. 78).

É possível tanto a construtora solicitar crédito à Caixa para construir imóveis – o crédito que ela receberá será de acordo com a faixa para qual o empreendimento será feito – como a pessoa física ir diretamente à instituição financeira solicitar uma carta de crédito e, posteriormente, utilizá-la para comprar o imóvel. Assim, “pode-se entender o PMCMV como um programa de crédito tanto ao consumidor quanto ao produtor” (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 40). Nesse cenário, a Caixa e as construtoras chegam a atuar conjuntamente na realização de “feirões da casa própria”, em que oportunidades de compra de imóveis são apresentadas ao público.

Estabelecendo um patamar de subsídio direto, proporcional à renda das famílias, este Programa busca claramente impactar a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção. Além dos subsídios, o PMCMV aumentou o volume de crédito para aquisição e produção de habitações, ao mesmo tempo em que reduziu os juros. Com a criação do Fundo Garantidor da Habitação, foram aportados recursos para pagamento das prestações em caso de inadimplência por desemprego e outras eventualidades. Desta forma, buscou-se manter o desenvolvimento do setor imobiliário e reaquecer as atividades do ramo da construção civil, que experimentava uma fase de intenso crescimento desde 2006, mas que vinha sofrendo impactos da crise econômica (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 35-36).

É possível notar como a política habitacional está ligada umbilicalmente ao mercado imobiliário. As construtoras são protagonistas do MCMV. Todas as construções ficam à mercê da iniciativa privada. Elisete, no debate público “Moradia popular no Centro da Cidade do Rio de Janeiro”, presidida pelo então vereador Reimont (PT), em 15 de maio de 2021, afirmou o seguinte sobre as dificuldades enfrentadas pela Ocupação Manoel Congo em contraposição aos privilégios gozadas pelas empresas privadas:

(...) o Rio de Janeiro foi um dos estados – e principalmente o Município do Rio de Janeiro – que mais recebeu verbas do Minha Casa Minha Vida, só que, infelizmente, ela foi colocada, implementada de forma equivocada. Serviu para remoção, para despejo, para realocação, como diz o Prefeito do Município, e a gente sabe das dificuldades, da luta que nós, como movimento social, tanto no Esperança como no Manoel Congo tivemos que vencer para poder completar, executar, de fato, o projeto... Mesmo a Prefeitura, mesmo as altas estruturas das empresas sabem como a Caixa Econômica é burocrática, que as normativas que eles colocam, dificultam muito o acesso da implementação da moradia, da habitação e do interesse social. Principalmente no caso do Minha Casa, Minha

Vida –entidades, quantas barreiras nós tivemos que vencer para poder concluir esses projetos. Ainda hoje temos coisas para serem feitas, como é o caso da Esperança e da Manoel Congo, que ainda não teve o “habite-se” liberado, por conta também da Prefeitura. **Para a gente é tudo cobrado, para as empresas é tudo cedido, dado, dentro de acórdão feito com o poder público pelas empresas.** Para nós, que somos movimento, a dificuldade só se acrescenta. Eu queria lembrar isso, do desafio que nós tivemos desde 2008 para poder implementar esses projetos. (Grifei).

Como meio das empresas privadas baratearem custos, os imóveis são construídos em áreas pouco valorizadas, ou seja, em áreas periféricas e com pouca infraestrutura. Outra forma que utilizam para baratear custo é a utilização de materiais de baixa qualidade (SILVA, 2016, p. 67-68). Sobre esse ponto, uma entrevistada me relatou o seguinte:

Então, se você pegar o Programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, a maioria das unidades habitacionais, ele jogou lá para a periferia. Então, ele colocou 400 famílias, 1000 famílias, tudo junto onde não tinha trabalho nem para uma. Onde não tinha mobilidade, porque muitas vezes nem o ônibus ia até lá, onde só tinha uma proposta de esgoto, mas não tinha esgoto. O poder público fazia uma carta dizendo que se propunha, que se comprometia a um dia fazer. Aí, as pessoas tão lá até hoje. É um depósito de pobre, que você joga para se matarem, para se comerem. E ainda como são frutos de áreas de remoção, fizeram remoções de áreas diferentes, pegaram, inclusive, de áreas onde tem essas coisas de comando do tráfico, de facções diferenciadas, fizeram a remoção e jogaram tudo num lugar só. A sensação que dá é que jogaram dentro de um balaio para ver se um mata o outro, né. Então, nos incomodaria, sim, morar em qualquer outro lugar, porque a gente acha que reforma urbana é também você decidir, você tomar decisão sobre as questões urbanas que afetam sua vida. (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

Como os empreendimentos foram feitos pela iniciativa privada, as prefeituras perdiam a autonomia de decisão sobre a localização e prioridade dos equipamentos públicos que, depois, teriam que manter (GUERREIRO; ROLNIK; SANTORO, 2023a). Em 2009, a Gafisa, a Cyrela, a Even, a Brookfield e a MRV Engenharia eram as maiores construtoras atuando no Brasil. Dessas, a MRV era a única que focava na construção de imóveis para população de baixa renda – as demais trabalhavam exclusivamente na construção de imóveis de padrões médio e alto. Após a criação do MCMV, a grande demanda do mercado foi por habitação popular. Assim, já em 2018, as cinco maiores construtoras do Brasil eram a MRV Engenharia, Direcional, Cyrela, CasaAlta Construções e o Grupo Pacaembu.

A MRV foi fundada em 1979. Rubens Menin, cofundador e acionista majoritário, era um entusiasta do governo Bolsonaro. Este, à época presidente, diversas vezes reuniu-se com o empresário em compromissos fora da agenda, para discutir temas como o uso do FGTS na política habitacional⁸⁰. Recentemente, o CEO da MRV começou a ser investigado por,

⁸⁰ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/bolsonaro-recebeu-empresarios-fora-da-agenda-para-discutir-fgts.shtml>

supostamente, estar envolvido com milícias na cidade do Rio de Janeiro. Ele é acusado de pagar uma mensalidade de R\$ 37 mil aos milicianos⁸¹. A MRV foi a construtora mais atuante no Minha Casa Minha Vida e Casa Verde Amarela e atualmente é avaliada como a maior construtora nacional⁸².

A Direcional foi fundada em 1981. Assim como a MRV, seu CEO, Ricardo Valadares Gontijo, também era um entusiasta do governo Bolsonaro e reunia-se regularmente com o então presidente. Além disso, também é investigado por pagar uma mensalidade de R\$ 37 mil a milícia da Zona Oeste do Rio. Entretanto, nas eleições de 2022, Ricardo Gontijo doou R\$ 1,36 milhões para diretórios do PT, MDB e Novo.

A Cyrela Foi fundada em 1962 por Elie Horn, um empresário apoiador de Jair Bolsonaro⁸³. Trata-se uma construtora especializada em imóveis de luxos, mas que passou a empreender em habitações populares com o advento do Minha Casa Minha Vida. Conforme noticiado pela mídia⁸⁴, a empresa considerou a construção de moradias para famílias de baixa renda uma alternativa para lidar com a crise econômica. Inclusive, em 2020, ano marcado pela pandemia de COVID-19, a construtora teve prejuízos, sendo os empreendimentos realizados pelo MCMV os únicos destaques positivos apresentados em seus relatórios⁸⁵.

A CasaAlta Construções foi fundada por Juarez Wieck. Ela também realiza empreendimentos de imóveis de alto padrão, mas especializou-se em habitação popular. Conforme divulgado pela empresa⁸⁶, entre 2009 e 2014 a construtora teve um crescimento de 1500%, impulsionada pelo MCMV. Segundo Juarez Wieck, a Caixa Econômica Federal convidou-o para atuar no programa e isso foi decisivo para que a construtora abrisse filiais e atuasse em outras regiões do país – até 2009, sua atuação era limitada ao Sul.

O Grupo Pacaembu foi fundada em 1991 pelos irmãos Eduardo e Wilson Almeida. Trata-se de construtora com atuação em empreendimentos residenciais para famílias de baixa renda. De acordo com o próprio *site*⁸⁷ da empresa, o Programa Minha Casa Minha Vida “abre caminho para o crescimento sustentável e transformador da Pacaembu nos anos seguintes”. A construção adquiriu seu atual formato no final dos anos 2000, a partir da atuação no PMCMV.

⁸¹ <https://revistaforum.com.br/politica/2022/6/24/empreiteiros-bolsonaristas-pagaram-mensalo-para-milicia-da-zona-oeste-do-rio-119205.html>

⁸² <https://www.mrv.com.br/institucional/pt/relacionamentos/noticias/editorias-cidades-2022-10-07-ranking-elege-mrv-como-a-maior-empresa-de-construcao-e-habitacao-do-brasil>

⁸³ https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/12/politica/1562960378_814880.html

⁸⁴ <https://exame.com/negocios/cyrela-cria-nova-marca-para-voltar-ao-minha-casa-minha-vida-apos-6-anos/>

⁸⁵ <https://www.moneytimes.com.br/minha-casa-minha-vida-deve-ser-o-caminho-para-retomada-da-cyrela/>

⁸⁶ <http://www.casaalta.com.br/noticia/casaalta-crece-1500-em-cinco-anos>

⁸⁷ <https://pacaembu.com/sobre-a-pacaembu#:~:text=Como%20uma%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20natural%2C%20os,residenciais%20para%20a%20baixa%20renda.>

Ainda segundo o *site*, com o fortalecimento do financiamento habitacional para a baixa renda, a Pacaembu conseguiu se consolidar no mercado, entre os anos de 2010 e 2014. Durante o governo Bolsonaro (2019-2022), o Grupo Pacaembu afirmou que “concentra seus esforços no programa ‘Casa Verde e Amarela’ do Governo Federal, pois enxerga grande oportunidade de crescimento e baixo risco de inadimplência”⁸⁸.

Todas essas construtoras caracterizam-se pela forte atuação no MCMV. Então, nesse recorte temporal, a única construtora que conseguiu permanecer no topo foi a MRV. As construções de imóveis para pessoas de baixa renda foi a grande fonte de lucro para mercado nos últimos anos. (SILVA, 2020, p. 81). Vale mencionar que jornais de circulação nacional como *GI*⁸⁹, *R7*⁹⁰ e *Estadão*⁹¹ já noticiaram que a MRV é ré em processos movidos pelo Ministério Público do Trabalho em que é acusada de utilizar trabalho em condição análoga à de escravo.

A empresa imobiliária que mais casas construiu no programa [Minha Casa Minha Vida], beneficiando-se dos subsídios públicos, foi acusada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) de “prática de infração da ordem econômica através da supressão maciça, em larga escala, de direitos trabalhistas, com a conseqüente obtenção de expressiva redução do custo do trabalho e, portanto, de vantagem arbitrária sobre a concorrência”. Entre as condutas ilícitas listadas pelo MPT estava a “submissão de trabalhadores a condições degradantes, análogas às de escravo”, por vários anos e em diversos empreendimentos no país. Enquanto isso, a empresa aumentou o lucro líquido em quase 15 vezes, entre 2007 (cerca de R\$ 42,8 milhões) e 2010 (R\$ 634,4 milhões) e seu valor de mercado passou de R\$ 6,7 milhões em setembro de 2007 para quase R\$10 milhões em setembro 2010. (FIX; PAULANI, 2019, p. 651).

Como aponta Marisa Silva (2020, p. 81), o MCMV incentivou as operações de construção de civil sob a justificativa de reduzir o déficit habitacional e injetou crédito no mercado imobiliário. Desse modo, além de ofertar moradia, a economia seria “aquecida” por meio da geração de emprego (trabalhadores atuando como mão de obra nas construções). Na prática, as construtoras (empresas privadas) enriqueceram recebendo subsídios (recursos públicos). Além do excessivo privilégio ao setor privado, outras críticas cabíveis ao MCMV são a localização dos empreendimentos (afastadas dos centros urbanos); a baixa qualidade dos materiais usados nas obras; falta de controle social (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 44).

88

<https://ri.pacaembu.com/a-companhia/historico-e-perfil-corporativo/#:~:text=Fundada%20em%201991%2C%20a%20Pacaembu,em%20munic%C3%ADpios%20do%20interior%20do>

89

<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/08/construtora-mrv-e-condenada-r-4-milhoes-por-trabalho-escravo-em-obra.html>

90

<https://noticias.r7.com/jr-na-tv/videos/dono-da-mrv-liderou-acao-no-stf-para-impedir-divulgacao-de-empresas-que-escravizam-03062022>

91

<https://investidor.estadao.com.br/mercado/mrv-mrve3-encerra-aco-es-trabalho-escravo/>

Agora, aqui no Rio de Janeiro, Minha Casa Minha Vida e o outro, Morar Carioca, que eram juntos, esse analisava e dizia quantas pessoas iam ser removidas e quem construía a casa era o Minha Casa Minha Vida, entendeu? Era através do programa Minha Casa Minha Vida. O programa do município fazia a avaliação de quantas pessoas seriam removidas... Foram inúmeras. Eles criavam números para o Minha Casa Minha Vida construir. Então, o que aconteceu no Rio de Janeiro evidencia muito bem que não foi para beneficiar ninguém, né? (MARIA DE FÁTIMA, entrevista concedida a mim em 23/03/2023).

O Morar Carioca foi o sucessor do Programa Favela Bairro. Anunciado em 2010 pelo prefeito Eduardo Paes como um legado olímpico – mas só convertido em documento oficial em 2012, por meio do Decreto nº 36.388 de 29 de outubro –, o programa teria um orçamento de R\$ 8 bilhões e previa que todas as favelas da cidade seriam urbanizadas⁹² até 2020. Na prática, o Morar Carioca serviu para legitimar intervenções estatais unilaterais e autoritárias em favelas cariocas. E, como relatou a entrevistada, atuou em parceria com o MCMV em prol das empresas privadas de construção civil.

Desde o início, o crédito do MCMV é subsidiado pelo governo com recursos provenientes em sua maior parte do FGTS. Assim, de acordo com Marisa Silva (2020, p. 108), em vários momentos os juros cobrados no financiamento eram menores que a inflação. Assim, a utilização do FGTS em um investimento com baixo retorno pode lesar os trabalhadores. De qualquer forma, esse cenário explica como as construtoras civis conseguiram passar incólumes à crise iniciada em 2008.

Na contramão das expectativas, o setor da construção civil que investia nos imóveis do PMCMV se mantinha a todo vapor e apresentavam investimentos crescentes ano após ano.

Isso é explicado pela oferta de crédito governamental que permitia que o financiamento da casa própria para família de baixa renda estivesse pouco condicionado em sua aprovação à situação econômica do país. Claramente que não se pode desconsiderar a alta do juro como um fator agressor nesse contexto, porém os subsídios traziam o valor para baixo e viabilizam as contratações de toda forma.

Como resultado, o mercado do PMCMV foi o “oxigênio” da construção civil durante os anos de crises e, ao contrário das empresas no ramo de grandes construções como as de obras de arte, obras de infraestrutura e outras que apresentaram retração em suas operações, as empresas da construção residencial voltada para habitações populares se mantiveram estáveis ou até apresentaram crescimento. (SILVA, 2020, p. 82).

Depois dessa apresentação geral do PMCMV, focarei minha exposição na modalidade Entidades, que foi aquela utilizada pela Ocupação Manoel Congo e destoa das demais em suas peculiaridades.

⁹² O que significava obras públicas para melhorar os serviços de água e esgoto, sistemas de drenagem, pavimentação, iluminação pública, oferta de áreas verdes, áreas de lazer, além de regularização fundiária.

2.8. “A gente conseguiu com muita luta aqui uma coisa que a gente chamou de Minha Casa Minha Vida Entidades”⁹³: uma nova modalidade do PMCMV

Os movimentos sociais lutavam (e ainda lutam) por uma gestão democrática da cidade, ou seja, para que a política urbana seja feita de forma horizontal, com a participação da sociedade civil.

Tudo é uma luta. Você organizar ocupação, permanecer e não ser despejado, né, a vida toda, lutar para que a ocupação tenha condições de habitabilidade, lutar para que as pessoas que moram na ocupação tenham condições de permanência... então, é uma luta o tempo todo. E até hoje isso daqui que você tá vendo faz parte da luta da ocupação, que é a luta de permanência. (LURDINHA, entrevista concedida a mim 13/03/2023).

Como resultado dessas reivindicações, o governo federal, por meio da Resolução CCFDS nº 93, de 28 de abril de 2004, criou o Programa Crédito Solidário (PCS). Trata-se de programa em que famílias, com renda mensal bruta de até três salários mínimos, agrupadas em associações, cooperativas ou entidades privadas sem fins lucrativos utilizam recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) para comprar ou reformar uma unidade habitacional. Sobre as formas de atuação permitidas pelo programa, o art. 4º da sua resolução assim dispõe:

As formas de execução das obras serão de livre escolha pelos contratantes e usuários do crédito, sempre supervisionados por assistência técnica, entre as seguintes alternativas:

- a) autoconstrução, pelos próprios contratantes;
- b) sistema de auto-ajuda ou mutirão; e
- c) administração direta, com contratação de profissionais ou empresas para execução de serviços que demandem mais especialização.

O PCS foi celebrado como uma vitória (parcial) pelos movimentos populares, porque apontava para um processo menos vertical de política urbana. Entretanto, em 2008, o programa já foi muito alterado pela Resolução CCFDS nº 121, de 09 de janeiro daquele ano. E em 2009 já foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida, que seria carro-chefe da política nacional de habitação. Nesse cenário, para pelo menos amenizar a situação, os movimentos sociais lutaram para que parte do orçamento do MCMV fosse destinado a projetos de autogestão, nos moldes do que era o PCS. Essa mobilização fez com que o governo criasse a modalidade Entidades.

A gente conseguiu com muita luta aqui uma coisa que a gente chamou de Minha Casa Minha Vida Entidades, que foi uma parte dos recursos do Minha Casa Minha Vida que a gente brigou para que viesse para as demandas previamente organizadas dos movimentos, que é o nosso caso aqui. Então, são a gente constituiu uma entidade jurídica, mesmo sem gostar, e fez um contrato com a Caixa Econômica, assumimos arrumar esse prédio em autogestão, né? Para tentar provar de que existe uma outra forma, um outro jeito de construir

⁹³ Frase dita pela Lurdinha em entrevista concedida a mim em 13/03/2023.

o programa de moradia que não seja o fomento de mercado. (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/23).

Dessa maneira, a modalidade Entidades do MCMV segue o modelo do PCS: uma entidade sem fins lucrativos apresenta seu projeto diretamente à Caixa Econômica Federal e responsabiliza-se por gerir os recursos e produzir as unidades habitacionais.

Com relação ao formato jurídico, o programa se baseou principalmente na conformidade de um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para pleitear o financiamento. Chamado de Entidade Organizadora (EO), ele concentrava a responsabilidade, dentre outras, de organizar os beneficiários (Pessoa Física) do projeto. As formas jurídicas possíveis eram as de associação, entidade privada sem fins lucrativos ou cooperativa habitacional ou mista. (NUNES, 2019, p. 18).

Em termos burocráticos, para ser contemplada por essa modalidade, a Entidade Organizadora também precisava estar previamente habilitada pelo Ministério das Cidades. Este Ministério é o responsável pela aplicação dos recursos do FDS e por selecionar os projetos. A Caixa Econômica Federal fica com o encargo de enquadrar as propostas nos parâmetros estabelecidos pelo Ministério e de liberar os recursos. A Entidade Organizadora organiza as famílias que serão contempladas e escolhem os responsáveis técnicos para executar o projeto. Outro aspecto formal exigido: o terreno em que será realizado as obras deve ter situação fundiária regular ou em processo de regularização. Além disso, deve estar em área urbana⁹⁴ e que contenha infraestrutura básica – que já pode estar pronta ou em vias de ser executada.

Ana Clara Miranda (2019, p. 60) destaca que apesar do MCMV-E ser uma modalidade do MCMV, ambos tem racionalidades distintas. Este último consiste num vínculo direto entre governo federal e construtoras privadas; já a modalidade Entidades, em teoria, dá abertura para participação popular. O MCMV-E possibilita três formas de intervenção: (i) construção em terreno próprio; (ii) aquisição de terreno e construção; e (iii) requalificação de imóvel urbano. No que tange aos regimes de construção possíveis, o MCMV-E possibilita a autogestão e cogestão. A autogestão pode ser (i) autoconstrução, em que cada família constrói sua própria casa; (ii) mutirão, em que todas as famílias constroem todas as casas; e (iii) administração direta, em que a Entidade Organizadora contrata terceiros para realizar as obras. A forma de intervenção adotada pela Ocupação Manoel Congo foi a **requalificação de imóvel urbano** e o regime foi em autogestão, do tipo **mutirão**.

Hoje todo mundo fala, é exitoso, como a minha amiga Jurema sempre lembra, mas nós sabemos o sacrifício e o peso que é desenvolver, implementar e fazer de maneira correta e de forma econômica com a participação de todos em autogestão. Como ela falou, a autogestão é para ser discutida em âmbito

⁹⁴ Quem define se tal área é urbana é o Plano Diretor.

nacional e nós precisamos, cada um dentro da sua diversidade, nos organizarmos, para que de fato esses empreendimentos, seja, nas nossas ocupações ou seja esses implementados pelo poder público, de autogestão, e aquela população que está inserida nos empreendimentos seja respeitada e ouvida, porque, como eu canso de falar, **a população mais pobre de trabalhador está cansada de projeto, que vem de cima para baixo**, e que muitas vezes não interage, não participa e nem sabe o porquê. (ELISETE, 2021, p. 19).

Dentro desse cenário, a Associação de Apoio à Moradia (AAM) e a Cooperativa Liga Urbana, duas entidades jurídicas vinculadas ao movimento, foram peças-chave na realização da obra. A Associação de Apoio à Moradia foi fundada pelo MNLM-RJ em 2008 a fim de captar recursos, gerenciar e executar financiamentos recebidos. Ela tem atuação em nível estadual: na Manoel Congo, ela foi responsável por gerir a requalificação e mediar a liberação de verbas junto à Caixa; mas antes disso, já havia se habilitado, no Ministério das Cidades, para assumir a gestão da requalificação da Ocupação Mariana Crioula.

Já a Cooperativa Liga Urbana, fundada em 26 de outubro de 2012, de acordo com o *blog*⁹⁵ do movimento, “tem como proposta central promover a sustentabilidade de projetos de habitação de interesse social, articulando a luta pela moradia com o trabalho, cultura e lazer”. Ainda segundo o *blog*, a cooperativa busca desenvolver “uma relação de trabalho e produção baseada na solidariedade e na apropriação coletiva da mais-valia”. A ocupação Manoel Congo foi a primeira experiência dessa empreitada, que visa a garantir geração de renda e, conseqüentemente, condições de permanência para os cooperados. No *blog* do MNLM consta o projeto inicial da cooperativa:

No seu andar térreo o projeto prevê a construção do Restaurante e Casa de Samba Mariana Crioula, espaço que irá abrigar as primeiras atividades da nossa cooperativa. A proposta é que o espaço seja durante o dia um restaurante com cardápio de comidas típicas de diversas regiões do Brasil, priorizando os estados do norte e nordeste que representam a origem da maior parte de nós cooperados. Durante a noite o funcionamento será da Casa de Samba, com apresentações culturais variadas, abrindo caminho para expressões populares diversas no centro do Rio de Janeiro, ligando a música e a ambientação do espaço. (MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA POR MORADIA, s/d).

A partir do narrado no primeiro capítulo, é possível notar que as atividades da Casa de Samba ainda estão aquém do que foi previsto inicialmente e faz parte dos planos dos MNLM potencializar o seu uso. Um dos motivos da Casa de Samba ainda não funcionar plenamente é que esse espaço não foi contemplado no orçamento do MCMV- E, porque esse programa prevê

⁹⁵ <http://mnlmrj.blogspot.com/p/cooperativa-liga-urbana.html>

apenas a construção de moradias. Entretanto, a moradia por si só é insuficiente, deve-se garantir as condições materiais para que as pessoas consigam se manter no local. Por isso,

(...) o fato da construção da Casa de Samba não poder ser prevista em um financiamento como o do MCMV-E põe em xeque o entendimento do que seria a demanda em si dos movimentos sociais por habitação, uma vez que a moradia digna só se faz possível quando associada, dentre outras coisas, à possibilidade de geração de trabalho e renda. (NUNES, 2019, p. 31).

Dessa maneira, a modalidade Entidades do MCMV busca “envolver e mobilizar os movimentos urbanos de luta por moradia, ao manter vivas as pautas do movimento da reforma urbana e a autogestão como alternativa” (MIRANDA, 2019, p. 54). Entretanto, a CEF demandou que a AAM contratasse e gerenciasse os serviços necessários para a requalificação do prédio, o que a colocou em posição análoga à de uma construtora privada. Quando a CEF faz o “**paralelo entre a realidade do movimento e de uma empresa**” (NUNES, 2019, p. 58, grifei), ela contraria um dos pressupostos da autogestão, que é o entendimento da moradia como direito, e não como mercadoria.

Este paralelo era sistematicamente reforçado a partir do momento que o programa: (a) cobrava que a Entidade Organizadora contratasse/possuísse uma equipe técnica ou um técnico com acervo técnico aceitável, sem definir o que era suficiente e sem considerar a pequena verba destinada à contratação de assistência técnica; (b) partia do princípio que a EO possuía capital de giro para custear os descompassos entre o planejamento/orçamento e os serviços realizados na obra, fazendo com que as atividades ficassem muito dependentes do cronograma de desembolso da Caixa; (c) jogava para a Entidade toda responsabilidade sobre avaliação técnica e orçamentária do projeto (e do terreno), sem prever estrutura para estes estudos preliminares de viabilidade; e (d) não dispunha de projetos complementares de incentivo à elaboração de técnicas construtivas e gerenciais que dialogassem com a realidade do movimento; deixando como única saída para o movimento o emprego de tecnologias convencionais. (NUNES, 2019, p. 58).

Desse modo, ao mesmo tempo que o MCMV possibilita a participação dos/as futuros/as moradores/as como protagonistas do processo, por meio da autogestão, também burocratiza a prática e cerceia a autonomia das famílias. Essa avaliação também apareceu na fala de uma das mulheres que entrevistei:

Minha Casa Minha Vida Entidades é melhor? É melhor, mas também muda o perfil do que o movimento tem que ter, o movimento tem que provar que tem condição de ter financiamento, né? **Então, ao invés de lutar e ter autonomia para lutar, vai lutar para provar que tem condições de administrar uma grana, né?** Financiamento. É é muito ruim para o movimento, né? Mas é isso, é a realidade, é o que o capital, o mercado permitem. (MARIA DE FÁTIMA, entrevista concedida a mim em 23/03/23, grifei).

O MNLM demonstrou ter essa mesma percepção acerca dessa lógica, porque mesmo com o advento da modalidade Entidades, o movimento preferia fazer a requalificação do prédio

pelo FNHIS, na forma de autogestão. A Ocupação Manoel Congo chegou a ser contemplada por esse fundo (contrato nº 0250.401-21/08), ocasião em que foi estabelecido que o governo federal desembolsaria R\$ 1,6 milhões: R\$ 900 mil para aquisição e R\$ 700 mil⁹⁶ para requalificação do prédio.

Em 2012, a partir da alegação de que os/as moradores/as perderam determinado prazo, o governo cancela o contrato do FNHIS. Inconformado, o MLNM-RJ ocupou a Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB) e, em seguida, o Ministério das Cidades, em Brasília. Desde o começo do impasse, a proposta do governo sempre foi que as obras de requalificação migrassem para o MCMV-Entidades. Os/As moradores/as não queriam de jeito nenhum fazer essa migração.

Depois de um ano de negociações, as partes acordaram que a revitalização continuaria pelo FNHIS, mas passaria a ser feita em cogestão: uma empresa passaria a ser responsável executar a obra, mas ela seria obrigada a contratar os/as próprios/as moradores/as como mão de obra, desde que tivessem aptidão técnica. Um fator preponderante para o MNLM ter cedido um pouco, foi o compromisso do governo federal em aumentar para R\$ 2,3 milhões os recursos destinados ao prédio. A construtora Rivan Engenharia ganhou o processo licitatório e as obras retomaram em dezembro de 2013.

Logo no início de 2014, a obra novamente foi interrompida, dessa vez por um problema licitatório: o edital de licitação foi publicado apenas no Diário Oficial do Estado, não no da União, e havia recursos federais envolvidos. Diante dessa situação, o governo e a Caixa novamente insistiram para que as obras no prédio migrassem para o Minha Casa Minha Vida Entidades. Contrariado, o MNLM-RJ cedeu. Os/As moradores/as possuíam uma necessidade concreta e urgente: melhorar as condições materiais de suas habitações. Depois de quase sete anos no prédio, a avaliação interna era de que não podiam esperar mais pelas reformas. Assim, foi feita a migração para o Minha Casa Minha Vida Entidades. O contrato tinha o prazo de um ano, com possibilidade de prorrogação.

Esse ponto aí é muito crucial, de sair do FHNIS para o Minha Casa Minha Vida.

É. Isso foi uma discussão imensa nossa, porque a gente falava que não ia pagar, não ia pagar e agora tem que pagar. Porque a Caixa... você tem que devolver o dinheiro, é pouco mais tem que devolver. Subsidia, mas tem que devolver uma parte. (ELISETE, entrevista concedida a mim em 02/03/2023).

⁹⁶ Valor considerado baixo. Esse montante não permitia demolir e construir determinadas estruturas, como seria o ideal. Assim, teve-se que os arquitetos precisaram readequar o projeto ao recurso financeiro disponível.

Desse modo, os/as moradores/as retomaram as obras antes mesmo da Caixa pagar a primeira a parcela do contrato, com o intuito de ao mesmo tempo pressionar pela liberação da verba e adiantar o cronograma. Nesse início, foram feitas atividades que não necessitavam de (muito) dinheiro: limpeza do canteiro de obras, movimentação de terra, marcações, pequenas demolições. Um ponto importante: a migração para Minha Casa Minha Vida Entidades só foi aceita com a condição de que as obras seriam feitas em autogestão, porque até esse momento,

(...) o Entidades não contemplava ainda a forma de intervenção requalificação de imóveis. Foi a partir da demanda colocada pela Manoel Congo e pela ocupação na Avenida Ipiranga em São Paulo, pertencente à Frente de Luta pela Moradia (FLM), que as normativas do Entidades foram alteradas (NUNES, 2019, p. 35).

Essa condição, na visão do MNLM, deixaria o processo mais horizontal. Assim, a AAM atuaria como gestora da reforma, enquanto a Cooperativa Liga Urbana ficaria com o encargo de executar as obras. Desse modo, o caso do Ocupação Manoel Congo seria “a **primeira vez** que uma entidade assumiria em regime de autogestão a reforma de um prédio de tal porte” (NUNES, 2019, p. 35). Uma crítica feita ao MCMV recaí no fato do programa, em nenhuma modalidade, contemplar obras que visam a geração de renda, como os projetos que MNLM-RJ sempre teve para a Ocupação Manoel Congo. Assim, há uma concepção estrita de moradia, em que esta é apenas um teto. Vale destacar que o FNHIS, por sua vez, também contempla esse tipo de projeto e o da Ocupação Manoel Congo havia sido aprovado. Entretanto, quando as obras migraram para o MCMV-Entidades, a geração de renda foi retirada do projeto.

Minha Casa Minha Vida Entidade só construiu quarenta e duas unidades residenciais. Aquela área que estava aprovada para ser geração de renda, o projeto, que foi aprovado pela Caixa, tinha esta construção em cima. Ia ser, talvez, salão de beleza, café, eles não sabiam bem... mas tinha lá o uso para eles e tinha uma outra loja embaixo, né? E aquilo ali ficou no osso, no osso, né? Virou lugar para guardar entulho, né? Porque né? Obra em prédio com pessoas morando não é fácil, não. Quarenta e duas famílias não é fácil. Aquilo ali virou um lugar de guardar entulho. Com o tempo eles foram usando... como não tinha dinheiro... não tinha nem como pedir, né? O recurso para construir aquilo não tinha. (MARIA DE FÁTIMA, entrevista concedida a mim em 23/03/23, grifei).

Essa entrevistada relatou-me que as reclamações dos moradores por não terem uma fonte de renda na ocupação eram constantes, porque eles precisavam de um meio para se manterem no centro da cidade.

Lurdinha falava há muito tempo “ah, eu tenho que dar um jeito, a gente tem que aproveitar esse café... a gente tem que fazer, porque não dá, não tem emprego, não tem nada... se a gente tivesse como sobreviver aqui...”. MARIA DE FÁTIMA, entrevista concedida a mim em 23/03/23, grifei).

Além dos desafios inerentes a uma experiência pioneira, outro obstáculo que os/as moradores/as tiveram que superar foi a falta de conhecimento técnico para executar a obra. Apesar do art. 1º, da Lei nº 11.888/2008 assegurar “o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social”, não há, na cidade do Rio de Janeiro, legislações específicas que garantam esse direito na prática.

Nesse cenário, os/as ocupantes tiveram a árdua tarefa de encontrar profissionais para assessorá-los/as tecnicamente. Então, conseguiram contratar dois arquitetos para a empreitada: um responsabilizou-se pela Assinatura de Responsabilidade Técnica (ART) e outra para estar todos os dias no canteiro de obras (NUNES, 2019, p. 35). Assim, todo o corpo técnico dessa grande obra resumia-se a dois profissionais.

O responsável técnico estava presente três vezes por semana, horário restrito devido à baixa remuneração. Já a arquiteta residente cumpria uma carga horária maior, estando na obra todos os dias da semana e fazendo um acompanhamento mais próximo das atividades desempenhadas pelos cooperados. (NUNES, 2019, p. 48).

Amanda Nunes (2019, p. 46) – que à época era graduanda em engenharia civil e, na condição de estagiária, estava na Ocupação Manoel Congo diariamente – relata que a maioria dos engenheiros que elaboraram o projeto de reforma do prédio sequer visitaram o local. Os profissionais que elaboraram o projeto eram distantes entre eles e distantes dos/as moradores/as. Dessa forma, diversas vezes no decorrer da obra, o projeto teve que ser readequado⁹⁷.

Então, os/as moradores/as assumiram coletivamente as decisões técnicas. O processo era horizontal, mas é importante destacar que houve um protagonismo feminino na tomada de decisões gerenciais, administrativas e, conseqüentemente, técnicas – mesmo a mão de obra no canteiro sendo masculina (NUNES, 2019, p. 61). De todo modo, valorizou-se os saberes de todos/as que atuavam no canteiro de obras, independentemente de serem cooperados ou não. Nesse ponto, a Ocupação Manoel Congo mais uma vez mostrou-se um caso inovador⁹⁸.

⁹⁷ O projeto de instalações prediais de esgoto, por exemplo, teve que ser completamente revisado, já que a descida projetada voltada para a Rua Alcindo Guanabara estava inviabilizada devido à existência do restaurante Cazuella no térreo. Além disso, a ocupação deste restaurante se estendia até o prisma central de ventilação do imóvel, que se tornou estratégico para o redirecionamento dos efluentes de esgoto da Alcindo Guanabara para a Rua Evaristo da Veiga. (NUNES, 2019, p. 46).

⁹⁸ “A pressão pela flexibilização das normativas das políticas vigentes também é apontada enquanto estratégia, afim de comportar certas dimensões da realidade da ocupação que não eram contempladas anteriormente, fazendo com que a Manoel Congo tenha sido pioneira em algumas questões. Em primeiro lugar, a regularização do imóvel do INSS, considerado pelo movimento um imóvel em conflito fundiário em área central, que não era prioridade de destinação de recursos por parte do Governo Federal. Por mais que a verba utilizada tenha vindo do PAC-FNHIS, os recursos do Entidades foram complementares à regularização, possibilitando uma ocupação digna do imóvel.” (NUNES, 2019, p. 60).

Conseguiram uma requalificação pelo MCMV em uma área central, supervalorizada; foram pioneiros na autogestão de um prédio de grande porte; e, nas obras, adotaram práticas alternativas de gerenciamento, que priorizava a horizontalidade⁹⁹.

O processo autogestionário, em que as casas são construídas pelos futuros moradores, vai na contramão das técnicas tradicionais¹⁰⁰ de construção, buscando relações horizontais e valorizações de saberes individuais. De acordo com Ana Clara Miranda (2019, p. 60), a autogestão está assentada numa concepção não-mercadológica de moradia, em que a habitação é compreendida como meio de atender necessidades materiais e não como meio de acumular capital. Assim, apesar da modalidade Entidades ser um avanço dentro do MCMV, ela, de certa forma, enfraquece o potencial emancipador dos movimentos sociais, porque os faz operar dentro de uma lógica mercadológica, em que a propriedade privada aparece como única solução possível. Ainda de acordo com a autora, os movimentos sociais tornam-se refêns, na medida em passam a focar sua luta em ter projetos aprovados pelo MCMV; a luta revolucionária anticapitalista perde-se no horizonte. Outra crítica cabível ao Minha Casa Minha Vida Entidades é o fato de ele não contemplar obras para a geração de trabalho e renda. Assim, apresenta ter uma visão limitada de moradia, limitando-a à simples construção de uma casa.

2.9. Rupturas e continuidades: os desdobramentos do MCMV original

Como explicitado no título, neste tópico apresentarei as rupturas e continuidades que o Programa Minha Casa Minha Vida (2009) apresentou ao longo dos anos. Isso implica analisar a segunda versão do programa (2011), o Casa Verde e Amarela (2021) e o novo Minha Casa Minha Vida (2023). Por conta de tempo e espaço, não tenho a intenção de ser exaustivo, meu intuito é fazer uma síntese geral e breve, porque são programas com os quais a Ocupação Manoel Congo precisou lidar. Assim, meu objetivo é averiguar o que significou as diferentes roupagens que o carro chefe da política urbana nacional apresentou, nos últimos quatorze anos, para os movimentos sociais, em especial para o Movimento Nacional de Luta pela Moradia.

⁹⁹ “Salvo as limitações colocadas pelo pequeno horizonte de planejamento e as relações existentes de poder entre os moradores, é possível avaliar a estratégia como uma inovação no que diz respeito às relações de poder normalmente estruturadas no que diz respeito a um planejamento de um canteiro de obras.” (NUNES, 2019, p. 59).

¹⁰⁰ “Muitos cooperados que trabalhavam no canteiro comentavam sobre quanto os trabalhadores da antiga empresa eram explorados em um regime intenso de atividades. Uma das situações que se lembravam era o fato de que a descida de entulho (proveniente da demolição nos dez andares de obra), bem como a subida de insumos (cimento, tijolos, areia e brita), eram feitas nas costas dos peões, já que os elevadores ainda não tinham sido reformados e a empresa não havia providenciado maquinário adequado para transporte vertical.” (NUNES, 2019, p. 38).

2.9.1. Minha Casa Minha Vida 2: o que mudou?

Em 16 de junho de 2011, foi promulgada a Lei nº 12.424 que trouxe mudanças ao Programa Minha Casa Minha Vida. Instituiu-se, assim, o programa que ficou conhecido como MCMV-2. Nesse novo formato, retirou-se o limite de construções de andares, que antes era de cinco. O discurso oficial foi de que, assim, seria possível abrigar mais famílias em um único imóvel. A altura dos prédios passou a ser determinada pela legislação de cada município.

Como resposta às críticas recebidas, outra novidade é a possibilidade de construir um comércio no térreo de cada imóvel. Permitindo-se, então, o uso misto do imóvel (residencial e comercial). Dessa maneira, haveria uma geração de emprego e renda para os/as moradores/as. Essa é uma pauta de destaque do MLNM. A versão do programa também estimula a utilização de soluções energéticas sustentáveis nos empreendimentos, a exemplo da utilização de energia solar.

Outra medida como resposta às críticas é que, em regra, há dispensa de assinatura do cônjuge nos contratos em que a beneficiária final for mulher chefe de família. A exceção é a dos casos em que recebem recursos do FGTS. Entretanto, este é o maior subsidiário do programa. Então, parece que, na prática, a exceção foi a regra.

Previu-se um investimento de R\$ 71,7 bilhões até 2014. Essa quantia inclui o aumento de R\$ 14 bilhões para R\$ 16,5 bilhões dos recursos do FAR destinados ao programa. Todo esse recurso seria responsável pela contratação de 400 mil unidades habitacionais até o fim de 2011 e 2 milhões até 2014, dos quais 60% seriam destinados às famílias da Faixa 1.

Até este momento, o MCMV tinha tido um milhão de contratações, das quais 652 mil já tinham sido finalizadas. Destes, apenas 10% foram destinados às famílias da Faixa 1, que são as mais necessitadas e, conseqüentemente, as que tem direito a um maior subsídio do governo (até 95%).

Em síntese, olhando-se a partir da ótica da classe trabalhadora, o MCMV-2 apresenta alguns avanços em relação à sua primeira versão. Entretanto, sua espinha dorsal, sua lógica continuou a mesma: trata-se de um programa moldado para que empresas privadas lucrem, com o Estado atuando diretamente nesse sentido.

2.9.2. Minha Casa Verde Amarela, a política habitacional do Bolsonaro

Em seu governo, o ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) substituiu o Minha Casa Minha Vida pelo Casa Verde Amarela, por meio da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021. O

nome do programa é um reflexo de uma espécie de patriotismo ufanista sempre exaltado por esse político. Vale destacar que o Bolsonaro extinguiu o Ministério das Cidades, de modo que a política habitacional ficou sob responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Regional.

No discurso, trata-se de um programa para combater o déficit habitacional por meio da promoção do direito à moradia a famílias residentes em áreas urbanas, com renda mensal de até R\$ 7.000,00 e a famílias residentes em áreas rurais, com renda anual de até R\$ 84.000,00, conforme o art. 1º da lei supracitada. Em nota emitida pelo Ministério do Desenvolvimento Regional¹⁰¹, divulgou-se que o objetivo era construir moradias para 1,6 milhões de famílias até 2024, além regularizar 2 milhões de imóveis e promover melhorias em outros 400 mil.

O Casa Verde e Amarela buscou parcerias com os outros entes da federação: Estados e Municípios deveriam garantir contrapartida mínima de 20% do valor das unidades habitacionais, com o intuito de zerar ou reduzir o valor de entrada da casa própria para famílias com menores rendas. Além da construção das casas, o programa inclui melhorias em obras já construídas e regularização fundiária.

Outras novidades trazidas foram o aumento do teto do valor dos imóveis para enquadramento como habitação popular, que varia conforme região e tamanho da população e a ampliação da exigência de Seguros de Danos Estruturais (SDE) para as operações com o FGTS, tal seguro vale por cinco anos e oferece garantias contra vícios decorrentes de defeitos construtivos.

Os beneficiários podem pagar pelo financiamento em até 360 parcelas (trinta anos). O programa tem uma taxa de juros abaixo da utilizada pelo mercado e diferencia-se do MCMV porque possui taxas de juros variadas, conforme a cidade e a renda bruta familiar. O MCMV possuía uma única taxa para todo país, que variava somente em relação às faixas.

Nas fases de elaboração do Casa Verde e Amarela, o governo federal propôs uma PPP que funcionaria da seguinte forma: benefícios públicos – como terra – são incorporados no empreendimento após um período de carência da empresa privada, que, em seguida, pode dispor integralmente do mesmo, inclusive vendendo-os. Na prática, isso implica privatização de terras públicas. Esse modelo de PPP não chegou a ser aprovado (GUERREIRO; ROLNIK, SANTORO, 2023b). Entretanto, pelo fato do governo federal ter feito uma proposta dessas, já é possível notar a lógica mercadológica em que ele operava.

A MRV continuou sendo uma parceira de destaque na política habitacional. Ainda hoje, no *site* da empresa¹⁰², há um *marketing* do programa, em que é possível lermos “A MRV

¹⁰¹ <https://static.poder360.com.br/2020/08/casa-verde-amarela-25ago2020.pdf>

¹⁰² <https://www.mrv.com.br/casaverdeeamarela>

e o programa Casa Verde e Amarela. Vamos juntos abrir portas para você conquistar seu lar”. Nesse *site* também podemos ler que “O programa do governo Casa Verde e Amarela é uma transformação do Minha Casa Minha Vida”.

Esse programa habitacional do governo Bolsonaro somente atendia famílias que conseguissem contratar um financiamento com subsídios do FGTS, isto é, diferente de seu antecessor, o Casa Verde e Amarela não liberou nenhum imóvel com recursos da União. De acordo com o *Relatório de transição (2022)*¹⁰³, houve redução de 90% dos recursos da União destinados para o setor urbano e que o Casa Verde e Amarela zerou as contratações para famílias de baixa renda (antiga Faixa 1). Ainda segundo o relatório, referindo-se ao período 2019-2022:

Na habitação, os reflexos do desmonte são percebidos no aumento em mais de 32 mil pessoas em situação de rua, somente nos últimos dois anos, totalizando mais de 178 mil pessoas; nas mais de 1 milhão de pessoas despejadas ou ameaçadas de despejo, durante a pandemia; no déficit habitacional de 5,9 milhões de domicílios; e nos mais de 5,1 milhões de domicílios em aglomerados subnormais (IBGE 2019). (GABINETE DE TRANSIÇÃO, 2022, p. 22).

Veja-se essa outra citação:

Tanto a ocupação Mariana Crioula, como a Vito Giannotti como a Quilombo da Gamboa já estão há quase 10 anos lutando. **Eram todos empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida que o governo federal acabou, não tem mais esse projeto. Então, os movimentos estão lutando para efetivação e implementação desses projetos praticamente sozinhos, porque não tem uma política de fato de assistência.** Até mesmo para você conseguir um alvará, uma renovação de alvará da obra, é uma burocracia que a gente tem que viver e discutir. Sem falar outras coisas mais. (ELISETE, p. 20, 2021, grifo meu).

Essa é uma fala da Elisete feita em 2021 destacando que, no governo Bolsonaro, com o término do MCMV, os movimentos sociais lutavam “praticamente sozinhos” para reformar os prédios ocupados, porque “não tem uma política de fato de assistência”. Como o *Relatório de transição* destacou, as famílias de baixa renda, que possuem a renda mensal bruta de 0 a 3 salários mínimos, na prática, foram excluídas do Programa Casa Verde e Amarela. Porque a Lei nº 14.118/2012 apenas estipula a renda máxima das famílias contempladas e a taxa de juros para cada faixa de renda. Entretanto, as famílias de baixa renda precisam de **subsídios diretos**. Essa análise aparece em nota oficial¹⁰⁴ do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST):

Essa substituição, contudo, representa um retrocesso e a retomada do tratamento da questão habitacional apenas pelo viés do crédito. O Programa

¹⁰³ Trata-se de documento elaborado por uma equipe montada pelo presidente Lula (2023-2026) para fazer uma diagnóstico da situação do país e do governo anterior (2019-2022). O relatório está disponível para ser acessado em: <https://static.poder360.com.br/2022/12/Relatorio-final-da-transicao-de-Lula.pdf>

¹⁰⁴ Disponível em: <<https://mtst.org/noticias/nota-oficial-sobre-o-programa-casa-verde-e-amarela/>> . Acesso em: 15 abr. 2023.

Casa Verde e Amarela sepulta o que chamamos de “faixa 1”, excluindo as famílias de mais baixa renda. Isso se dá pois no texto da lei apenas fica estipulada a renda máxima das famílias a serem atendidas, e a condição de uma taxa de juros subsidiada específica por faixa de renda, sem garantir atendimento para famílias de menores faixas de renda, para as quais são necessários subsídios diretos para aquisição do imóvel, não apenas uma taxa de juros subsidiada. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2021).

Outro movimento social, o Movimento Luta Popular, fez a mesma avaliação que o MTST e, em nota oficial¹⁰⁵, apontou:

Na época do PT o governo fornecia um subsídio, ou seja, ajudava a família a pagar uma parte do custo das parcelas da casa. Mas mesmo assim, isso não alcançou a grande maioria das pessoas que precisam, e mesmo quem conseguiu, ainda assim muitas vezes não consegue pagar as parcelas (40% dos contratos é de pessoas que estão inadimplentes), e acaba vendendo ou desistindo, e indo caçar algum canto, ocupar algum espaço que a cidade excludente do capitalismo ainda não tomou pra dar pros ricos. Agora, com Bolsonaro, nem subsídio não tem. A pessoa interessada tem que ir no banco e passar por uma avaliação para receber o crédito. Mas quem tá com nome sujo, cheio de dívidas, desempregado, como vai conseguir? É importante saber que essa proposta foi bolada junto com a Febraban (a federação dos bancos), o que significa que é pra garantir os interesses dos banqueiros, e não do povo. Resumindo, o Casa Verde e Amarela é só um programa que tenta facilitar os juros, mas só pra quem já tem dinheiro. (MOVIMENTO LUTAR POPULAR, 2020).

Dessa maneira, é possível concluir que o Programa Casa Verde e Amarela possui pontos de contato com o Programa Minha Casa Minha Vida. Trata-se de um programa de crédito habitacional apresentado como um programa de moradia social. Vale destacar: apesar das convergências, os programas são frutos de duas formas de governo distintas. O MCMV foi realizado por um governo com preocupações sociais, enquanto o Casa Verde Amarela por um governo profascista. Por isso, ele contempla ainda menos as famílias de baixa renda do que o seu antecessor, porque não oferece nenhum subsídio direto e deixam todos/as sujeitos a crédito bancário. Acontece que, na prática, essas famílias estão à margem do sistema de crédito, pois não atendem critérios como capacidade de pagamento.

Além disso, a Lei nº 14.118/2021, em seu art. 7º, § 6º, estabelece que “a União poderá destinar bens imóveis a entes privados, dispensado autorização legislativa específica”. Logo, abriu-se a possibilidade de empresas privadas utilizarem terrenos da União sem que haja qualquer prioridade para as famílias de baixa renda. Diante do exposto, é possível concluir que, assim como o MCMV, o Casa Verde Amarela foi um programa de crédito habitacional e um

¹⁰⁵ Disponível: <<https://www.lutapopular.net/nota-luta-popular-sobre-o-programa->>. Acesso em: 15 abr. 2023.

retrocesso sob a ótica dos movimentos sociais, porque acentuou expulsão das famílias mais pobres das áreas centrais e privilegiou as famílias de maiores rendas no acesso ao programa.

2.9.3. O novo Minha Casa Minha Vida: uma análise inicial

Uma das propostas do novo governo do presidente Lula (2023-2026) é a retomada do Programa Minha Casa Minha Vida. Em matéria publicada pelo Ministério das Cidades no *Gov.br*¹⁰⁶ é possível ler o seguinte:

No início do novo governo Lula, em janeiro de 2023, o cenário encontrado foi de cerca de 186 mil unidades habitacionais não concluídas no Minha Casa, Minha Vida – Faixa 1 (sendo 170 mil nas modalidades: Empresas; Entidades Urbanas; e Entidades Rurais; e outras 16 mil na modalidade Oferta Pública). Desse total, 83 mil são obras paralisadas – em situações diversas, como: ocupadas irregularmente, com pendências de infraestrutura, abandono da construtora, indícios de vícios construtivos, dentre outros. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2023a).

Assim, em 14 de fevereiro de 2023, foi publicada a Medida Provisória nº 1.162, que dispõe sobre a retomada do Programa Minha Casa Minha Vida, com algumas mudanças. Em seu art. 4º, I, a MP põe como diretriz do programa o “atendimento habitacional prioritário às famílias de baixa renda”. Assim, a nova versão do programa aumentou a Faixa 1 para famílias que possuem renda bruta de até R\$ 2.640,00. O intuito é que 50% das famílias atendidas sejam dessa faixa. Outras novidades são a possibilidade de aquisição de moradia urbana usada (art. 3º, II), a ampliação da inclusão da locação social (art. 3º, III) e a inclusão de famílias em situação de rua no programa (art. 8º, VI). Conforme o art. 3º, § 2º, da MP, “as habitações podem ser oferecidas sob forma de cessão, doação, locação, comodato, arrendamento ou venda, mediante financiamento ou não”.

Segundo publicação do Ministério das Cidades (2023a), a previsão é de que em 2023 sejam retomadas as obras paralisadas em 37,5 mil unidades habitacionais, sendo 10,8 mil nos primeiros cem dias de governo e o restante até o fim do ano. Ainda segundo o Ministério, a partir de 2024 está prevista a retomada de mais 32 mil unidades paralisadas, “que apresentam entraves mais complexos, como ocupações/invasões e problemas de infraestrutura”.

Em seu art. 3º, a MP do novo PMCMV prevê cinco linhas de ação, cito: “ I - provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas ou rurais; II - provisão financiada de unidades habitacionais novas ou usadas em áreas urbanas ou rurais; III - locação social de

¹⁰⁶ Disponível em: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/materias/programa-minha-casa-minha-vida?fbclid=IwAR0ripafuc71n8UeoVrCO0j0JFfmN9Od3lsZubw-dF7AIT4BUbcMbwDBTVk>>. Acesso em: 05 abri. 2023.

imóveis em áreas urbanas; IV - provisão de lotes urbanizados; e V - melhoria habitacional em áreas urbanas e rurais”.

O *caput* do art. 5º da MP, dispõe que o novo PMCMV contempla famílias com renda bruta mensal de até R\$ 8.000,00 em áreas urbanas e renda bruta anual de até R\$ 96.000,00 em áreas rurais. Nestes montantes não são considerados benefícios temporários, assistenciais ou previdenciários – como auxílios, seguro-desemprego e Bolsa Família. Os incisos I e II do artigo supracitado apresentam a nova divisão de faixas de renda do seguinte modo:

Famílias residentes em áreas urbanas:

- a) Faixa Urbano 1 - renda bruta familiar mensal até R\$ 2.640;
- b) Faixa Urbano 2 - renda bruta familiar mensal de R\$ 2.640,01 a R\$ 4.400;
- c) Faixa Urbano 3 - renda bruta familiar mensal de R\$ 4.400,01 a R\$ 8.000.

No caso das famílias residentes em áreas rurais:

- a) Faixa Rural 1 - renda bruta familiar anual até R\$ 31.680;
- b) Faixa Rural 2 - renda bruta familiar anual de R\$ 31.680,01 até R\$ 52.800;
- c) Faixa Rural 3 - renda bruta familiar anual de R\$ 52.800,01 até R\$ 96.000

A Portaria Interministerial MCID/MF nº 2, de 1º de março de 2023, assinada pelos Ministérios das Cidades e da Fazenda, fixou como meta do Minha Casa Minha Vida atender 2 milhões de famílias até 31 de dezembro de 2026 (art. 2º). Em seu art. 1º, estabelece os novos limites de subvenção do seguinte modo:

- I- R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) para as linhas de atendimento provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas e locação social de imóveis em áreas urbanas, operadas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial ou do Fundo de Desenvolvimento Social;
- II- R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para a linha de atendimento provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas rurais, operada com recursos da União; e
- III- R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para a linha de atendimento melhoria habitacional em áreas rurais, operada com recursos da União.

Tais limites podem ser aumentados em caso de operações que envolvam a implantação de sistema de energia fotovoltaica e/ou a requalificação de imóveis para fins habitacionais (art. 1º, § 1º). Fica sob a responsabilidade do Ministério das Cidades regulamentar, por meio de atos normativos, (i) valores específicos de subvenção econômica conforme características regionais e populacionais, respeitando o teto estabelecido pela Portaria Interministerial; (ii) os componentes abrangidos pela subvenção (ex: edificações, trabalho social, equipamentos de uso comum) e (iii) a isenção ou participação das famílias beneficiadas (art. 1º, § 4º).

De acordo com o *Relatório de transição*, o MCMV opera numa lógica em que “o recurso público aplicado no setor [de construção civil] contribui para um ciclo virtuoso, que aumenta a arrecadação tributária, gera emprego e renda e movimenta a cadeia da construção civil e outros setores da economia”. (GABINETE DE TRANSIÇÃO, 2022, p. 21-22).

Isadora Guerreiro, Raquel Rolnik e Paula Santoro (2023a) apontam que uma das maiores críticas que a primeira versão do MCMV recebeu foi sobre ele construir enormes conjuntos de casas sem nada ao redor, ou seja, em locais de pouca infraestrutura e em localização que dificulta o gozo efetivo da cidade. A MP do novo MCMV, em seu art. 13º, parece ser uma resposta a essas críticas, uma vez que prevê a inclusão de equipamentos públicos nos conjuntos habitacionais. Como esse novo modelo ainda está em fase inicial, é inviável fazer maiores análises, sobretudo pela falta de dados empíricos sobre uma efetiva implementação. Entretanto, as referidas autoras apontam que a MP trás pontos que já levantam preocupação, como a possibilidade de repasses e financiamentos serem realizados por meio de Parcerias Público-Privadas (PPP), porque:

(...) a MP não deixa claro para qual faixa de renda este modelo está sendo pensado, o que indica a possibilidade de empreendimentos com “mix” de renda – que é o modelo que está sendo efetivado aqui em São Paulo, e que temos acompanhado.

Tal mix, na verdade, tem legitimado uma equação perversa, na qual é realizada cessão de terrenos públicos aos ganhos das concessionárias, que têm garantia de venda com demanda indicada pelo poder público. Embora indicada, seu cadastramento é todo realizado de forma privada pela concessionária, sem controle público, e o que temos visto é que a baixa renda não consegue acessar ou se manter nas PPPs – que acaba, portanto, sendo acessada apenas pela média renda, que consegue pagar pelo alto valor exigido pelo contrato com a concessionária. Não parece razoável que a destinação de terras públicas deva ser direcionada a estas faixas de renda, que têm, em São Paulo, substituído a população local e suas formas de morar populares. (GUERREIRO; ROLNIK, SANTORO, 2023a).

Dessa maneira, “usar o formato de PPP para o MCMV significa, na prática, aumentar a atratividade financeira destes empreendimentos para a iniciativa privada, que tem acenado total falta de interesse em aderir ao Faixa 1” (GUERREIRO; ROLNIK, SANTORO, 2023a). Assim, as autoras preocupam-se se este modelo atenderá, satisfatoriamente, as famílias da Faixa 1 ou se é apenas um meio da iniciativa privada apropriar-se de terra pública, uma vez que o art. 13º, § 3º, da MP dispõe que “a União poderá destinar bens imóveis a entidades privadas sem fins lucrativos para oferta de benefícios habitacionais, dispensada autorização legislativa específica”.

Também vale destacar o seguinte: conforme divulgado na imprensa¹⁰⁷, o presidente Lula não quer usar o termo PAC – ao qual o MCMV estava atrelado – para o plano de investimentos do seu terceiro governo (2023-2026) e pediu para a sua equipe pensar em um novo nome – que até o momento da escrita desta dissertação não foi divulgado. Diante disso, é

¹⁰⁷ Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/economia/lula-plano-investimentos-novo-nome-marca-pac/>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

possível concluir que o presidente acredita que o termo PAC pode prejudicar sua imagem, o que seria um indício de que ele tem consciência da má reputação do programa, sobretudo porque construtoras que atuaram no PAC foram alvos da Operação Lava Jata, tais como Andrade Gutierrez, Artec, UTC Engenharia e Queiroz Galvão.

De qualquer forma, o que interessa ser investigado é como esse plano de investimentos funcionará, independentemente do nome que receberá. Analisando o novo Minha Casa Minha Vida, encontrei indícios de que o governo continua com uma atuação pró mercado, embora dê mais atenção às demandas populares do que o governo anterior. Como o novo mandato presidencial ainda está no começo, há pouco material empírico para maiores análises. Cabe aos pesquisadores e os movimentos sociais acompanharem os desdobramentos futuros.

2.9.4. Um breve balanço geral

Diante do exposto, é possível concluir que os Programas Minha Casa Minha Vida (em suas duas versões antigas e a nova) e o Casa Verde e Amarela estão assentados na mesma lógica. Trata-se de programas concebidos em benefício de grandes construtoras, de propriedade de grandes capitalistas brasileiros. É uma política estatal que beneficia o acúmulo de capital, apesar de os programas serem divulgados como meios de combate ao déficit habitacional.

A habitação resulta de um complexo processo que envolve produção e comercialização. Suas características a diferenciam de outras mercadorias de consumo privado, pois se trata de mercadoria que requer demorado tempo de construção e imobilização de capital e cuja produção vincula-se à disponibilidade de terra, serviços e infraestrutura. Por conseguinte, **a habitação é uma mercadoria que, em geral, exige financiamento prévio para a produção e consumo já que, via de regra, seus consumidores não podem adquiri-la à vista devido a enorme distância entre o seu preço e o valor dos salários.** (SILVA, 2010, p. 147-148 grifei).

Como destaquei no início deste capítulo, o Estado, na prática, não concebe a habitação como um direito social, mas como um problema do indivíduo na condição de consumidor. Assim, compreende o problema habitacional como um problema de crédito. Nessa lógica, a moradia é reduzida a uma mercadoria e o crédito é a principal política pública para o indivíduo comprá-la. Enquanto consumidor, o indivíduo necessita dar garantias reais para conseguir o crédito. As lideranças da Ocupação Manoel Congo com quem tive a oportunidade de conversar sempre pontuaram que a universalização da moradia implica, necessariamente, a sua desmercantilização. Segundo eles/as, enquanto a moradia for reduzida a uma mercadoria, o seu acesso universal não será possível.

Cada programa analisado aqui tem suas especificidades, alguns atendem mais ou menos as demandas populares, mas **todos são programas de crédito habitacional**. Desse modo, as mudanças ao longo dos anos parecem limitar-se a questões terminológicas, por motivos políticos. Todos esses programas, sem exceção, são passíveis de receberem as seguintes críticas: (i) privilégio ao setor privado; (ii) localização das moradias construídas; (iii) qualidade dos materiais utilizados nas obras; (iv) pouco controle social em sua implementação; (v) disparidade na distribuição de recursos entre as faixas de rendas; (vi) desarticulação com a política urbana.

2.10. Conclusões parciais

Diante do exposto neste segundo capítulo, após me debruçar sobre a teoria do valor de Marx para entender o que é o fenômeno da financeirização. Pude constatar como o capital portador de juros e o seu desdobramento em capital fictício propicia a especulação. Compreendi que é a partir dessa lógica que os proprietários de capital, com o auxílio do Estado, atuam no espaço urbano, concebendo-o como um meio de acumular capital.

Nesse cenário, foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida, que, apesar de oficialmente ser apresentado como um programa de moradia social, é, na prática, um programa de crédito habitacional, responsável por alavancar a economia por meio da indústria da construção civil. Trata-se de programa que busca (preponderantemente) a maximização dos lucros de empresas privadas. Como promover habitação não é o fim, mas um meio, do programa, as moradias entregues pelo MCMV, em regra, não são acompanhadas pelo efetivo gozo da cidade, porque em larga medida esses imóveis são construídos às margens urbanas, em áreas desvalorizadas, com pouca ou nenhuma infraestrutura¹⁰⁸.

Nesse cenário, como resultado da luta popular, criou-se a modalidade do programa que, em termos sociais, apresentou algum avanço. Entretanto ele foi pouco implementado. É uma modalidade que recebe menos verbas e o programa, como um todo, historicamente

¹⁰⁸ “A hegemonia do setor privado como agente promotor tem várias consequências sobre as características da oferta. As construtoras, embora sem risco (ou com baixíssimo risco) e sem gastos de “incorporação imobiliária” irão buscar sempre incluir nos seus ganhos não apenas aqueles obtidos na construção como também as margens que puderem ser imputadas sobre o preço original da terra, ou seja, os lucros globais não são apenas aqueles aferidos no processo de produção (lucro da construção), mas também o lucro aferido no processo de mercantilização do empreendimento (lucro imobiliário decorrente da transformação do uso do solo). **Dentro dessa lógica de busca de maximização da valorização do investimento, as construtoras irão buscar os terrenos mais baratos, portanto com maiores problemas de acessibilidade e de infraestrutura**, que permitirão incluir uma margem de lucro, considerados os valores tetos do programa.” (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 54, grifo meu).

privilegia contemplar famílias com renda mensal bruta acima de três salários-mínimos. No caso do Rio de Janeiro, ainda há ausência de programas estaduais ou municipais direcionados a autogestão, o que dificulta o acesso das ocupações a um corpo técnico. Logo, muitas vezes a assessoria técnica fica ao encargo de militantes e de extensionistas das universidades públicas.

Assim, muitas ocupações, como a Mariana Crioula, no bairro da Gamboa/RJ, chegaram a ser formalmente contempladas, mas materialmente não, porque apesar de terem os projetos aprovados há anos, as obras não se iniciaram. Dessa maneira, é singular o caso da Ocupação Manoel Congo, localizada numa região e supervalorizada, contemplada pelo MCMV-E.

As relações sociais na cidade são um exemplo de como, na prática, Estado e empresas privadas atuam conjuntamente. Enquanto o primeiro, com o auxílio do segundo, utiliza a cidade como um meio de apropriar-se de mais-valor, a Ocupação Manoel Congo luta para que todas e todos possam usufruir do valor de uso do espaço urbano. Esses elementos permitem-me explorar uma categoria que permeou toda essa dissertação até aqui, mas que, somente agora, abordarei explicitamente: o direito à cidade.

Esse será o tema do próximo capítulo, em que abordarei como a luta dos/as moradores/as da Ocupação da Manoel Congo não se limita ao direito à moradia; eles/as lutam pelo direito à cidade. A obtenção do primeiro não garante o segundo, de modo que a luta vai muito além de se ter uma casa. Dessa maneira, no terceiro capítulo desta dissertação, abordarei o espaço urbano como um palco do conflito de classes, teorizarei sobre o Estado e o direito e, a partir da minha pesquisa empírica, situarei a Ocupação Manoel Congo nesse contexto.

CAPÍTULO 3. O DIREITO À CIDADE E A LUTA DE CLASSES: “SE NÃO RESTAR MAIS NENHUM ESPAÇO DE LUTA ANTICAPITALISTA, ESSE AQUI AINDA ESTARÁ DE PÉ”¹⁰⁹

“Se a gente não se organiza, não faz a luta coletiva, os serviços urbanos, os serviços públicos, os serviços básicos essenciais para vida, eles não chegam. O que chega é a polícia, o desrespeito à cidadania, isso chega, o resto não chega.”
(Lurdinha, em entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

Raquel Rolnik (2004, p. 8) destaca que a cidade nasce com a sedentarização do ser humano e seu surgimento implicou em uma nova dinâmica do homem com a natureza, tornou-se necessário garantir as **condições de permanência** em determinado território. Não quero, aqui, cometer o equívoco de “tratar do Código de Hamurabi” (OLIVEIRA, 2022) e tentar elaborar como se deu esse desenvolvimento histórico. O intuito é somente destacar como a organização da vida social liga-se diretamente à cidade, de maneira que, devido a sua própria natureza, “indissociável à existência material da cidade está sua existência política” (ROLNIK, 2004, p. 8). Desse modo, “a existência das cidades precede o capitalismo. No entanto, com ele as cidades mudam. E mudam a tal ponto que é impossível pensá-lo sem elas” (MARICATO, 2015, p. 17). Se a urbanização implicou a disseminação e quebra de força dos trabalhadores agrícolas, também implicou na concentração e aumento de força dos trabalhadores urbanos (LEFEBVRE, 1972, p. 136).

A definição do urbano no paradigma da Modernidade está intrínseca ao desenvolvimento social do capitalismo; logo, seus fundamentos são a divisão social do trabalho e a apropriação privada dos meios de produção e bens de consumo, matrizes que redundarão em formas específicas de compreensão e funcionamento do território, consideradas as classes sociais existentes e o conjunto de fenômenos, como a alienação do espaço, que explicam as desigualdades na distribuição do espaço e a segregação social no seu uso, bem como aos serviços públicos. (BELLO, 2013, p. 217).

Raquel Rolnik (2004, p. 12) faz uma analogia da cidade com um ímã: “um campo magnético que atrai, reúne e concentra homens”. O progresso técnico aplicado na agricultura “libertam” a população do campo que vai para os centros urbanos ficar à mercê das necessidades

¹⁰⁹ Frase dita pela Lurdinha na 1º Congresso Municipal MNRJ-RJ, realizado na Ocupação Manoel Congo, em 25/03/2023.

da indústria. O campo detém uma população que está sempre em vias de migrar para o espaço urbano (LEFEBVRE, 1972, p. 134-135). Deste modo,

(...) as cidades passaram a abrigar classes sociais diversas que ocupam espaços distintos e bem delimitados dentro de um mesmo espaço urbano e que nele desenvolvem seus interesses e conflitos, sendo um motor para a ocorrência das transformações sociais, quebra de paradigmas e conquista de direitos. (PIRES, 2019, p. 74).

A cidade, um espaço aglutinador, no capitalismo torna-se um local privilegiado para o acúmulo de capital. De acordo com Ana Beatriz Reis (2013, p. 80), “para assegurar a circulação de capital, tornam-se necessárias infraestruturas sociais e físicas. O espaço urbano passa a ser produzido com o intuito de facilitar a circulação de mercadorias e diminuir os custos de produção de forma a aumentar as possibilidades de lucro”. Além disso, “a cidade é o lugar por excelência da reprodução da força de trabalho” (MARICATO, 2015, p. 22).

Nessa toada, Henri Lefebvre (1972, p. 134-135) destaca que, aglutinando trabalhadores ativos e o exército industrial reserva disponível, a cidade torna-se, além de mercado de mercadorias, mercado de mão-de-obra. E, nas áreas urbanas, está uma parcela dos trabalhadores que são mais explorados, “trata-se dos trabalhadores de construção que estão entre as categorias mais exploradas da classe trabalhadora” (MARICATO, 2015, p. 25). Então, há um conflito entre a classe que quer usufruir do valor de uso da cidade e as classes que querem usá-la para acumulação.

Como destaca Flávio Villaça (2001), são esses conflitos entre classes que produzem o espaço urbano. De modo que áreas bem valorizadas, com infraestrutura adequada convivem com áreas depreciadas, que são atendidas precariamente pelo serviço público. Logo, uma das formas em que a luta de classes se manifesta na cidades é pela disputa das áreas mais bem localizadas. Por isso, “desde a sua origem cidade significa, ao mesmo tempo, uma maneira de organizar o território e uma relação política” (ROLNIK, 2004, p. 21).

Por consequência, a cidade abarca a dupla acepção do termo produzir. Sendo também ela obra, é o lugar onde se produzem obras diversas, incluindo o que dá sentido à produção: necessidades e satisfações. Igualmente constitui o lugar onde se produzem e trocam bens, onde são consumidos. Nela se conjugam realidades, estas modalidades do produzir, umas imediatas, outras mediatas (indiretas). Esta unidade, de que é o suporte social, de que é o sujeito, unidade que era abstrata e intemporal, recebe da cidade concretização e inserção no tempo. (LEFEBVRE, 1972, p. 52).

Dessa maneira, a cidade é um objeto de estudo privilegiado para entendermos a dinâmica da luta de classes na atualidade. Ao mesmo tempo em que ela serve à especulação, como apresentei no capítulo anterior, com os proprietários privados retendo imóveis vazios na

expectativa de valorização futura – o que gera os “vazios urbanos” (ROLNIK, 2004, p. 64) – movimentos populares lutam pela função social da terra. Então, “é possível perceber que a cidade é um campo fértil para o desenvolvimento de meios alternativos para promoção de direitos, pois conjuga os diversos elementos opressores e os oprimidos em um mesmo ambiente” (PIRES, 2019, p. 78). Dentre esses meios alternativos para a promoção de direitos, despontam os movimentos sociais urbanos, como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia.

Em sentido especificamente sociológico, a nomenclatura movimentos sociais assume um significado mais peculiar nas últimas décadas do século XX, para designar a emergência de novos atores político-sociais, representados por um formato de organizações populares diverso dos modelos clássicos dos partidos políticos e sindicatos. Trata-se, em linhas gerais, de movimentos coletivos heterogêneos, constituídos no âmbito da sociedade civil, que reivindicam autonomia e independência perante o Estado, além de formularem demandas sociais diversificadas e amparadas em valores – como pluralismo e diversidade – diferentes daqueles anteriormente propugnados. (BELLO, 2013, p. 232).

Neil Brenner (2018, p. 22) aponta que Marx escreveu sua obra durante as fases iniciais do capitalismo competitivo (meados do séc. XIX) e a Escola de Frankfurt num período fordista-keynesiano (primeira metade do séc. XX). Assim, a questão que se põe é como as condições para uma teoria crítica mudaram na contemporaneidade, a partir da crescente globalização, neoliberalização e financeirização. É nesse sentido que espero contribuir. Ainda segundo o autor:

Na Escola de Frankfurt, teoria crítica é, sem nenhum tipo de constrangimento, abstrata. É caracterizada por reflexões epistemológicas e filosóficas; pelo desenvolvimento de conceitos formais, generalizações sobre tendências históricas; por formas de argumentação dedutivas e indutivas; e diversas formas de análises históricas. (BRENNER, 2018, p. 26).

Assim, como busquei fazer ao longo de toda a dissertação, neste capítulo trarei elementos empíricos, para não ficar na teorização abstrata. Começarei minha exposição a partir da análise de um processo sem o qual não se compreende o capitalismo: as crises. Em seguida, destacarei o papel que o espaço urbano cumpre diante dos ciclos das crises, isso me permitirá apresentar o que é acumulação por espoliação. A partir dessa base, irei expor o que é o direito à cidade. Neste momento, analisarei a disputa pelos centros urbanos e abordarei o projeto *Reviver Centro*, instituído pela prefeitura do Rio de Janeiro. Finalmente, em três tópicos distintos, abordarei três categorias presentes ao longo de toda dissertação, o Estado, o direito e a ideologia. Um último tópico de conclusões parciais, em que faço um balanço geral do exposto, fecha o capítulo.

3.1. Crises: um fenômeno inerente ao capitalismo¹¹⁰

A concepção mais corriqueira relaciona crise com taxas de crescimento negativas. O capítulo 15, do terceiro livro de *O capital* é onde Marx trata mais explicitamente dessa temática. O autor prussiano utiliza o termo “crise” para referir-se a duas coisas distintas, porém relacionadas. São elas: (i) a concepção mais corriqueira de crise como um ponto específico na trajetória do processo de acumulação de capital, trata-se um ponto de ruptura que separa uma fase de crescimento (acumulação de capital) de uma recessão; (ii) crise referindo-se ao movimento/ciclo do capital como um **todo** – e não apenas um ponto específico –, de modo que falar em “crise cíclica” seria uma redundância. É possível observar o uso do termo “crise” nesses dois sentidos na obra marxiana. O segundo sentido é mais recorrente e tem mais importância no texto do autor prussiano. De modo que, para ele, uma **teoria da crise** deve responder a seguinte questão: **por que a acumulação de capital, ao longo do tempo, ocorre necessariamente em ciclos?**

As crises são um fenômeno regular e necessário no capitalismo, o que não significa que sejam um fenômeno mecânico e previsível. Dessa maneira, uma teoria da crise precisa explicar três coisas: (i) os processos cumulativos: o porquê de, durante um período, o capitalismo crescer indeterminadamente e, durante outro período, ele também seguir numa depressão indeterminada; (ii) os processos de ruptura; e (iii) a razão do capitalismo entrar em crise porque cresceu e cresceu porque entrou em crise: crescimento produz crise e crise produz crescimento. Em outros termos: as consequências necessárias do crescimento levam a uma crise e as consequências necessárias de uma recessão levam a uma retomada do crescimento.

No capitalismo, as crises não ocorrem por escassez, mas por excesso. Excesso de capital. A superprodução (ou superacumulação) de capital é sinônimo de crise – não a sua causa. Períodos de crise configuram-se por haver uma superprodução do conteúdo capital que pode estar em qualquer uma das três formas: mercadoria, produtiva ou dinheiro. Sobre isso, Marx (2017b, p. 291, grifei) nos diz que **“uma superprodução absoluta teria lugar tão logo o capital adicional para os fins da produção capitalista fosse = 0”**. Em outros termos, há superprodução quando um capital tenta crescer (valorizar-se) e não consegue, isto é, no

¹¹⁰ A leitura das crises exposta a seguir é fruto da disciplina Economia Política II, que cursei em 2020.2, no Departamento de Economia da UFF, ministrada pelo Prof. Dr. Marcelo Dias Carcanholo. Inúmeras vezes recorri às minhas anotações desta disciplina. Assim, os créditos pelo que exponho aqui são do referido professor. Entretanto, eventuais equívocos são de minha inteira responsabilidade.

movimento **D-M-D'**, o **D'** tem o mesmo valor de **D**. Há a criação de mais-valor, mas por algum motivo ele não se realiza.

Antes de tratar da crise propriamente, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre a lei da queda tendencial da taxa de lucro, porque o capítulo de *O Capital* em que Marx trata das crises está na Seção em que ele trata dessa lei. A **taxa média de lucro** é obtida pela divisão de **m** (mais-valor) por **c** (capital constante) + **v** (capital variável), de modo que temos: **m/c+v**. Assim, se o mais-valor (**m**) não crescer – isto é, ficar constante – haverá um numerador igual ao do período anterior. Entretanto, se o capital tentou crescer isso significa que ele aumentou o denominador (**c+v**), ou seja, significa que ele aumentou o capital constante e/ou o capital variável. Conclusão: se o numerador (**m**) ficar constante e o denominador (**c+v**) aumentar, a taxa média de lucro cai¹¹¹.

O exemplo acima trata da superprodução absoluta, mas também há a superprodução relativa. Esta ocorre quando o mais-valor (**m**) cresce, entretanto cresce proporcionalmente menos do que os capitais constante e variável. Em outras palavras, o numerador cresce proporcionalmente menos do que o denominador.

O que ocorre é que se produzem periodicamente meios de trabalho e meios de subsistência numa quantidade excessiva para ser empregados como meios de exploração dos trabalhadores a uma taxa de lucro determinada. Produzem-se demasiadas mercadorias para realizar o valor e o mais-valor nelas contidos sob as condições de distribuição e consumo dadas pela produção capitalista e reconvertê-los em novo capital, isto é, para efetuar esse processo sem explosões sempre recorrentes. (MARX, 2017b, p. 297).

Em ambos os casos, de superproduções absoluta e relativa, há um excesso de capital em relação àquilo que ele deveria ser para conseguir se realizar, ou seja, um excesso em relação àquilo que ele deveria ser para que a taxa média de lucro continuasse, no mínimo, sendo aquilo que vinha sendo. Se houve acumulação de capital e isso desdobrou-se numa redução da taxa de lucro, é porque houve acumulação em excesso.

Nenhum capitalista emprega voluntariamente um novo método de produção, por mais produtivo que possa ser ou por mais que possa aumentar a taxa de mais-valor, quando esse novo método faz diminuir a taxa de lucro. Mas qualquer um desses novos métodos de produção barateia as mercadorias. Por isso, o capitalista as vende originalmente acima de seu preço de produção e, talvez, acima de seu valor. Ele embolsa a diferença existente entre os custos de produção e o preço de mercado das mercadorias restantes, produzidas com custos mais elevados. Ele pode fazer isso porque a média do tempo de trabalho socialmente necessário requerido para a produção dessas mercadorias é maior que o tempo de trabalho requerido com o novo método de produção. Seu procedimento de produção se encontra acima da média do procedimento social, mas a concorrência o generaliza e o submete à lei geral. Tem-se, então, a queda

¹¹¹ Um exemplo dado por Marx (2017b, p. 291): “Se um capital total de 1.000 produzia um lucro de 100 e, após seu aumento a 1.500, continua a produzir apenas 100, então 1.000 rendem, no segundo caso, somente $66\frac{2}{3}$. A valorização do antigo capital teria diminuído de forma absoluta”.

da taxa de lucro – começando talvez por essa mesma esfera da produção e logo nivelando-se com as outras –, que é, portanto, total e absolutamente independente da vontade do capitalista. (MARX, 2017b, p. 304).

Dessa maneira, a taxa de lucro tende a cair não porque a taxa de mais-valor cai, ao contrário: no capitalismo, a tendência é da taxa de mais-valor crescer. É, justamente, porque a taxa de mais-valor cresce que a taxa de lucro tende a cair. Isso significa que a taxa de lucro tende a cair não porque os trabalhadores passam a ser menos explorados, mas porque eles são explorados cada vez mais. A lei da queda da taxa de lucro não exige que haja redução da massa de lucros, ao contrário: pressupõe que essa massa seja crescente. A questão é que o capital total $(c+v)$ necessário para que essa massa de lucro seja produzida e apropriada é **proporcionalmente** maior do que o crescimento da massa de lucro. O denominador $(c+v)$ tende a crescer mais rápido que o numerador (m) .

Como lei tendencial, a queda da taxa de lucro também possui suas contratendências, ou seja, fatores “puxam” a taxa de lucro para cima. São elas, em rol não exaustivo¹¹²: aumento do grau de exploração do trabalho; compressão do salário abaixo do seu valor; barateamento dos elementos do capital constante; a superpopulação relativa; o comércio exterior; o aumento do capital acionário. O mais importante para esta exposição é o seguinte: **as crises são a principal contratendência da queda da taxa de lucro**, ou seja, as consequências da crise permitem a retomada do acúmulo de capital.

Isto ocorre porque a crise aprofunda a concorrência, o que necessariamente leva a desvalorização do capital. Essa desvalorização ocorre pela queda dos preços e/ou com a estagnação do capital. Tal processo leva ao desaparecimento de capitais individuais que não conseguem se manter¹¹³. Logo, com menos quantidade de capitais individuais, os capitais restantes podem apropriar-se de uma parcela maior do mais-valor e voltarem a acumular. Em outros termos: a lei da queda da taxa de lucro tem como consequência o aumento do mínimo do capital necessário – dado o grau médio de produtividade e intensidade do trabalho – requerido para que capitais continuem operando. Assim, há a tendência de se expulsar capitais que não tenham esse capital necessário mínimo, ou seja, expulsar os capitais menos produtivos – o que implica em uma concentração de capital. Desse modo, a funcionalidade das crises para o capitalismo é a desvalorização do capital superacumulado.

¹¹² Cf. capítulo 14 do terceiro Livro de O Capital.

¹¹³ “Quando já não se trata de dividir o lucro, e sim as perdas, cada um procura reduzir o máximo possível sua participação e transferi-las a outrem. As perdas são inevitáveis para a classe. Mas a parte que cabe a cada indivíduo nessas perdas, a participação de cada um no cômputo geral, torna-se uma questão de poder e astúcia, e aqui a concorrência converte-se numa luta entre irmãos inimigos.” (MARX, 2017b, p. 292).

Já no pós-crise, a concorrência tende a desvalorizar os capitais menos produtivos, a quebrá-los. Assim, a crise reforça a tendência ao aumento da composição orgânica, à concentração e à centralização do capital, o que leva a uma maior queda da taxa de lucro, que, por sua vez, aumenta o mínimo de capital necessário e assim sucessivamente. Dessa forma, é possível ver o caráter cíclico do capitalismo, que alterna-se, sempre, entre crescimento e recessão. Sobre esse caráter cíclico:

A taxa de lucro diminui, pois, à medida que se desenvolve o modo de produção capitalista, enquanto sua massa aumenta na proporção do crescimento da massa do capital empregado. Partindo de uma taxa dada, a massa absoluta em que cresce o capital depende da grandeza atual deste último. Por outro lado, dada essa grandeza, a proporção na qual ele cresce – a taxa de seu crescimento – depende da taxa de lucro. O incremento da força produtiva (que, além disso, como já indicamos, acompanha sempre a desvalorização do capital existente) só pode aumentar diretamente a grandeza de valor do capital se, elevando a taxa de lucro, ele aumenta a parte de valor do produto anual que se reconverte em capital. Quando se considera a força produtiva do trabalho, isso só pode ocorrer (pois essa força produtiva nada tem a ver diretamente com o *valor* do capital existente) na medida em que se eleve o mais-valor relativo ou se reduza o valor do capital constante, isto é, na medida em que as mercadorias que entram na reprodução da força de trabalho ou nos elementos do capital constante baratearem. Ambas as coisas implicam uma desvalorização do capital existente, e ambas correm paralelamente à redução do capital variável em relação ao capital constante. Ambas condicionam a queda da taxa de lucro, e ambas freiam essa queda. Além disso, elevação da taxa de lucro, enquanto provoca elevação na demanda de trabalho, influi sobre o aumento da população trabalhadora e, por conseguinte, do material explorável, que faz com que o capital seja capital. (MARX, 2017b, p. 287-288).

Nessa citação vemos que o barateamento dos meios de produção e o exército industrial de reserva disponível são fatores provocados pela crise, mas que permitem a retomada da acumulação de capital na sequência. Por isso, Marx (2017b, p. 288) nos diz que “as crises são sempre violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado” e “simultaneamente à queda da taxa de lucro cresce a massa dos capitais, e paralelamente a essa queda ocorre uma desvalorização do capital existente, que detém essa queda e imprime um impulso acelerador à acumulação de valor do capital” (MARX, 2017b, p. 288). Logo, a crise é ao mesmo tempo o estouro das contradições e o restabelecimento dessa unidade.

Esse entendimento contraria a interpretação que compreende que a queda da taxa de lucro é a causa da crise. Esta interpretação está equivocada porque mesmo que haja a tendência à queda da taxa de lucro, isso não necessariamente leva a crises, porque as distintas formas de apropriação do mais-valor produzido podem implicar que haja uma redução da taxa média, mas a taxa de lucro de um capital particular pode subir, ou seja, continua-se acumulando. Além disso, a queda da taxa média de lucro não pressupõe que a taxa de mais-valor caia. A taxa de

mais-valor cresce, mas cresce em uma proporção menor do que o capital necessário para produzi-la e apropriá-la.

A lei da queda da taxa de lucro está formulada para a média de lucro, o que significa que ela está no nível de abstração dos preços de produção. Ela está em um nível de abstração que pressupõe que toda massa de valor produzida será apropriada (preços de produção). Todavia, as decisões de como o capital será investido no próximo ciclo produtivo são tomadas em um nível mais concreto: a taxa efetiva de lucro (preços de mercado). A taxa efetiva de lucro somente corresponde à taxa média de lucro se a oferta for igual à demanda. A prática demonstra que o mais provável é que essa correspondência não aconteça. Assim, é com base na taxa efetiva de lucro (nível mais concreto) que os capitalistas tomam suas decisões futuras de acumulação. É nesse nível mais concreto que a causa da crise deve ser explicada, porque, aqui, verifica-se que nem todo valor produzido é realizado: M' não se torna D' . Assim, a questão é compreender o que leva à queda da taxa efetiva de lucro, o que torna necessário analisar o processo de realização e não o da produção.

Há uma segunda interpretação que entende que a causa das crises é o subconsumo. Alguns dos adeptos desta interpretação são Paul Sweezy e Rosa Luxemburgo. O capitalista compra os capitais constante e variável e os relança na circulação acrescidos de um mais-valor. A questão, para os teóricos subconsumistas, é como esse mais-valor se realizará. David Harvey (2014, p. 116) ao comentar esse aspecto da obra de Rosa Luxemburgo diz o seguinte:

O problema, alega ela, é o subconsumo, uma falta geral de suficiente demanda efetiva para absorver o crescimento da produção que o capitalismo produz. Essa dificuldade advém da exploração dos trabalhadores, que, por definição, recebem bem menos valor para gastar do que aquilo que produzem, e os capitalistas são obrigados ao menos em parte a reinvestir em vez de consumir. (HARVEY, 2014, p. 116).

Assim, haveria um excesso de capital que não se realizaria devido a falta de consumidores. O ponto é que o subconsumo não pode ser a causa da crise, porque se a oferta é maior do que a demanda é porque já há uma crise. O equívoco dos subconsumistas é acreditar que o objetivo último da produção capitalista é satisfazer necessidades de consumo. Marx demonstrou que é irrelevante para o capitalismo se a produção se desdobra ou não num maior desfrute de valores de uso, na forma de consumo, seja para capitalistas ou trabalhadores. O que importa é a taxa de valorização, que é o quanto o capital cresceu em relação a si mesmo,

Estando pressupostas a existência dos meios de produção necessários, isto é, de uma acumulação suficiente de capital, a criação de mais-valor pode encontrar apenas dois obstáculos: a população trabalhadora, se está dada a taxa de mais-valor, isto é, o grau de exploração da força de trabalho; e o grau de exploração do trabalho se está dada a população trabalhadora. O processo de produção capitalista consiste essencialmente na produção de mais-valor,

representado pelo mais-produto, ou na alíquota das mercadorias produzidas, na qual o trabalho não-pago está objetivado. **Não se pode jamais esquecer que a produção desse mais-valor** – e a sua reconversão de parte dele em capital (ou seja, acumulação) constitui parcela integrante dessa produção do mais-valor – **é a finalidade direta e objetivo determinante da produção capitalista**. Razão pela qual não se deve apresentá-la pelo que não é, a saber, como uma produção que tem por finalidade direta o desfrute ou a criação de meios de desfrute para o capitalista. Com isso, abstraímos inteiramente de seu caráter específico, que se apresenta em toda sua configuração nuclear interna. (MARX, 2017b, p. 283, grifo meu).

Uma terceira interpretação entende que as causas da crise são as desproporções. Os adeptos dessa concepção criticam a vertente subconsumista com o seguinte argumento: o capital pode substituir o consumo improdutivo (de bens finais) por consumo produtivo, ou seja, produzir meios de produção para produzir mais meios de produção e assim sucessivamente. Dessa forma, a demanda sempre seria suprida.

Então, para essa terceira vertente, a causa das crises somente pode ser a das desproporções. Estas são condições de equilíbrio expostas na Seção III, do Livro II, de *O Capital*. Assim, a quebra de uma dessas condições de equilíbrio causaria as crises. Entretanto, Marx formula as condições de equilíbrio pressupondo que a oferta é igual à demanda, ou seja, ele abstrai de muitos elementos concretos, que somente serão considerados no Livro III. A explicação de que quando oferta e demanda diferenciam-se ocasiona crise é equivocada, porque quando isto ocorre é porque já há uma crise.

Diante de todo exposto, qual é, então, a causa da crise? Compreendo que a crise é resultado do desdobramento das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Ela é o momento de irrupção das contradições e, ao mesmo tempo, de restabelecimento da unidade. A crise é inerente a esse modo de produção porque o capital é uma unidade de contrários: **o caráter social da produção e o caráter privado do processo de apropriação**. O desenvolvimento relativamente autônomo de cada um desses polos contraditórios ocasiona a crise. E a crise restabelece a unidade entre esses dois polos. Há crise porque, no capitalismo, a produção não se torna **imediatamente** apropriação e porque tampouco o resultado da circulação (mercado) não devém imediatamente (ou necessariamente) produção. A relação entre produção e mercado é necessariamente mediada e contraditória. Marx (2017b, p. 288) afirmou: "o conflito entre as forças antagônicas desemboca periodicamente em crises. Estas são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado".

Sobre o seu conteúdo, a crise é (i) uma tendência do capitalismo de produzir ilimitadamente valor; (ii) uma tendência do capitalismo de gerar uma demanda abundante; e

(iii) barreiras para que essa demanda ilimitada realize essa produção de valor ilimitada. A crise consiste nesses três aspectos produzidos pela dinâmica da legalidade do capital. Assim, a causa desse fenômeno está contida na explicação do porquê o capital ser uma unidade de contrários. A contradição constituinte do capitalismo é a contradição do caráter privado do processo de apropriação e o caráter social da produção, ou seja, a produção não é imediatamente apropriação e vice-versa porque a produção é social e a apropriação é privada.

A produção social é o resultado de infinitas decisões privadas, mas a produção social não é um mero somatório dessas decisões privadas. Por isso, dentro da produção há um limite dado pela contradição, que por sua vez é dado pelo desenvolvimento das forças produtivas: cada capital privado aumenta a produtividade, ao aumentar a produtividade frente aos demais se apropriará de mais-valor extra, mas quando isso é generalizado, ocorre o aumento da composição orgânica do capital e a taxa média de lucro cai para todos.

O mesmo vale para a apropriação: os indivíduos decidem privadamente quanto gastar daquilo que auferem, mas essa decisão tem uma composição social: desdobra-se de maneira mediada em uma demanda agregada, em um total de realização, que não é um mero somatório das demandas privadas. Se todo trabalho privado fosse imediatamente social – isto é, se tudo aquilo que o produtor individual faz encontrasse afirmação da necessidade social – não haveria crise.

As condições de exploração direta e as bases de sua realização não são identificas. Elas divergem não só quanto ao tempo e o lugar, mas também conceitualmente. Uma são limitadas pelas forças produtivas da sociedade; outras, pela proporcionalidade entre os diversos ramos da produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Essa capacidade não é determinada pela força absoluta de produção nem pela capacidade absoluta de consumo, mas pela capacidade de consumo sobre a base de relações antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo suscetível de variação dentro de limites mais ou menos estritos. Além disso, ela está limitada pelo impulso de acumulação, de aumento de capital e da produção de mais-valor em escala ampliada. Essa é uma lei da produção capitalista, lei dada pelas constantes desvalorização do capital existente acarretada por essas revoluções, pela luta concorrencial generalizada e a necessidade de melhorar a produção e ampliar sua escala, apenas como meio de autoconservação e sob pena de sucumbir. **Por isso, o mercado precisa ser constantemente expandido, de modo que seus nexos e as condições que os regulam assumam cada vez mais a forma de uma lei natural independente dos produtores, tornam-se cada vez mais incontroláveis.** A contradição interna procura ser compensada pela expansão do campo externo da produção. Quando mais se desenvolve a força produtiva, mas ela entra em conflito com a base estreita sobre a qual repousam as relações de consumo. Sobre essa base plena de contradições não é abstrato uma contradição que o excesso de capital esteja ligado a um excesso crescente de população, pois, **se os fatores combinados fazem aumentar a massa de mais-valor produzido, justamente com isso se acentua a contradição entre as condições nas quais esse mais-valor é produzido e as condições nas quais ele é realizado.** (MARX, 2017b, 284, grifo meu).

Nenhum capital privado tem como saber de antemão o que deveria produzir para que quando entre na circulação, que é o momento que precisa receber validação social, seja exatamente aquilo que a sociedade requer, em qualidade e quantidade, para que não haja problemas de realização. Somente é possível saber disso depois que a decisão já foi tomada. Se durante a produção os capitais pudessem saber qual a necessidade social (demanda) seria possível produzir uma oferta adequada ao que é requerido socialmente.

Assim, há uma tendência de inadequação entre oferta e demanda, porque quem produz só saberá o que, como e a que preço deveria ter produzido depois que já produziu – a partir da observação da taxa efetiva de lucro. Pachukanis (2017, p. 112-113) ao tratar da forma jurídica afirmou que para superar essa forma necessitava-se erradicar a contradição entre os interesses privados e sociais, o mesmo serve para as crises do capital. O processo de valorização do capital e sua negação dialética, que é processo de desvalorização, compõem uma unidade. A dialética valorização-desvalorização é um desdobramento da dialética privado-social. A consequência da crise é a desvalorização de um capital que foi superproduzido. Assim, abre-se a possibilidade para a retomada da acumulação. Para encerrar essa exposição sobre as crises, vale destacar mais uma passagem de *O Capital*:

O limite do modo de produção capitalista se manifesta:

1. No fato de que o desenvolvimento da força produtiva do trabalho gera, com a queda da taxa de lucro, uma lei que, em certo ponto, opõe-se do modo mais hostil ao desenvolvimento dessa força produtiva e que, por isso tem de ser constantemente **superada por meio de crises**.
2. No fato de que é a apropriação de trabalho não pago e a proporção entre este último e o trabalho objetivado em geral – dito em termos capitalistas, **o lucro e sua proporção entre esse lucro e o capital empregado, ou seja, certo nível da taxa de lucro – que decidem se a produção deve ser expandida ou restringida, e não a relação entre a produção e as necessidades sociais**, as necessidades de seres humanos socialmente desenvolvidos. Por isso, a produção, ao atingir determinado grau de expansão, encontra limitações que, sob outros pressupostos, seriam absolutamente insuficientes. Ela fica paralisada não no ponto em que isso se impõe pela satisfação das necessidades, mas naquele em que isso é exigido pela produção e pela realização de lucros. (MARX, 2017b, p. 297-298, grifos meus).

Depois dessa exposição o/a leitor/a pode se perguntar o que isso tem a ver com a temática desta dissertação. As crises relacionam-se com a temática desta pesquisa porque as intervenções urbanas tornaram-se um meio para lidar com elas. Em um cenário de superacumulação de capital, grandes obras são utilizadas para escoar o excedente produzido, porque elas demandam (i) muita matéria prima e (ii) geram muito emprego, porque demandam muita mão de obra – e, conseqüentemente, aumenta o poder de consumo da classe trabalhadora. Assim, de várias formas, o capital consegue aumentar sua circulação. Sobre essa dinâmica, lembro a fala de uma entrevistada no sentido de que a lógica capitalista sobre o espaço urbano

é construir para destruir, ou seja, constrói-se já tendo em vista sua destruição futura e assim, construir-se novamente. E, desse modo, busca-se fazer o capital circular.

Aqui é derruba e constrói, né? É construir e destruir para construir, destruir para construir, né? É só você ver Copacabana... Copacabana fez 100 anos agora, na década 20, em 1920, aquilo era vazio... de casa passou para sobrado, de sobrado passou para três pavimentos, passou para dez pavimentos, para não sei quantos pavimentos, né? E virou aquele paredão, uma área que foi ficando valorizada no mercado, né? Capital imobiliário cresceu muito, ganhou muito ali, né? Então você tem que fazer o quê? Pegar a terra que já está com a infraestrutura, e destruir para poder construir mais unidades, né? E ganhar mais! Então essa é a lógica do capital... E não está se produzindo mercadoria para quem não tem dinheiro para comprar, né? Aí só o Estado que pode fazer, né? (MARIA DE FATIMA, entrevista concedida a mim em 23/03/2023).

Nesse sentido, Renata Mascarello (2016, p. 48) destaca que “as cidades deixaram de ser um espaço de vivência em comunidade e passaram a ser tratadas como um produto inserido em um mercado competitivo e global”. Assim, as cidades crescem para atender a interesses especulativos, não em função da necessidade de acomodar as pessoas no espaço. Como apresentei no segundo capítulo, a política urbana da cidade do Rio de Janeiro caracteriza-se pela remoção forçada da classe trabalhadora de áreas valorizadas – ou com potencial para sê-lo. A reestruturação urbana do município é feita por meio de uma atuação conjunta de Estado e iniciativa privada: “essas parcerias tornaram-se essenciais para as espoliações, esbulhos e usurpações, que reajustam as condições temporal-espaciais necessárias à acumulação do capital financeiro” (GONÇALVES; COSTA, 2020, p. 31).

Julio Cesar Santos (2017, p. 128) aponta que a produção do espaço é um meio para superar a crise de acumulação. Essa dinâmica reforça-se com o advento do neoliberalismo, na década de 1970, com um esforço “para intensificar a comodificação em todos os domínios da vida social; e, frequentemente, mobiliza instrumentos financeiros especulativos para abrir novas arenas para a realização capitalista de lucros” (BRENNER, 2018, p. 164). Assim, o Estado, de forma mais explícita, passa a ter ações “baseadas no mercado, orientadas para o mercado ou disciplinadas pelo mercado para problemas” (BRENNER, 2018, p. 164). É nesse contexto que Carlos Vainer (2002, p. 86) indica que, ao mesmo tempo, a cidade é vendida como uma mercadoria e gerida como uma empresa:

Assim, ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra nesse mercado *a regra e o modelo* do planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas pelo mercado. (VAINER, 2002, p. 86).

Ainda segundo Carlos Vainer (2002, p. 91), “a instauração da cidade-empresa constitui, em tudo e por tudo, uma negação radical da cidade enquanto espaço político”. Conforme a ata, no debate público, realizado em 13 de maio de 2021, sobre a *Moradia Popular no Centro da Cidade do Rio de Janeiro*, o então vereador Reimont (PT) afirmou o seguinte:

Portanto, o Poder Público não pode continuar pensando que a promoção de moradia popular em terrenos vazios, localizados especialmente nas periferias, resolverá o déficit de moradias no Brasil. Tal modelo vem alimentando um déficit de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos difíceis de administrar, além de contribuir com a periferização dos mais pobres. Muitas das regiões centrais das grandes cidades brasileiras têm sido objeto de disputa, com projetos que não dão conta de construção de moradias populares e que, portanto, desta forma, excluem a moradia popular e outros usos sociais desses territórios. Por isso, promover moradia popular em áreas centrais é necessário, não só no combate ao déficit habitacional, mas também na promoção do direito à cidade, melhorando a mobilidade, apoiando a inclusão produtiva dos mais pobres, priorizando como lugar de moradia os espaços onde estão muitas das oportunidades de geração de renda.

Ainda nesse sentido, há quem afirme o seguinte:

Por isso, não podemos dizer que existe uma política pública de moradia no Brasil pois a finalidade principal dessa política não foi atendida, qual seja, efetivar o direito social à moradia. Contrariamente, as políticas públicas de moradia no Brasil de fato não são públicas e utiliza-se do Estado para criar processos de valorização, com o investimento público em infraestrutura, segregação, surgimento de periferias e concessão de facilidades de crédito imobiliário para o setor privado, transformando o direito social à moradia em uma moradia como negócio urbano financeirizado, em favor do capital. (ANDRADE, 2018, p. 123).

Nessa dinâmica de crises, acumulação de capital e cidades, um processo importante é a acumulação por espoliação. O entendimento de tal processo é importante, inclusive, para compreender o imperialismo e, conseqüentemente, o capitalismo contemporâneo. É disso que tratarei no tópico a seguir.

3.2 A acumulação por espoliação (ou sobre como o capitalismo é violento)

Como aponta Guilherme Leite Gonçalves (2019, p. 2867), “a troca de equivalentes não é uma constelação naturalmente dada, mas, ao contrário, deve antes ser criada”. Por isso, Marx, no Livro I de *O Capital*, apresenta o processo histórico da gênese do capitalismo. Segundo o autor, “a acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias” (MARX, 2017a, 785). Em uma primeira análise, esse movimento parece “girar num círculo vicioso”. A economia política

clássica explica a origem desse movimento a partir de uma **acumulação primitiva**, em que “numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais” (MARX, 2017a, p. 785). Desse modo, o seletivo grupo teria conseguido acumular capital devido aos seus méritos e pacificamente.

O autor de *O Capital* demonstra que tal compreensão não passa de uma ficção. Como o capitalismo baseia-se na cisão entre trabalhadores e a propriedade dos meios de produção, o “processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho” (MARX, 2017a, p. 786). Assim, a “**chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção**” (MARX, 2017a, p. 786, grifo meu). Esse processo não se deu de forma pacífica, ele foi um “processo de privatização da terra por meio de **expropriação violenta** dos camponeses e a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada” (HARVEY, 2014, p. 121, grifo meu). Assim, trata-se de processo que tem a finalidade de expandir as relações capitalistas de produção para as sociedades como um todo. Tal processo traz consequências diretas para a cidade:

A transformação da vila medieval em cidade-capital de um Estado moderno vai operar uma reorganização radical na forma de organização das cidades. O primeiro elemento que entra em jogo é a questão da mercantilização do espaço, ou seja, a terra urbana, que era Comunalmente ocupada, passa a ser uma mercadoria – que se compra e vende como um lote de bois, uma sapato, uma carroça ou um punhado de ouro.

Em segundo lugar, a organização da cidade passa a ser marcada pela divisão da sociedade em classes: de um lado os proprietários dos meios de produção, os ricos detentores do dinheiro e bens; de outro, os vendedores de sua força de trabalho, os livres e despossuídos. Entre os dois estão os artesãos independentes, donos de seus próprio negócio, que oscilam entre identificar-se com os demais proprietários ou aliar-se com os que estão com eles, aliados do poder. (ROLNIK, 2004, p. 39).

Este processo histórico de expropriação dos camponeses de sua base fundiária constituiu a gênese do capitalismo. David Harvey (2014) chama de **acumulação por espoliação** a continuidade desse processo que Marx tratou como acumulação primitiva¹¹⁴ de capital¹¹⁵. Assim, ela abrange as práticas de privatização da terra, supressão de direitos,

¹¹⁴ Na verdade, de forma irônica, Marx referiu-se a esse processo como “a assim chamada acumulação primitiva”, porque “acumulação primitiva” era uma expressão utilizada pelos economistas políticos clássicos. Entretanto, de acumulação primitiva não havia nada; trata-se de um processo violento de expropriação.

¹¹⁵ “Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou “original” no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital é por conseguinte muito necessária

processos neocoloniais e o uso do sistema de crédito como meio radical de apropriação privada do excedente econômico. Marx (2017a, p. 701) demonstrou que faz parte da legalidade do capitalismo se reproduzir em escala ampliada, de modo que “cada acumulação se torna meio de uma nova acumulação”. Essa tendência implica uma auto expansão geográfica. Assim, há um impasse sempre que essa expansão depara-se com territórios que não permitem o acúmulo de capital – por não terem relações sociais assentadas na exploração da força de trabalho, por exemplo. Dessa maneira, a espoliação faz-se necessária.

Guilherme Leite Gonçalves (2019, p. 2869, grifo meu) destaca que para “continuar a existir, o capital deve ser sempre valorizado – e como a produção de valor está ligada ao trabalho, isso sempre requer mais trabalho do que o necessário e, em última análise, **leva à produção de mais capital do que o requerido**”. Logo, constitui uma de suas leis tendenciais momentos em que há sobreacumulação, esta ocorre quando há um excedente de capital ocioso. Por isso, “a teoria da sobreacumulação identifica a falta de oportunidades de investimentos lucrativos como o problema fundamental” (HARVEY, 2014, p. 116).

Dessa maneira, faz-se necessário um “fora” não capitalista para receber o excesso de capital. Por isso, conforme Marcela Münch (2017, p. 95), “a expansão capitalista se dá necessariamente na busca de novos territórios que possam escoar o seu constante excedente de produção. As cidades, portanto, têm um papel fundamental para os processos de acumulação de capital”. Portanto, as relações sociais capitalistas demandam que sempre haja um espaço não capitalista para ser apropriado. Nesse cenário, David Harvey (2014, p. 116), comentando a *A acumulação de capital* (1970) de Rosa Luxemburgo, diz que essa autora concluiu que:

(...) o comércio com formações sociais não capitalistas proporciona a única maneira sistemática de estabilizar o sistema. Se essas formações sociais não capitalistas ou territórios relutarem em comerciar, têm de ser compelidos a fazê-lo por meio das armas (como ocorreu no caso das guerras do ópio na China). Esse é para ela o próprio cerne do imperialismo. (HARVEY, 2014, p. 116).

Nesse sentido, Guilherme Leite Gonçalves (2019, p. 2869) destaca que a expropriação capitalista não foi um momento pontual na história. Tampouco esse processo pode ser compreendido como uma dinâmica distinta do capitalismo, faz parte da legalidade desse modo de produção que haja momentos de violência explícita (GONÇALVES; COSTA, 2020, p. 18). David Harvey (2014, p. 124) afirma que a acumulação por espoliação libera “um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital

[...]. Como parece estranho qualificar de ‘primitivo’ ou ‘original’ um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de ‘acumulação por espoliação’.” (HARVEY, 2014, p. 120-121, grifei).

sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo” (HARVEY, 2014, p. 124). Vale explicitar que todo esse processo conta com participação ativa do Estado, como, por exemplo, por meio de privatizações de ativos até então considerados públicos, o que dá a proprietários privados mais um meio para escoar o capital excedente.

Com isso, são construídas as condições para uma nova expropriação capitalista. Isto é, depois que os investimentos públicos – em estradas, aeroportos, oferta de energia, telecomunicações, assistência à saúde, etc. – são amortizados, tornando-se um obstáculo para a valorização do capital, a produção desses bens e serviços vai passando, paulatinamente, às mãos de atores privados do mercado. Desse modo, quando o controle de bens e serviços que antes eram produzidos pelo Estado migram para empresas privadas, abrem-se novos campos para o investimento de capitais excedentes que podem então ser convertidos em meios para produzir valor. Isso só é possível, no entanto, porque as relações de propriedade mudaram e, conseqüentemente, os então produtores de serviços públicos, quais sejam, os atores e agências estatais, foram separados dos meios de produção que passaram, via privatização, às mãos de empresas privadas. (GONÇALVES; COSTA, 2020, p. 17).

O autor de *O Capital* nos explica que uma das tendências do capitalismo é a centralização. Esta ocorre quando capitais já constituídos perdem sua independência individual. Trata-se de expropriação de capitalista por capitalista; muitos capitais menores são convertidos em um capital maior (MARX, 2017a, p. 701-702). O autor prussiano também aponta que a concorrência e o crédito são “as duas alavancas mais poderosas da centralização” (MARX, 2017, p. 702). O maior parceiro intelectual de Engels já indicou, no século XIX, a importância do crédito para centralização de capital. Nesse cenário, David Harvey (2014, p. 122-123) afirma que o crédito tornou-se ainda mais proeminente na contemporaneidade, com papel fundamental para o processo de espoliação:

Alguns dos mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado. O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lenin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financeirização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de manipulações do crédito e das ações – tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo.

Por isso, Guilherme Leite Gonçalves e Sérgio Costa (2020, p. 18, grifo meu) afirmam que “a principal característica desse estágio avançado do capitalismo reside no fato de que a acumulação dá preferência aos imperativos de propriedade, **cada vez mais associados à**

reprodução do capital fictício, em detrimento da valorização direta”. Acontece que, para acumular, é necessário uma base material; é necessário que uma parte do mais produto seja convertida em capital, como Marx já explicou¹¹⁶. Num movimento que se distancia cada vez mais da materialidade, os capitalistas buscam acumular por meio do capital fictício. Esse é um dos exemplos desse modo de produção ser em si contraditório.

Uma das bases principais bases materiais que permitem o acúmulo de capital e circulação de sua forma fictícia é a cidade, esta:

(...) se tornou uma condição planetária generalizada na qual, e através da qual, a acumulação do capital, a regulação da vida política e econômica, a reprodução das relações sociais cotidianas e a contestação das características possíveis do planeta e da humanidade são simultaneamente organizadas e disputadas. (BRENNER, 2018, p. 35).

Nesse sentido, vale destacar que a expansão geográfica do capitalismo está na base do imperialismo (HARVEY, 2014, p. 11). A expansão violenta dessas relações sociais cria demanda por bens, fornecendo mais condições para o capital circular – e se ampliar. Então, ao mesmo tempo em as cidades são utilizadas como meio de acumulação de capital, há movimentos que vão em sentido contrário e reivindicam o valor de uso do espaço urbano. É sobre isso que tratarei a seguir.

3.3. O direito à cidade: “é classe trabalhadora, logo é em nome desse povo, é em nome dessa classe é que a gente luta”¹¹⁷

Dentro desse cenário que privilegia o lucro em detrimento do bem-estar das pessoas, surge o direito à cidade. Apesar da moradia ser um direito fundamental social assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela legislação infraconstitucional, a Fundação João Pinheiro estimou que o déficit habitacional no Brasil, em 2019, é de 5,876 milhões de domicílios - dos quais 5,044 milhões estão na área urbana¹¹⁸.

¹¹⁶ Para acumular, é necessário transformar uma parte do mais-produto em capital. Sem fazer milagres, só podemos transformar em capital aquilo que é utilizável no processo de trabalho, isto é, os meios de produção e, além deles, aquilo como que o trabalhador pode sustentar-se, isto é, os meios de subsistência. Por conseguinte, é preciso empregar uma parte do mais-trabalho anual na fabricação de meios de produção e de subsistência adicionais, numa quantidade acima daquela requerida para a reposição do capital adiantado. Numa palavra: o mais-valor só pode ser convertido em capital porque o mais-produto, do qual ele é o valor, já traz em si os componentes materiais de um novo capital. (MARX, 2017a. p. 656).

¹¹⁷ Trecho da palestra proferida pela Lurdinha no II Seminário de Política e Planejamento, em Curitiba, no ano de 2010.

¹¹⁸ Vale destacar que o último censo realizado pelo IBGE foi realizado em 2010 e que está em curso o atual, em 2022, que está atrasado por conta de boicote orçamentário feito pelo presidente Jair Bolsonaro.

Luciana Royer (2009, p. 152) apresenta as críticas feitas ao conceito de **déficit habitacional**. Segundo a autora, esse conceito reduz o direito à moradia a um número, o que transmite a ideia de que o objeto da política urbana é “um produto de prateleira” como qualquer outro. Por isso, ela defende o uso do termo **necessidades habitacionais**, porque este termo, além da produção de novas moradias, engloba também “a adequação, a melhoria, a qualificação das unidades existentes”. Quando eu perguntei para uma entrevistada se as políticas públicas de habitação atentem as necessidades da Ocupação Manoel Congo ela respondeu:

As políticas públicas ainda estão muito longes da realidade do trabalhador. Não atende. Não atende. Imagine... habitação.... se eles iam atender a gente... No início, o pessoal ria à beça aqui da gente falando: “Ah, esse povo vai sair! Tá vendo aquela preta gorda, elas que são a chefe! A preta gorda e aquela ali!” Era eu e a Lurdinha. “Elas que são a chefe.” E é assim. A gente que tem que se posicionar mesmo. (ELISETE, entrevista concedida a mim em 02/03/2023).

Como abordei nos capítulos anteriores, o Programa Minha Casa Minha Vida não concebe a moradia como um direito social do cidadão, mas como um problema individual de crédito, de renda, do consumidor.

Nesta perspectiva, a afirmação do discurso neoclássico no Brasil expõe sua própria fragilidade metodológica. Ao reduzir a importância da participação ativa do Estado na constituição e manutenção das economias de mercado, o referido discurso limita as análises econômicas à alocação eficiente dos recursos no mercado, cedendo pouco espaço às variáveis históricas e políticas. Consequentemente, o cidadão beneficiário de direitos passa a ser encarado como um consumidor e a questão habitacional, como uma questão individual de quem pode ou não pode tomar crédito, de quem pode ou não oferecer garantia contra os riscos temidos pelos agentes financeiros. O Estado, a quem deveria competir organizar o desenvolvimento social, garantindo o acesso universal à moradia, limita-se a corrigir as decantadas falhas de mercado, sustentando a suposta excelência da racionalidade econômica. (ROYER, 2009, p. 164).

Dentro dessa conjuntura, milhares de famílias adotam meios alternativos para buscar moradia. Entre esses meios, destacam-se as ocupações urbanas, que surgem como “um novo fenômeno que caracteriza a prática da cidadania nas cidades” (BELLO, 2013, p. 22). Nesse sentido:

Não ter casa não significa apenas não poder permanecer fisicamente na cidade, mas não pertencer a seus laços sociais. Conseguir emprego ou usufruir da maioria dos serviços públicos tornam-se tarefas praticamente impossíveis sem endereço fixo, por exemplo. Com a negação do direito à moradia e do acesso à habitação, o pertencimento à cidade também é negado - e essa dimensão não é só individual, na medida em que determina quem pode fazer parte da cidade. (TAVOLARI, 2016).

Nesse sentido, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia – RJ desenvolve estratégias para além do campo da moradia, mas também elabora de projetos de trabalho e

renda, para que os/as ocupantes possam manter-se no local ocupado com dignidade e qualidade de vida. Na Ocupação Manoel Congo essas estratégias ganharam materialidade por meio do Tuia Café Cultural. Organizados na Cooperativa Liga Urbana, os/as moradores/as conseguiram construir sua forma de sustento. Além disso, devido ao caráter de cooperativa, trata-se um trabalho em que não há a relação convencional capitalista entre o patrão e os empregados; trata-se de uma autogestão horizontal, em que todos/as cooperados/as estão possuem igual poder de decisão.

A luta por moradia da Ocupação Manoel Congo nos dá margem para abordar a temática de estudo em que esta pesquisa está inserida: o **direito à cidade**. Essa expressão foi cunhada pelo filósofo e sociólogo marxista Henri Lefebvre, numa obra que recebe o mesmo nome, influenciado pelo movimento político na França em 1968, marcado por greves gerais e ocupações estudantis. O autor francês notou que a cidade tornou-se um centro ampliado e privilegiado de (re)produção do capitalismo, para além do ambiente fabril. E, por isso mesmo, também tornou-se um local privilegiado de resistência. Assim, o direito à cidade já nasce anticapitalista, é a formulação teórica do descontentamento e resistência da população a esse modo de produção.

Enzo Bello (2013, p. 239-240) descreve o direito à cidade como um “direito guarda-chuva”, em que “é possível conjugar, em um só direito, diversos elementos como a função da social da cidade, os direitos de democracia participativa, estabelecendo-se uma correlação com os direitos ambientais”. É possível notar essa notação de “guarda-chuva” na fala de uma das entrevistadas, que afirmou-me: “na cidade, a gente acredita que sem esses elementos você não consegue permanecer. Se você não tiver como **transitar**, se você não tiver **saneamento básico** e se você não tiver **trabalho**, você não consegue se manter” (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023, grifei). Nessa fala ela cita três elementos sem os quais não se consegue usufruir da cidade: (i) condições de transitar; (ii) saneamento básico; e (iii) trabalho. Esses elementos – e outros – compõem o direito à cidade.

Neil Brenner (2018, p. 200) aponta que o direito à cidade de Lefebvre é uma demanda militante em prol da democratização do controle sobre os meios coletivos de controle do espaço urbano. De modo que a cidade deve ser um espaço que, além de poder ser acessado por todos e todas, tenha os meios institucionais para transformar o espaço urbano amplamente democratizada. Nesse sentido, vale destacar que apesar do termo **direito**, ele não tem um significado jurídico, no sentido de ser positivo ou estar dentro da legalidade, normatividade etc. Pelo contrário, ele é subversivo. Portanto, o direito à cidade não deve ser entendido como uma política urbana estatal ou uma legislação específica – mas pode influenciá-las.

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. (MARX, 2011b, p. 25).

Como já apontado por Marx, o ser humano é responsável por fazer a história, mas a faz a partir das condições deixadas pelas gerações anteriores. O ato de fazer história implica em modificar – ou preservar – as condições materiais existentes, ou seja, interferir diretamente nas condições em que se vive. Com a urbanização, as cidades ganham destaque nesse sentido. Afetamos e somos afetados pelo ambiente em que vivemos, assim temos o direito de escolher as condições materiais em que queremos viver, porque definir essas condições é definir a nós mesmos.

Desta forma, a cidade é obra a ser associada mais com a obra de arte, do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. (LEFEBVRE, 2001, p. 52).

Bianca Tavolari (2016) aponta que Lefebvre preocupava-se em não reduzir a cidade a um objeto singular de alguma disciplina específica e, ao mesmo tempo, a não concebê-la como mero pano de fundo de conflitos sociais. O autor francês busca tomar a cidade como totalidade social, teórica e prática. Os trabalhadores, enquanto classe, não encontram possibilidades de manifestar seus desejos no espaço urbano. Seguem a rotina do trajeto casa-trabalho sem poderem desfrutar da cidade.

Nesse cenário, o direito à cidade não é a liberdade individual de acesso aos recursos urbanos, mas o exercício de um poder coletivo que visa a uma transformação radical nas relações sociais na produção e reprodução do espaço. Logo, ele contraria o modelo de gestão empresarial, que redefine o poder local e legitima “a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados”, ou seja, “ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados” (VAINER, 2002, p. 89).

Dessa maneira, o direito à cidade não se resume a uma luta por acesso a melhorias pontuais, como infraestrutura, habitação, transporte público. Estes podem ser alcançados sem uma ruptura com o sistema social do capital. O direito à cidade implica a luta para a superação do capitalismo e, conseqüentemente, da formação socioespacial urbana capitalista.

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança

da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (HARVEY, 2012, p. 74).

A citação de Harvey esclarece que o direito à cidade não é um “direito” estatal, institucionalizado sob a forma de uma lei, mas o poder de participar dos processos de transformações do espaço urbano. Harvey (2012, p. 74) aponta que as cidades emergiram a partir da concentração social e física dos excedentes produzidos¹¹⁹. O capitalismo constitui-se pela produção de excedentes, sob a forma de mais-valor. Em *O Capital*, Marx destacou como a acumulação capitalista implica, necessariamente, piores condições de moradia para os trabalhadores.

Qualquer observador imparcial pode perceber que, quanto mais massiva a concentração dos meios de produção, tanto maior é a conseqüente aglomeração de trabalhadores no mesmo espaço; que, portanto, **quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miseráveis são para os trabalhadores as condições habitacionais**. É evidente que as “melhorias” das cidades, que acompanham o progresso da riqueza e são realizadas mediante a demolição de bairros mal construídos, a construção de palácios para bancos, grandes casas comerciais etc., a ampliação de avenidas para o tráfego comercial e carruagens de luxo, a introdução de linhas de bondes urbanos etc., **expulsam os pobres para refúgios cada vez piores e mais superlotados**. Por outro lado, qualquer um sabe que o alto preço das moradias está na razão inversa de sua qualidade e que as minas da miséria são exploradas por especuladores imobiliários com lucros maiores e custos menores do jamais o foram as de Potosí. (MARX, 2017a, p. 732, grifos meus).

É possível vermos um vínculo entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização, porque o excedente geralmente é investido no próprio espaço urbano, a fim de gerar um mais-valor ainda maior. Assim, desde seu início a urbanização é um fenômeno de classe, porque o excedente é extraído de algum lugar e de alguém. O controle do produto excedente, no capitalismo, fica em poucas mãos. A urbanização é um dos principais – senão o principal – meios onde o excedente é utilizado. Dessa forma, isso significa que o controle da cidade também está nas mãos de poucos¹²⁰. Assim, o direito à cidade implica a democratização

¹¹⁹ “A cidade, enquanto local permanente de moradia e trabalho, se implanta quando a produção gera um excedente, uma quantidade de produtos para além das necessidades de consumo imediato.

O excedente é, ao mesmo tempo, a possibilidade de existência da cidade – na medida em que seus moradores são consumidores e não produtores agrícolas – e seu resultado – na medida em que é a partir da cidade que a produção agrícola é impulsionada. Ali são concebidas e administradas as grandes obras de drenagem e irrigação que incrementam a produtividade da terra; ali se produzem as novas tecnologias do trabalho e da guerra. Enfim, é na cidade, e através da escrita, que se registra a acumulação de riquezas.” (ROLNIK, 2004, p. 15).

¹²⁰ O direito à cidade, como ele está constituído agora, está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto. (HARVEY, 2012, p. 87).

da produção (o que será produzido) e da utilização (onde será investido) do excedente. Essas são questões que devem ser decididas coletivamente e não apenas por uma minoria¹²¹.

De acordo com Lefebvre (2001, p. 87), a lógica capitalista reduz o espaço urbano ao mercado, ou seja, o lugar onde ocorre a troca de equivalentes. Em outras palavras: é apenas o local onde é possível obter mais-valor. Consequentemente, nesse espaço as pessoas são concebidas apenas como trocadores de mercadoria. É a lógica da troca generalizada sem limites. Lefebvre entende que a cidade deve ser o espaço onde as pessoas possam satisfazer suas necessidades e desejos, ou seja, ela deve ser apreendida a partir do seu valor de uso e não como um meio de valorização do capital.

Também vale destacar o seguinte: conforme Bianca Tavolari (2016), a obra de Lefebvre foi pioneira ao conceber que a urbanização não é um resultado da industrialização, porque aquela precedeu esta cronologicamente. Além disso, a urbanização teria se generalizado na modernidade, desatrelando-se da indústria.

Se a industrialização deixa de ser o motor das transformações sociais, tanto a alienação quanto a luta de classes não podem ser compreendidas como exclusivas do domínio da fábrica e da produção, abrindo caminho para pensar a reificação na vida cotidiana da cidade, em uma nova miséria urbana marcada pelos trajetos casa-trabalho, por uma vida programada e sem espontaneidade, em que a intervenção do planejamento urbano amparado pela técnica contribui de maneira decisiva para acirrar as cisões. E a consequência dessa hipótese é nada menos do que ressignificar o que se entendia tanto por dominação quanto por libertação. Não à toa, o horizonte de emancipação é designado pela expressão “direito à cidade”. (TAVOLARI, 2016).

A compreensão de que a experiência histórica da urbanização é anterior à da industrialização é importante para os/as marxistas, porque não deixa cairmos no equívoco de reduzir/limitar a luta de classes ao chão da fábrica. Raquel Rolnik, em sua obra *O que é cidade?* (2004), demonstra que cada formação urbana corresponde ao modo de produção da vida social nos espaços-tempo em questão. No capitalismo, a classe trabalhadora é explorada de diversas formas e a produção de mercadoria, dentro de uma indústria, é apenas uma delas – embora esta seja o pilar deste modo de produção, pois é na produção que o mais-valor é gerado.

Nessa toada, como Neil Brenner (2018, p. 40) aponta, as cidades por serem espaços estratégicos para a acumulação de capital, também são espaços onde as consequências engendradas por essa dinâmica são combatidas, ou seja, onde busca-se criar alternativas à reprodução do próprio capitalismo. Assim, “a existência urbana confunde-se com a existência política” (LEFEBVRE, 1972, p. 50). Essa existência política e essa luta por novas formas de

¹²¹ Como o processo urbano é o principal canal de utilização do excedente, estabelecer uma administração democrática sobre sua organização constitui o direito à cidade. (HARVEY, 2012, p. 86).

sociabilidade compõem o direito à cidade. Conforme uma liderança¹²² do MNLM-RJ e da Ocupação Manoel Congo afirmou em uma palestra:

Qualquer horizonte utópico, qualquer possibilidade de garantia de direito está concentrado nas mãos daqueles, ou nos nossos, ou nas possibilidades de lutas daqueles que tiveram seus direitos negados. Se nós abrimos mão disso não tem mais jeito, só aí não tem jeito e é nesse sentido que a gente ainda acredita nos instrumentos de rua, nas manifestações, nas ocupações dos imóveis vazios, mesmo a gente sofrendo várias retaliações por conta disso, a gente acredita ainda que é ocupando, que é se mobilizando, é organizando, é conseguindo construir com nosso povo condições de sair do patamar de entendimento, de informação que o nosso povo tem, que é negado ao povo a informação, a discussão, a possibilidade de crescimento teórico, de sistematizar sua prática, a cada dia que passa nós somos mais “expropriados” do nosso conhecimento prático e a gente está vendo isso no mundo inteiro. Imagine quem é que vai priorizar a construção e crescimento do nosso povo, da organização do povo, mas quando eu digo “povo” não é abstração, é povo classe trabalhadora, é povo empobrecido. Uns falam que é excluídos, outros falam que é classe trabalhadora, e para mim o camelô é classe trabalhadora, a população em situação de rua é classe trabalhadora, se o mercado excluiu, se o mercado jogou ele fora, não tirou dele a condição de ser da classe trabalhadora, ele é uma parcelada da classe trabalhadora que está sendo excluído do mercado formal, mas ainda é classe trabalhadora, logo é em nome desse povo, é em nome dessa classe é que a gente luta. (LURDINHA, 2010).

Um ponto que merece destaque nessa citação é o sentido amplo de classe trabalhadora adotado por uma líder da Ocupação Manoel Congo, que não está restrito ao empregado que está formalmente em uma relação laboral, mas abrange trabalhadores/as informais e todos/as aqueles/as que, de alguma forma, são explorados pelo modo de produção vigente.

Raquel Rolnik (2004, p. 69) destaca que há parcelas da população, notoriamente componentes das menores faixas de rendas, que exigem que o Estado os reconheça como cidadãos e, portanto, merecedores de infraestrutura, equipamentos públicos e habitação digna. Ainda segundo a autora, desse modo, o Estado é compreendido como fornecedor da mercadoria casa:

Uma consequência grave da recepção hegemônica do pensamento neoclássico é a simplificação do problema habitacional à questão individual, ignorando a perspectiva do conflito e o fato da apropriação do excedente refletir um sistema social estratificado e hierarquizado. As políticas públicas são manejadas por agentes econômicos, que fazem escolhas racionais diante da possibilidade de usos alternativos de bens escassos. Ora, será possível reduzir o problema habitacional a uma relação entre um agente racional e um bem escasso, desconsiderando o conflito como categoria essencial da política? Será possível pensar a habitação no Brasil em um contexto neutro? (ROYER, 2009, p. 164).

¹²² Os integrantes do movimento não utilizam o termo “liderança”, mas sim “coordenadora”. Entretanto, durante minha pesquisa, sobretudo na minha observação não participante, avalei que, na prática, trata-se de um papel de líder.

Esse pensamento relaciona-se com uma concepção passiva de cidadania, em que o cidadão resume-se a um titular de direitos. Sobre essa acepção, Enzo Bello (2013, p. 23) afirma:

(i) a cidadania é transferida do homem político-concreto para a figura abstrata do cidadão projetado nas instituições estatais, e (ii) do âmbito da prática social para o da aplicação judiciária de normas jurídicas. Arrefece-se a participação cidadã ativa dos cidadãos, em detrimento da institucionalidade estatal, caracterizada pela noção de fetichismo constitucional, que denota a reificação jurídica da cidadania e a ilusão que esta se realizaria plenamente ao ser confi(n)ada ao Direito (especialmente a Constituição) e aos atores do Sistema Judiciário. (BELLO, 2013, p. 23).

Entretanto, ainda segundo o autor (BELLO, p. 163), essa vertente passiva de cidadania é limitada em termos de uma democracia **material**, ou seja, a mera previsão normativa de direito não garante sua real efetividade. Desse modo, revigorar a vertente ativa da cidadania, em que o cidadão participa diretamente da política do espaço onde vive. Pelo que já expus até aqui, é possível perceber que o exercício ativo da cidadania coaduna-se com a luta pelo direito à cidade.

Nesse cenário, as ocupação urbanas, como a Manoel Congo, são um exemplo de exercício ativo de cidadania que lutam contra um modelo de urbanização responsável por afastar as camadas populares das áreas mais valorizadas da cidade. Assim, há uma disputa entre a classe trabalhadora e o grande capital pelas áreas mais bem localizadas.

Nesse emaranhado de relações físicas e sociais paradoxais, inclusivas e excludentes, que se estabelecem na e com a cidade, o direito de fazer parte do espaço urbano de fato, de se apropriar da cidade como sujeito ativo que se vê representado, respeitado e abrigado de maneira digna, corresponde ao direito à cidade. (PIRES, 2019, p. 75).

Vale mencionar o apontamento de Julia Caminha (2015, p. 37) de que um movimento social pode ser progressista ou conservador, por isso ela diz que é importante “acrescentar o adjetivo emancipatório quando nos referimos aos movimentos sociais que buscam a diminuição das desigualdades sociais e se opõem a ordem heterônoma vigente”. Nesse sentido, vale mencionar a definição de movimentos sociais dada por Maria da Glória Gohn (2006, p. 251-252):

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. Os movimentos geram uma série de

inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam. (GOHN, 2006, p. 251-252).

Ambos os movimentos sociais, reacionário ou progressista, buscam transformar a sociedade, porém em sentido oposto. O primeiro funda-se em bases “fascistas e/ou fundamentalistas religiosos e pregam transformações no sentido do sectarismo, segregacionismo e autoritarismo” (CAMINHA, 2015, p. 37). Nacionalmente, temos como exemplos desse tipo o *Movimento Avança Brasil*, *Movimento Brasil Conservador*, *Movimento Conservador* (antigo *Direita Brasil*).

O Movimento Nacional de Luta pela Moradia, por sua vez, é um movimento social emancipatório, que – utilizando as expressões marxianas de *A questão judaica* – luta pela emancipação humana, não só pela emancipação política¹²³.

É... assim.. eu não me chamo liderança, mas no final das contas nós temos um grupo que tem a responsabilidade de ter sonhado, espalhado esse sonho de que morar no centro é bom, numa área infra estruturada não só era possível como era um direito, **especialmente para classe trabalhadora que gasta o que tem com mobilidade, passa boa parte do seu tempo, da sua vida pagando caro em transporte horroroso... para transportar do serviço, nos centros urbanos, até uma moradia precária, nas periferias ou na região metropolitana.** Então, essa realidade dura, que é a realidade produzida pelo modo capitalista de construir a cidade, é uma cidade que só pode ser modificada, transformada, se nós – as vítimas dessa cidade, dessa negação de cidade – se organizar para poder exigir a transformação disso. Então quando eu... quando a gente assume isso para nós, nós que temos esse direito negado, quando a gente assume para nós a transformação como tarefa, com missão – **a transformação do mundo não é só a transformação da minha vida** – então

¹²³ “A emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana *dentro* da ordem mundial vigente até aqui.” (MARX, 2010a, p. 41).

“A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a *cidadão*, a pessoa moral.

Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas ‘*forces propres*’ [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força *política*.” (MARX, 2010a, p. 54).

“Apenas com o completo desenvolvimento das relações burguesas o direito adquiriu um caráter abstrato. Todo homem torna-se um homem em geral, todo trabalho torna-se um trabalho social útil em geral, todo indivíduo torna-se um sujeito de direito abstrato.” (PACHUKANIS, 2017, p. 127).

quando a gente assume isso, a sua vida, a sua rotina, o seu cotidiano passa a ser isso, porque a tarefa é dura demais. (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/23).

A dimensão política da cidade não limita-se ao exercício de uma autoridade institucional-administrativa sobre a população. É possível perceber a luta entre interesses diversos pela apropriação do espaço urbano (ROLNIK, 2004, p. 24). As “práticas de apropriação e produção capitalista do espaço conviveram com as práticas da infiltração das camadas populares na forma de ocupações de terras públicas e privadas ou de mercados embebidos em instituições sociais compartilhadas pela população” (RIBEIRO, 2016, p. 138). As ocupações urbanas são um exemplo de luta pelo direito à cidade e exercício ativo da cidadania.

Então, em síntese, podemos dizer que o direito à cidade é “não jurídico” e meta jurídico, ele é um norte que orienta na luta contra o capital¹²⁴. Para tanto, ele preconiza a democratização das decisões de como o espaço que vivemos deve ser. Vale lembrar que a realidade francesa de 1960 que Lefebvre estudou ao cunhar essa expressão distingue-se da brasileira atual. Há condições distintas em cada uma delas, mas, no geral, ambas as urbanizações são regidas pelas mesmas leis econômicas. Cabe a nós marxistas a compreensão dessa totalidade: do que é específico de cada lugar e época e do que é geral.

Apesar do seu caráter não jurídico, é pertinente destacar as normas na legislação brasileira pertinentes ao direito à cidade. A Constituição de 1988 traz o capítulo *Da política urbana*, composta pelos artigos. 182 e 183. Esse capítulo é fruto da luta do Movimento Nacional da Reforma Urbana (MNRU), que, durante o debate constituinte, recolheu 131 mil assinaturas e apresentou a Emenda da Reforma Urbana (Emenda nº 63 de 1987), que resultou no referido capítulo. Assim, a Constituição inovou ao dispor sobre a função social da cidade. O mesmo artigo, dispõe sobre o Plano Diretor, que passa a ser o instrumento básico da política urbana. Treze anos mais tarde, foi promulgado o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamentou as disposições gerais trazidas pela Constituição. Já em 2017, foi promulgada pelo então presidente Michel Temer (PMDB), a Lei nº 13.465, de 11 de julho, que

¹²⁴ “O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que ‘o urbano’, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. Só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização.” (LEFEBVRE, 2001, p. 117-118).

trata da regularização fundiária rural e urbana, considerada um retrocesso pelos movimentos sociais.

No plano internacional, como fruto do Fórum Social das Américas, em Quito (2004), do Fórum Mundial Urbano, em Barcelona (2004) e do V Fórum Mundial, em Porto Alegre (2005), foi publicada a *Carta Mundial do Direito à Cidade* (2006), que em seu art. 2º dispõe:

O Direito a Cidade é definido como o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado. O Direito à Cidade é interdependente a todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, concebidos integralmente, e inclui, portanto, todos os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais que já estão regulamentados nos tratados internacionais de direitos humanos. Este supõe a inclusão do direito ao trabalho em condições equitativas e satisfatórias; de fundar e afiliar-se a sindicatos; de acesso à seguridade social e à saúde pública; de alimentação, vestuário e moradia adequados; de acesso à água potável, à energia elétrica, o transporte e outros serviços sociais; a uma educação pública de qualidade; o direito à cultura e à informação; à participação política e ao acesso à justiça; o reconhecimento do direito de organização, reunião e manifestação; à segurança pública e à convivência pacífica. Inclui também o respeito às minorias e à pluralidade étnica, racial, sexual e cultural, e o respeito aos migrantes.

Dessa forma é possível notar a ampla gama de direitos que o direito à cidade abriga. Diversas organizações internacionais assinaram a Carta. Outros pontos a se destacarem é que o documento, em seu art. 5º, afirma que considera “cidadãos(as) todas as pessoas que habitam de forma permanente ou transitória as cidades” e apresenta duas acepções para o conceito de cidade:

Art. 4º. Nessa carta, o conceito de cidade possui duas acepções. Por seu caráter físico, a cidade é toda metrópole, urbe, vila ou povoado que esteja organizado institucionalmente como unidade local de governo de caráter municipal ou metropolitano, incluindo tanto o espaço urbano como o entorno rural ou semirural que forma parte de seu território. Como espaço político, a cidade é o conjunto de instituições e atores que intervêm na sua gestão, como as autoridades governamentais, legislativas e judiciárias, as instâncias de participação social institucionalizadas, os movimentos e organizações sociais e a comunidade em geral.

Outro documento internacional é a *Nova Agenda Urbana*, fruto da Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), realizada entre 17 e 20 de outubro de 2016, em Quito, Equador. O evento contou com a participação de diversos chefes de Estado e de governo, além de ministros. Em seu art. 13º, o documento afirma que vislumbra cidades que cumpram sua função social, sejam participativas, alcancem

igualdade de gênero, estejam aptas a enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades de um crescimento econômico inclusivo e sustentável, que tenham mobilidade urbana, protejam seus ecossistemas. Uma entrevistada, ao comentar sua atuação no Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor, apontou que o aumento de legislações urbanísticas não se traduziram em mudanças significativas na prática:

O objetivo inicial [do Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor] era acompanhar a regularização, a legislação, para que acontecesse de acordo com o que tá previsto na nossa legislação, né? Todos os instrumentos, né? Era isso, só que aí os problemas foram **aumentando e a legislação não resolve nada, né, precisava de luta, né?** (MARIA DE FATIMA, entrevista concedida a mim em 23/03/2023).

Esta mesma entrevistada também apontou que antes, nos espaços políticos que ocupava, havia muita esperança de que o direito positivo poderia trazer grandes conquistas sociais, sobretudo no movimento da Constituinte de 1988, porém, sua experiência como militante a tornou cética quanto a possibilidades de ter-se transformações sociais por meio do direito.

Mas pensar na cidade, no planejamento... se tem solução, isso aí serve para fazer tese, entendeu? É isso, mas eu acho que é muito importante que se faça, né? Porque, no momento, o que a gente na academia pode fazer? Refletir sobre as contradições e sair do mesmo lugar, né? E entender a partir dali **que esse conjunto de instrumentos que a gente tem, urbanístico, legislativos, né.. que isso não deu conta. Porque antes da Constituição era assim: “não tem legislação”, aí teve legislação, “agora tem legislação, mas não tem governo [de esquerda]”, aí teve governo. Teve vários governos: estadual, municipal e federal e foi horrível, só piorou. Entendeu?** Porque o momento do capital é de destruição, é de ruínas... Os pobres, principalmente, tão segurando os escombros, tão destruindo tudo, né? Isso tudo falando de cidade.. e floresta? E os povos que moram, os indígenas, que moram nas florestas, o que que aconteceu? Belo Monte e aquela outra refinaria lá aconteceram em pleno governo Lula, em pleno governo Dilma, entendeu? (MARIA DE FATIMA, entrevista concedida a mim em 23/05/2023, grifei).

Assim, de um ponto de vista crítico, é preciso cuidado para não reduzir o direito à cidade a uma concepção estritamente jurídica, porque isso implica em uma redução (ou mesmo eliminação) de seu potencial emancipador. Para fins comparativos, faço uma analogia com a legalização da greve, nos termos postos por Bernard Edelman, segundo este autor:

(...) a greve tornou-se um “direito” sob a única condição de submeter-se ao poder jurídico do capital, tanto na “sociedade civil” como no Estado. Tornou-se um direito sob a condição de ser medida pela régua do direito das obrigações (contrato de trabalho) e do direito de propriedade (propriedade dos meios de produção. É a esse preço que ela passa a integrar o “horizonte do direito burguês”. (EDELMAN, 2016, p. 22).

Ainda nesse sentido, Regiane Macedo e Flávio Roberto Batista (2021, p. 90) dizem que “ocorre a contratualização da greve que, reconhecida como direito, ganha os limites da

reprodução do contrato de trabalho. É limitada em sua pauta, em sua forma, em seus sujeitos e titulares, em seu procedimento”. Desse modo, assim como ocorreu com a greve, é necessário cuidado com a legalização do direito à cidade. Apesar do termo “direito” ele independe da institucionalidade. Esse entendimento permite-se fazer algumas considerações sobre como o Estado, por meio da legalidade – e muita burocracia – moldou a luta da Ocupação Manoel Congo.

Um projeto de autogestão depender de financiamento estatal em alguma medida diminui a autonomia do movimento, uma vez que sua atuação, de certa forma, submete-se ao Estado. No caso da Ocupação Manoel Congo, o MNLM-RJ, à época buscando recursos do FNHIS, enfrentou uma série de exigências da Caixa Econômica Federal acerca da viabilidade técnica do projeto. Devia-se apresentar um plano de trabalho que atendesse todas as diretrizes estipuladas pelo governo. Todavia, o movimento não possuía saber técnico das normativas que deviam ser seguidas e suas constantes alterações, tampouco possuía recursos para contratar um terceiro que fizesse tal plano.

Irene Mello (2015, p. 97-98) avalia que as “modificações nas normativas, que não são indicadas pela CEF ao movimento, tendem a parecer que é mais uma forma de dificultar a reforma de uma ocupação na área central, por um movimento social”. Denize Penha (2020, p. 42) compartilha dessa avaliação – de que o Estado tentou dificultar a contemplação da Ocupação Manoel Congo pelo FNHIS. Em sua pesquisa, ela diagnosticou que o poder público sempre relutou em usar o FNHIS para reformar o prédio, por “questões de interesse político, já que o SNHIS representaria uma espécie de ameaça aos setores privados que atuam no ramo imobiliário e da construção civil”.

O advento do Programa Minha Casa Minha Vida reduziu ainda mais o campo de ações dos movimentos sociais, porque, diferente do FNHIS, ele não possuía nenhum mecanismo de controle social, tais como o ConCidades e o Conselho Gestor. Segundo Erminia Maricato (2015, p. 37), com o MCMV “retoma-se a visão empresarial da política habitacional, ou seja, de construção de novas casas, apenas, sem levar em consideração o espaço urbano em seu conjunto e muito menos a cidade já comprometida pela baixa qualidade”, ou seja, o foco do MCMV está na quantidade de moradias e não na qualidade de sua condição urbana.

O programa também não contém uma política fundiária que sirva para controlar a expansão urbana ou lidar com a especulação fundiária. Dessa forma, a localização das habitações construídas pelo programa ficam à mercê das leis do mercado. Essas habitações tampouco levam em consideração as particularidades locais, culturais e sociais de cada família, uma vez que seguem um padrão estabelecido pela Caixa para todo o país. Em síntese, o MCMV

produz massivamente unidades habitacionais padronizadas nas periferias e não oferece qualquer estímulo a ocupação de imóveis vagos sem cumprir sua função social.

Mesmo a modalidade Entidades – criada para atender parcialmente reivindicações populares – de algum modo limitou a luta do MNLM-RJ, que focou-se em atender tramites burocráticos, impostos pelo Estado, para ser contemplado. Nesse sentido, é paradigmática a fala de uma entrevistada em que é possível notar uma crítica ao Estado, ao Programa Minha Casa Minha Vida, à financeirização, mas que mesmo assim o movimento ao qual ela faz parte precisou “jogar as regras do jogo” e utilizar o MCMV:

Quando a gente fala de desmercantilizar, a gente fala de universalizar o acesso. Eu não estou falando nem de doação. Estou falando do Estado assumir a sua obrigação de garantidor desse direito, sabe? Aí, vamos falar de instrumentos de titulação, de concessão de direito real de uso, de sessão de uso, vamos falar de diversos outros títulos que não seja o de compra e venda. O Estado não vai vender pra você, mas ele vai reconhecer o seu direito de ter uma casa, independente de você ter dinheiro pra pagar ou não. Uma casa como direito de uso e não como mercadoria para comprar, para vender, para botar no mercado. Só assim todos e todas vão ter acesso.

Então, dentro desta lógica, o Minha Casa Minha Vida é completamente oposto. Como ele nasceu para fomentar o mercado, ele nasceu para fazer crescer o rosto que acaba com nós. A compra e a venda da casa faz com que a maioria dos pobres morem nas encostas, nas beiras de rio, nas periferias sem infraestrutura, sem ônibus, sem nada, né? A compra e venda faz isso. Quando se fomenta a compra e venda aqui, você fomenta essa máquina, essa máquina de gerar exclusão, né? A sua lógica tinha que ser frear a exclusão. O recurso que foi empregado nos investimentos em programas urbanos dos últimos governos foram recursos que potencializaram o modelo excludente de cidade. **E é uma crítica dura para ser feita por quem se beneficiou do programa Minha Casa Minha Vida.** Porque votou nesses governos todos e ainda vota, como nós aqui, entendeu? Então, é uma crítica dura de se fazer, mas a gente compreende que quando a gente faz essa trajetória que a gente chama de esquerda, quando a gente faz essa trajetória, a gente não faz em benefício próprio e nem pela manutenção de poder. A gente faz pela garantia universal de direito. Então, nesse sentido Minha Casa Minha Vida não é um programa garantidor da universalização do acesso a moradia adequada. Não é. Ele é um programa que faz casas em grande escala e para isso potencializa a mercantilização do solo, a criação de subúrbios e de periferias, inclusive o êxodo, né? Nem o êxodo, não... é empurrar mesmo os pobres do centro para periferia. Foi perverso para nós. (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023, grifei).

Nessa fala, a entrevistada deixou clara sua concepção de que a universalização da moradia pressupõe a sua desmercantilização, mas mesmo assim ela aceitou ser beneficiada pelo MCMV, que opera, justamente, na lógica mercadológica. Julia Caminha (2015, p. 17-18) aponta que muitas vezes as ocupações acabam submetendo-se à lógica mercantil. A autora destaca que, por isso, enquanto um movimento que busca ser emancipatório, com pautas anticapitalistas, a formação política dos ocupantes é basilar. Essa é, justamente, uma estratégia utilizada pelo MNLM-RJ, conforme relatou-me uma entrevistada.

Nós, por exemplo, temos o hábito de nos preparar antes de uma ocupação por, no mínimo, seis meses. Então, assim, se você chegar aqui agora e dizer “Tem um prédio vazio ali pronto para ser ocupado” e tem um monte de gente sem casa passando aí na rua, nós do movimento nacional vamos dizer para você, “não é assim que nós funcionamos”, entendeu? E não é mesmo assim que a gente funciona. A gente se reúne, a gente fica meses se reunindo, discutindo porque a gente tá sem casa, discutindo porque a gente tá junto, discutindo porque a gente precisa acreditar....

Como se fosse uma formação política.

É.

Não só “vamos chegar lá e entrar”.

Não, porque a gente sabe que depois um vai “matar o outro”, não vai ficar, não vai permanecer.

Como se tentasse...

Construir uma comunidade.

A importância coletiva, né. Tipo, para não ser “ocupou o prédio e depois cada um por si”.

Cada um por si, aí não permanece 24h, né? (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

Na mesma entrevista, em momentos diferentes, a entrevistada destacou duas vezes a estratégia do MNLM de se fazer uma formação política preparatória antes de ocupar, o que demonstra que, realmente, essa é uma prática importante para o movimento.

Eram novas pessoas, mas a gente sempre teve reunião de preparação de novas ocupações. A gente tem um grupo, que até com a pandemia dispersou bastante, que a gente chama de João do Rio, Coletivo João do Rio, que é um grupo que a gente junta pessoas que querem lutar por moradia, entendeu? **E que vai fazendo esse trabalho preparatório.** (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023 grifo meu).

Henrique Formazin (2014, p. 55) relata que uma das questões trabalhadas nessas reuniões preparatórias é a legitimidade do termo **ocupação**, que se contrapõe ao termo **invasão**, usado pejorativamente para defender a propriedade privada. Enquanto **ocupar** significa passar a usufruir de algo abandonado, **invadir** é se apropriar de algo que já esteja ocupado.

Mesmo tendo que adequar sua luta pelo direito à cidade às burocracias impostas pelo Estado, a Ocupação Manoel Congo teve expressivas conquistas. Conseguiu o financiamento para a reforma de um imóvel no centro do Rio de Janeiro (área supervalorizada), contrapondo-se ao padrão periférico dos projetos realizados pelo Minha Casa Minha Vida. Marx (2011b, p. 25), em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, já destacava que “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem

as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”.

Dessa maneira, apesar do MNLM-RJ pautar-se numa luta anticapitalista, avalio que o movimento também busca solucionar problemas concretos a partir das possibilidades de ação concretas. No caso, a reforma do prédio por meio do Minha Casa Minha Vida. Mesmo com a consciência de que este é um programa com perfil empresarial, foi a alternativa concreta que o movimento teve para atender as necessidades materiais dos/as moradores/as que demandavam melhores condições de habitação. Nesse sentido, Julia Caminha (2015, p. 17-18) nos diz que:

(...) nenhuma atividade é 100% contestatória, pois também almeja a reprodução da vida, o atendimento de necessidades individuais; mas também não é totalmente mercantil, pois sempre provoca, pelo simples fato de existir, um outro olhar ao redor, uma nova forma de se apropriar do mundo.

As lideranças da Ocupação Manoel têm o hábito de participar de audiências públicas, por isso, em certa medida, têm voz junto ao Estado. A Ocupação Manoel Congo possui um projeto político que visa à superação da propriedade privada e do próprio capitalismo. O movimento pauta-se na gestão coletivizada, estimulando a reciprocidade na relação dos/as moradores/as, como pôde ser visto na obra auto gestionária do prédio. Na época de preparação, os/as militantes do MNLM organizaram grupos familiares para ocupar, por meio de relações interpessoais. Esse é um diferencial na atuação do movimento, que tem por característica acomodar moradores/as de ruas, por exemplo. Na Ocupação Manoel Congo buscou-se, desde o início, prover moradia para famílias.

3.3.1. Direito ao centro: as áreas centrais como foco de luta

Faz-se necessário o entendimento de que o fluxo das famílias de menores rendas à periferia não é um desdobramento inevitável da realidade, mas resultado de um processo histórico de concentração de propriedade. Assim, na luta de classes urbana a disputa pelo centro ganha destaque em razão das inúmeras vantagens que essa localização oferece. As áreas centrais caracterizam-se por oferecerem infraestrutura adequada, de modo que os trabalhadores querem ocupá-las para morar e ter melhores condições de subsistência e os capitalistas as querem para fazer negócios. Logo, o centro é objeto de disputa entre projetos antagônicos. Historicamente, o processo de urbanização capitalista ensejou que a presença de classes sociais com maiores

rendas nas regiões centrais inibissem a presença das outras¹²⁵. Conforme a ata, no debate público, realizado em 13 de maio de 2021, sobre a *Moradia Popular no Centro da Cidade do Rio de Janeiro*, o então vereador Reimont (PT) afirmou o seguinte:

Na concepção de cidade como um bem comum, está a superação da hegemonia dos interesses privados sobre os interesses públicos, da lógica individual sobre a lógica coletiva, de pensar e viver a cidade. Logo, o descumprimento da função social da propriedade, especialmente em áreas centrais de grandes cidades, como a do Rio de Janeiro, representa a negação do direito à cidade, jogando luz nas desigualdades e na ocupação do território, desprezando o investimento público em infraestrutura realizado nessas áreas, além de contribuir com apropriação privada da valorização do solo.

Quando a terra é muito valorizada, ela torna-se inacessível para as famílias de baixa renda. E essa dinâmica não ocorre ao acaso, trata-se de uma política estatal feita de modo intencional para marginalizar determinada parcela da população, “tradicionalmente os projetos de habitação popular do Estado localizam-se em áreas periféricas e/ou sem infraestrutura, prejudicando a reprodução social dos moradores, além da diminuição da sua renda real” (CAMINHA, 2015, p. 106). Nesse contexto, David Harvey cita o exemplo das privatizações de habitações sociais na Inglaterra:

No caso de Thatcher, o grande estoque de habitações sociais foi um dos primeiros ativos privatizados. À primeira vista, isso pareceu uma dádiva para as classes inferiores, que poderiam agora passar de locatárias a proprietárias a um custo relativamente baixo, obtendo o controle de um valioso ativo e aumentando suas posses. Mas, tão logo essa mudança de condição ocorreu, teve início a especulação imobiliária, particularmente nos locais centrais mais valorizados, à qual se seguiram o tráfico de influências, a enganação pura e simples ou a expulsão de populações de baixa renda para as periferias de cidades como Londres, **transformando antigos conjuntos habitacionais destinados à classe trabalhadora em centros de intensa ocupação pelas classes médias.** (HARVEY, 2014, p. 131, grifo meu).

Essa é a mesma lógica que rege o Programa Minha Casa Minha no Brasil, em que o Estado relega às famílias da Faixa 1 as áreas mais longínquas e precarizadas.

Com o aquecimento da economia e o lançamento do MCMV em 2009, observa-se especial aumento do preço do solo. Apesar da criação da modalidade Entidades, **a política de provisão habitacional não se articula com nenhum tipo de política pública que assegure o acesso à terra às famílias que compõe a Faixa 1. Na prática o mercado regula a questão fundiária, ocupando as melhores áreas, restando à habitação de interesse social as localidades não valorizadas, ou as terras com problemas jurídicos e cartoriais.** Como as organizações não tinham recursos prévios para solucionar questões jurídicas, não conseguiam acessar tais terrenos, que mais uma vez eram adquiridos pelas incorporadoras, especialmente para atender às

¹²⁵ O autor de *O capital* exemplifica: “Também a parcela mais bem situada da classe trabalhadora londrina, juntamente com pequenos comerciantes e outros elementos da pequena classe média, cai cada vez mais sob a maldição dessas condições habitacionais indignas, à medida que se realizam ‘melhorias’ e, com eles, a demolição de ruas e casas antigas; à medida que aumentam as fábricas e o afluxo humano para a metrópole e, por fim, à medida que aumentam os aluguéis com a renda fundiária urbana.” (MARX, 2017a, p. 734).

demandas do MCMV Faixa 1. Diante desse quadro, do ponto de vista socioespacial, a exclusão se perpetuava. (MIRANDA, 2019, p. 60, grifei).

Assim, a ocupação de imóveis ociosos nos centros das cidades por movimentos sociais “além de ser uma forma de conquistar uma moradia, também é um ato político de apropriação de um espaço sob o controle das classes dominantes” (MELLO, 2015, p. 13). Quando eu perguntei a uma entrevistada se ela importaria de morar em outro lugar que não fosse o centro, ela respondeu-me o seguinte:

E se a Ocupação Manoel Congo fosse em outro lugar, que não aqui no centro, você iria se incomodar? Seria um problema para senhora?

Ela não foi por acaso aqui. A gente tinha a estratégia e tem a estratégia de ocupar os vazios urbanos, especialmente os públicos e especialmente entificações que estão em áreas de infraestrutura. Então, isso já é uma estratégia. A gente tem a Ocupação Manoel Congo aqui, a gente tem a Ocupação Mariana Crioula lá na Gamboa, a gente tem ocupação em Caxias, tem ocupação em Volta Redonda, todas elas são em áreas infraestruturadas. Então, ela foi é... escolhida. E outros companheiros e companheiras ocuparam rua do Riachuelo, né, a gente sempre tem essa estratégia de ocupar área central. Agora, eu não me incomodaria de morar em casa, mas eu me incomodaria de morar em um lugar onde a minha própria força de trabalho não tem quem compre. E eu não tô falando de revolução, tô falando de capitalismo, né, onde a minha própria força de trabalho lá na periferia não tem quem compre.” (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023, grifo meu).

Nesse sentido, uma outra entrevistada complementa:

E morar em cidade é o que tem, né? Porque é aqui que consegue ganhar um dinheiro, aqui que eu consigo. Melhora a vida das pessoas que moram num lugar que já tem infraestrutura, né? Não tem o gasto com transporte, né? Você já tem acesso a escolas, né? Você tem acesso ao lazer, né? Mora no centro... o pessoal da Manoel Congo muitas vezes chegava, fazia alguma coisa na sua cozinha e ali embaixo e vendia comida na hora do almoço, entendeu? Sem precisar de ter o transporte, tudo isso, né? Então, morar próximo é importantíssimo, né? É importantíssimo.

Mas é caro, é difícil e é por isso que essas ocupações... idealmente, né, é **o que o MNLM deseja... que a regularização fundiária seja através de concessão de uso para fins de moradia, entendeu? E que tenha recursos para eles administrarem.** (MARIA DE FATIMA, entrevista concedida a mim em 23/03/2023, grifei).

Os centros são palcos das principais lutas pela apropriação do espaço urbano. No caso do município do Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil, seu centro é um símbolo da história nacional, de modo que “sendo seu valor simbólico e histórico impossível de ser forjado em outras localidades da cidade” (MELLO, 2015, p. 43). Por mais que ao longo do século XX tenham surgidos novas centralidades, o centro do município carioca ainda é uma área supervalorizada. Nesse cenário, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia contesta “as localizações periféricas e sem infraestrutura normalmente destinadas à habitação de interesse

social” (MIRANDA, 2019, p. 81-82). Desse modo, possui como estratégia de luta pelo direito à cidade a ocupação de prédios em áreas centrais, como é o caso da Ocupação Manoel Congo. Essa estratégia visa expor e denunciar a concentração fundiária. Assim, o movimento social questiona o direito irrestrito da propriedade privada.

Eu sempre pensei que os trabalhadores e as trabalhadoras deveriam morar num lugar infraestruturaado, com todos os serviços garantidos. É...isso foi uma forma.... a ocupação foi uma forma de garantir... e também essa ocupação foi feita como um denúncia do vazio urbano, né? Por que as pessoas têm que morar lá no final do mundo quando tem tantos prédios vazios no centro do Rio? (ELISETE, entrevista concedida a mim em 02/03/2023).

O centro do Rio de Janeiro é uma região voltada para o comércio e serviço. Dessa maneira, os/as moradores/as da Ocupação Manoel Congo possuem em seu entorno escolas, postos de saúde, supermercados, centros de culturais, opções de lazer, unidades de assistência de social. Em termos de acessibilidade, a praça onde está a ocupação, a Cinelândia, possui uma estação de metrô, que liga-se às linhas de trem na Central do Brasil. Além disso, possui ponto de ônibus que dá acesso para todas as regiões da cidade.

A concentração de órgãos públicos no Centro do Rio, conjugado ao direcionamento predominante das reivindicações populares ao Estado, torna essa região uma arena de disputa simbólica de poder para as organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais. Por este motivo, o Centro convive, historicamente, com grandes atos e manifestações políticas, tendo sido palco de alguns dos comícios e passeatas mais importantes da história do Brasil, como a passeata dos 100 mil, a campanha das Diretas Já, os Caras Pintadas e as passeatas da “jornada de junho” de 2013. Em comum, todas as manifestações caminharam em direção à Cinelândia. (MELLO, 2015, p. 63).

Como os centros urbanos, historicamente, são palcos das maiores revoltas populares, é possível que a política de se deslocar a classe trabalhadora para as áreas periféricas também tenha o intuito de preservar a ordem estabelecida, o que seria um mecanismo de controle. Acerca de manifestações populares em áreas centrais, a Ocupação Manoel Congo, em função de sua localização, foi um ponto estratégico nas *Jornadas de junho*, de 2013. Ela abrigou diversos/as manifestantes nos dias dos atos. Por esse motivo, ela foi alvo de ações policiais que reprimiram os atos, inclusive com a utilização de gás lacrimogêneo (MELLO, 2015, p. 63).

A história da Ocupação Manoel Congo esclarece que a cidade não é apenas um lugar para se habitar, mas um local para participar ativamente da vida política. Na luta pelo direito à cidade, enquanto uma luta coletiva, as lideranças da Manoel Congo sempre apoiam outros movimentos e iniciativas:

Entendi, é... e a Manoel Congo, né, você possuem alguma rede de apoio com outras ocupações? De uma ocupação apoiar a outra, auxiliar a outra, algo nesse sentido?

A gente tem um movimento chamado “despejo zero” que todos os movimentos, todas as ocupações se apoiam no sentido de lutarem pela permanência, de lutar contra o despejo. Agora, a questão do cotidiano das ocupações, sempre que uma solicita, a outra apoia, mas não tem essa prática, até porque são movimentos diferentes. Movimentos de moradias tem, no mínimo, quatro no Brasil. O meu é um deles. Então, tem ocupações de outros movimentos, tem metodologias diferentes. Tem práticas diferentes. E, assim, a gente respeita. **Tá junto quando é chamado, presta solidariedade quanto é solicitado, mas respeita a dinâmicas deles. Nosso movimento tem outras ocupações. Dessas, nós não somos só solidários, nós somos também responsáveis, né.** (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023, grifei).

A entrevistada destacou que, apesar de apoiar às mais diversas frentes, sua prioridade são as outras ocupações do Movimento Nacional de Luta pela Moradia.

A senhora se considera responsável pela Mariana Crioulo, por exemplo?

Sim, Mariana Crioulo. Da Solano, da 9 de novembro... a gente se considera responsável, porque somos do mesmo movimento: o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, tem uma ética parecida, mas com algumas diferenças, né, porque construída por nós. (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

Como o meu objeto de pesquisa é a Ocupação Manoel Congo, não posso encerrar essa dissertação sem apresentar e analisar o *Reviver Centro*, projeto municipal recente voltado, precisamente, para a área onde a ocupação está localizada.

3.3.2. Reviver Centro: o “novo” projeto para o Rio de Janeiro

O projeto *Reviver Centro*, instituído pela Lei Complementar nº 229, de 14 de julho de 2021, foi concebido pela Prefeitura do Rio de Janeiro (terceiro mandato de Eduardo Paes – PDS) para incentivar o uso habitacional do centro da cidade, por meio de incentivos para empresas imobiliárias invistam na região. Washington Menezes Fajardo, secretário Municipal de Planejamento Urbano, em audiência pública sobre a questão, defendeu a implementação do projeto da seguinte forma:

Vereador, eu, em outro debate público, em outra audiência pública, explicitiei bem os pontos que pretendemos no Reviver Centro. Ele tem por objetivo aumentar a proporção do uso residencial na Área Central, com faixa de renda diversa. Isso significa fomentar habitação para estratos médios, mas também trazer inovações, como locação social. Dentro do Reviver Centro, há uma previsão de uma operação interligada que visa vincular essa área, que tem baixa atratividade para a produção residencial. Existe um estoque de moradia na área, obviamente. Esse estoque é fragilizado. É necessário que esse estoque possa, primeiro, ser preservado; segundo, que possa ser acrescido de novas unidades habitacionais.” (FARJADO, 2021, p. 3).

Nessa mesma audiência pública, Orlando Alves dos Santos, professor e pesquisador do IPPUR/UFRJ, fez críticas ao projeto:

Primeiro, a sua desarticulação – eu já tinha falado isso anteriormente, na semana passada, na Audiência que teve na Câmara – com o Projeto Porto Maravilha. A área de abrangência do Projeto não incorpora os bairros que estão na área portuária: Caju, Santo Cristo, Saúde, Gamboa, que fazem parte da primeira Região Administrativa – I R.A.; e foca na segunda Região Administrativa – II R.A. Esse recorte não apenas restringe muito a capacidade de promoção do uso habitacional da Região Central da Cidade, como torna a intervenção na Região Central totalmente desarticulada do Projeto Porto Maravilha, que compreende uma operação urbana de grande impacto sobre a região. Portanto, uma primeira indicação seria ampliar, evidentemente, a área de incidência do programa. O segundo aspecto, que eu considero importante, é a ausência de ações e propostas relacionadas à produção de habitação social, e a sua desarticulação do programa Reviver Centro com o Plano de Habitação de Interesse Social da Região Portuária. O Plano de Habitação de Interesse Social da Região Portuária já previa investimento na produção de habitação fora da Região Portuária exatamente na II RA. Então, me parece que aqui também são necessários um diálogo e uma conexão com Plano de Habitação de Interesse Social da Área Portuária aprovado pela Prefeitura em 2015, durante o segundo mandato do Prefeito Eduardo Paes. O terceiro problema que eu vejo do programa, que eu considero bastante grave, é a invisibilização dos cortiços. Um estudo recente do Observatório das Metrópoles mostra que na área central existem no mínimo 155 cortiços, envolvendo 2.454 quartos e 2.638 pessoas vivendo nessa forma de moradia. Cerca de 100 desses cortiços estão situados exatamente na delimitação do projeto, do programa Reviver Centro. Portanto, a meu ver, é fundamental que o projeto também crie um programa de cortiços, tal qual existe em São Paulo. Acho que já está na hora de o Rio de Janeiro reconhecer e regulamentar essa forma de moradia essa forma de moradia. [...]

E, por fim, para terminar minha intervenção: uma ausência grave do programa é que o programa não tem instâncias de participação. O projeto não institui canais de participação na gestão e acompanhamento da implementação do projeto. (SANTOS, 2021, p. 5-6).

Assim, a crítica ao Reviver Centro recai sobre quatro pontos principais: (i) a desarticulação com o Projeto Porto Maravilha; (ii) ausência de propostas para habitação social; (iii) inviabilização dos cortiços; e (iv) falta de mecanismos para participação da sociedade civil. Sobre o primeiro ponto, vale destacar que ambos os projetos, Reviver Centro e Porto Maravilha, foram elaborados em diferentes gestões do Prefeito Eduardo Paes, então, chama a atenção a desarticulação entre eles.

Trata-se de mais um projeto que segue a lógica do planejamento estratégico adotado por Barcelona para sediar os Jogos Olímpicos de 1992, em que busca-se fazer uma “revitalização” da área central a partir de uma perspectiva mercadológica. Após quase dois anos de sua implementação, houve pouco interesse das empresas privadas em participar do empreendimento, o que levou a Prefeitura, em janeiro de 2023, elaborar o Projeto de Lei Complementar nº 109, que trás alterações ao projeto inicial. A nova versão, em síntese, aumenta os incentivos e concessões ao setor privado.

Os limites desta dissertação impedem-me de realizar uma análise mais minuciosa, mas destaco, como duas das principais novidades: (i) a permissão para os imóveis abrigarem hospitais e escolas – antes o uso era exclusivo para residência e comércio; (ii) o fim do limite de altura para os prédios; (iii) isenção de contrapartida financeira durante cinco anos para os empreendimentos que adquirirem o potencial construtivo; e (iv) isenção de qualquer contrapartida financeira que possa ser determinada por legislação futura.

Agora, farei uma exposição teórica de uma categoria que se fez presente ao longo dos três capítulos e está no título desta dissertação: o Estado.

3.4. O Estado: “a questão toda é você ter perseverança e lutar contra o Estado para que as coisas aconteçam”¹²⁶

Nos trabalhos feitos dentro do marxismo acerca do Estado, Nico Poulantzas (1977; 1980) apontou que não se pode reduzir o Estado a um simples instrumento passivo da classe dominante. Trata-se de uma forma política com contradições e conflitos internos, influenciados pela luta de classes, que exerce as funções econômica, política e ideológica. Antonio Gramsci (2004; 2006; 2007; 2011; 2019) elaborou reflexões sobre Estado, sociedade civil e hegemonia. István Meszáros (2011; 2021) analisou o Estado como instituição fundamental para manutenção das relações de classe e, conseqüentemente, reprodução do capitalismo. Joachim Hirsch (2014), da mesma forma que a crítica da economia política confronta a Ciência Econômica, elaborou uma teoria materialista do Estado que se opõe as abstrações feitas na Ciência Política.

Não cabe aqui fazer um mapeamento das discussões marxistas acerca do Estado. Para os fins desta dissertação, basta a compreensão de que o materialismo marxiano entende que as formas sociais advêm das relações sociais, mas as primeiras posteriormente moldam as segundas que lhe deram origem, há um processo de interferência mútua, num processo dialético. Nesse sentido, o Estado, enquanto forma política, origina-se das relações sociais capitalistas. Como aponta Alysson Mascaro (2013, p. 53), “é por conta da forma-valor, que encadeia uma série infinita de relações de troca de mercadoria e de exploração da força de trabalho mediante o contrato, que se levanta a necessidade de que o poder político seja constituído como estranho aos próprios agentes da troca”.

As relações sociais pré-capitalistas não possuíam um circuito universal de troca de mercadorias, diferente do modo de produção vigente, que vincula todas as relações sociais a

¹²⁶ Frase proferida pela Elisete, em entrevista concedida a mim em 02/03/2023.

trocas, sobretudo a força de trabalho, que torna-se uma mercadoria. Essas novas configurações erigem uma nova forma social: o valor (MASCARO, 2013, p. 22). O valor é o equivalente universal que permite todas as mercadorias serem comparadas entre si. Ele pressupõe o trabalho abstrato, um pressuposto que somente é atendido no capitalismo.

O valor não é algo intrínseco às mercadorias, ele é um atributo social. As relações humanas no capitalismo são mediadas pelo valor, pelo trabalho que cada um porta consigo. O trabalho privado precisa ser reconhecido socialmente. Assim, o capitalismo funda-se na contradição entre a produção de valor (privada) e a realização do valor (social). Nesse cenário, fez-se necessário o surgimento da forma dinheiro do valor. O dinheiro é a mercadoria cujo valor de uso é expressar o valor de todas as outras mercadorias. Assim, ele é cumpre a função de equivalente geral¹²⁷.

O dinheiro como equivalente geral demanda algo que garanta essa universalidade, um terceiro externo aos agentes econômicos envolvidos na troca de mercadorias: o Estado (MASCARO, 2013, p. 23). No momento em que o trabalho privado necessita da mediação do dinheiro (equivalente geral) para torna-se social estão dadas as condições para que o poder político distinguir-se do poder econômico (PACHUKANIS, 2017, p. 63). As classes sociais dominantes, detentoras do dinheiro, podem exercer o poder econômico sem ter diretamente o poder político, o Estado. Nos modos de produção feudal e escravista, o detentor do poder econômico exercia diretamente o poder político. No “capitalismo, a apreensão do produto da força de trabalho e dos bens não é mais feita a partir de uma posse bruta ou violência física. Há uma intermediação universal das mercadorias, garantida não por cada burguês, mas por uma instância apartada de todos” (MASCARO, 2013, p. 18).

Dessa maneira, o Estado é uma forma específica do capitalismo. Alysso Mascaro (2013, p. 57) sublinha que “em termos históricos, a especificidade do Estado não representa, necessariamente, originalidade de aparatos, instituições ou funções, mas sim de forma”. Sua originalidade consiste em ser uma forma política estruturalmente apartada dos agentes da produção.

O Estado, tal qual se apresenta na atualidade, não foi uma forma de organização política vista em sociedades anteriores da história. Sua manifestação é especificamente moderna, capitalista. Em modos de produção anteriores ao

¹²⁷ Sobre o surgimento desse equivalente geral: “O ouro só se confronta com outras mercadorias como dinheiro porque já se confrontava com elas anteriormente, como mercadoria. Igual a todas as outras mercadorias, ele também funcionou como equivalente, seja como equivalente individual em atos isolados de troca, seja como equivalente particular ao lado de outros equivalentes-mercadorias. Como o tempo, ele passou a funcionar, em círculos mais estreitos ou mais amplos, como equivalente universal. Tão logo conquistou o monopólio dessa posição na expressão de valor do mundo das mercadorias, o ouro tornou-se mercadoria-dinheiro, e é apenas a partir do momento em que ele já se tornou mercadoria-dinheiro que as formas IV e III passam a se diferenciar uma da outra, ou que a forma de valor universal se torna forma-dinheiro.” (MARX, 2017a, p. 145).

capitalismo, não há separação estrutural entre aqueles que dominam economicamente e aqueles que dominam politicamente: de modo geral, são as mesmas classes, grupos e indivíduos – os senhores de escravos ou senhores feudais – que controlam tanto os setores econômicos quanto os políticos de suas sociedades. Se alguém chamar por Estado o domínio antigo, tratará do mando político direto das classes econômicas exploradoras. No capitalismo, no entanto, abre-se a separação entre o domínio econômico e domínio político. O burguês não é necessariamente o agente estatal. As figuras aparecem, a princípio, como distintas. Na condensação do domínio político em uma figura distinta da do burguês, no capitalismo, identifica-se especificamente os contornos do fenômeno social. (MASCARO, 2013, p. 17).

O capitalismo dá origem ao Estado e não o contrário; não existe o segundo sem o primeiro. O Poder Executivo do Estado moderno opera como “um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2010b, p. 42), mas não podemos entender o Estado como um aparato neutro em que a burguesia exerce seu poder (MASCARO, 2013, p. 19).

O Estado exerce funções **necessárias** para a reprodução do capital, sem as quais esse processo seria inviável. São elas: **(i)** a adoção de um padrão de preços comum – como dólar ou real, por exemplo – para ser a referência na compra e venda de mercadorias. No capítulo dois, apresentei como títulos de créditos, promessas de pagamentos, podem circular exercendo a função do dinheiro, mas mesmos nestes casos a moeda estatal é utilizada como medida nas transações. Sem um padrão de preços a circulação universal de mercadorias é impossível. Até mesmo as criptomoedas, que não são emitidas por nenhum Estado, baseiam sua medida em alguma moeda nacional, de modo que falamos: um bitcoin vale X reais, por exemplo.

Também cabe ao Estado **(ii)** assegurar, pelo menos, o mínimo necessário para manutenção da vida da classe trabalhadora, por meio de serviços de saúde e educação, para que ela possa continuar a vender (e reproduzir) sua força de trabalho; **(iii)** oferecer um aparato jurídico que garanta as condições mínimas para o funcionamento da sociedade – cabe a esse aparato, por exemplo, garantir o cumprimento dos contratos de compra e venda de mercadorias; **(iii)** garantir que haja, pelo menos, um nível mínimo de concorrência entre os capitais; **(iv)** ter o monopólio da força, o que lhe permite garantir a manutenção da reprodução do capital.

Além disso, Erminia Maricato sublima o papel cada vez mais importante do Estado na produção do espaço urbano:

É dele [Estado] o controle do fundo público para investimentos, e a cabe a ele, sob a forma de poder local, a regulamentação e o controle sobre o uso e a ocupação do solo (seguindo, hipoteticamente, planos e leis aprovados nos parlamentos). É, portanto, o principal intermediador na distribuição de lucros, juros, rendas e salários (direto e indireto), entre outros papéis. (MARICATO, 2015, p. 25).

Nessa função de produtor do espaço urbano, o Estado, conforme Ana Beatriz Reis (2016, p. 81), atua “onde o mercado não tem um interesse imediato e realiza os desejos da iniciativa privada”. Ainda segunda autora, faz parte da política estatal induzir as famílias de menores rendas a ocuparem as áreas menos valorizadas da cidade. Isso pode ser visto na implementação do Minha Casa Minha Vida. Nesse sentido, Erminia Maricato (2015, p. 22) diz que as políticas públicas urbanas constituem um “salário indireto”, porque, “um aumento de salário pode ser absorvido pelo alto custo do transporte ou da moradia, por exemplo”. Como forma iminentemente capitalista, é impossível superar esse modo de produção por meio do Estado, mesmo que ele seja ocupado pela classe trabalhadora. Essa é a concepção do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, conforme relatou-me uma entrevistada:

Eu acredito na necessidade de se tomar o Estado, de se construir em outro Estado. As pessoas que costumam pensar parecido comigo, elas se chamam marxistas, mas eu não estudei o suficiente para me chamar de marxista, entendeu? Mas assim, **eu considero esse Estado capitalista um nojo e acho que nós de baixo temos obrigação de destruí-lo e fazer outro.** Fazer outro a serviço da vida para todo mundo. Porque uma coisa é você levar um tapa na cara, porque você achou que a sua vida vale mais do que a do outro. A outra coisa é você levar um tapa na cara porque quem te deu o tapa na cara acha que você não vale nada. Então assim, eu não aceito um Estado que junta a mealha de todo mundo para poder entregar na mão de uma minoria. Para mim isso é um Estado que precisa ser destruído. E esse é o Estado que nós temos. E não importa o governo que estiver lá, o governo que tiver lá, se ele não chamar nós para juntar e encher as ruas para dar sustentação para quem está lá virar esse jogo, esse jogo não vai ser virado. Só no amorzinho, no dialogozinho, no tapinha nas costas esse jogo não vai ser virado. (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023, grifei).

Todavia, é possível que o Estado seja usado taticamente para conquistas pontuais. Irene Mello (2015) destaca que o NUTH e o ITERJ contribuíram com a luta pelo direito à cidade da Ocupação Manoel Congo enquanto possuíam determinada defensora e presidente, respectivamente. Depois que essas pessoas deixaram seus cargos, o MNLM encontrou menos apoio nestas instituições. Então, na conjuntura, é importante o indivíduo concreto que ocupa determinado cargo estatal. Uma entrevistada destacou-me os cuidados que ocupação urbana deve ter com os partidos políticos, porque a partir do momento que eles assumem o Estado, devem escolher entre atender os interesses da classe do trabalhadora ou do capitalismo, sendo inviável conciliar ambos os interesses.

Não sei como é que eu vou te dizer, mas, assim, a gente não pode vincular uma ocupação ou um movimento do partido, porque o partido está muito perto de galgar o Estado, vamos dizer assim, de chegar ao Estado. E quando ele chegar ao Estado ele vai precisar de atender as necessidades da classe trabalhadora ou atender o capitalismo. E como é que o movimento popular ou ocupação ou a classe trabalhadora vai ficar? Vai aceitar? Que os trabalhadores não sejam atendidos? vai trair o seu o seu princípio, a sua missão, a sua existência? Então, a gente não cerceia o direito das pessoas a serem filiadas, terem seus

candidatos, mas a ocupação em si ou o movimento em si não pode estar vinculado a um partido. E nem pode estar vinculado a direita. Porque se estiver vinculado à direita pode sair, comprar uma fazenda e virar um pecuarista. (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

A partir das minhas idas a campo e com as entrevistas que realizei, notei que movimento possui uma dupla – e talvez contraditória – concepção sobre o Estado: ele o vê como um agente à serviço do capital, o que o torna um inimigo a ser combatido, ao mesmo tempo em que o vê como o garantidor de direitos sociais e o reivindicam nesse sentido. Após essa análise do Estado, passarei a tratar de outra categoria que norteia essa pesquisa: o direito.

3.5. A forma jurídica: “O direito, ele tem um objetivo. Você sabe qual é o objetivo do direito? Manter o *status quo* de alguns”¹²⁸

De início, avalio importante apresentar o estado da arte dos trabalhos feitos no âmbito do direito e marxismo. Trata-se um panorama geral e breve, sem qualquer pretensão de exaustividade, o intuito é somente situar esta dissertação dentro do estado da arte¹²⁹. Na Europa, Louis Althusser (1980) tratou da superestrutura e ideologia jurídicas. Bernard Edelman (1976; 2016), um althusseriano, tem trabalhos sobre sujeito de direitos, ideologia e greve.

Na América Latina Óscar Correas (1995; 2004), que realiza uma leitura heterodoxa de Marx, conjugando-o com Kelsen. Carlos Rivera-Lugo (2019) que elabora uma crítica à economia política do direito. No Brasil, há o Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS) que trabalha com crítica jurídica, movimentos populares e América Latina. No instituto, há pesquisadores que trabalham com a crítica marxista ao direito, como Ricardo Prestes Pazello (2018; 2021a; 2021b; 2022), Gladstone Leonel da Silva Júnior (2013; 2017; 2019; 2022), Moisés Alves Soares (2019; 2021; 2022).

No estado de São Paulo, sobretudo na Universidade de São Paulo (USP), na década de 1990, o estudo do direito e marxismo ganha fôlego. Este grupo é o que possui maior difusão editorial. Seu precursor é Marcio Bilharinho Naves (2008; 2009; 2014) e, atualmente, seu maior expoente é Alysso Mascaro (2013; 2016; 2019). O grupo caracteriza pelo seu pioneirismo no

¹²⁸ Frase proferida pela Elisete em entrevista concedida a mim em 02/03/2023.

¹²⁹ Para um mapeamento mais abrangente, mas ainda de caráter introdutório, conferir: PAZELLO, Ricardo Prestes. Jardim suspenso entre dois céus: um ensaio sobre o estado da arte da relação entre marxismo e direito no Brasil, hoje. **Revista Culturais Jurídicas**, v. 8, p. 65-87, 2021a. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/culturajuridicas/article/view/51564/30434>>.

estudo sobre Pachukanis no Brasil. Outra característica, é conjugação da obra do autor soviético com a filosofia de Althusser.

Dezenas mestres e doutores formaram-se na USP sob essa vertente, dentro os quais destaco Silvio Luiz de Almeida (2066; 2016; 2018), atual Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, mais conhecido pelos seus trabalhos sobre direito e raça. Também destaco os trabalhos Celso Naoto Kashiura Júnior (2014) sobre sujeito de direito e Camilo Onoda Caldas (2011) que escreve sobre a teoria da derivação do Estado e do direito.

Outros pesquisadores sobre direito e marxismo oriundos da USP, mas que não se enquadram no grupo apresentado no parágrafo anterior, são Vitor Bartoletti Sartori (2013), que, influenciado por José Chasin e Lukács, pesquisa ontologia jurídica e Vinicius Gomes Casalino (2013), que possui pesquisas sobre transições da forma jurídica.

Na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), há Martonio Mont'Alverne Barreto Lima (2008), que se utiliza de uma base marxiana e marxista para pesquisas no âmbito do direito constitucional. No Rio de Janeiro, há Enzo Bello (2013; 2019; 2020; 2021; 2022), da UFF, que trabalha com direito à cidade e cidadania, Guilherme Leite Gonçalves (2016; 2017; 2018; 2019; 2020a; 2020b), com pesquisas sobre teoria social e acumulação por espoliação, Rafael Barros Vieira, da UFRJ, com trabalhos sobre direito e Walter Benjamin (2016).

Destaco, também, as contribuições de Roberto Lyra Filho (2003; 1983), expoente da Nova Escola Jurídica Brasileira, idealizadora do Direito Achado na Rua. Atualmente, este grupo consiste em um projeto de ensino, pesquisa e extensão da Universidade de Brasília (UnB) e é conduzido por José Geraldo Souza Junior. O grupo não é marxista, mas devido a influência de Marx em Roberto Lyra Filho e a notoriedade do grupo no campo crítico, vale a menção.

Dos autores marxistas que trataram do direito, dois merecem destaque por terem sido pioneiros: Piotr Stutchka (1865-1932) e Evguiéni Pachukanis (1891-1937). Stutchka foi um jurista da Letônia que ganhou destaque na União Soviética, onde chegou a ocupar o cargo de Comissário do Povo para a Justiça (1917-1918). Em *O papel revolucionário do direito e do Estado: teoria geral do direito*, sua obra principal, o autor nega interesses universais. Ele aponta os interesses contraditórios das classes sociais e concebe o direito como vinculado aos interesses da classe dominante. Stutchka (2023, p. 186), a partir do segundo capítulo, do Livro I de O Capital, sublinha que “o conceito de direito deve ser derivado da própria relação social”.

Quando, ao redigir os princípios diretivos do direito penal da RSFSR, no colégio do Comissariado do Povo para a Justiça, surgiu diante de nós a necessidade de formular a nossa, por assim dizer, “concepção soviética” do direito, detivemo-nos na seguinte fórmula: “**o direito é um sistema (ou ordenamento) de relações sociais correspondentes aos interesses da classe**”

dominante e protegido por sua força organizada (ou seja, dessa classe)". (STUTCHKA, 2023, p. 194, grifei).

O jurista letão complementa destacando que o direito é um sistema de relações sociais que se estrutura em três formas: a econômica (forma concreta), lei positiva (forma abstrata) e ideologia (forma abstrata)¹³⁰.

Nossa definição de direito afirma que não se denomina como direito as relações em geral, ainda que sejam as sociais, no sentido de K. Marx, mas seu sistema como um todo, e não qualquer sistema de relações sociais, mas somente o sistema com a característica do interesse de classe e a defesa da classe dominante que disto decorre. Tem-se, portanto, de modo evidente, características genéricas e específicas. (STUTCHKA, 2023, p. 172).

Stutchka contribuiu para uma compreensão do direito pelo marxismo ao conceber que ele não é uma forma neutra e a-histórica. O autor compreendia o conteúdo do direito era dado pela classe dominante, que seria efetivado pelo poder coercitivo do Estado. Dessa maneira, era possível o direito, em determinadas conjunturas, exercer um papel revolucionário¹³¹. No período de transição, o direito serviria a classe social em ascensão.

Conforme Alysson Mascaro (2013, p. 34), “entre as instituições do Estado e do direito há uma relação simbiótica, em nível estrutural. No capitalismo, a forma política estatal é imediatamente acompanhada da forma jurídica”. Segundo Pachukanis (2017, p. 74) não é possível dar uma definição de direito que abarque todas as épocas históricas, porque “só a sociedade burguesa capitalista cria todas as condições necessárias para que o momento jurídico alcance plena determinação nas relações sociais” (PACHUKANIS, 2017, p. 75).

O valor de troca deixa de ser valor de troca e a mercadoria deixa de ser mercadoria de ser mercadoria se a proporção da troca for determinada por uma autoridade que se situa fora das leis imanentes do mercado. A coerção como prescrição de uma pessoa sobre outra, sustentada pela força, contradiz a premissa fundamental da relação entre possuidores de mercadorias. Por isso, em uma sociedade de possuidores de mercadorias e dentro dos limites do ato de troca, a função de coerção não pode aparecer como função social, já que não é abstrata e impessoal. A subordinação de um homem como tal, como indivíduo concreto, significa para uma sociedade de produção de mercadorias a subordinação ao arbítrio, pois isso equivale à subordinação de um possuidor de mercadorias a outro. É por isso que a coerção não pode aparecer aqui em sua forma não mascarada, como simples ato de conveniência. Ela deve aparecer como uma coerção proveniente de uma pessoa abstrata e geral, como uma coerção que representa não os interesses do indivíduo da qual provém –

¹³⁰ “(...) a forma jurídica concreta da relação coincide com a relação econômica, enquanto a forma abstrata, proclamada na lei, pode não coincidir, e com bastante frequência diverge significativamente dela. Mas, além disso, há ainda uma terceira forma, para usar a expressão popular de Petrazyck, a forma “intuitiva”. Essa “vivência” psíquica íntima, que se dá na cabeça de uma pessoa acerca dessa ou daquela relação social, a sua avaliação do ponto de vista da “justiça”, “ a consciência jurídica íntima”, “o direito natural” etc., é, em outras palavras, a ideologia.” (STUTCHKA, 2023, p. 187).

¹³¹ Vale lembrar: Stutchka escreveu sua obra no contexto da Revolução Russa de 1917.

já que na sociedade mercantil toda pessoa é egoísta –, mas os interesses de todos os participantes das relações jurídicas. (PACHUKANIS, 2017, p. 146).

Dessa forma, pode-se compreender o direito como uma relação que iguala formalmente indivíduos que são materialmente distintos. Para Pachukanis, o direito “baseia-se no pressuposto de que as normas jurídicas garantem as estruturas de desigualdade do capitalismo, na medida em que asseguram a forma de equivalência das mercadorias em uma sociedade de produtores não iguais” (GONÇALVES, 2019, p. 2861). Para que haja troca de mercadorias, compradores e vendedores precisam ser formalmente iguais e livres. O trabalhador não pode ser coagido fisicamente a vender sua força de trabalho.

As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. Elas são coisas e, por isso, não podem impor resistência ao homem. Se não se mostram solícitas, ele pode recorrer à violência; em outras palavras. Pode tomá-las à força. Para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias, seus guardiões têm de estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos. Têm, portanto, de se reconhecer mutuamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou volitiva é dado pela própria relação econômica. Aqui, as pessoas existem umas para as outras apenas como representantes da mercadoria e, por conseguinte, como possuidoras de mercadorias. (MARX, 2017a, p. 159-160).

Assim, do mesmo modo que a forma estatal, a forma jurídica deriva das relações sociais capitalistas. O núcleo dessa forma jurídica é o sujeito de direitos, porque “toda a relação jurídica é uma relação entre sujeitos. O sujeito é o átomo da teoria jurídica, o elemento mais simples e indivisível, que não pode mais ser decomposto”. (PACHUKANIS, 2017, p. 116). A relação econômica de troca deve existir para que surja a relação contratual de compra e venda, na qual o sujeito de direito comparece. E essas relações de troca pressupõem “uma economia atomizada. A conexão entre as unidades econômicas privadas isoladas estabelece uma conexão, caso a caso, por meio de contratos. A relação jurídica entre os sujeitos é apenas outro lado das relações entre os produtos do trabalho tornados mercadorias” (PACHUKANIS, 2017, p. 97). Por isso, é que a “circulação mercantil e a produção baseada na exploração da força de trabalho, jungida de modo livre e assalariado é que constituem, socialmente, o sujeito portador de direitos subjetivos” (MASCARO, 2013, p. 40).

Esse núcleo da forma jurídica reside em um poder separado dos agentes econômicos diretos, que se faz presente por meio da reprodução social a partir de um aparato específico, o Estado. Este estabelece-se definitivamente quando a sociabilidade geral se torna jurídica.

Assim, a relação de trabalho, de início estruturada em vínculos contratuais totalmente autônomos e atomizados, passa a ser intermediada por institutos normativos estatais como o do salário-mínimo. O Estado avança sobre o jurídico, tocando no núcleo da própria forma-sujeito, limitando-a ou talhando-a em novos modos. Mas tal poder do político no jurídico nunca vai a ponto de negar a própria forma jurídica de sujeitos livres e iguais para o vínculo de trabalho. O Estado, se limita a quantidade da autonomia da vontade no contrato de trabalho, não extingue a própria relação de trabalho. (MASCARO, 2013, p. 42).

Marx (2017a, p. 648) apontou que “o escravo romano estava preso por grilhões a seu proprietário; o assalariado o está por fios invisíveis. Sua aparência de independência é mantida pela mudança constante dos padrões individuais e pela *fictio juris* do contrato”. Já Lefebvre (1972, p. 32) destacou que a propriedade privada implicava em uma relação entre a terra e os seres humanos, de modo que o proprietário “toma o nome da terra e esta personaliza-se com ele”. Foi necessário que se rompesse a relação pessoal do proprietário feudal com a terra para que esta última pudesse se tornar uma mercadoria. O mesmo processo que historicamente mercantilizou a terra também mercantilizou a força de trabalho; trata-se de um processo de transição que constituiu a propriedade privada e o sujeito direitos¹³².

Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é o único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de suas existências que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. (MARX, 2017a, p. 787).

No feudalismo, não concebia-se a oposição entre direito público e privado, ou seja, era não havia uma oposição entre indivíduo como pessoa natural e o indivíduo como membro da comunidade política. Por isso Pachukanis (2017, p. 76, grifo meu) afirma que “para que todas essas fronteiras da forma jurídica se cristalizassem como perfeita precisão, foi necessário um longo processo de desenvolvimento na principal arena, **que eram as cidades**”. A cidade como espaço privilegiado para circulação de mercadorias foi fundamental para a constituição do capitalismo e, por consequência, do sujeito de direitos. O espaço urbano é o local por excelência onde sujeitos livres encontram-se para trocar mercadorias. Assim, o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização são fenômenos entrelaçados.

Do mesmo modo, o direito, considerado em suas determinações gerais, como forma, não existe somente na cabeça e nas teorias dos juristas especialistas. Ele tem, paralelamente, uma história real, que se desenvolve não como um sistema

¹³² “Assim, a população rural, depois de ter sua terra violentamente expropriada, sendo dela expulsa e entregue à vagabundagem, viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado.” (MARX, 2014a, p. 808).

de ideias, mas como um sistema específico de relações, no qual as pessoas entram não porque o escolheram conscientemente, mas porque foram compelidas pelas condições de produção. O homem se transforma em sujeito de direito por força daquela mesma necessidade em virtude da qual o produto natural se transforma em mercadoria dotada da enigmática qualidade de valor. (PACHUKANIS, 2017, p. 83).

Dessa maneira, como produto histórico, não há que se compreender o direito como eterno. Os teóricos que naturalizam o direito são os mesmos que naturalizam a produção mercantil capitalista (PACHUKANIS, 2017, p. 146). Diante disso, tampouco é possível substituir o “direito burguês” por um “direito proletário”¹³³. O que é possível – este deve ser o horizonte da luta revolucionária – é extingui-lo, para tanto faz-se necessário extinguir sua base: a forma da troca de equivalentes. Quando eu indaguei a uma entrevistada se ela pensava ser possível superar o capitalismo por meio do direito seguiu-se o seguinte diálogo:

Para mim o Estado ele se organiza... em cada lugar ele se organiza do seu jeito. No Brasil ele se organiza com essa tal dessa república aí com Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, sei lá mais o que... Então, esse para mim é o Estado. Como é que eu vou acreditar no judiciário se o judiciário é de classe? E ele não é da minha classe. Ele foi criado, construído, e está a serviço de um Estado que não é pra mim. Estado não foi feito para mim.

A senhora se sente protegida pelo Estado?

De jeito maneira, ao contrário, eu me sinto é perseguida. Se eu entrar no judiciário eu já entro com o meu coração saindo pela boca. Aí você pergunta, “mas Dona Lurdinha o que que a senhora teve?” Eu vou dizer “eu não sei. Eu não sei, mas ele deve achar alguma coisa, alguma dívida em mim. Porque nasceu para me caçar”. Entendeu? Eu nasci condenada. Os trabalhadores e as trabalhadoras mais pobres desse país, especialmente preto, índio, já nasceu condenado. E a república é a república da captura, nasceu pra caçar nós, sabe? Se não te catou ainda, é porque tão te dando tempo. Fica de olho. (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

Assim, é possível notar como uma liderança do MNLM-RJ, com um histórico de mais de quarenta anos de luta pelo direito à cidade, não possui confiança na atuação do Estado e na possibilidade de transformação social por meio do direito, ao contrário: sente-se ameaçada pelas instituições. Uma outra entrevistada, também liderança da Ocupação Manoel Congo e do MNLM-RJ reforça esse entendimento:

Ainda nessa questão de Estado, enfim, a senhora acredita que o direito pode ser um instrumento para o atendimento das suas reivindicações ou as reivindicações da ocupação?

Mais ou menos. O direito, ele tem um objetivo. Você sabe qual é o objetivo do direito? Manter o *status quo* de alguns. É o objetivo principal do direito. No

¹³³ A extinção das categorias (precisamente das categorias, não de uma outra prescrição) do direito burguês de modo nenhum significa a substituição por novas categorias do direito proletário, assim como a extinção das categorias de valor, capital, lucro, etc., na passagem para o socialismo desenvolvido, não vai significar o surgimento de novas categorias proletárias de valor, capital, renda, etc. (PACHUKANIS, 2017, p. 77).

Brasil, principalmente no que diz respeito à terra e à habitação, o Código Civil e a Constituição Federal, eles acabam legitimando essa questão de terra e mercado e... imóvel como mercadoria. Entendeu? Ai, fica difícil para pessoa entender que habitação é um direito social e que ela poderia exigir do Estado... Como agora, cada dia mais tá aparecendo isso, a gente tá aqui há mais de quinze anos, você imagina, agora, a questão ambiental, tá caindo tudo, em tudo quanto é lugar... o Estado tem obrigação, cara! Tem obrigação! A questão toda é você ter perseverança e lutar contra o Estado para que as coisas aconteçam. E ter paciência. Quando as pessoas... aqui, a gente tem uma outra ocupação na Gamboa, né? Só lá teve um ano que morreu quatro pessoas sem casa. Isso é justo? Se você tem o direito garantido que você vai para justiça... não é justo.

Então, a senhora é meio descrente em conseguir as coisas por meio do direito também...

E agora mais do que nunca, depois do governo Bolsonaro que tirou tudo... Para você conseguir alguma coisa é uma batalha. (ELISETE, entrevista concedida a mim em 02/03/2023).

Em termos teóricos, o direito é uma relação necessária para que o haja a exploração da força de trabalho. Nesse sentido, vale lembrar, que a crítica de Marx ao capitalismo não depende das condições contingentes dessa exploração, valendo, portanto, mesmo nas situações em que há condições mais favoráveis aos trabalhadores.

Sob as condições de acumulação até aqui supostas como as mais favoráveis aos trabalhadores, a relação de subordinação destes ao capital aparece sob formas toleráveis ou, como diz Eden, “tranquilas e liberais”. Ao invés de se tornar mais intensa com o crescimento do capital, essa relação de dependência torna-se apenas mais extensa, quer dizer, a esfera de exploração e dominação do capital não faz mais do que ampliar-se juntamente com as próprias dimensões desse capital e com o número de seus súditos. Do próprio mais-produto crescente desses súditos, crescentemente transformado em capital adicional, reflui para eles uma parcela maior sob a forma de meios de pagamento, de modo que podem ampliar o âmbito de seus desfrutes, guarnecer melhor seu fundo de consumo de vestuário, mobília etc. e formar um pequeno fundo de reserva em dinheiro. **Mas assim como a melhoria de vestuário, alimentação, tratamento e um pecúlio maior não suprimem a relação de dependência e a exploração do escravo, tampouco suprimem as do assalariado. O aumento do preço do trabalho, que decorre da acumulação do capital, significa apenas que, na realidade, o tamanho e o peso dos grilhões de ouro que o trabalhador forjou para si mesmo permitem torná-los menos constringentes.** Nas controvérsias sobre essa questão, deixou-se geralmente de ver o principal, a saber, a *differentia specifica* [diferença específica] da produção capitalista. A força de trabalho é comprada, aqui, não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que o que ele paga, ou seja, que contenham uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias. A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. Portanto, as condições de sua venda, sejam elas favoráveis ao trabalhador em maior ou menor medida, incluem a necessidade de sua contínua revenda e a constante reprodução ampliada da riqueza como capital. O salário, como vimos, condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinada

quantidade de trabalho não pago por parte do trabalhador. Abstraindo totalmente da elevação do salário, acompanhada de uma baixa do preço do trabalho etc., o aumento dos salários denota, no melhor dos casos, apenas a diminuição quantitativa do trabalho não pago que o trabalhador tem de executar. **Tal diminuição jamais pode alcançar o ponto em que ameace o próprio sistema.** (MARX, 2017a, p. 694-696, grifos meus).

O pensamento de uma entrevistada se coaduna com essa concepção marxiana:

O que a senhora pensa sobre o Estado?

É que assim, eu acho que é tudo uma questão de ideologia. Tem mais de uma ideologia no mundo. Todo mundo tem uma. Na minha ideologia, Estado está a serviço de quem tem dinheiro. Quem manda paga. O que o dono do dinheiro mandou, o Estado faz. **Quando o Estado percebe que tá todo mundo vendo, ele vai e deixa cair umas migalhinhas para fazer a gente de otário, né? Aí quando a gente tiver aqui entretido catando as migalhinhas, ele “pau de novo”.** E com o Estado a serviço de quem tem dinheiro... roubar, corrupção é a lógica aqui, não é exceção. Matar pobre e roubar não é exceção do Estado capitalista, é a lógica dele. É o Estado que já existe para expropriar, para excluir, para matar. (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

Apesar disso, Engels e Kautsky (2012, p. 47) afirmam que os socialistas não devem renunciar a fazerem reivindicações jurídicas. Para eles, a classe trabalhadora precisa ter suas reivindicações formuladas em um programa, sob a forma de reivindicações jurídicas. Nesse sentido, os autores apontam que, apesar de em última instância a finalidade ser sempre a superação do capitalismo, a classe trabalhadora possui reivindicações particulares conforme o local e a época em que ela esteja inserida. Por esse motivo, essas reivindicações particulares precisam ser sempre revistas a cada mudança de conjuntura¹³⁴.

Por fim, vale relembrar o apontamento de que a concepção de direito de Pachukanis não abarca os necessários momentos em que o capitalismo precisa utilizar violência explícita para garantir a reprodução do capital.

Se o sistema do valor de troca tiver de ser estabelecido em espaços sociais ou mesmo em sociedades inteiras sem que já existam condições prévias necessárias para sua instauração, então o direito não se manifesta de forma

¹³⁴ “Isso naturalmente não significa que os socialistas renunciem a propor determinadas reivindicações jurídicas. É impossível que um partido socialista ativo não as tenha, como qualquer partido político em geral. As reivindicações resultantes dos interesses comuns de uma classe só podem ser realizadas quando essa classe conquista o poder político e suas reivindicações alcançam validade universal sob a forma de leis. Toda classe em luta precisa, pois, formular suas reivindicações em um programa, sob a forma de reivindicações jurídicas. Mas as reivindicações de cada classe mudam no decorrer das transformações sociais e políticas e são diferentes em cada país, de acordo com as particularidades e o nível de desenvolvimento social. Daí decorre também o fato de as reivindicações jurídicas de cada partido singular, apesar de concordarem quanto a finalidade, não serem completamente iguais em todas as épocas e entre todos os povos. Constituem elemento variável e são revistas de tempos em tempos, como se pode observar nos partidos socialistas de diversos países. Para essas revisões, são as relações reais que devem ser levadas em conta; em contrapartida, não ocorreu a nenhum dos partidos socialistas existes a fazer uma nova filosofia do direito a partir do seu programa, e possivelmente não lhes ocorrerá no futuro.” (ENGELS; KAUTSKY, 2012, p. 47).

fetichizada, mas no estado bruto da violência explícita, legitimando abertamente a repressão, a privatização e a supressão escancarada de todos os outros que se coloquem no caminho da expansão desse sistema. (GONÇALVES, 2019, 2862).

Quando eu perguntei para uma entrevista sua concepção acerca do direito, seguiu-se o seguinte diálogo:

A próxima pergunta a senhora até meio que já respondeu, que é justamente a visão que a senhora tem sobre o direito, se é positiva, se é negativa... ou se a senhora se sente protegida pelo direito.

Eu não me sinto, não. Direito é aquilo que eu faço, que eu entendo. Entendeu? Eu sou muito isso... Esse Baldez, ele falava muito nos livros dele sobre o direito achado na rua, o direito que o povo constrói. Ele fala de representatividade, que o povo tinha que entender que não adianta representação, você tem que ser apresentação. Você tem que se apresentar. Toda nossa conquista foi feita através disso. As pessoas riem: “Ué, como é que vocês moram aqui?” Porque nós nos apresentamos, a gente foi para cima da Caixa! Foi para cima do governo federal! Entendeu? A-pre-sen-ta-ção! Você tem que reivindicar, sim, você não vai ficar esperando grandes representantes. Você tem que correr atrás mesmo! Apresentação! Você tem que se apresentar! Mostrar sua cara! Lê normativas, estudar.

Não esperar que ninguém faça por você..

Não esperar que ninguém vá fazer, não vai! Senão não vai acontecer. Se você esperar... não acontece. (ELISETE, entrevista concedida a mim em 02/03/2023).

Nessa fala, é explícita a adesão da liderança da Ocupação Manoel Congo à concepção formulada e divulgada pelo *Direito achado na rua*. Trata-se de corrente teórica do campo crítico brasileiro formulada pela Nova Escola Jurídica, cujo principal nome é Roberto Lyra Filho. Este autor entendia que:

Direito é processo, dentro do processo histórico: não é uma coisa feita, perfeita e acabada; é aquele vir-a-ser que se enriquece nos movimentos de libertação das classes e grupos ascendentes e que define nas explorações e opressões que o contradizem, mas de cujas próprias contradições brotarão as novas conquistas. (LYRA FILHO, 2003, p. 86).

Outro expoente dessa corrente teórica, afirma:

O trabalho político e teórico de O Direito Achado na Rua consiste em compreender e refletir sobre a atuação jurídica dos novos movimentos sociais e, com base na análise das experiências populares de criação do direito: 1. Determinar o espaço político no qual se desenvolvem as práticas sociais que anunciam direitos, a partir mesmo de sua constituição extralegal, como por exemplo, os direitos humanos; 2. Definir a natureza jurídica do sujeito coletivo capaz de elaborar um projeto político de transformação social e elaborar a sua representação teórica como sujeito coletivo de direito; 3. Enquadrar os dados derivados destas práticas sociais criadoras de direitos e estabelecer novas categorias jurídicas para estruturar as relações solidárias de uma sociedade alternativa em que sejam superadas as condições de espoliação e de opressão

entre as pessoas e na qual o direito possa realizar-se como um projeto de legítima organização social de liberdade. (SOUZA JUNIOR, 2017b, p. 147).

Nesse sentido, essa vertente teórica não reduz o direito às leis ou as instituições¹³⁵. A partir da compreensão do direito como processo, concebe que para ele ser emancipatório deve ser fruto de mobilização popular. Assim, compreende-se que a luta de classes passa pelo terreno jurídico, de modo que interesses antagônicos lutam para o direito seja mobilizado de maneiras distintas. Uma entrevistada afirmou que, na prática, o poder do capital sobrepõe-se ao que está legislado. Ela relata que era uma entusiasta da Constituição de 1988, mas depois percebeu, na prática, como ela era inofensiva frente ao capital.

É isso, o capital imobiliário é um dos mais importantes no Rio de Janeiro e agora o turismo também está acoplado a isso. É assim, **e foi uma um banho de água fria na legislação, né? Para gente, dessa geração que viveu a luta pela pelo fim da ditadura, a Constituição parecia que ia resolver todos os problemas, né?** Eu mesmo sou fruto disso, porque eu virei uma assessora de planejamento urbano, né? Eu virei uma especialista nisso, eu fui me aprofundar nisso, porque eu tinha que entender da legislação, fui trabalhar com legislação. (MARIA DE FATIMA, entrevista concedida a mim em 23/05/2023, grifei).

Assim, o Direito achado na rua contrapõe-se ao tradicional positivismo jurídico e ao capitalismo, comprometendo-se com as lutas populares emancipatórias. Todavia, é menos radical que a compreensão de direito pachukaniana: enquanto este aponta para total superação da forma jurídica, aquele compreende que o direito pode ser emancipatório, desde que ele “nasça na rua”. Em todo caso, esta vertente oferece elementos para pensarmos como o direito pode ser usado de forma tática e/ou estratégica. Como apresentei, no caso do Ocupação Manoel Congo, mesmo com todas as ressalvas, os/as moradores/as conseguiram melhores condições materiais de vida por meio do direito: pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

Feita análise acerca da forma jurídica, a seguir farei uma exposição teórica de outra categoria que esteve presente ao longo dos três capítulos. Ela apareceu de maneira mais implícita quando comparada as categorias Estado e direito, mas sempre esteve presente. Trata-se da ideologia.

¹³⁵ A identificação entre Direito e lei pertence, aliás, ao repertório ideológico do Estado, pois na sua posição privilegiada ele desejaria convencer-nos de que cessaram as contradições, que o poder atende ao povo em geral e tudo o que vem dali é imaculadamente jurídico, não havendo Direito a procurar além ou acima das leis. (LYRA FILHO, 2003, p. 8).

3.6. A ideologia: “o sistema prega para nós e a gente acredita”¹³⁶

A categoria ideologia possui uma ampla gama de significados. Neste trabalho, chamo de ideologia a dinâmica que legitima a exploração de um grupo social dominante, por meio da promoção de crenças e valores que os beneficie, bem como pela naturalização e universalização de relações que são sociais e históricas¹³⁷.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. **As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal da relações materiais dominantes, são as relações apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação.** (MARX; ENGELS, 2007, p. 47, grifei).

Althusser (1980, p. 31-32) diz que Marx e Lênin concebem o Estado como um aparelho repressivo que permite a burguesia assegurar sua dominação. Esta dimensão repressiva é composta pelo governo, administração, exército, polícia, tribunais. O termo repressivo indica que eles operam por meio da violência. Entretanto, o autor franco-argelino destaca que o Estado também é composto pelos aparelhos ideológicos: igreja, escola, família, sindicatos, imprensa, rádio, televisão, artes (ALTHUSSER, 1980, p. 43-44). Assim, ele diz que designa “por Aparelhos Ideológicos de Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1980, p. 43).

Dessa maneira, os aparelhos ideológicos de Estado (AIE) diferenciam-se do aparelho repressivo, porque o segundo é único enquanto há uma pluralidade do primeiro. Outra diferença é que o aparelho repressivo é completamente da esfera pública, já os aparelhos ideológicos majoritariamente pertencem a esfera privada. Vale mencionar que a distinção entre público e privado é uma distinção interior ao direito burguês: “o domínio do Estado escapa-lhe porque está para além do Direito: o Estado, que é o Estado da classe dominante, não é nem público

¹³⁶ Frase dita pela Lurdinha em entrevista concedida a mim em 13/03/2023.

¹³⁷ “[...] a ideologia nasce para fazer com que os homens criem que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (a Natureza, os deuses ou Deus, a Razão ou a Ciência, a Sociedade, o Estado) que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam. Ora, como experiência vivida imediata e a alienação confirmam tais ideias, a ideologia simplesmente cristaliza em “verdade” a visão invertida do real. Seu papel é fazer com que no lugar dos dominantes apareçam ideias “verdadeiras”. Seu papel também é o de fazer com que os homens criem que tais ideias representam efetivamente a realidade.” (CHAUÍ, 1980, p. 87).

nem privado, é pelo contrário a condição de toda a distinção entre público e privado” (ALTHUSSER, 1980, p. 45-46).

Como o próprio nome indica, “os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam pela ideologia” (ALTHUSSER, p. 46), mas não por qualquer ideologia, mas pela ideologia da classe dominante. Por isso, todos os AIE possuem a mesma finalidade: a reprodução das relações de produção. Logo, os AIE são a forma pela qual a ideologia dominante deve necessariamente se realizar, mas ela nasce das relações sociais, ela possui uma base material. Por isso, Pachukanis (2017, p. 143) afirma que “se quisermos esclarecer as raízes de alguma ideologia, devemos pesquisar aquelas relações reais das quais ela é a expressão”.

A ideologia da classe dominante não se torna dominante por obra e graça divina, nem mesmo pela virtude da simples tomada de poder de Estado. É pela instauração (*mise en place*) dos AIE, em que esta ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna dominante. Ora esta instauração não se faz por si, é pelo contrário o centro, o alvo de uma duríssima e ininterrupta luta de classe: primeiro contra as antigas classes dominantes e contra as suas posições nos antigos e novos AIE, em seguida contra a classe explorada. (ALTHUSSER, p. 118).

Nesse sentido, Marx e Engels (2007, p. 93) afirmaram que “a produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real” e que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Terry Eagleton (1997) afirma que as ideologias que se propagam são aquelas que se relacionam às necessidades e desejos que as pessoas já possuem, isto é, elas entrelaçam-se com esperanças e necessidades genuínas e modula-as. Logo, a ideologia torna-se plausível e atrativa. É nesse sentido que emerge a ideologia da casa própria: as pessoas, de modo geral, desejam o título de propriedade privada de um imóvel para morar. Assim, uma pesquisadora afirma que

é possível supor que a *casa própria* de fato tornou-se uma *ideologia*, no Brasil, na medida em que o ato de adquirir uma moradia em um contexto fortemente marcado pela desigualdade social, insegurança e instabilidade, passou a ser visto como uma vantagem. Assim, ao mesmo tempo em que o ideal da casa própria era racionalmente e sistematicamente retransmitido das classes dominante a toda população, com o objetivo (dentro outros) de garantir sua “fidelidade” ao modo de produção capitalista, assentado no processo de compra e venda de mercadorias (neste caso, da mercadoria moradia), a experiência vivida por essas pessoas, com o passar dos anos, as fez crer que o acesso à casa própria é efetivamente uma vantagem. (MILANO, 2013, p. 24).

Joana Milano (2013, p. 27) destaca “esse discurso torna-se um problema em si, já que é utilizado como justificativa para a base da política habitacional vigente há meio século: a produção massiva de moradias com fins de propriedade”. Trata-se, exatamente, da lógica do

Minha Casa Minha Vida. A ideologia da casa própria consiste na crença de que somente a propriedade privada da moradia oferece segurança econômica e social. Essa é uma ideologia que beneficia o capitalismo, que é um modo de produção assentado na propriedade privada e na circulação de mercadorias.

A partir do momento que tem-se a o título de propriedade privada da moradia ela pode ser comercializada como qualquer outra mercadoria. Por isso, a luta do MNLM-RJ, de modo geral, e da Ocupação Manoel Congo, de modo específico, é contra a mercantilização, porque esta é pressuposto para que haja a universalização da moradia. Uma entrevistada relatou-me que a intenção do movimento é que a ocupação seja sempre uma ocupação, para que pessoas que não tem onde morar. Por isso, não querem o título de propriedade privada. O prédio onde está a ocupação objeto do meu estudo, mais do que uma mercadoria, tem potencial para ser uma mercadoria de luxo, devido a sua localização privilegiada. Por isso, foi necessário muita luta para os moradores usufruírem do valor de uso do imóvel, já que a intenção do Estado e do mercado era mercantilizá-lo.

Que é a financeirização, né, que é o mercado e o Estado juntos contribuindo para que não acontecesse [a permanência da Ocupação Manoel Congo]. Porque, como você falou é a única ocupação exitosa e é, de fato, né, que em São Paulo teve gente que teve seu direito à moradia reconhecido, mas em outro lugar, né? É, ocuparam o centro, mas eles tiveram direito à moradia, mas tiveram que sair dali para outro lugar, né? Eles não, conseguiram se manter ali, né, e isso é um uma vitória da organização. Mas assim, depois que conseguiram como é que tá hoje? Por que até hoje não tem... é... uma regularização fundiária ou uma concessão de uso? **Porque não é para cada um ter sua propriedade, né? Aquilo ali é da luta e o objetivo é que aquilo seja sempre uma ocupação para pessoas que tem falta de moradia, né?** Se você regulariza, é isso que o mercado quer, né? Você tem uma situação de que aquilo ali vira um ótimo lugar para *Airbnb*, né? Quer lugar mais bem infraestrutura do que a Cinelândia? Tendeu? Né? Você tá próximo de tudo, então até tem morador que mesmo tendo sido do movimento e tudo mais, hoje em dia quer fazer isso, porque acha natural. (MARIA DE FATIMA, entrevista concedida a mim em 23/02/2023, grifei).

Engels já criticava o culto a propriedade, como se isso fosse a solução para o problema habitacional. Segundo o autor, “não é a solução da questão da moradia que leva simultaneamente à solução da questão social, mas é pela solução da questão social, isto é, pela abolição do modo de produção capitalista que se viabiliza concomitantemente a solução da questão da moradia” (ENGELS, 2015, p. 80). E para ele a solução da questão social é a superação do capitalismo.

Para pôr um fim a *essa* escassez de moradia só existe *um* meio: eliminar totalmente a espoliação e a opressão da classe trabalhadora pela classe dominante. – O que hoje se entende por escassez de moradia é o peculiar agravamento das más condições de moradia dos trabalhadores em razão da repentina afluência da população às metrópoles; é o aumento colossal dos preços do aluguel; é a aglomeração ainda maior de moradores nas casas

particulares; e, para alguns, é a total impossibilidade de encontrar alojamento. (ENGELS, 2015, p. 38).

Assim, é possível notar que no século XIX já havia a ideologia da casa própria, por meio da crença de que a substituição do aluguel pelo título da propriedade privada resolveria as questões sociais. Engels (2015, p. 48) afirma que, com a revolução industrial, pela primeira na história há possibilidade de produzir o suficiente para o consumo farto de todos e ainda sobrar tempo para que todos tenham tempo de lazer. Tempo para se dedicar a ciência, a arte. Logo, acaba todo pretexto para que haja um classe dominante. Porque, “a razão última com a qual se defendeu a diferença de classes sempre foi esta: é necessário haver uma classe que não é obrigada a esfaltar-se com a produção de seu sustento diário para que tenha tempo de prover o trabalho intelectual da sociedade” (ENGELS, 2015, p. 48).

Joana Milano (2013, p. 38) aponta que a consolidação da ideologia da casa própria resulta “(i) no endividamento como medida de controle da população, isto é, promoção de programas habitacionais assentados em prestações a serem pagas em longo prazo; (ii) o distanciamento físico entre as classes sociais; (iii) a conexão da população ao modo de produção, pelo culto a propriedade”. Nesse sentido, uma liderança da Ocupação Manoel Congo afirmou:

Quando hoje a gente viu a discussão: “paga ou não paga”, quando a gente viu o Minha Casa Minha Vida saindo por fora e cobrando, dizem para mim: “Você está chamando os pobres de mendigos, está dizendo que os pobres não podem pagar 50 reais”. 50 reais é muita coisa, 50 reais é muita coisa para uma família sem renda, com renda de um salário-mínimo por mês. Mas é muito mais do que isso companheiros e companheiras, esse 50 reais não paga ao Governo o gasto que ele tem com a máquina administrativa para cobrar esses 50 reais. **Esses 50 reais, ele simboliza a concretização da mercantilização**, ainda que ele não remunere a moradia, porque ele chega no final em um total de 9 mil reais do empreendimento, então ele não remunera o gasto com aquela família. **Então, ele é apenas ideológico e contra essa ideologia nós temos que falar, nós temos uma outra ideologia**, nós temos que falar. O Governo cobra 50 reais para consolidar a mercantilização, não é para remunerar é para consolidar. (LURDINHA, 2010, grifos meus).

Além disso, se cada trabalhador possuir sua casa, haverá uma redução do custo de vida da classe trabalhadora, porque ele não precisará mais pagar aluguel. Consequentemente, haverá uma redução do seu salário, proporcionalmente, uma vez que o valor da força de trabalho é o valor dos seus meios de subsistência.

[...] o trabalhador pagaria o aluguel por sua própria casa, mas não como antes, em dinheiro entregue ao dono da casa, e sim em forma de trabalho não pago ao dono da fábrica para quem ele trabalha. Assim, todavia, as economias que o trabalhador investe em sua casinha de certo modo se converteria em capital, mas não em capital para ele, e sim para o capitalista que lhe dá emprego. (ENGELS, 2015, p. 77).

Ainda nesse sentido, uma pesquisadora afirma:

A casa própria, além de criar a ilusão do progresso econômico, já que a propriedade individual é um bem passível (de alto valor) de troca, tornou-se o símbolo da valorização do trabalhador e um importante fundamento da constituição moral da sociedade. A difusão da casa própria passou a ser um importante instrumento para a reprodução de valores burgueses. O discurso dominante difundia a ideia de que habitações coletivas, tais como os cortiços, inviabilizavam a vida familiar decente, promoviam os maus-hábitos e, conseqüentemente, iam contra a moral cristã. (MILANO, 2013, p. 33).

Apesar do título de propriedade privada ser concebido como a principal solução para a questão da moradia, há outras alternativas, que podem, inclusive, serem implementadas dentro do capitalismo, como o aluguel social. Trata-se de programas habitacionais que englobem um estoque de imóveis destinado à locação para famílias de baixa renda. Essa é uma forma de lidar com questão sem conceber a moradia a partir de uma lógica mercantil.

O aluguel social (ou locação social) é um modelo de provisão habitacional destinado à população de baixa renda que pode ser praticado de diferentes maneiras. O proprietário original do imóvel pode ser tanto o setor público, quanto o setor privado. Um dos modelos de locação social se dá quando o governo concede benefícios aos proprietários de imóveis que deixam aos cuidados de um gestor a locação desses espaços. Nesse caso, tanto o proprietário do imóvel, que receberá incentivos fiscais, quanto o poder público, que não precisa adquirir terras para construção de novas moradias, são beneficiados. Por óbvio, o locatário, também é beneficiado, já que paga menos pelo aluguel. Outra possibilidade de locação social é aquela em que o poder público é o proprietário do imóvel e as moradias são alugadas diretamente aos beneficiários, sem intervenção do setor privado (MILANO, 2013, p. 61).

Ainda sobre a ideologia, Marx (2017a, p. 808) já destacou que, com a expropriação dos trabalhadores de seus meios de subsistência, não basta obrigá-los a venderem sua força de trabalho. O capitalismo molda a subjetividade dessa classe. Por meio da educação, tradição e hábito, os trabalhadores passam a reconhecer “as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas”. Uma entrevistada possui esse mesmo entendimento.

A gente foi feito, criado o tempo todo, formado para ser individual, né, uma sociedade contratualista que o que vale é que tá escrito entre uma pessoa e outra, que a propriedade privada vale mais que a vida, e a gente mamou isso, né... a vida toda a gente foi criado assim desse jeito. E é como se essa fosse a única realidade, a única verdade... única, exclusiva verdade... o sistema prega para nós e a gente acredita. Quem reproduz isso somos nós, as vítimas do sistema são as maiores reprodutoras dessa verdade perversa do sistema, né, que é da exclusão, que é da propriedade privada de tudo, da terra e de tudo. (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

Nesse sentido, outra ideologia funcional ao capitalismo é a compreensão de que a sociedade é um aglomerado de indivíduos. Trata-se do individualismo metodológico, que entende que “qualquer explicação adequada sobre o mundo social deve estar baseada no

indivíduo – em seus objetivos, suas concepções, suas ações, suas escolhas” (CODATO, 2012). A partir dessa compreensão não existe classes sociais, que é uma categoria coletiva que se refere a padrões regulares de interação (CODATO, 2012). Também é a partir dessa concepção que a economia ortodoxa pode falar de *homo economicus*: o ser humano enquanto indivíduo racional que age sempre em prol do auto interesse. Segundo essa corrente de pensamento, o indivíduo, por meio da razão, sempre calcula os custos e benefícios de suas possíveis ações, o que o faz agir sempre de modo que obtenha o máximo de satisfação pessoal.

Essa também é a base dos direitos individuais formuladas pelos liberais. Tais direitos, apesar de terem surgido como um avanço frente ao Estado absolutista, atualmente apresentam limitações quando se trata de fazer uma luta coletiva. Uma entrevistada relatou-me um caso ocorrido na Ocupação Manoel Congo que retrata isso: a polícia estava na porta do prédio com uma ordem de despejo Assim, para segurança da ocupação, as portas permaneciam trancadas para impedir que a polícia entrasse. Nesse cenário de ameaça iminente houve ocupantes que reclamaram que seu direito de ir e vir estava sendo cerceado e, por isso, queriam abrir as portas.

Essa liberdade de ir e vir.. Não! Os direitos individuais levados às últimas consequências, que é o liberalismo que coloca na cabeça da gente... várias vezes dentro da ocupação você está sob ameaça de polícia e as pessoas ficam do lado dentro, se não tiverem preparadas, e falam assim: “Não, quero entrar e sair a hora que eu quiser, porque é meu direito de ir e vir”. A gente passou por essas coisas

Aqui na Manoel Congo aconteceu isso?

É, passou isso. A política lá fora, a gente tendo que ficar aqui dentro, de portão trancado, saindo depois de meia-noite... para quem ia pegar 7h da manhã no trabalho, saindo depois da meia-noite, saindo escondido da política, na hora que trocavam o plantão... sabe? A gente se resguardando o máximo e pessoas gritando aqui: “Ah! Eu vou sair agora! É meu direito de ir e vir?” (LURDINHA, entrevista concedida a mim em 13/03/2023).

Dessa maneira, é possível compreender que a ideologia emerge das relações sociais, portanto, possui uma base material. Ela molda a subjetividade das pessoas, conformando seus valores e visão de mundo para que se adequem a determinada sociabilidade. No caso da última citação, há a demonstração de como a atual ideologia dominante molda-nos para compreendermo-nos átomos isolados, isto é, seres que não são necessariamente sociais.

3.7. Conclusões parciais

Neste capítulo, busquei demonstrar o elo entre capitalismo, espaço urbano e direito à cidade. O modo de produção em que vivemos tem como legalidade a acumulação ilimitada de

capital, todavia os recursos materiais são finitos, o que gera um impasse. Por esse mesmo motivo – por visar o acúmulo de capital e não a satisfação das necessidades das pessoas –, esse modo de produção possui uma mediação entre produção e realização de valor que resulta, necessariamente, em crises. Nessa dinâmica, as intervenções – muitas vezes violentas – no espaço urbano surgem como algo paliativo. Assim, ele torna-se lócus privilegiado da luta da classes: contra a lógica capitalista de apropriação do espaço, movimentos sociais, como o que organiza a Ocupação Manoel Congo, reivindicam o direito à cidade, que não deve ser confundido – ou limitado – a um direito positivo. Trata-se uma radical democratização das tomadas decisões sobre as cidades, de modo que todos os seus habitantes possam gozar do que ela tem a oferecer.

Neste capítulo, busquei demonstrar, ainda, como o Estado e o direito são formas essencialmente capitalistas. A forma estatal surge dá necessidade de que haja um terceiro externo aos agentes econômicos que garanta a intermediação universal das mercadorias. Assim, poder econômico e poder político são separadas. Ter o primeiro não implicar exercer diretamente o segundo. A mesma dinâmica origina o direito, como uma relação social que torna formalmente iguais pessoas que são materialmente diferentes, porque o trabalhador precisa ser (formalmente) livre para vender a sua força de trabalho. E toda essa dinâmica é sustentada por uma ideologia responsável por naturalizar processos e formas que são históricas, como a propriedade privada, bem como moldes subjetividades individualistas, em que cada pessoa se vê como um átomo desconexo de estruturas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Porque a necessidade, o direito, o amor pelo outro e a disposição de luta nos une;
 Porque sabemos que não podemos esperar que os governos respeitem a nossa dignidade, se nós antes não nos respeitarmos;
 Porque descobrimos que nossa força está na nossa capacidade de união e ajuda mútua;
 Porque sabemos que o que nos falta pra viver com dignidade, sobra para aqueles que nos exploram e oprimem a vida inteira;
 Porque sabemos que a justiça que precisamos e a igualdade que sonhamos tem que ser obra das nossas mãos;
 Porque sabemos que o mundo (a natureza) nos foi dado, tem que ser partilhado, preservado e defendido para nós e para as nossas futuras gerações;
 Porque sabemos que o lucro, o individualismo, a competição, a ganância e a exploração são nossos inimigos.*
 (Carta de Princípios da Ocupação Manoel Congo)

Ao final da pesquisa tem-se dois produtos: a pesquisa e o pesquisador, ou seja, além do produto impresso – tese, dissertação, artigo – também há o produto humano: o pesquisador que se forma. Nesse sentido, nestas considerações finais, quero começar com uma avaliação de como a elaboração desta dissertação impactou minha formação enquanto pesquisador. Em seguida, farei as considerações sobre os resultados da pesquisa que realizei.

Como destaquei na introdução, ingressei no PPGDC da UFF motivado a fazer uma pesquisa empírica. Desde a época da graduação eu tinha esse objetivo. Antes de ingressar no mestrado, já havia lido incontáveis trabalhos empíricos, também já havia lido muitos livros sobre metodologia científica. Entretanto, na graduação, nunca tive uma disciplina a respeito ou um/a professor/a para me orientar em uma pesquisa empírica.

Escutei certa vez, não me lembro de quem, que “só se aprende a pesquisar pesquisando”. Confirmei essa frase durante os dois anos de mestrado. Por mais que já tivesse lido muitos livros de metodologia e tivesse cursado uma disciplina sobre isso no PPGDC, há coisas que só aprendi no ato de pesquisar: como entrar no campo, como abordar as pessoas, como conduzir uma entrevista, como observar.

Muitas vezes os acontecimentos ocorreram diferentemente do que previ: marquei entrevistas e as pessoas desistiram; pensei que seria recebido de uma forma e fui de outra; planejei ir a campo em determinado dia e precisei ir em outro. Então, enquanto pesquisador, meu principal aprendizado nesta pesquisa foi o seguinte: lidar com a imprevisibilidade do campo. Penso que seja isso o que torna uma pesquisa empírica em direito tão desafiadora. Nosso objeto de estudo não está sob o nosso controle.

Aprendi que por mais que se tenha um projeto de pesquisa excelente (não que eu tivesse), bem estruturado, com método, técnicas e cronograma bem definidos, quando se faz

pesquisa empírica tudo isso está sujeito a alterações. O campo é imprevisível e, conforme minha orientação teórica-metodológica, eu preciso me adaptar a ele, não o contrário.

Ao fazer um balanço do que inicialmente planejei fazer nesta pesquisa e no que, de fato, fiz, constato que gostaria de ter feito um número maior de entrevistas. Meu planejamento inicial era fazer cinco e eu fiz três. Atribuo isso aos imprevistos que dificultaram minhas idas a campo, conforme relatei na introdução, como a interrupção do transporte universitário que eu planejava utilizar e também a própria imprevisibilidade do campo: três pessoas (uma ocupante, a ex-presidente do ITERJ e uma engenheira civil que trabalhou nas obras do prédio da Ocupação Manoel Congo) aceitaram ser entrevistadas, mas depois deixaram de responder as minhas (inúmeras) tentativas de contato para marcar as entrevistas. Então, trata-se de situações que não estavam sob meu controle. Entretanto, apesar de ter feito menos entrevistas do que o planejado, avalio que as que realizei forneceram material empírico o suficiente para sustentar esta dissertação.

Sou um pesquisador em formação, avalio que ainda tenho muito o que aprender e me aperfeiçoar, mas considero que finalizo esta pesquisa como um pesquisador mais capacitado do que quando a comecei. Sinto-me mais teórica e metodologicamente preparado para pesquisas futuras. Além disso, o estudo sobre Ocupação Manoel Congo realizado nos últimos dois anos também me tornou um ser humano ainda mais sensível às causas sociais e comprometido com a superação do capitalismo.

Depois de abordar o produto humano (minha formação enquanto pesquisador) desta pesquisa, abordarei, agora, os resultados da pesquisa propriamente dita. Toda a investigação feita buscou responder o seguinte problema: quais são as estratégias de ocupação e permanência utilizadas pela Ocupação Manoel Congo/RJ, entre os anos de 2007 e 2022, na luta pelo direito à cidade?

A primeira estratégia que verifiquei antecede a própria ocupação. Trata-se da formação política dos/as futuros/as ocupantes. Mesmo que haja um imóvel apto a ser ocupado e pessoas dispostas a ocupá-lo, o MNLM-RJ não o faz sem, pelo menos, seis meses de reuniões preparatórias, o que diferencia este movimento de outros, conforme relatou uma entrevistada.

No caso da Ocupação Manoel Congo, foram dois anos de reuniões preparatórias. Nestas reuniões, além de tratarem de toda a logística que envolve o ato de ocupar, busca-se formar as pessoas em uma lógica anticapital. O intuito é que as pessoas não se vejam como um aglomerado de indivíduos ocupando, mas como um coletivo. Todos precisam atuar em conjunto, pois a lógica individualista enfraquece o movimento.

Outra estratégia verificada, ainda no âmbito preparatório, é que o movimento não seleciona indivíduos isolados para participar da ocupação; seleciona famílias. Nesse sentido, o movimento não contempla moradores/as de rua. As famílias são oriundas de áreas sem infraestrutura, muitas vezes violentas, sobretudo favelas.

O movimento também possui a prática de fazer com que a ocupação seja uma denúncia contra a atual política urbana. Por isso, faz parte da estratégia ocupar prédios públicos em áreas centrais. Assim, além de garantir moradia e acesso à infraestrutura, chama-se a atenção para a causa.

Ainda nesse sentido, há critérios para fazer parte da ocupação: ser da classe trabalhadora, possuir renda mensal de até três salários-mínimos e não ter casa própria. O motivo de haver este terceiro critério é porque o MNLM-RJ não opera em uma lógica mercantil, o que significa que o movimento é contra a propriedade privada. O movimento compreende que a universalização da moradia pressupõe a sua desmercantilização. Por isso, estrategicamente privilegia a posse ao invés da propriedade privada; isso evita que algum(a) ocupante venda ou alugue sua moradia.

Enquanto estratégia de permanência, a Ocupação Manoel Congo/RJ construiu uma rede de apoio não só com outras ocupações do MNLM/RJ, mas com ocupações de outros movimentos, além de outras comunidades que lutam pelo direito à cidade. Moradoras e moradores da Ocupação da Manoel Congo estiveram presentes em diversos atos contra os Jogos Olímpicos de 2016 e a Copa do Mundo de 2014, mesmo que esses megaeventos não lhes afetassem diretamente, porque eles/as entendem que a luta pelo direito à cidade (eles/as não usam esse termo) tem que ser coletiva, com uns ajudando os outros.

Também fez parte da estratégia de permanência o uso tático do direito. No caso, a contemplação pelo Programa Minha Casa Minha Vida. O movimento possui uma visão crítica do direito e do Estado, não acredita que a superação do capitalismo pode ocorrer por vias institucionais. Entretanto, valeu-se das instituições para atender uma necessidade material concreta: melhores condições de moradia. Apesar das críticas ao MCMV e de essa via não ser a primeira opção, a conjuntura e as possibilidades reais de escolha levaram o movimento a participar do programa. Mesmo sendo atendidos pelo MCMV, os/as ocupantes não acreditam que essa é uma alternativa para solucionar a questão da moradia na sociedade capitalista.

Nesse cenário, fez parte da estratégia de permanência a luta para que as obras no prédio ocupado fossem feitas em autogestão. Essa medida amenizou a lógica mercantil do MCMV e permitiu maior democratização do processo, com os/as moradores/as intervindo diretamente nas tomadas de decisões sobre as obras.

Em termos teóricos, nesta pesquisa, verifiquei que a teoria do valor marxiana explica o capital portador de juros e seu desdobramento em capital fictício. Trata-se da circulação mercantil baseada em uma expectativa de acumulação futura, cada vez mais deslocada da realidade concreta, ou seja, uma circulação fundamentada na especulação. Essa lógica constitui o fenômeno da financeirização, dinâmica característica do capitalismo contemporâneo.

Nesse cenário, há a mercantilização da cidade e do acesso à habitação. A produção do espaço urbano está intimamente ligada ao sistema financeiro. A cidade serve à especulação e cumpre o papel de receber o capital sobreacumulado nos momentos de crise, por meio da realização de grandes obras – como as feitas no Rio de Janeiro para sediar megaeventos esportivos. Ainda sobre a cidade, outro fenômeno característico do capitalismo é a acumulação por espoliação, em que o direito não comparece para estabelecer uma igualdade formal entre as pessoas, nos moldes pachukanianos, mas legítima uma violência explícita.

Nesse contexto de financeirização, espaço urbano e acumulação de capital, o Programa Minha Casa Minha Vida foi criado como uma política pública que tem por finalidade aumentar o mais-valor apropriado pelos proprietários de capital – e não atender as necessidades materiais das famílias de baixa renda. Ao contrário da concepção do liberalismo clássico, mercado e Estado não são cindidos, mas na prática atuam juntos.

Não há capitalismo sem mercado, tampouco sem Estado. O Programa Minha Casa Minha Vida, mesmo na modalidade Entidades, pressupõe a questão habitacional como um problema do indivíduo consumidor e que, por isso, pode ser resolvida como um problema de crédito.

No capitalismo, em que as cidades são pautadas pela especulação imobiliária, em que o espaço urbano é tomado como um meio de acumular capital sem preocupação com as necessidades materiais das pessoas, a Ocupação Manoel Congo desponta como um exemplo de sucesso na luta pelo valor de uso da cidade.

Algo que se destacou durante a pesquisa é o protagonismo feminino na Ocupação Manoel Congo: todas as lideranças da ocupação são mulheres e a maioria é negra. Desse modo, é possível afirmar que elas possuem uma tripla jornada de trabalho: (i) o trabalho que lhes garante suas rendas; (ii) os afazeres domésticos; e, (iii) coordenar uma ocupação e o MNLM-RJ. Tal constatação levou-me a refletir sobre a ligação entre direito à cidade e feminismo: as cidades oferecem as mesmas condições de segurança para homens e mulheres? Homens e mulheres têm o mesmo acesso à saúde, emprego, educação? O que as mulheres da Ocupação Manoel Congo pensam sobre essas questões e como elas agem diante disso?

Preliminarmente, a luta pelo direito à cidade e a luta feminista parecem-me ligadas umbilicalmente, de modo que não podem ser cindidas. Avaliei que esta questão, por si só, demanda uma nova pesquisa; uma pesquisa independente. Por esse motivo, não realizei um recorte de gênero nesta dissertação, porque pretendo fazer tal pesquisa futuramente.

Por fim, espero que esta dissertação, mesmo que minimamente, contribua com os debates sobre as questões aqui tratadas e auxilie, de alguma forma, todas e todos comprometidas/os com a formação de uma nova sociedade. As moradoras e moradores da Ocupação Manoel Congo/RJ demonstram que outra forma de sociabilidade, não pautada pelo “lucro”, é possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O Direito no jovem Lukács**: a Filosofia do Direito em História e consciência de classe. São Paulo: Alfa-Ômega, 2006

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Sartre: direito e política** - ontologia, liberdade e revolução. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

ANDRADE, Patrick R.; MARQUES, Rosa M. O capital como “antivalor”: considerações sobre a mercadoria capital e o fetiche perfeito. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 46, p. 35-53, 2017.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BECKER, Howard S. A Epistemologia da Pesquisa Qualitativa. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**. Vol. 1, N. 2, jul., p. 184-198, 2014.

BELLO, Enzo. **A cidadania na luta política dos movimentos sociais urbanos**. Caxias do Sul: Educs, 2013.

BELLO, Enzo; KELLER, Rene José (org.). **Curso de direito à cidade**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

BELLO, ENZO; FALBO, Ricardo Nery (org.). **Pesquisa empírica em direito na atualidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. CEEJ, 2020.

BELLO, ENZO; BIENENSTEIN, Regina; SOUSA, Daniel M. M. (org.) . **Direito à cidade**: luta pela moradia na cidade atual. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. CEEJ, 2021.

BELLO, Enzo; FALBO, Ricardo N. (org.). **Direito à cidade e ocupações urbanas**: pesquisas empíricas. Rio de Janeiro: CEEJ, 2022.

BERNARD, Edelman. **A legalização da classe operária**. Trad. Marcus Orione. São Paulo Boitempo, 2016.

BHASKAR, Roy. **A realist theory of Science**. London: Verse, 1997.

BONAN, A. C. F. **Camelôs rebeldes**: a dimensão sócio-espacial do direito na cidade em disputa. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos**, n. 45, p. 152-166, 1996.

BRASIL. **Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964**. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição de casa própria, cria o Banco Nacional de Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1964.

BRASIL. **Lei nº 6.385, de 07 de setembro de 1976**. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Brasília: Diário Oficial da União, 1976.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.004, de 14 março de 1990**. Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. **Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990**. Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. **Decreto nº 103, de 22 de abril de 1991**. Autoriza a instituição do Fundo de Desenvolvimento Social e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1991.

BRASIL. **Lei nº 8.688, de 25 de junho de 1993**. Dispõe sobre a constituição e o regime tributário dos Fundos de Investimento Imobiliário e dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro); e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União 1993.

BRASIL. **Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993**. Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Social, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1993.

BRASIL. **Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001**. Cria o Programa de Arrendamento Residencial, inclui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências. Brasília: Diário da Oficial União, 2001.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2001.

BRASIL. **Resolução CCFDS nº 93, de 28 de abril de 2004**. Cria o Programa Crédito Solidário voltada para o atendimento de necessidades habitacionais de famílias de baixa renda organizadas em cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil. Brasília: Diário Oficial da União, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FHNIS. Brasília: Diário Oficial da União, 2005.

BRASIL. **Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.** Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH nos exercícios de 2007 e 2008. Brasília: Diário Oficial da União, 2007.

BRASIL. **Resolução CCFDS nº 121, de 09 de janeiro de 2008.** Confere nova disciplina ao Programa Crédito Solidário criado pela Resolução nº 93, de 28 de abril de 2004, do Conselho Curador do FDS. Brasília: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008.** Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de julho de 2005. Brasília: Diário Oficial da União, 2005.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de julho de 2009.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Brasília: Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. **Portaria Conjunta nº 472, de 18 de novembro de 2009.** Define as condições específicas à oferta pública de recursos do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV para municípios com população limitada a cinquenta mil habitantes. Brasília: Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.** Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônica Legal. Brasília: Diário Oficial da União, 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011.** Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Brasília: Diário Oficial da União, 2011.

BRASIL. **Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.** Institui o Programa Casa Verde e Amarela. Brasília: Diário Oficial da União, 2023.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, e a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022. Brasília: Diário Oficial da União, 2023.

BRASIL. **Portaria Interministerial MCID/MF nº 2, de 1º de março de 2023.** Dispõe sobre a concessão de subvenções econômicas, meta de atendimento e remunerações do gestor

operacional e agentes financeiros atuantes no Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Brasília: Diário Oficial da União: 2023.

BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização**: o urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2018.

CALDAS, Camilo Onoda. **A teoria da derivação do estado e do direito**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2015.

CAMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Ata do debate público “Moradia popular no Centro da cidade do Rio de Janeiro”**. 13/03/2021. Rio de Janeiro: [s.n.], 2021.

CAMINHA, Julia V. **Os diferentes sentidos de ocupar**: experiências brasileiras e européias. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

CARDOSO, Sidney A. Positivismo jurídico: o Círculo de Viena e a ciência do direito em Kelsen. **Revista da Esmese**, Aracaju, v. 1, n. 3, p. 295-304, 2002.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p. 17-66.

CARDOSO, Adauto Lúcio *et al.*. Minha Casa Minha Sina: implicações da recente produção habitacional pelo setor privado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p. 143-160.

CARLE-MARSAN, Marianne. Lutte des brésiennes pour le droit à la ville. L’expérience des femmes de la communauté d’occupation Manoel Congo à Rio de Janeiro. In: LUC-NORMAND, Tellier; VAINER, Carlos (org.). **Métropoles des Amériques en mutation**, Quebec: Press de l’Université du Quebec, 2012, p. 9-30.

CASALINO, Vinícius Gomes. **O direito e a transição**: a forma jurídica na passagem do capitalismo ao socialismo. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CHAUÍ, Mariana. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHAUÍ, Mariana. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2010.

CLAVER, Nuria. A *Ciutat Vella* de Barcelona: renovação ou gentrificação? In: BIDOUCZACHARIASEN, Catherine (Coord.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: Annablume. 2006.

CODATO, Adriano. Individualismo metodológico. In: NOGUEIRA, Marco Aurélio; DI GIOVANI, Geraldo (orgs.). **Dicionário FUNDAP de Políticas Públicas**. São Paulo: FUNDAP, 2012.

COSTA, Bernardino Alexandre; ROCHA, Gonçalves Eduardo. Epistemologia e Pesquisa em Direito. In: BELLO, Enzo; ENGELMANN, Wilson (org.). **Metodologia da pesquisa em direito**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015. p. 117-138.

DEMINICIS, Rafael B. “**Ocupar, resistir, garantir**”: os movimentos sociais de ocupações urbanas no Rio de Janeiro na construção de uma política autogestionária. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2009.

DUAYER, Mario. Antirrealismo e absolutas crenças relativas. **Verinotio**, Rio das Ostras, n. 14, p. 16-27, 2012.

DUAYER, Mario; PAINCEIRA, Juan Pablo. Economia ortodoxa: notícias de lugar nenhum (parte 2), **Brasil Debate**, 08 mai. 2017. Disponível em: <<https://brasildebate.com.br/economia-ortodoxa-noticias-de-lugar-nenhum-parte-2/>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 1997.

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria**: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**. Trad. Marcus Orione. São Paulo: Boitempo, 2016.

EDELMAN, Bernard. **O direito captado pela fotografia**. Coimbra: Centelha, 1976.

ENGELS, Friedrich.; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. Trad. Lívia Cotrim e Márcio Bilharinho Naves. São Paulo: Boitempo, 2012.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015.

FALBO, Ricardo Nery. Sociologia e direito: condições de possibilidade do projeto interdisciplinar. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, v. 01, p. 01-18, 2011.

FALBO, Ricardo Nery. A contribuição da Teoria Crítica para o direito. In: BELLO, Enzo; ENGELMANN, Wilson (org.). **Metodologia da pesquisa em direito**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015. p. 15-31.

FALBO, Ricardo Nery. O debate micro-macro em sociologia e epistemologia crítica no Direito. In: CUNHA, José Ricardo (org.). **Epistemologias Críticas do Direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p. 1-19.

FERNANDES, Adriana dos Santos. **Escuta Ocupação: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FONTES, Virgínia. Marx, expropriações e capital monetário – notas para o estudo do imperialismo tardio. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v. 1, n. 26, p. 9-31, 2008.

FORNAZIN, Henrique. **Luta pela moradia na Ocupação Manoel Congo**: imagens e implicações subjetivas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil - 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021.

GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL. **Relatório final**. Brasília: [s.n.], 2022. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2022/12/Relatorio-final-da-transicao-de-Lula.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

GERMER, Claus M. O Capital Bancário e a Relação Indústria-Bancos na Teoria de Marx. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 28, n. 53, p. 129-158, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2006.

GONÇALVES, Guilherme Leite. Acumulação primitiva, direitos humanos e movimentos sociais: esboço de uma provocação ao giro antiprodutivista. In: CUNHA, José Ricardo (org.). **Epistemologias Críticas do Direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. P. 61-74.

GONÇALVES, Guilherme Leite. Acumulação primitiva, expropriação e violência jurídica: expandindo as fronteiras da sociologia crítica do direito. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, p. 1028-1082, 2017.

GONÇALVES, Guilherme Leite. Capitalismo e violência jurídica: ampliando a sociologia do direito marxista. **BOLETIM DO IBCCRIM**, v. 26, p. 16-19, 2018.

GONÇALVES, Guilherme Leite. Forma e Violência Jurídica na Acumulação Capitalista: sobre relações de troca e expropriação. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, p. 2858-2878, 2019.

GONÇALVES, Guilherme Leite. (Org.). **Convid-19, Capitalismo e Crise**: biografia comentada. LEICC/Revista Direito e Práxis, 2020a.

GONÇALVES, Guilherme Leite; COSTA, Sérgio. **Um porto no capitalismo global**. São Paulo: 2020b.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 2: OS intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 4: Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 5: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

GUERREIRO, Isadora; ROLNIK, Raquel; SANTORO, Paula F. Novo Minha Casa, Minha Vida: novidades e alertas. **Labcidade**. 13 mar. 2023a. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/novo-minha-casa-minha-vida-novidades-e-alertas/?fbclid=IwAR3lo5ZL3fs9l4iiQhGbcNN6pOp6u9-fOqteFDoaB7_xRKfOEXl3mtpXaFM>. Acesso em 15. abr. 2023.

GUERREIRO, Isadora; ROLNIK, Raquel; SANTORO, Paula F. Novo Minha Casa, Minha Vida: novidades e alertas. **Labcidade**. 15 mar. 2023b. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/moradia-de-aluguel-no-minha-casa-minha-vida-desafios-e-perigos/?fbclid=IwAR0XG9bXRirOaNWHnKo-KPKiEIAyDThbTW1c3pKB6_UPi9ic0YFhNWSw_II>. Acesso em 15. abr. 2023.

GUSTIN, Miracy B. S.; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)Pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

GONZÁLEZ, Humberto P. **Economia Política do Capitalismo**: breve exposição da doutrina econômica de Marx. Seara Nova, 1977.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume. 2005.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **Para Entender O Capital**: livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARVEY, David. **Para Entender O Capital**: livros II e III. São Paulo: Boitempo, 2014a.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **17 Contradições e o fim do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **A Loucura da Razão Econômica**: Marx e o Capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

HEGEL, Georg W. F. **Fenomenologia do espírito**. Trad. Paulo Menezes. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2014.

HIRSCH, Joachim. **Teoria materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

KASHIURA JÚNIOR, Celso Naoto. **Sujeito de direito e capitalismo**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014.

KANATANI, Paulo; MELLO, Gustavo M. C. Criptomoedas: do fetichismo do ouro ao hayekgold. **Crítica Marxista**, n. 47, p. 9-25, 2018.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Trad. João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1998a.

KELSEN, Hans. **Teoria geral do Direito e do Estado**. Martins Fontes: São Paulo, 1998b.

HIRSCH, Joachim. **Teoria materialista do estado**. Rio de Janeiro: Revan: 2010.

KOSIC, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011,

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Lisboa: Ulisseia, 1972.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001a.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001b.

LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto; LEITÃO, Rômulo Guilherme. “Democracia em Marx: o necessário resgate da crítica no direito constitucional da atualidade”. In: **Sequência, estudos jurídicos e políticos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, ano XXVII, n. 56, junho de 2008, p. 81-94.

LUKÁCS, Gyorgy. **História e consciência de classe**. Trad. Rodnei Nascimento. Martins Fontes: São Paulo, 2003.

LURDINHA. “Moradia e política habitacional” (palestra). **II Seminário de Política e Planejamento**, Curitiba, 06 ago. 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Trad. Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

LYRA FILHO, Roberto. **Karl, meu amigo: diálogo com Marx sobre o direito**. Porto Alegre: Fabris, 1983.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito**. Editora Brasiliense: 2003.

MACEDO, Regiane M.; BATISTA, Flávio Roberto. Direito e luta de classes em Bernard Edelman. *Crítica Marxista*, n. 52, p. 81-93, 2021.

MARICATO, Erminia. **Habitação e Cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MARICATO, Erminia. É a questão urbana, estúpido. In: MARICATO, Erminia. *et al.* **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Sobre questão judaica**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro II. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro III – O processo global de produção capitalista. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MASCARELLO, Renata P. **A produção capitalista do espaço urbano no contexto da Copa do Mundo de 2014**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2016.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2016.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crítica da legalidade e do direito brasileiro**. São Paulo: Quartier Latin, 2019.

MEDEIROS, João Leonardo. Marx y la crítica de la Economía Política: la negación como fundamento de la crítica. **Herramienta Web**, v. 20, p. 08, 2016. Disponível em: <<https://www.herramienta.com.ar/?id=2637>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

MEDEIROS, João Leonardo; CARCANHO, Marcelo. Trabalho no capitalismo contemporâneo: pelo fim das teorias do fim do trabalho. In: NEVES, Renake B. D. (org.). **Trabalho, estranhamento e emancipação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 139-160.

MEDEIROS, João Leonardo; BONENTE, Bianca. Marx e a crítica da economia política: considerações metodológicas. In: MEDEIROS, João Leonardo; Eduardo Sá Barreto (org.). **Para que leiam *O capital***: interpretações sobre o Livro I. São Paulo: Usina Editorial, 2021.

MELLO, Irene de Queiroz e. **Trajetórias, Cotidianos e Utopias de uma Ocupação no Centro do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MELO, Ricardo P. Sobre o desenvolvimento da categoria capital portador de juros. **Revista Ideação**, n. 39, p. 198-210, jan./jun., 2012.

MELO, Ricardo P. O crédito comercial e a origem do dinheiro de crédito em Marx. In: Colóquio Internacional Marx e Engels, 9, 2018, Campinas. **Anais**. Campinas: [s.n.], 2018. Disponível em: Disponível em: <<https://anais9coloquiomarxengels.wordpress.com/gts/>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

MELO, Ricardo P. Reflexões sobre o dinheiro de crédito em Marx. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n. 3, p. 149-159, dez. 2019.

MENDES, Luís. Gentrificação e a cidade revanchista: que lugar para os movimentos sociais de resistência? **Fórum Sociológico**, Lisboa, série 2, n. 18, p. 1-13, 1 jun. 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do leviatã**: crítica do Estado. São Paulo: Boitempo, 2021.

MILANO, Joana Zattoni Milano. **Um lugar para chamar de seu?** O Programa Minha Casa Minha Vida e a ideologia da casa própria. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MINISTERIO DAS CIDADES. Programa Minha Casa Minha Vida. **Gov.br**. 14 fev. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/materias/programa-minha-casa-minha-vida?fbclid=IwAR0ripafuc71n8UeoVrCO0j0JFfmN9Od3lsZubw-dF7AIT4BUbcMbwDBTVk>>. Acesso em: 05 abri. 2023.

_____. Minha Casa, Minha Vida vai contratar 2 milhões de moradias até 2026. **Gov.br**. 13 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/minha-casa-minha-vida-vai-contratar-2-milhoes-de-moradias-ate-2026>>. Acesso em: 18. abr. 2023.

MIRANDA, Ana Clara M. **Autogestão habitacional no Rio de Janeiro: o acúmulo de experiências e a influência do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Planejamento Urbano e Regional, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MOLINA, F. S. **Megaeventos e produção do espaço urbano**. São Paulo: Annablume: 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO. Nota oficial: Programa Casa Verde e Amarela sepulta faixa de baixa renda. **Mtst.org**. 13 jan. 2021. Disponível em: <<https://mtst.org/noticias/nota-oficial-sobre-o-programa-casa-verde-e-amarela/>> Acesso em: 15 abr. 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO. "A criminalização da pobreza e dos movimentos sociais não bate na porta: arromba". **MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA - RIO DE JANEIRO**, 15 Janeiro 2013. Disponível em: <<http://mnlmrj.blogspot.com/2013/01/a-criminalizacao-da-pobreza-e-dos.html>>. Acesso em: 07 out 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO. Cooperativa Liga Urbana. **Blogspot**. Disponível em: <<http://mnlmrj.blogspot.com/p/cooperativa-liga-urbana.html>>. Acesso em: 04. abr. 2023.

MOVIMENTO LUTAR POPULAR. Nota do luta popular sobre o Programa Casa Verde Amarela. **Lutapopular.net**. s/d. Disponível: <<https://www.lutapopular.net/nota-luta-popular-sobre-o-programa->>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MÜNCH, Marcela. **Direitos humanos e a colonização do urbano: Vila Autódromo na disputa**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NAVES, Márcio Bilharinho (org.). **O discreto charme do direito burguês: ensaios sobre Pachukanis**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2009.

NAVES, Márcio Bilharinho. **A questão do direito em Marx**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014.

NEPOMUCENO, Mariana Diniz Bittencourt. **O Movimento Nacional de Luta pela Moradia: uma leitura freireana do mutirão na Ocupação Manoel Congo**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

NOBRE, Marcos. Apontamentos sobre a pesquisa em Direito no Brasil. In: **Novos Estudos CEBRAP**, vol. 66, p. 145-154, 2003. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2779>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

NOGUEIRA, Italo. Caixa diz que Porto Maravilha do Rio era inviável desde o início. **Folha de São Paulo**. 04 jun. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/apos-prejuizo-bilionario-ao-fgts-caixa-diz-que-revitalizacao-do-porto-do-rio-e-inviavel.shtml>>. Acesso em: 16 abr. 2023.

NUNES, Amanda A. **Análise crítica do processo construtivo autogestionário da requalificação financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida Entidades**: estudo prático Manoel Congo. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) – Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

OLIVEIRA, Luciano. Não fale do Código de Hamurábi! A pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito. In: Idem. **Sua Excelência o Comissário e outros ensaios de sociologia jurídica**. Letra Legal. 2004, p. 137-167. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5177401/mod_resource/content/1/OLIVEIRA A%20Hamurabi.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5177401/mod_resource/content/1/OLIVEIRA%20Hamurabi.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CORREAS, Óscar. **Crítica da ideologia jurídica**: ensaio sócio-semiológico. Trad. Roberto Bueno. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995.

CORREAS, Óscar. **Kelsen y los marxistas**. México, D.F.: Coyacán, 2004.

OSTROWER, Isabel Milanez. **Cuidar da casa e lutar pela moradia**: a política vivida em uma ocupação urbana. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

PAULANI, Leda M. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda da terra de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 144, p. 514-535, jul./set., 2016.

PAULANI, Leda M; FIX, Mariana. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 4, p. 638-657, out./dez, 2019.

PAZELLO, Ricardo Prestes. Direito insurgente: fundamentações marxistas desde a América Latina. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, p. 1555-1597, 2018.

PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito insurgente**: para uma crítica marxista ao direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

PAZELLO, Ricardo Prestes. Jardim suspenso entre dois céus: um ensaio sobre o estado da arte da relação entre marxismo e direito no Brasil, hoje. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 8, p. 65-87, 2021a.

PAZELLO, Ricardo Prestes; OLIVEIRA, Eduardo M. Introdução ao direito insurgente negro: antecedentes teóricos, bases epistêmicas e usos políticos táticos. **Revista Direito e Práxis**, v. 13, p. 1951-1981, 2022b.

PEDRO, Carina C. **Reabilitação de edifícios ociosos e a moradia popular no centro da cidade**. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

PENHA, Denize C. A. **O direito à moradia e a luta do MNLM pela reivindicação desse direito na cidade do Rio de Janeiro**. Monografia (Bacharelado em Direito), Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

PIRES, Cecília B. **Cidadania ativa e direito à cidade: um estudo empírico sobre a Ocupação Povo Sem Medo de São Bernardo do Campo (SP)**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

POSTONE, M., **Time, labor, and social domination**. A reinterpretation of Marx's critical theory. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

PRADO, Eleutério F. S. Exame crítico da teoria da financeirização. **Crítica Marxista**, n. 39, p. 13-34, 2014.

PUPO, Amanda; AGUIAR, SOFIA. Lula pede que plano de investimos tenha novo nome para não usar marca “PAC”. **Estadão**. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/economia/lula-plano-investimentos-novo-nome-marca-pac/>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

RAGIN, Charles C. What is social research. In: Idem. **Constructing social research: the unity and diversity of method**. Thousand Oaks/CA: Pine Forge Press, 1994, p. 05-30.

REICHELDT, Helmut. Que método Marx ocultou? **Crítica Marxista**, n. 33, p. 67-82, 2011.

REIS, Ana Beatriz O. **Democracia e espaço urbano: a dinâmica do direito à cidade em Juiz de Fora/MG**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

RIO DE JANEIRO. **Lei Complementar nº 16, de 04 de junho de 1992**. Dispõe sobre a política urbana do município, institui o Plano Diretor decenal da cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Diário Oficial do Município, 1992.

RIO DE JANEIRO. **Lei Complementar nº 56, de 08 de junho 2002**. Prorroga o prazo de vigência da Lei Complementar nº 16, de 04 de junho de 1992, Plano Diretor da Cidade, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Diário Oficial do Município, 2002.

RIO DE JANEIRO. **Lei Complementar nº 101, de 23 de novembro de 2009**. Modifica o Plano Diretor, autoriza o poder executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da região do porto do rio e dá outras providências. Rio de Janeiro: Diário Oficial do Município, 2009.

RIO DE JANEIRO. **Lei Complementar nº 111, de 01 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Rio de Janeiro: Diário Oficial do Município: 2011.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 36.388, de 29 de outubro de 2012.** Rio de Janeiro: Diário Oficial do Município, 2012.

RIO DE JANEIRO. **Prospecto de registro da operação urbana consorciada da região do porto do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: [s.n.], 2016.

RIO DE JANEIRO. **Lei Complementar nº 229, de 14 de julho de 2021.** Institui o programa Reviver Centro, que estabelece diretrizes para a requalificação urbana e ambiental, incentivos à conservação e reconversão das edificações existentes e à produção de unidades residenciais na área da II Região Administrativa – II RA, bairros do Centro e Lapa, autoriza a realização de operação interligada e dá outras providências. Rio de Janeiro: Diário Oficial do Município, 2021.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 6.999, de 14 de julho de 2021.** Concede benefícios fiscais de isenção ou suspensão de IPTU, ISS E ITBI para as obras e edificações enquadradas no Programa Reviver Centro de requalificação da região central da Cidade. Rio de Janeiro: Diário Oficial do Município, 2021.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 49698, de 27 de outubro de 2021.** Regulamenta o direito à utilização da Operação Interligada e o pagamento da contrapartida no programa Reviver Centro, instituído pela Lei Complementar nº 299, de 14 de julho de 2021, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Diário Oficial do Município, 2021.

RIVERA-LUGO, Carlos. **Crítica à economia política do direito.** São Paulo: Ideias & Letras, 2019.

RUBIN, Isaak L. **A teoria marxista do valor.** São Paulo: Pólis, 1987.

RUBIN, Isaak L. **A teoria do dinheiro em Marx.** São Paulo: ICP, 2020.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx.** Trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

ROYER, Luciana O. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas.** 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SABADINI, Mauricio de S. Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx. **Economia e Sociedade**, v. 22, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/NJbVMkK6HNCFXVCbPMzj54v/?lang=pt>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

SANTANA, Marcelo S. G. **O direito à cidade entre limites e potencialidades diante da cidade mercadoria: a luta por direitos na Cidade dos Meninos**. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2021.

SANTO, Marcos N. E.; MENDES, Áquilas N. O fundo público e o capital portador de juros: o papel da dívida pública no capitalismo contemporâneo. **Revista Pesquisa & Debate**. v. 27, n. 48, p. 25-44, 2016.

SANTOS, Julio Cesar F. **Cidade Ltda. Valorização do espaço e reprodução da metrópole para megaeventos**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: EdUSP, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, razão e emoção**. São Paulo: Ed. EdUSP, 2006.

SARTORI, Vitor Bartoletti. **Alienação, ontologia e técnica: para uma crítica ao direito**. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, Adriana E. **A produção do espaço urbano pelo Programa Minha Casa Minha Vida (faixa 1) na região metropolitana de Recife/PE: entre a reprodução social da vida e a reprodução do espaço mercadoria**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SILVA, Eugênio R. O Planejamento Estratégico sem plano: uma análise do empreendedorismo urbano no Brasil. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**. n. 2, p. 279-306, 2012.

SILVA, Giselle S. Capital portador de juros e programas de transferência de renda. **Rev. Pol. Públ.** São Luis, v. 13, n. 2, p. 173-181, jul./dez. 2009.

SILVA, Giselle S. O capital portador de juros e o processo de financeirização da vida social. *In: Encontro Internacional de Economía Política y Derecho Humanos*, 6, 2012, Buenos Aires. **Anais**. Buenos Aires: CEMOP, 2012.

SILVA JR., Gladstone Leonel. A insuficiência das instituições e da atual concepção de Estado de direito para uma análise jurídico-transformadora na América Latina. **O Direito Alternativo**, v. 2, p. 6-24, 2013.

SILVA JR., Gladstone Leonel. Os limites do novo constitucionalismo latino-americano diante de uma conjuntura de retrocessos. **Revista Abya Yala**, v. 1, p. 199-208, 2017.

SILVA JR., Gladstone Leonel; DIEHL, Diego A. É possível o marxismo reconciliar-se com Kelsen? A proposta? A proposta de Oscar Corrêas. **Revista Culturas Jurídicas**, v, 7, p. 159-174, 2019.

SILVA JR., Gladstone Leonel; SOUZA JUNIOR, Geraldo S. A luta pela constituinte e a reforma política no Brasil: caminhos para um constitucionalismo achado na rua? **Revista Direito e Práxis**, v. 08, p. 1008-1027, p. 2019.

SILVA JR., Gladstone Leonel; PAZELLO, Ricardo P.; CARVALHO, Euzamara (Orgs.). **A luta pela terra, água, florestas e direito**. Programa de formação permanente. v. 3. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

SILVA, Marcelo Quintino da. **A luta dos sem-teto pelo direito à cidade na área central da cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Marisa M. **Minha Casa, Minha Vida**. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

SIQUEIRA, Gustavo S. Pequeno ensaio sobre como o Direito ensina errado a História ou algumas dicas para quem faz um trabalho acadêmico. In: CUNHA, José Ricardo (org.). **Epistemologias Críticas do Direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 75-86.

SOARES, Moisés. A. O direito na obra pré-carcerária de Gramsci: do programa mínimo de direitos à resistência ao fascismo. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, p. 1070-1094, 2021.

SOARES, Moisés. A.; PAZELLO, Ricardo. P. Entre o equilíbrio catastrófico e um jardim suspenso: dez anos de direito e marxismo, em movimento. *Insurgência*: **Revista de Direito e Movimentos Sociais**, v. 8, p. 182-199, 2022.

SOARES, Moisés. A.; PAZELLO, Ricardo. P. Pachukanis em Caracas: o Direito Internacional entre a Forma Jurídica e a Guerra (Neo)Colonial. In: Maria Beatriz Oliveira da Silva; Thomaz Delgado de David. (org.). **Marxismo, direito e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, p. 201-241.

SOUZA JUNIOR, José Geraldo; FONSECA, Livia G. D. O Constitucionalismo achado na rua – uma proposta de decolonização do Direito. **Revista Direito e Práxis**, v. 08, n. 14, p. 2882-2902, 2017a.

SOUZA JUNIOR, José Geraldo. Concepção e prática de O Direito Achado na Rua: uma plataforma para um direito emancipatório. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 6, n. 1, p. 145-158, 2017b.

SOUZA JUNIOR, José Geraldo. O Direito Achado na Rua: condições sociais e fundamentos teóricos. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 4, p. 2776-2817, 2019.

STUTCHKA, Piotr. **O papel revolucionário do direito e do Estado**: teoria geral do direito. São Paulo: Contracorrente, 2023.

TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 35, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/hdLsr4FXMpVZWPJ7XswRRbj/?lang=pt>>. Acesso em: 07 mai. 2022.

UOL. **Leia o discurso do Lula no lançamento do PAC**. 22 jan. 2007. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/leia-o-discurso-de-lula-no-lancamento-do-pac/>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

VAINER, Carlos B. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glossas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. **Proposta**, Rio de Janeiro, n. 69, p. 28-34, jun. 1996.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Discursivo. In: VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia; ARANTES, Otilia. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VAINER, Carlos B. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**. 2013. Disponível em: <<http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/193/1/IU034%20-%20VAINER%20Carlos%20-%20Cidade%20de%20Excecao%2c%20reflexoes%20a%20partir%20do%20Rio%20de%20Janeiro.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

VASCONCELOS, Vinícius N. **O espaço como produto, meio e condição para uma educação popular transformadora**: a prática pedagógica do Espaço Criarte na Ocupação Manoel Congo – MNLMRJ. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

VERONESE, Alexandre. Pesquisa em direito. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes *et al* (coords.). **Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito**. São Paulo: PUC-SP, 2017. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/141/edicao-1/pesquisa-em-direito>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

VIEIRA, Rafael B. **Walter Benjamin**: o direito, a política e a ascensão e colapso da República de Weimar (1918/9-1933). Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

VIEIRA, Rosângela V. Capital fictício e urbanização: da (in)coerência imposta pela gestão territorial à organização do espaço. In: **Anais do XV encontro da ANPUR – Desenvolvimento, planejamento e governança**. Recife, 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **São Paulo**: segregação urbana e desigualdade. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58, 2011.

VINUTO, Juliana. A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, Campinas, n. 44, 2014.

WEBLEY, Lisa. Qualitative approaches to empirical legal research. In: CANE, Peter; KRITZER, Herbert M. (eds.). **The Oxford Handbook of Empirical Legal Research**. Oxford University Press, 2010, p. 927-947.

WITTGER, Bea. La crisis urbana brasileña y sus soluciones “desde abajo”. **Nueva sociedad**, n. 273, p. 110-122, 2018.

ANEXO A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM AS OCUPANTES

- 1) Desde quando você está na Ocupação?
- 2) Como a Ocupação teve início?
- 3) Como você ficou sabendo da Ocupação e como chegou nela?
- 4) Onde você vivia antes de vir para a Ocupação?
- 5) O que te motivou a estar na Ocupação?
- 6) Como é a sua rotina na Ocupação?
- 7) O que você espera conseguir participando da Ocupação?
- 8) Se a Ocupação fosse em outro lugar, você iria se incomodar?
- 9) Há alguma rede de apoio com outras ocupações?
- 10) Como é a dinâmica da Ocupação?
- 11) Como é a rotina na Ocupação?
- 12) Como funcionam os trabalhos voluntários?
- 13) Como as decisões da Ocupação são tomadas?
- 14) A Ocupação iniciou-se em 2007. Houve grandes mudanças dos ocupantes de lá pra cá?
- 15) Há algum critério para escolher quem participa ou não da Ocupação?
- 16) Como é a relação dos acampados com a vizinhança?
- 17) Há conflitos entre os ocupantes?
- 18) A ocupação é partidária?
- 19) Como funciona o esquema de visitas de pessoas “de fora” na ocupação?
- 20) A Carta de princípios possui efetividade?
- 21) As transformações urbanas ocorridas no Rio de Janeiro, por conta da Copa e Olimpíadas, afetou a Ocupação? Se sim, como?
- 22) Desde 2007, qual foi o contato do Estado com a Ocupação?
- 23) Qual a sua visão sobre o Estado? Positiva ou negativa? Você se sente protegido ou ameaçado pelo Estado?
- 24) Como era a Ocupação antes do Programa Minha Casa, Minha Vida? E como é agora?
- 25) Como o Programa Minha Casa, Minha Vida afetou a dinâmica da Ocupação?
- 26) O que você pensa do Programa Minha Casa, Minha Vida?
- 27) Você acredita que o Direito pode ser um instrumento para atendimento das suas reivindicações ou da Ocupação?

- 28) Qual a sua visão sobre o Direito? Positiva ou negativa? Você se sente reconhecido, protegido pelo Direito ou sente que o Direito não te protege ou não te reconhece? Por quê?
- 29) Na sua visão as políticas públicas do Estado atendem as expectativas dos moradores da Ocupação Manoel Congo? Se não, por quê?
- 30) Como a pandemia de COVID-19 afetou a dinâmica da Ocupação?

ANEXO B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A ARQUITETA

- 1) Há quanto tempo você atua na assessoria à movimentos populares de luta por terra e moradia no Rio de Janeiro?
- 2) Como arquiteta e pesquisadora, o que você tem a dizer sobre a política urbana do Rio de Janeiro nas últimas três décadas?
- 3) Como se dá a especulação imobiliário na cidade do Rio do Janeiro?
- 4) Como você vê o Estado atuando nesse cenário?
- 5) Qual papel você entende que o direito cumpre nesse cenário?
- 6) Qual o seu contato com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN)?
- 7) Como você compreende as estratégias de luta pela cidade do MNLN?
- 8) Para quais casos você prestou assessoria técnica?
- 9) Você já teve contato com a Ocupação Manoel Congo, organizada pelo MNLN? Se sim, como foi esse contato e por quanto tempo ele durou?
- 10) Como você vê atuação do MNLN na Ocupação Manoel Congo?
- 11) Como era sua relação com os moradores e as moradoras?
- 12) No tempo em que você trabalhou no gabinete do vereador Eliomar Coelho, ele ou o seu partido (PSOL) prestaram algum tipo de apoio a Ocupação Manoel Congo? Se sim, qual?
- 13) Você acompanhou o processo de requalificação do prédio da Ocupação Manoel Congo pelo Minha Casa Minha Vida – Entidades? Se sim, você entende que essa requalificação foi positiva ou negativa? Por quê?
- 14) Você entende que o Programa Minha Casa Minha Vida cumpre que papel na política habitacional?
- 15) Você vê diferenças entre o Programa Minha Casa Minha Vida, do Lula, e o Minha Casa Verde Amarela, do Bolsonaro? Se sim, quais?
- 16) Você tem acompanhado a implementação do novo Programa Minha Casa Minha Vida? Qual a sua opinião sobre ele?

ANEXO C – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM DONA ELISETE

Vitor: Boa tarde. Só para registrar, a senhora autoriza a gravação, Dona Elisete?

Elisete: Sim, filho, autorizo.

Vitor: Obrigado! Então, vou começar, a primeira pergunta é: desde quando a senhora está na ocupação?

Elisete: Desde o primeiro dia da ocupação (risos).

Vitor: Desde o primeiro dia, né? Desde...

Elisete: Uma coisa é você diferenciar entre ocupação e movimento. No movimento eu estou de 2000 e na ocupação desde 2007.

Vitor: O movimento que a senhora diz é...

Elisete: O Movimento Nacional de Luta por Moradia, que já existe há 32 anos.

Vitor: E a senhora está há 23? Uma vida, né? A segunda pergunta é: como a ocupação teve início?

Elisete: Então, essa ocupação se iniciou dois anos antes dela existir de fato. A gente fazia mobilização por territórios, por locais. A gente tinha um grupo no Caju, um grupo em Nova Iguaçu, um grupo em Anchieta, um grupo na Zona Sul que era na comunidade Cantagalo, Pavão-pavãozinho. E, assim, a gente foi juntando o povo. De quinze em quinze dias a gente se reunia até criar a carta de princípios e fazer a ocupação.

Vitor: A carta de princípios é anterior a ocupação?

Elisete: É, anterior a ocupação. A carta de princípios foi construída pelo coletivo que ia ocupar.

Vitor: E a senhora sempre teve papel de liderança na ocupação?

Elisete: Sim.

Vitor: Desde a época do movimento?

Elisete: É.

Vitor: Entendi.

Elisete: Eu já comecei no movimento como coordenadora, praticamente. Porque eu já vinha dos movimentos de favela.

Vitor: Antes de ser do MNLM a senhora já estava no movimento de favela? Entendi.

Elisete: Eu sou nascida e criada na Estácio, no morro de São Carlos. E depois me casei e fui morar na Comunidade Cantagalo, na Zona Sul.

Vitor: Entendi. A terceira pergunta: como a senhora ficou sabendo da ocupação e como chegou nela? A senhora meio que já respondeu, né? Já foi..

Elisete: Já respondi, a gente ajudou a organizar a ocupação.

Vitor: A próxima a senhora também já respondeu: “onde a senhora vivia antes de vir para ocupação?”.

Elisete: Já falei, no morro do São Carlos, no morro do Cantagalo..

Vitor: A quinta pergunta: o que te motivou a estar na ocupação?

Elisete: Então, eu tive duas motivações: primeiro que eu queria, realmente, me mudar da comunidade por conta da violência e outra porque eu comecei a ampliar o meu conhecimento sobre a cidade. Eu sempre pensei que os trabalhadores e as trabalhadoras deveriam morar num lugar infra estruturado, com todos os serviços garantidos. É...isso foi uma forma.... a ocupação foi uma forma de garantir... e também essa ocupação foi feita como um denuncia do vazio urbano, né? Por que as pessoas têm que morar lá no final do mundo quando tem tantos prédios vazios no centro do Rio?

Vitor: Eu vi que este prédio estava vazio há uns 10 anos, né?

Elisete: É... a ocupação foi feita como denuncia também, dos vazios, né?

Vitor: Aí a senhora começou a ter essa consciência participando do movimento lá na favela?

Elisete: Isso.

Vitor: Entendi. Como é sua rotina na ocupação?

Elisete: A minha rotina é uma rotina de trabalho. Eu me levanto de manhã, faço as coisas da minha casa, tomo meu café, desço para cozinha. Trabalho na cozinha, subo de noite, já tem reunião. A gente vive muitas reuniões, porque como não é só.... é que as pessoas acham a ocupação organizada, bonitinha, acha que é moleza. Mas não é, não, você coordenar uma ocupação com 42 famílias, 118 adultos mais 27 crianças é trabalho à beça.

Vitor: É muita gente. Ai...

Elisete: É, e é trabalhar a [inaudível]. Você tem que olhar as necessidades. Então, é cansativo, mas é recompensador também.

Vitor: Essas reuniões que a senhora falou que vocês fazem, é de quanto em quanto tempo?

Elisete: A gente fazia toda... quando a gente ocupa, a gente faz reunião toda dia. Depois faz uma vez por semana, conforme ganha maturidade as pessoas da integração. Hoje a gente faz uma vez por mês. Igual condomínio mesmo, normal.

Vitor: O que a senhora espera conseguir participando da ocupação?

Elisete: Eu agora não quero conseguir nada, quero ter só paz. Já consegui meu apartamento. Sei que vai ser efetivado... entendeu?

Vitor: O que a senhora buscava, que no caso era um apartamento, um lugar no centro da cidade, a senhora já conseguiu, né? Então agora é só uma questão de viver, ter paz e manter o que já conquistou?

Elisete: Isso, isso.

Vitor: Entendi. E se a ocupação fosse em outro lugar, você iria se incomodar?

Elisete: Dependendo do lugar, sim.

Vitor: Qual outro lugar a senhora se incomodaria?

Elisete: Por exemplo, se fosse na Zona Oeste eu iria me incomodar. Além de estar com uma área toda deflagrada pelos milicianos ainda é longe do centro. Ai eu me incomodaria, sim.

Vitor: Há alguma rede de apoio com outras ocupações?

Elisete: A gente sempre tem uma rede de apoio, não só com ocupações, mas com movimentos. Entendeu?

Vitor: A senhora pode citar alguns que... apoiam?

Elisete: CMP, União por Moradia, [inaudível]. Tem muitos movimentos por moradia. Agora a gente tem muito apoio, né? Da defensoria.... Tem um grupo de organizações, né, que... justiça global.

Vitor: Entendi... as minhas duas próximas perguntas são bem parecidas. Como é a dinâmica da ocupação e como é a rotina na ocupação?

Elisete: Rotina como assim?

Vitor: De como a ocupação, enquanto movimento, se organiza...

Elisete: Hoje, a rotina é normal como a de um prédio comum, mas já teve momento da gente ter que fazer ato, de vez em quando a gente precisa. Agora mesmo a gente vai para um congresso do movimento nacional. E aí a gente vai ter mobilizações das famílias, das pessoas que vão participar.

Vitor: Os ocupantes são obrigados a ir ou vão se quiser?

Elisete: Não, vai se quiser. A gente convida, às vezes até pressiona, mas vai se quiser.

Vitor: Entendi. Aqui vocês fazem trabalhos voluntários? Se sim, como funcionam?

Elisete: Se nós fazemos? Só distribuição de quentinhas mesmo. Entendeu? As pessoas é que ajudam a gente. Tem uma equipe de jovem que trabalhava aqui com as crianças. Antes da pandemia, né? Depois da pandemia a gente não conseguiu estruturar ele ainda não. Mas eles sempre trabalharam com as nossas crianças.

Vitor: Fazendo atividades com as crianças?

Elisete: É, saindo também... a parte de cultura.

Vitor: E depois da pandemia isso não teve mais?

Elisete: É, parou de ter.

Vitor: É.. e como as decisões da ocupação são tomadas?

Elisete: Tudo em assembleia.

Vitor: Todas? O que a maioria decidir está decidido?

[Silêncio]

Tá. A ocupação iniciou em 2007. Houve grande mudanças de lá para cá?

Elisete: Não, mudança, mudança, não. Teve mudança de personalidade, de caráter, de crescimento educacional, mas a maioria é o povo que iniciou.

Vitor: Não teve muito entra e sai, não, né? As pessoas em si mudaram, mas as mesmas pessoas...

Elisete: Mudaram, para poder voltar a estudar. Conseguiram emprego, foram para faculdade, essas coisas assim...

Vitor: Entendi. Mas mudar que você diz no compromisso com a ocupação ou mudar de ...

Elisete: Também mudou o compromisso. Teve muita gente que mudou o compromisso, comprometimento. Depois que ficou em casa, que o prédio foi todo reformado, as pessoas se estabeleceram e ficaram assim.

Vitor: Menos compromissadas com a ocupação? Menos ativas?

Elisete: Porque nossa proposta, como movimento nacional não é somente você ter uma casa, é você trabalhar para mudança do sistema e trabalhar para poder que outros como você tenham casa. Então a grande questão é que as pessoas é... se acomodaram porque ganharam seu apartamento. E não é isso só..

Vitor: Não lutou para outra pessoa conseguir também, né?

Elisete: Tem que lutar. Poucas pessoas que, realmente, vamos supor, 30% aderiu isso. A gente não pode dizer que todo mundo..

Vitor: Entendi, mesmo assim é um número bem alto, né? 30%.

Elisete: É..

Vitor: Outra pergunta, há algum critério para escolher quem participa ou não da ocupação?

Elisete: Lógico que a gente tem. Tem!

Vitor: Quais seriam?

Elisete: Primeiro critério é você ser trabalhador e ganhar de 0 a 3 salários-mínimos. E o segundo critério é não ter casa própria, porque a gente não trabalha com acúmulo de casas. A gente trabalha para pessoa ter uma moradia digna. E não é para acumular, como a gente viu, na década de 90 teve muito movimento de ocupações de terras, de ocupações na zona oeste, lá em Itaboraí mesmo também teve... as pessoas iam, ocupavam, ficavam um tempo e depois vendiam. A gente não trabalha com a lógica mercantil. A gente quer que o trabalhador tenha o direito de morar bem, com dignidade, num lugar infra estruturado, mas que ele não vá transformar aquilo em aluguel, em mercadoria mesmo. Porque a grande questão no Brasil é a desmercantilização da terra. Moradia é direito social, não mercadoria. Todo mundo deveria ter um pedaço de terra, deveria ter um lugar decente para morar, já que está na Constituição Federal... só que infelizmente não é isso que ocorre.

[Nesse momento, o celular da Elisete tocou. Pausei a gravação nesse momento para preservar a privacidade dela. Depois, retomei a gravação]

Vitor: Podemos?

Elisete: Podemos.

Vitor: Qual a relação da ocupação com a vizinhança?

Elisete: É normal. Agora a vizinhança trata a gente até bem, mas no começo... foi horrível. Eles viviam discriminando a gente, falando besteira, agora tá melhor. Fora a Câmara de Vereados que tem muito bandido, o resto tá tranquilo.

Vitor: Há conflitos entre os ocupantes?

Elisete: Há! Há alguns. Sempre tem gente que não vale nada em nosso meio. Por exemplo, a gente tem uma regra de que cada andar é responsável pela limpeza do corredor, mas tem gente que nunca limpa. São sempre as mesmas pessoas que limpam, que mantêm, entendeu? Aí você vai para assembleia, discuti, fala por causa disso... tem gente que não quer cumprir regra, apesar de estar morando aqui, conhecer a regra e não quer cumprir.

Vitor: Entendi. Bom exemplo... é complicado mesmo...

Elisete: É... Você pensa bem, nós somos de cinco a seis apartamentos por andar, se cada pessoa passar a vassoura e passar um pano, é.. cada família... uma pessoa de cada família, todo dia, vai estar sujo?

Vitor: Podia ser uma família por dia, né?

Elisete: É, antigamente quando a gente ocupou a gente lavava banheiro todo dia.

[Celular da Elisete toca de novo. Pauso a gravação. Novamente era para tratar do elevador da ocupação que estava quebrado.]

Vitor: A ocupação é partidária?

Elisete: Não. Cada um tem seu partido. É anti-partidária.

Vitor: Como funciona o esquema de visitas de pessoas de fora da ocupação?

Elisete: Geralmente, como é morador, a gente já tentou duas vezes fazer uma lista com os moradores de visitantes.

Vitor: Visitantes para cada morador?

Elisete: É. E quando a pessoa vem para poder ficar, a porteira anota. Mas a gente tem muitos problemas também com visitantes... que não sabem o que é uma ocupação, que desrespeitam às vezes os outros e a gente tem que intervir.

Vitor: Ocupantes que receberam visitas que trouxeram problemas para ocupação?

Elisete: Exatamente.

Vitor: A senhora pode citar algum tipo desses problemas que já aconteceu? Algum exemplo?

Elisete: Pessoas que às vezes são até mal elementos. Já aconteceu até da gente botar para fora: “sinto muito, você não vai dormir aqui, porque nós não tem autoridade para isso”. E outras coisas: visitantes que xinga porteiro. Porque o porteiro: “querido, você vai aonde? Você quer falar com quem?” Por que aqui na portaria tem câmara, mas não tem comunicação com os apartamentos. Então a pessoa acha “ah, eu sou filho de ciclano”. Por exemplo, minha mãe. Minha mãe veio visitar aqui e o Wellington, porteiro, barrou ela, porque não sabia para onde ela ia. Ai ela: “Não, querido, boa tarde, eu vou para casa da Elisete”. Que é o certo! Porteiro tem obrigação de garantir a segurança, só que tem pessoas que são desrespeitosas

Vitor: Por exemplo, hoje quando eu cheguei, a menina só abriu a porta quando eu falei que era para visitar a senhora.

Elisete: Exatamente.

Vitor: O que é normal.

Elisete: O que é o certo. Só que muitas pessoas têm muitas pessoas que nem compreende o certo. Outro dia veio um menino veio visitar, a menina não sabia quem era, ela não queria abrir... ele era filho de uma moradora. Aí, ela perguntou: “você vai para onde?”. Pera aí, sua mãe não está em casa. Aí ele: “Ah! Você tá me tirando?!”. Não é tirando nada, ela está fazendo o trabalho dela. Como ela vai abrir o portão para uma pessoa que ela não conhece, não sabe nem para onde vai e o dono da casa não está em casa?

Vitor: Essa questão de lista hoje em dia não tem mais não, né?

Elisete: Não, mas a gente vai tentar fazer de novo. De novo essa lista... tem que ter. Tem que ter lista, cara. Eu fui outro dia fui na assembleia e até falei isso, as pessoas aqui esquecem que moram no centro da cidade. Aqui à noite é um lugar deserto, tem assalto à beça.

Outro dia eu vim da igreja, o guarda municipal me parou e perguntou “a senhora vai pra onde?”. “Eu vou para minha casa.” Ele falou assim: “acabou de ter um arrastão aí. Vai que eu vou ficar olhando a senhora”. Aí ele ficou aqui, na ponta do “amarelinho” até eu entrar no prédio. Porque a rua aqui também tem assalto, tem roubou, tem tudo. Muita gente aqui já foi assaltada. A minha nora já foi quase esfaqueada por causa de uma bolsa. Aqui, na frente do municipal. Entendeu? Então são essas coisas que as pessoas às vezes esquecem onde tá morando, que é para a gente manter a segurança. Às vezes até acha que a gente tá tomando conta da vida, ne? Você fala de lista, já a acha que a gente quer tomar conta da vida dele.. e não é...

Vitor: Entendi... e a carta de princípios possui efetividade?

Elisete: Tem muita efetividade. Ela já meio obsoleta, tá precisando de ser renovada, mas ela é muito boa.

Vitor: Mas tipo, as pessoas seguem direitinho o que tá ali?

Elisete: Quando tem interesse, né? Nem tudo. Também tem isso, quando tem algum interesse... mas a maioria, sim.

Vitor: Mas a maior segue o que tá escrito?

Elisete: Sabe aquilo que diz que o combinado não sai caro?

Vitor: Aham.

Elisete: Quando a pessoa vê que ela na realidade participa daquilo ai ela começa... “você sabia, você tava junto”. Aí, ela vai se conscientizando.

Vitor: Mas em geral é seguido o que tá ali, né? Via de regra?

Elisete: Eu te dei não foi? Eu te dei a cópia?

Vitor: Não chegou a dar, não, mas eu consegui achar em outro trabalho sobre a ocupação, em que menina botou... E as transformações urbanas, né, que ocorreram no Rio de Janeiro por conta de Copa do Mundo, Olimpíadas de alguma forma afetou aqui, a ocupação?

Elisete: Não afetou, não. A gente que ia lá contra remoção. Contra Copa e Olimpíadas, a gente ia para os atos.

Vitor: Mesmo sem ser afetados diretamente?

Elisete: Mesmo sem ser afetados. Por que a gente acredita numa cidade justa e a gente sabia qual era a proposta da Copa e da Olimpíada, né, que era só especulação, a venda da cidade, né, transformando o Rio numa cidade vitrine onde o trabalhador e a trabalhadora... como foi, né? Tanto dinheiro jogado fora e.. não teve... cadê o retorno social de tudo isso?

Vitor: Mas nesses atos, a maior parte dos ocupantes participaram?

Elisete: Não, sempre participa uma boa parte, uma parte... sempre as mesmas pessoas que vão. Luisa, eu, Elci, Raquel, mas é um número bom.

Vitor: Sim, mas não é a maioria, né?

Elisete: Não.

Vitor: Entendi..

Elisete: Não tem maioria nisso.

Vitor: É... E desde 2007, né, quando a ocupação iniciou, desde lá, qual foi o contato que o Estado teve com a ocupação?

Elisete: O contato é que quando a gente ocupou o prédio a gente fez um termo de parceria com o estado do Rio de Janeiro, porque esse prédio continua sendo um prédio público... nós corremos atrás do dinheiro, mas o dinheiro só poderia vir pelo ente público federativo, então veio pelo estado do Rio de Janeiro através do ITERJ. A compra e aquisição desse prédio foi por conta do ITERJ, do estado... tanto é que ainda está no nome do ITERJ. Para ser, depois de toda obra regularizada, passada para o nome dos moradores.

Vitor: Por que a obra não acabou ainda?

Elisete: Ainda não acabou.

Vitor: A requalificação ainda continua?

Elisete: Isso.

Vitor: E tem previsão de quando...

Elisete: A gente quer trabalhar até o final do ano, inaugurar ele.

Vitor: Os trabalhadores chegam a trabalhar na obra mesmo?

Elisete: A maioria.

Vitor: A maioria dos que estão na obra são os próprios moradores?

Elisete: A maioria da obra foi feita pelos moradores, que trabalharam em autogestão. A gente administrava o dinheiro e muitos moradores trabalhavam na obra.

Vitor: Aí, recebiam?

Elisete: Recebiam salário. Outros faziam parte de multirão, porque a gente teve muitas horas de multirão... de quebrar, descer material, essas coisas... tudo foi feito em regime multirão.

Vitor: Os próprios moradores fazendo a obra do prédio.

Elisete: Isso. Ela aí [aponta para uma moradora] era fiscal, ficava fiscalizando, comprava material, essas coisas todas..

Vitor: Entendi.

Elisete: Um trabalho bonito e árduo.

Vitor: Aham, mas tinha gente terceirizada também, né? Gente de fora.

Elisete: Todos os trabalhos técnicos foram terceirizados. Por exemplo, elétrico, uma empresa de elétrico que veio fazer. A parte de hidráulica, uma empresa de hidráulica, toda a

parte de estrutura a gente fez com empresas especializadas. Elevador, que aqui eu tô brigando com a TB RIO, eles são os responsáveis, cara.

Vitor: Mas aquele trabalho de botar a mão na massa mesmo foi multirão...

Elisete: Quebrar a parede, tirar, descer entulho. Esses trabalhos mais pesados.

Vitor: Imagino, descer entulho, subir... sem elevador...

Elisete: E a gente desceu sem elevador.

Vitor: É um trabalhão.

Elisete: Descemos sem elevador.

Vitor: Aí, por falar em Estado, né, qual a visão que a senhora tem do Estado? Positiva ou negativa?

Elisete: Eu tenho uma visão negativa.

Vitor: A senhora se sente protegida ou ameaçada pelo Estado?

Elisete: Eu, muitas vezes, ameaçada. Acho que o Estado não protege o cidadão. Estado espera o cidadão, porque quando eles não efetivam um direito, eles tiram um direito, eles não protegem. Eu não acredito em Estado, não.

Vitor: Se sente mais ameaçada do que protegida?

Elisete: É. Não precisa nem ver a força armada.

Vitor: Como era a ocupação antes do Programa Minha Casa Minha Vida e como é agora?

Elisete: Então, agora ela tá toda bonita, mas no começo também a gente fazia por onde, né? A ocupação no início só tinha um banheiro por andar. Aí, tinha uma escala enorme de limpeza de banheiro. Entendeu? Até a gente organizar tudo. A gente fazia tudo, quem mantinha o espaço limpo, organizado... a primeira instalação de água foi a gente mesmo que fez.

Vitor: Então, na visão da senhora, o MCMV foi positiva para ocupação?

Elisete: Para gente, sim. Porque nós só passamos para o Minha Casa Minha Vida, sabe por quê? Porque o Estado, foi aquilo que te falei, o Estado foi inerte. A gente trabalhou de 2007 até 2011, todo dia, toda semana, para fazer essa obra aqui. Essa obra deveria ter sido de graça. Só que o Estado fez uma licitação em 2013, que ela foi suspensa porque eles não fizeram o... como é que se diz... não colocaram no edital que havia verba federal. Então, ela teve que ser suspensa. Aí, a gente ia ter outra maratona! Por exemplo... ficamos 2008, 2009, 2010, 2011, quatro anos esperando... 2012, 2013... sete anos esperando o Estado. A gente ia ficar mais sete anos para fazer a obra? Aí, a gente teve a proposta pela Caixa do Minha Casa Minha Vida e a gente foi. E a gente conseguiu fazer a obra muito mais rápido.

Vitor: Mas o plano inicial não era nada de Minha Casa Minha Vida..

Elisete: Não!!!! Era pelo FNHIS, Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Vitor: Aí, pelo FNHIS o Estado foi inerte..

Elisete: Porque a gente não ia pagar nada. Aqui, hoje, a gente vai ter que pagar oitenta reais, cinquenta reais por mês durante dez anos, mas a gente vai ter que pagar.

Vitor: Cada pessoa?

Elisete: Cada família, por conta da obra do apartamento, da reforma toda, entendeu?

Vitor: E pelo FNHIS ia ser de graça?

Elisete: Ia ser de graça. Até isso a gente teve que fazer assembleia para poder aprovar, porque é aquilo que te falei, nosso grande desafio é dizer que moradia não é mercadoria, a moradia é um direito social, ele não pode ser uma mercadoria. Só que, felizmente, o Estado faz tudo para manter o povo preço na situação pecuniária, financeira sobre a questão de moradia. Por isso que eu falo “Estado é uma benção!”.

Vitor: Esse ponto aí é muito crucial de sair do FHNIS para o Minha Casa Minha Vida.

Elisete: É. Isso foi uma discussão imensa nossa, porque a gente falava que não ia pagar, não ia pagar e agora tem que pagar. Porque a Caixa... você tem que devolver o dinheiro, é pouco mais tem que devolver. Subsidia, mas tem que devolver uma parte.

Vitor: Ainda nessa questão de Estado, enfim, a senhora acredita que o direito pode ser um instrumento para o atendimento das suas reivindicações ou as reivindicações da ocupação?

Elisete: Mais ou menos. O direito, ele tem um objetivo. Você sabe qual é o objetivo do direito? Manter o *status quo* de alguns. Objetivo principal do direito. No Brasil, principalmente no que diz respeito à terra e à habitação, o Código Civil e a Constituição Federal, eles acabam legitimando essa questão de terra e mercado e... imóvel como mercadoria. Entendeu? Aí, fica difícil para pessoa entender que habitação é um direito social e que ela poderia exigir do Estado... Como agora, cada dia mais tá aparecendo isso, a gente tá aqui há mais de quinze anos, você imagina, agora, a questão ambiental, tá caindo tudo, em tudo quanto é lugar... o Estado tem obrigação, cara! Tem obrigação! A questão todo é você ter perseverança e lutar contra o Estado para que as coisas aconteçam. E ter paciência. Quando as pessoas... aqui, a gente tem uma outra ocupação na Gamboa, né? Só lá teve um ano que morreu quatro pessoas sem casa. Isso é justo? Se você tem o direito garantido que você vai para justiça... não é justo.

Vitor: Então, a senhora é meio descrente em conseguir as coisas por meio do direito também...

Elisete: E agora mais do que nunca, depois do governo Bolsonaro que tirou tudo... Para você conseguir alguma coisa é uma batalha.

Vitor: A próxima pergunta a senhora até meio que já respondeu, que é justamente a visão que a senhora tem sobre o direito, se é positiva, se é negativa... ou se a senhora se sente protegida pelo direito.

Elisete: Eu não me sinto, não. Direito é aquilo que eu faço, que eu entendo. Entendeu? Eu sou muito isso... Esse Baldez, ele falava muito nos livros dele sobre o direito achado na rua, o direito que o povo constrói. Ele fala de representatividade, que o povo tinha que entender que não adianta representação, você tem que ser apresentação. Você tem que se apresentar. Toda nossa conquista foi feita através disso. As pessoas riem: “Ué, como é que vocês moram aqui?” Porque nós nos apresentamos, a gente foi para cima da Caixa! Foi cima do governo federal! Entendeu? A-pre-sen-ta-ção! Você tem que reivindicar, sim, você não vai ficar esperando grandes representantes. Você tem que correr atrás mesmo! Apresentação! Você tem que se apresentar! Mostrar sua cara! Lê normativas, estudar.

Vitor: Não esperar que ninguém faça por você..

Elisete: Não esperar que ninguém vá fazer, não vai! Senão não vai acontecer. Se você esperar... não acontece.

Vitor: Isso dialoga um pouco com a próxima pergunta. Na visão da senhora, as políticas públicas do Estado atendem as expectativas dos moradores, da ocupação?

Elisete: Não.

Vitor: E se não, por quê?

Elisete: As políticas públicas ainda estão muito longes da realidade do trabalhador. Não atende. Não atende. Imagine... habitação.... se eles iam atender a gente... No início, o pessoal ria à beça aqui da gente falando: “Ah, esse povo vai sair! Tá vendo aquela preta gorda, elas que são a chefe! A preta gorda e aquela ali!” Era eu e a Lurdinha. “Elas que são a chefe.” E é assim. A gente que tem que se posicionar mesmo.

Vitor: E a última pergunta agora... como a pandemia de COVID-19 afetou a dinâmica da ocupação?

Elisete: Afetou em termos. Por exemplo, a gente, aqui, teve uma questão muito legal: durante a pandemia, a gente abaixou o condomínio. Qual condomínio que você ouviu falar que abaixou durante a pandemia?

Vitor: Não conheço.

Elisete: Nenhum. O nosso, a gente diminuiu o condomínio em cem reais. Por quê? Porque nós fizemos assembleia e resolvemos não pagar água, porque nossa água é cara. Então, o que a gente fez? Vamos suspender. Por que a gente suspendeu o pagamento da água? Porque

tinha tido uma lei na ALERJ que durante o período da pandemia a SEDAR não podia cortar água. Aí, a gente ficou mais de um ano.,

Vitor: Já que não podia cortar...

Elisete: Aí, a gente diminuiu... por conta do desemprego, de gente que tava aí coisa... e aí, o que a gente fez, lá embaixo, na entrada, ainda tem uma bica. Você já viu?

Vitor: Não reparei.

Elisete: Perto do elevador tem uma bica amarela que a gente botou, botou sabão, botou...é... fizemos todos os procedimentos legais da pandemia. Uma outra de afetar a dinâmica que a gente fez, foi lá embaixo na casa de samba, embaixo do Tuía, a gente fez uma armazém. Porque a gente comprova no *delivery* do mercado, para as pessoas não ficarem saindo e entrando toda hora, botava lá e vendia com conta. Conseguimos financiamento para vender arroz, feijão, óleo, leite, açúcar, tudo que as pessoas precisavam... de gênero alimentício... legumes e verduras. Até a Alci que pesava, ficava lá. Aí, de manhã ficava um, de tarde ficava outra, para poder contribuir com o morador que não precisava ficar se expondo o tempo todo durante aquele período.

Vitor: Dá pra ver que foi algo bem coletivo, né.

Elisete: É, diferente. A gente trabalhou. Tanto é que conversando com um amigo, eu falei assim: “Luiz Claudio, aqui tem pouca inadimplência”. Aqui não tem nem 10% de pessoas que não deixam de...

Vitor: De condomínio que a senhora está falando?

Elisete: De condomínio que não paga. Todo mundo paga seu condomínio. Às vezes até atrasa um pouquinho, mas paga. E outra coisa, aí, o meu amigo falou assim: “Elisete, vocês aqui tão muito bem, vocês não tem noção do prédio que eu moro”. Para você ter uma ideia, um síndico ali da Riachuelo veio aqui para perguntar a gente como é que a gente faz: “gente, vocês são muito organizados”. Mas isso é trabalho, né? Tem que ter paciência, tem que fazer assembleia.

Vitor: Mas como a senhora lida... na verdade, como a ocupação lida com esses ocupantes que costumam não pagar?

Elisete: Não, aí faz acordo.

Vitor: Tem alguma coisa de botar para fora essas coisas?

Elisete: Não. A gente chama para ouvir a pessoa. Entendeu? Agora, se a gente vê que é sacanagem da pessoa, a pessoa tem que sair. Se você não tem condição de contribuir coletivamente com o mínimo... o condomínio aqui é barato, na relação de todos. A gente faz tudo para barretear, tanto é que os porteiros são moradores. Nossos porteiros são os moradores

que estavam desempregados. Entendeu? É a contribuição mesmo coletiva. Mesmo assim ainda tem família que tira duas horas e meia por mês de portaria.

Vitor: Nem tava pergunta aqui, mas é uma pergunta que me veio agora, a senhora pensa em coisas assim... coisas que a ocupação ainda tenha que conquistar?

Elisete: Tem. Energia solar.

Vitor: Projetos assim para...

Elisete: Projeto de energia solar para diminuir o custo do gasto de luz, do elevador e dos corredores. Porque aqui, quando a gente ocupou sabe as famílias são de zero a três, a tendência é o custo aumentar. Então, se a gente não tiver mecanismos para diminuir, muita gente vai querer fazer o quê? Vai vender. Você sabe que já aconteceu isso com uma amiga minha?

Vitor: O quê? Vender a casa?

Elisete: Ela fez um projeto... você já ouviu do “Esperança”?

Vitor: Já, mas não conheço muito.

Elisete: É lá em Jacarepaguá, em Curicica. Essa minha amiga fez sessenta casas lindas. Eu fiquei lá, fiquei até com inveja, porque a casa tem jardim... Casa linda. Um belo dia, eles chegam já na região e descobrem que a mulher vendeu a casa de porteira fechada, só levou a roupa. Apareceu na assembleia outro morador. Aí, como é que você faz?

Vitor: Mercantilizou uma coisa que era uma luta coletiva.

Elisete: Luta coletiva que não era para mercantilizar. Aí, você acha que não tem gente aqui que não queira fazer isso? Um apartamento que vale 400 mil reais? Lógico que tem! Infelizmente, a gente trabalha com trabalhador, com povo, o povo é isso aí.

Vitor: As perguntas que fiz, já fiz todas. Agradeço muito. Muito produtivo. Só ia perguntar, assim... se em geral, por acaso tem mais alguma coisa que eu não perguntei, mas a senhora...

Elisete: Quiser falar.

Vitor: É. Queira falar. Algo que seja importante, mas eu não me atinei de perguntar.

Elisete: Não, tá bom. Acho que agora tá bom.

ANEXO D – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM LURDINHA

Vitor: Então, hoje, treze de março, estou aqui com Dona Lurdinha na Ocupação Manoel Congo, mais uma vez agradecendo a gentileza de me receber. Então, Dona Lurdinha, desde quando a senhora está na ocupação?

Lurdinha: Desde que a ocupação nasceu. Na verdade, eu faço parte do núcleo que deu origem à ideia da ocupação, dessa ocupação. Agora, desde quando eu faço parte do movimento popular de luta por terra acho que é desde que eu me entendo por gente, porque eu criança, eu era sem terra, eu era adolescente era sem teto, morava em área de posse, em beira de rio e assim fui crescendo da mesma forma. Me casei, continuei sem teto, continuei morando em área de posse, que aqui no Rio chamam de favela e em Volta Redonda chama de área de posse, núcleo de posse. E, então, assim... a gente sempre percebeu que se não se organizar, nenhuma benfeitora haveria naquelas áreas onde o modo de acesso foi a posse e não a compra. Então, hoje, onde a posse é o jeito de acessar o espaço se você não se organizar, as benfeitorias não acontecem, os serviços públicos não chegam. É assim nas favelas, nos núcleos de posse onde eu morava, é assim nas ocupações, é assim nas áreas remanescentes de quilombos, é assim em todo espaço construído pela classe trabalhadora. Se a gente não se organiza, não faz a luta coletiva, os serviços urbanos, os serviços públicos, os serviços básicos essenciais para vida, eles não chegam. O que chega é a polícia, o desrespeito a cidadania, isso chega, o resto não chega. Eu me descobri muito cedo nessa luta por existência mesmo.

Vitor: A senhora já está no movimento, né, de Luta por Moradia há..

Lurdinha: Desde que ele nasceu.

Vitor: E a senhora era de onde antes vir para a Manoel Congo? Onde a senhora morava?

Lurdinha: Quando eu vim para Volta Redonda, eu já... quando eu vim para Manoel Congo eu já morava no Rio, mas eu sou de Minas, cresci e passei minha adolescência, minha juventude, em Volta Redonda.

Vitor: Entendi. Então, como a senhora acompanhou toda essa história da Manoel Congo, né, como a ocupação teve isso? Essa ocupação aqui, como ela se iniciou?

Lurdinha: Olha, ela se iniciou através de meia dúzia de militantes do movimento por reforma urbana, que já tinham feitos ocupações anteriores, né, que já conheciam a estratégia da ocupação...

Vitor: A senhora já tinha participado de ocupação antes?

Lurdinha: Já. Desde 1980 a gente faz ocupação. A gente já fez muita ocupação rural e muita ocupação urbana. Não para eu morar!! Eu morei numa área de posse de em volta redonda, núcleo de posse... Agora, as ocupações a gente faz como organização, não só para gente morar, mas para outros morarem, porque o desafio é garantir não para mim sozinha, mas garantir acesso à moradia digna e a terra, a plantar para morar, para mais de 40 milhões de brasileiros.

Vitor: É uma luta coletiva.

Lurdinha: Uma luta coletiva. É uma luta por política pública e por universalização do acesso, não basta eu acessar. Eu preciso me comprometer com o acesso de todos e todas. Porque a economia de mercado e a especulação imobiliária é que me excluíram, se eu não enfrento essa mesma especulação não só eu vou estar excluída o tempo todo, como eu vou ter também que conviver com milhões de excluídos do mesmo direito.

Vitor: Ajudando o próximo a gente se ajuda também.

Lurdinha: Se ajuda também... a sonhar e construir um outro mundo possível.

Vitor: E a gente vive numa sociedade que, justamente, molda a gente individual, né?

Lurdinha: A gente foi feito, criado o tempo todo, formado para ser individual, né, uma sociedade contratualista que o que vale é que tá escrito entre uma pessoa e outra, que a propriedade privada vale mais que a vida, e a gente mamou isso, né... a vida toda a gente foi criado assim desse jeito. E é como se essa fosse a única realidade, a única verdade... única, exclusiva verdade... o sistema prega para nós e a gente acredita. Quem reproduz isso somos nós, as vítimas do sistema são as maiores reprodutoras dessa verdade perversa do sistema, né, que é da exclusão, que é da propriedade privada de tudo, da terra e de tudo.

Vitor: As próximas perguntas que eu ia fazer a senhora até meio que já comentou, né, que é de onde a senhora veio... como a senhora conheceu a ocupação... então, eu ia perguntar para senhora, é... como é a rotina da senhora aqui na ocupação?

Lurdinha: A minha rotina....

Vitor: Eu sei que a senhora é uma liderança aqui, né, na ocupação por todo tempo que já tá aí na luta, por tudo que já ajudou, tá aqui desde o início..

Lurdinha: É... assim.. eu não me chamo liderança, mas no final das contas nós temos um grupo que tem a responsabilidade de ter sonhado, espalhado esse sonho de que morar no centro é bom, numa área infra estruturada não só era possível como era um direito, especialmente para classe trabalhadora que gasta o que tem com mobilidade, passa boa parte do seu tempo, da sua vida pagando caro em transporte horroroso... para transportar do serviço, nos centros urbanos, até uma moradia precária, nas periferias ou na região metropolitana. Então,

essa realidade dura, que é a realidade produzida pelo modo capitalista de construir a cidade, é uma cidade que só pode ser modificada, transformada, se nós – as vítimas dessa cidade, dessa negação de cidade – se organizar para poder exigir a transformação disso. Então quando eu... quando a gente assume isso para nós, nós que temos esse direito negado, quando a gente assume para nós a transformação como tarefa, com missão – a transformação do mundo não é só a transformação da minha vida – então quando a gente assume isso, a sua vida, a sua rotina, o seu cotidiano passa a ser isso, porque a tarefa é dura demais.

Vitor: A luta faz parte do dia a dia.

Lurdinha: Tudo é uma luta. Você organizar ocupação, permanecer e não ser despejado, né, a vida toda, lutar para que a ocupação tenha condições de habitabilidade, lutar para que as pessoas que moram na ocupação tenham condições de permanência... então, é uma luta o tempo todo. E até hoje isso daqui que você tá vendo faz parte da luta da ocupação, que é a luta de permanência.

Vitor: Eu ia perguntar isso para senhora, de como surgiu, né, o Tuia Café, porque todos os funcionários daqui são moradores daqui, né, mas o Tuia não tá aqui desde o começo. Como vocês conseguiram abrir uma fonte de renda, né, para ocupação?

Lurdinha: O projeto da geração de trabalho e renda entrou com a gente. Nós entramos em 2007, nós já tinha o projeto de geração de trabalho e renda.

Vitor: Que seria o restaurante.

Lurdinha: Seria o restaurante e a casa de samba Mariana Crioulo.

Vitor: A casa de samba tá funcionando também, já?

Lurdinha: A gente até hoje chama casa de samba, porque já faz parte do nosso linguajar, né, quinze anos falando isso. Para nós é casa de samba, mas hoje ela funciona muito mais como um espaço acoplado do Tuia Café, né, porque é a mesma equipe.

Vitor: A mesma equipe...

Lurdinha: E a gente tem o desafio de botar a casa de samba para funcionar, potencializar o uso dela, para que eles e mais famílias [inaudível].

Vitor: Poder empregar gerar renda para mais famílias, mais moradores trabalhando aqui mesmo.

Lurdinha: Aqui mesmo. E a gente tem o potencial para...

Vitor: Atualmente, tem quantos trabalhadores atualmente aqui no Tuia?

Lurdinha: Dez. E a gente tem potencial para vinte, vinte e cinco, até trinta, se alguns projetos que a gente tem acoplado tipo o Tuia buffet, para fazer festas foras, se nossa entrega de quentinha aumenta, porque entrega hoje, mas entrega pouco.. se ela aumenta, quer dizer, são

diversas coisas que tão sonhadas e pensadas que na hora que deslança, vai... vai vindo mais gente para trabalhar. E é o sonho desde o começo, porque a gente acredita numa plataforma de reforma urbana em que a mobilidade, o saneamento e o trabalho fazem parte do acesso à terra e à moradia.

Na cidade, a gente acredita que sem esses elementos você não consegue permanecer. Se você não tiver como transitar, se você não tiver saneamento básico e se você não tiver trabalho, você não consegue se manter na cidade, porque na terra, no meio rural, a terra já é o mote de produção, a terra já é trabalho e o saneamento você faz fossa, você trabalha com outros elementos, não tem tanta preocupação com escoamento, com os detritos e essas coisas, né... tá evoluindo no campo por conta de como trata e como reutiliza os detritos, né, mas nunca teve essa dificuldade de escoar. Então, na cidade é isso e o trabalho, se você não tiver trabalho, você não vai sustentar a si e a sua família, como é que você permanece na cidade sem trabalho?

Vitor: Entendi. E se a Ocupação Manoel Congo fosse em outro lugar, que não aqui no centro, você iria se incomodar? Seria um problema para senhora?

Lurdinha: Ela não foi por acaso aqui. A gente tinha a estratégia e tem a estratégia de ocupar os vazios urbanos, especialmente os públicos e especialmente entificações que estão em áreas de infraestrutura. Então, isso já é uma estratégia. A gente tem a Ocupação Manoel Congo aqui, a gente tem a Ocupação Mariana Crioula lá na Gamboa, a gente tem ocupação em Caxias, tem ocupação em Volta Redonda, todas elas são em áreas infraestruturadas. Então, ela foi é... escolhida. E outros companheiros e companheiras ocuparam rua do Riachuelo, né, a gente sempre tem essa estratégia de ocupar área central. Agora, eu não me incomodaria de morar em casa, mas eu me incomodaria de morar em um lugar onde a minha própria força de trabalho não tem que comprar. E eu não tô falando de revolução, tô falando de capitalismo, né, onde a minha própria força de trabalho lá na periferia não tem quem compre.

Então, se você pegar o Programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, a maioria das unidades habitacionais, ele jogou lá para a periferia. Então, ele colocou 400 famílias, 1000 famílias, tudo junto onde não tinha trabalho nem para uma. Onde não tinha mobilidade, porque muitas vezes nem o ônibus ia até lá, onde só tinha uma proposta de esgoto, mas não tinha esgoto. O poder público fazia uma carta dizendo que se propunha, que se comprometia a um dia fazer. Aí, as pessoas tão lá até hoje. É um depósito de pobre, que você joga para se matarem, para se comerem. E ainda como são frutos de áreas de remoção, fizeram remoções de áreas diferentes, pegaram, inclusive, de áreas onde tem essas coisas de comando do tráfico, de facções diferenciadas, fizeram a remoção e jogaram tudo num lugar só. A sensação que dá é que jogaram dentro de um balaio para ver se um mata o outro, né. Então, nos incomodaria, sim, morar em

qualquer outro lugar, porque a gente acha que reforma urbana é também você decidir, você tomar decisão sobre as questões urbanas que afetam sua vida.

Vitor: Entendi, é... e a Manoel Congo, né, você possuem alguma rede de apoio com outras ocupações? De uma ocupação apoiar a outra, auxiliar a outra, algo nesse sentido?

Lurdinha: A gente tem um movimento chamado “despejo zero” que todos os movimentos, todas as ocupações se apoiam no sentido de lutarem pela permanência, de lutar contra o despejo. Agora, a questão do cotidiano das ocupações, sempre que uma solicita, a outra apoia, mas não tem essa prática, até porque são movimentos diferentes. Movimentos de moradias tem, no mínimo, quatro no Brasil. O meu é um deles. Então, tem ocupações de outros movimentos, tem metodologias diferentes. Tem práticas diferentes. E, assim, a gente respeita. Tá junto quando é chamado, presta solidariedade quanto é solicitado, mas respeita a dinâmicas deles. Nosso movimento tem outras ocupações. Dessas, nós não somos só solidários, nós somos também responsáveis, né.

Vitor: A senhora se considera responsável pela Mariana Crioulo, por exemplo?

Lurdinha: Sim, Mariana Crioulo. Da Solano, da 9 de novembro... a gente se considera responsável, porque somos do mesmo movimento: o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, tem uma ética parecida, mas com algumas diferenças, né, porque construída por nós. Nós, por exemplo, temos o hábito de nos preparar antes de uma ocupação por, no mínimo, seis meses. Então, assim, se você chegar aqui agora e dizer “Tem um prédio vazio ali pronto para ser ocupado” e tem um monte de gente sem casa passando aí na rua, nós do movimento nacional vamos dizer para você, “não é assim que nós funcionamos”, entendeu? E não é mesmo assim que a gente funciona. A gente se reúne, a gente fica meses se reunindo, discutindo porque a gente tá sem casa, discutindo porque a gente tá junto, discutindo porque a gente precisa acreditar...

Vitor: Como se fosse uma formação política.

Lurdinha: É.

Vitor: Não só “vamos chegar lá e entrar”.

Lurdinha: Não, porque a gente sabe que depois um vai “matar o outro”, não vai ficar, não vai permanecer.

Vitor: Como se tentasse...

Lurdinha: construir uma comunidade.

Vitor: A importância coletiva, né. Tipo, para não ser “ocupou o prédio e depois cada um por si”.

Lurdinha: Cada um por si, aí não permanece 24h, né? Porque a armadilha da gente que é usada contra agente, é essa sedução da democracia liberal, sabe? Essa liberdade de ir e vir.. Não! Os direitos individuais levados às últimas consequências, que é o liberalismo que coloca na cabeça da gente... várias vezes dentro da ocupação você está sob ameaça de polícia e as pessoas ficam do lado dentro, se não tiverem preparadas, e falam assim: “Não, quero entrar sair a hora que eu quiser, porque é meu direito de ir e vir”. A gente passou por essas coisas

Vitor: Aqui na Manoel Congo aconteceu isso?

Lurdinha: É, passou isso. A política lá fora, a gente tendo que ficar aqui dentro, de portão trancado, saindo depois de meia-noite... para quem ia pegar 7h da manhã no trabalho, saindo depois da meia-noite, saindo escondido da política, na hora que trocavam o plantão... sabe? A gente se resguardando o máximo e pessoas gritando aqui: “Ah! Eu vou sair agora! E meu direito de ir e vir?”

Vitor: Por falar nisso, nesse espírito coletivo da ocupação, como funciona, por exemplo, a divisão de tarefas? Por exemplo, “ah, tem que limpar a ocupação”, um exemplo... como você dividem as tarefas para manter o ambiente é.. harmônico, né, funcionando?

Lurdinha: Quando a gente ocupou, a gente já tinha uma organização que a gente chamava de “brigada”, que tinha uma brigada de frente, que ia visitar o local, ver como que era, como que trava, se tinha energia, se tinha água, é... qual era o nível de segurança, de edificação que tinha e tal e... essa brigada basicamente coordenava a entrada, e depois coordenava os grupos de trabalhos. Então, tinha grupo que cuidava da cozinha, grupo que cuidava da limpeza, grupo que cuidava das crianças, entendeu? Grupo que cuidava da [inaudível], tinha uma prateleirinha de primeiros socorros, grupo que cuidava da infraestrutura, que era o pior deles, porque quem garantia energia, garantia água, via onde tinha água. Então, assim, a gente sempre teve uma organização que ao longo dos anos foi se adaptando aos avanços e as conquistas da ocupação. Hoje, a única coisa que a gente ainda tem é dividir a portaria, né? Que antes a segurança da portaria era uma coisa muita maior, quem cuidava da portaria também cuidava das crianças. Então, as crianças hoje tá todo mundo estudando por aqui. Nem tem mais crianças daquela época, hoje são outras crianças, né, as crianças daquela época hoje já têm crianças [risos]

Vitor: Já tá todo mundo adulto já.

Lurdinha: Mas a gente sempre teve dentro da nossa brigada, as comissões dos diversos...

Vitor: Até hoje tem?

Lurdinha: Até hoje tem, mas bem menos.

Vitor: Bem menos, né.

Lurdinha: Bem menos porque hoje já tá todo mundo... quando a gente entrou, a gente não tinha água nos andares, banheiros nos andares, né. Então o esforço coletivo era muito maior, hoje os apartamentos estão prontos. Todo mundo tem chuveiro, pia, é... é uma evolução. A gente tinha cozinha coletiva. A gente só tinha uma cozinha. Cada um de nós dava 8h de trabalho dentro da cozinha por semana.

Vitor: E funcionava bem esse esquema da cozinha?

Lurdinha: A gente funcionou quase dois anos. É, bem, bem, bem... tudo tem um problema para ser administrado. Todas as questões, por ser feita com pessoas, e eu tô reforçando isso, porque a gente tem... não sei se é romantismo... de achar que pobre é santo. Nós não somos santos, nós somos seres humanos, somos frutos desse mesmo... dessa porcaria de capitalismo aí... o que a gente faz é reconhecer diversas é... diversas perversidades, diversas limitações do capitalismo e tentar um vigiar a si mesmo, vigiar o outro, alertar o outro, tá reunindo, tá discutindo, tá refletindo sobre as coisas cosias, sobre os valores. Então, a gente não tem facilidade em administrar essas coisas. Tem que tá permanentemente reunindo, avaliando, as vezes brigando, tendo muita dor de cabeça.

Vitor: Faz parte, né. Por falar nisso de relações humanas, de às vezes terem discordâncias, como as decisões aqui são tomadas?

Lurdinha: Hoje, não tem nem muita decisão para ser tomada que precise ficar esperando uma assembleia, como já teve ocasião em que a gente não tinha obra, não tinha água, não tinha esgoto, [inaudível], até 2011 a gente ainda tinha mandato de reintegração de posse na rua, a gente ocupou em 2007, né.

Vitor: Quatro anos.

Lurdinha: Né? Teve época que a gente fazia duas assembleias por dia, teve época que a gente passou a fazer uma por dia, teve época que a gente passou a fazer uma por semana. E hoje nós estamos período de fazer uma assembleia por mês.

Vitor: E o que a maioria decidir está decidido, né.

Lurdinha: O que decidi tá decidido... só que muitas coisas estão praticamente decidias, né, porque o que eles vão... a gente tem uma carta de princípios, construída antes de ocupar e revista todos os anos. Até 2018, pelo menos, a gente vivia revendo carta de princípios. Então, quer dizer, pouquíssima coisa você tem para tomar decisão. Se hoje tiver uma briga de casal, vamos supor, que entrar na porrada lá no sexto andar, aí, você não precisa fazer assembleia para saber o que você vai fazer. Você precisa ter coragem para fazer o que tem que ser feito, porque o que já tá definido é que a gente se mete. Aqui, briga de marido e mulher a gente mete a colher.

E a gente mete a colher e se for preciso, a gente pega o agressor e leva lá na porta da rua e tranca o portão. A gente já fez isso.

Vitor: Já teve episódios de agressão...

Lurdinha: Já. E, assim, 90% das questão já foram discutidas e estabelecido como é que ia fazer, como ia ser, antes da gente entrar. Quando a gente ficou preparando mais de um ano antes de entrar, as pessoas que vinham para as reuniões, elas avaliavam os lugares de onde elas estavam vindo e elas refletiam para onde elas queriam e ir e como elas queria conviver. Qual é a diferença na vida que elas queriam construir da vida que elas estavam fugindo naquele momento? Então, você vê, aqui a gente tem regras duras quanto ao tráfico de drogas, regra dura quanto a beber, ingerir bebida alcóolica nos espaços de uso coletivo que não seja esse. Você não pode beber no corredor lá do prédio. Se chegar com uma garrafa de cerveja, você enfia no bolso, enfia onde... mas você não pode subir com ela

Vitor: Não pode subir nem com garrafa fechada?

Lurdinha: Você vai ter que tá com ela na bolsa. Porque você não pode deixar as pessoas imaginarem que você está com ela aberta bebendo. Porque a regra é não beber nos corredores.

Vitor: Entendi.

Lurdinha: E isso quer dizer para mim isso não está dizendo nada, mas para as pessoas que decidiram isso, elas já tinham vindo de outras ocupações em que as pessoas se sentavam no meio do corredor e ficavam bebendo e dali saía até facada. Então, elas contavam essas realidades e diziam “para aonde a gente vai, a gente não pode permitir que se pare no corredor para beber, nem que a gente tenha que separar um espaço na ocupação para as pessoas se encontrarem, beberem, mas nos espaços onde passam todo mundo, onde as criança tem que passar, não pode estar parado pra beber”, entendeu? Então tá, então a regra é essa.

Vitor: E ponto, o que decidiu está decidido.

Lurdinha: E ponto. Entendeu?

Vitor: Eu ia perguntar pra senhora também... a ocupação iniciou em 2007, né? Sim. E de lá para cá houve muita mudança dos ocupantes? Assim, pessoas que saíram e entraram?

Lurdinha: Não, eu acho até... que não deve chegar nem a 30%. Teve gente que foi embora mesmo, né? Porque a obra demorou muito, a gente conquistar o início da obra...

Vitor: A pessoa foi embora porque quis ir embora?

Lurdinha: Porque quis, porque a situação era muito dura, né? A gente tinha que descer, a gente descia para vir no banheiro aqui embaixo, depois nós conseguimos botar um banheiro funcionando por andar... e uma lavanderia por andar, uma máquina de lavar e uma pia

de lavar louça. Então, você cozinhar dentro do teu quarto e ir para fila do andar, lavar a tua louça... Quem tem outra solução, quem tem outro sonho, sai fora, vai mesmo. Então, muitas pessoas saíram, talvez nem tantas, mas, assim, um bom grupo saiu.

Vitor: Aí entraram novas pessoas?

Lurdinha: Eram novas pessoas, mas a gente sempre teve reunião de preparação de novas ocupações. A gente tem um grupo, que até com a pandemia dispersou bastante, que a gente chama de João do Rio, Coletivo João do Rio, que é um grupo que a gente junta pessoas que querem lutar por moradia, entendeu? E que vai fazendo esse trabalho preparatório.

Vitor: Entendi. Isso tem muito a ver com a outra pergunta que eu fazia para senhora, que se há algum critério para escolher, né, ou para autorizar novos participantes? Ah, chegou uma nova família aqui “eu quero participar da Manoel Congo” e tem vaga assim, tem algum apartamento vazio, tem algum critério para permitir que essa família entre?

Lurdinha: Nova família na Manoel Congo não vai. Porque tem a Mariana Crioula, que a obra ainda não começou, mas a gente tem mais de setenta famílias envolvidas com a luta da Mariana Crioula.

Vitor: E lá não começou obra nenhuma ainda?

Lurdinha: Nada. Lá tem cinco famílias morando, tomando conta, mas a obra não começou. Então, tem essas famílias aguardando obra de lá... se aparece espaço aqui, a prioridade é deles. Tem o povo que já circulou dentro desse coletivo que te falei, João do Rio, que já participou de várias reuniões. Esse povo é a segunda prioridade, né? Então, assim, não tem como chegar... e se tiver espaço vazio, não tem como chegar e...

Vitor: Primeiro tem essas prioridades.

Lurdinha: É, essa construção já veio historicamente, são as famílias que já vem envolvidas.

Vitor: Entendi. E há conflito entre os ocupantes, entre os moradores?

Lurdinha: Há. Principalmente por conta de valores mesmo. Tem morador, por exemplo, que hoje briga querendo uma chave da portaria. A chave da portaria é sob guarda coletiva, sempre foi. E isso foi decisão não de uma pessoa, de duas pessoas... é do coletivo desde que entrou e nunca quiseram revogar isso

Vitor: Então a chave fica com quem tá na portaria no momento, né? A responsabilidade.

Lurdinha: Hoje, por conta dessa briga, a chave não fica com quem no momento. A chave fica com os dois que fazem o período maior, que é a Elaine e o Wellington, porque eles dividem a portaria de cinco da manhã às dez da noite entre eles.

Vitor: Só os dois?

Lurdinha: Só os dois. Então, eles tem a chave. Às dez horas, aí tem dois senhores que dividem, de dez a uma da manhã mas sem a chave, com o cadeado aberto.

Vitor: Esses dois são ocupação também?

Lurdinha: São. Porque as pessoas estavam sendo muito pressionadas. A portaria sempre foi dividida entre todo mundo. Só que as os últimos estavam sendo pressionados por meia dúzia de famílias a dar cópia de chave, pressionados a entregar a chave para pessoa entrar na madrugada. Chegaram a entrar na justiça para pedir a cópia da chave, acabaram de perder o processo.

Vitor: Entendi.

Lurdinha: Entendeu?

Vitor: Tem só duas chaves que fica com os dois porteiros. Aí, eles tem recebem alguma remuneração para ficar lá? Porque é muito tempo, né?

Lurdinha: Recebem. Não é muita coisa, mas recebem. Isso foi definido em assembleia e as pessoas se candidataram em assembleia para prestar esse serviço. O Wellington não tem como trabalhar fora daqui, porque a esposa tem que trabalhar fora e ele toma conta das crianças e faz tratamento de saúde. A Elaine também sempre... ela praticamente cresceu aqui também, né? A filha dela... quando ela chegou aqui ela era mãe adolescente, a filha dela era um bebê assim. Hoje a filha dela já é uma moça.

Vitor: Vocês nunca chegaram a contratar alguém de fora, algum porteiro para na portaria?

Lurdinha: Contratamos uma vez, por uns quatro ou cinco meses. Mas foi uma questão de segurança. A gente teve uns recados aí, eu recebi uns recados, umas ameaças, coisa de “tráfico vai invadir”, essas coisas, né? Palhaçada que eles fazem para todo canto. Aí, nessa época a gente botou, a gente contratou gente de fora, gente que era mais treinada, né, profissionalmente e eram companheiros da esquerda, de luta. que tinha algum treinado meu. Aí, ficaram esses meses até a gente acalmar os anos, né?

Vitor: Entendi.

Lurdinha: Mas é isso, foi rápido.

Vitor: A próxima pergunta que eu vou fazer para senhora é se a ocupação é partidária.

Lurdinha: Não, nem pode. Sabe? Porque a ocupação obrigatoriamente precisa ter é a opção por por por por por por um projeto que liberta e que transforma. Ocupação não pode ser conservadora. O conservadorismo ele, ele norteia a manutenção da propriedade, né? Ele norteia o a vigilância sobre a moral e os bons costumes, sobre as outras pessoas e cerceia o mais fundo

da liberdade. E a ocupação tem a obrigação de “querer mais ar”. Não sei como é que eu vou te dizer, mas, assim, a gente não pode vincular uma ocupação ou um movimento do partido, porque o partido está muito perto de galgar o Estado, vamos dizer assim, de chegar ao Estado. E quando ele chegar ao Estado ele vai precisar de atender as necessidades da classe trabalhadora ou atender o capitalismo. E como é que o movimento popular ou ocupação ou a classe trabalhadora vai ficar? Vai aceitar? Que os trabalhadores não sejam atendidos? vai trair o seu o seu princípio, a sua missão, a sua existência? Então, a gente não cerceia o direito das pessoas a serem filiadas, terem seus candidatos, mas a ocupação em si ou o movimento em si não pode estar vinculado a um partido. E nem pode estar vinculado a direita. Porque se estiver vinculado à direita pode sair, comprar uma fazenda e virar um pecuarista.

Vitor: A próxima pergunta que eu vou fazer para a senhora tem muita haver com a questão da portaria também, né? Voltando, então, um pouquinho o assunto, como, por exemplo, funciona o esquema de visitas e pessoas de fora da ocupação sabe?

Lurdinha: Nós todos recebemos visitas nossas, particulares. Todo mundo recebe visita. As regras que a gente tem são assim: não lote a sua casa para dormir; a água é coletiva; a portaria é coletiva, tudo aqui é coletiva. Nós ainda estamos em período de obra, porque nós não terminamos a obra. Então, assim, não enche a sua casa pra dormir, isso aqui não é um hotel, viu?

Vitor: Entendi. Eu queria falar um pouco sobre a carta de princípios, que foi elaborada até mesmo antes da ocupação como você disse, né, que ela é vista, revista, assim, por vários anos foram atualizando ela, né? Aí, eu te perguntar se a carta de princípio, assim, possui efetividade, se as pessoas seguem o que tá ali.

Lurdinha: Olha, já seguiram mais. Já seguiram mais. Mas a gente tem uma dificuldade, que isso aqui é uma gestão popular do território. Nós não temos o poder público para ajudar a gente a fazer gestão das questões internas, né? Somos nós. Então, quando você tem um emaranhado de regras e a regra não é cumprida, não é infringida, tá tudo certo, mas quando alguém de nós infringe, aí aquela regra passa pra prestar. Na hora que você faz a regra, a regra tá, ótima né? Você vai pensando, vai botando. Na hora que aquilo começa a incidir sobre você, sobre seu filho, sua filha, seu vizinho, aquilo começa a incomodar. Então, nessa hora é preciso que tenha um corpo dirigente interno – seja de cinco, de dez, de vinte... quantas pessoas tiverem – que faça cumprir o que foi decidido por todos. Não é porque você ajudou a construir, que você vai querer que aquela regra seja aplicada contra o seu filho. Percebe a diferença? Como é o ser humano...

Vitor: Entendi.

Lurdinha: Entendeu? Então na hora que seu filho transgrede a regra ou o seu vizinho ou seu amigo, quela regra não é boa mais pra você.

Vitor: Já aconteceu casos assim?

Lurdinha: Já. E aí o corpo, que a gente chama de coordenação, que tem esse papel de dizer “Não. Essa regra só deixa de ser regra quando a assembleia disser que ela não presta. E enquanto não disser isso, teu filho, teu vizinho, a pessoa que você gosta vai ter que cumprir”. Então, essa dificuldade de ter quem bote a cara na reta, né? Quem tem a cara pra bater, durante cinco anos, dez anos, quinze anos e não possa fazer mais nada na vida além de ficar guardando regras de uma maioria aqui, é uma maioria que toca a sua vida... Só que quem tá guardando aqui, fazendo guardar as regras, né.... Porque o poder de polícia aqui é de quem? Aí, com isso vários princípios vão se perder carta básica, né? Porque nem sempre oito ou dez pessoas que ainda vigiam essas regras vão querer se desgastar. Vai ter gente que nem saúde você tem pra se desgastar por conta uma história, uma coisa que estava tratado que não podia. “Ah, levaram um cachorro”, não podia ter cachorro.

Vitor: Não pode ter animal na ocupação?

Lurdinha: O que tu foi definido na carta dos princípios é que não podia. Entendeu? Só que hoje tem uns quatro ou cinco. Quem vai lá tirar?

Vitor: Entendi. Então, ela possui efetividade, mas nem tanto, né? Algumas coisas...

Lurdinha: A maioria das coisas as pessoas cumprem

Vitor: Tá. Aí, a senhora falou da coordenação... é a coordenação do movimento nacional...

Lurdinha: E vários moram aqui.

Vitor: Isso que eu perguntar. Tem quando pessoas coordenação e se todos são moradores daqui da Manoel Congo.

Lurdinha: Todos não, todos não, mas vários são coordenadores.

Vitor: E são quantos coordenadores hoje?

Lurdinha: Não sei.

Vitor: Mais ou menos.

Lurdinha: Mas eu acho que são uns quatro, que moram aqui são uns quatro. É, eu sou um.

Vitor: Então, na ocupação tem quatro coordenadores... mas no total do MNLN-RJ tem quantos?

Lurdinha: Ah, não sei, não. Já tem cinco anos que a gente não faz encontro, a pandemia dispensou... nós temos congresso esse ano. Se você passar depois do congresso eu te conto.

Vitor: Pode gente de fora ir ao congresso assistir?

Lurdinha: A gente está dividindo o congresso em dois momentos: um momento aberto pra todo mundo que é sexta e sábado e momento fechado no domingo.

Vitor: Ah, eu tenho interesse de assistir o aberto. Assim, ficar só no cantinho ouvindo, sabe?

Lurdinha: Não, pode ouvir e falar. Nós vamos discutir acesso à terra e moradia.

Vitor: Já tem data marcada?

Lurdinha: Tem, 24, 25 e 26 de março agora.

Vitor: Agora já?

Lurdinha: A etapa municipal, né. A etapa municipal do Rio. Aqui mesmo.

Vitor: Aqui na Manoel Congo mesmo? Eu acho que eu vou vir sim. Vai ser no auditório?

Lurdinha: Aqui embaixo.

Vitor: Na rua?

Lurdinha: Não, na casa de samba. 24, 25 aberto e 26 fechado.

Vitor: Então, eu tenho interesse. Então, eu posso vir, né, e assistir?

Lurdinha: Pode, pode.

Vitor: Aí que horas começa?

Lurdinha: Dia 24 começa às 18h, no 25 começa 7h30 da manhã, com café da manhã e termina lá para as 18h, vamos estar fechando, se Deus quiser. E no domingo a gente começa 7h30 também, mas é fechado.

Vitor: Não.. tá..

Lurdinha: E aí em junho, nós vamos fazer o estadual. É final de junho Elisete?

Elisete: Oi !?!?!?

Lurdinha: Estadual é final de junho?

Elisete: É, dia 23 de junho. 23, 24, 25.

Lurdinha: Vai fazer o estadual.

Vitor: Esse aqui que vai ter...

Lurdinha: Esse é o esse é o municipal.

Vitor: Tá.

Lurdinha: E aí os municípios vão ter que fazer os deles até 30 de abril. Então, Duque de Caxias, Maricá, Volta Redonda, vão ter que fazer o deles... nós estamos fazendo o do Rio. E aí quando for em junho, encontra todo mundo. E quando for agosto é o nacional, lá em Brasília. Todos os estados. Movimento Nacional de Luta pela Moradia de todos os estados.

Vitor: Bacana. Então, acho que eu vou vir mesmo. Pelo menos um dia. Não sei se eu consigo vir os dois, porque eu moro muito longe. Eu sou de Cachoeiras de Macacu.

Lurdinha: Misericórdia.

Vitor: Você conhece?

Lurdinha: Eu sei que é longe só.

Vitor: Então, acho que um dia vai eu consigo vir. Talvez no sábado... fica mais fácil para mim ficar mais cedo, porque só tem ônibus até certa hora, né, aí não sei que horas vai acabar a sexta-feira. Aí no sábado é mais tranquilo, entendeu? Mas eu tenho vontade, né? Tipo, me interesse por esses assuntos, de acompanhar como é que está a luta por moradia aqui no Rio.

Lurdinha: Seja bem-vindo.

Vitor: Aí, faltam só mais algumas perguntas.

Lurdinha: Você faz trabalho para que faculdade mesmo, que você falou?

Vitor: UFF, de Niterói. A cidade do Rio que mudou muito, né, nos últimos anos por conta que teve obra para Copa do Mundo, Olimpíada... essa dinâmica aí de Copa do Mundo, Olimpíada, essas obras que tiveram e tal, afetaram de alguma forma aqui, vocês da Manoel Congo?

Lurdinha: Nós daqui não, mas afetaram muitas pessoas iguais a nós, né? Porque a política de remoção imposta com a história da Copa do Mundo e com a história da Olimpíada foi horrível, né? Os recursos para moradia popular, que a gente sempre lutou para ser de um jeito, mas na verdade saiu muito recurso, veio muito recurso, veio para remover as pessoas, né? Então, as pessoas que moravam mais próximos dos lugares onde os turistas iam passar, né, o caminho do aeroporto, o caminho dos estádios foi muita remoção e o Minha Casa Minha Vida **colocou** essas pessoas das periferias. Então, o Rio ficou muito pior depois disso, né? O Rio concentrou uma pobreza muito maior na periferia e uma carência de infraestrutura urbana nas periferias muito maior por conta da Copa e da Olimpíada. E todos os investimentos que foram feitos, foram feitos em lugares que não foram reaproveitados pela maioria da população, que são os mais pobres, né? Pois é, a maioria das coisas que foram feitas ou deterioraram ou foram abandonas pelo grande capital. Então, assim, para gente só ficou ilusão. Ilusão de que ia ganhar uma Copa.

Vitor: Entendi. E pegando um pouco do que a gente já falou, né, sobre Estado, enfim, qual é a visão da senhora sobre o Estado? É positiva ou negativa?

Lurdinha: Sobre o quê?

Vitor: O Estado.

Lurdinha: Ah, o Estado...

Vitor: O que a senhora pensa sobre o Estado?

Lurdinha: É que assim, eu acho que é tudo uma questão de ideologia. Tem mais de uma ideologia no mundo. Todo mundo tem uma. Na minha ideologia, Estado está a serviço de quem tem dinheiro. Quem manda paga. O que o dono do dinheiro mandou, o Estado faz. Quando o Estado percebe que tá todo mundo vendo, ele vai e deixa cair umas migalhinhas para fazer a gente de otário, né? Aí quando a gente tiver aqui entretido catando as migalhinhas, ele “pau de novo”. E com o Estado a serviço de quem tem dinheiro... roubar, corrupção é a lógica aqui, não é exceção. Matar pobre e roubar não é exceção do Estado capitalista, é a lógica dele. É o Estado que já existe para expropriar, para excluir, para matar.

Eu acredito na necessidade de se tomar o Estado, de se construir em outro Estado. As pessoas que costumam pensar parecido comigo, elas se chamam marxistas, mas eu não estudei o suficiente para me chamar de marxista, entendeu? Mas assim, eu considero esse Estado capitalista um nojo e acho que nós de baixo temos obrigação de destruí-lo e fazer outro. Fazer outra a serviço da vida para todo mundo. Porque uma coisa é você levar um tapa na cara, porque você achou que a sua vida vale mais do que a do outro. A outra coisa é você levar um tapa na cara porque quem te deu o tapa na cara acha que você não vale nada. Então assim, eu não aceito um Estado que junta a mealha de todo mundo para poder entregar na mão de uma minoria. Para mim isso é um Estado que precisa ser destruído. E esse é o Estado que nós temos. E não importa o governo que estiver lá, o governo que tiver lá, se ele não chamar nós para juntar e encher as ruas para dar sustentação para quem está lá virar esse jogo, esse jogo não vai ser virado. Só no amorzinho, no dialogozinho, no tapinha nas costas esse jogo não vai ser virado.

Vitor: A senhora falou de marxistas. Eu acho que Marx é muito mais mão na massa, luta do que do que o estudo, né? Não que o estudo não seja importante, é importante, mas, tipo, conheço muita gente que fica lendo um monte de livro, fica no computador tal, sabe? Mas na hora do vamos ver, não vai, que é o importante, né?

Lurdinha: É, sempre aparece uma outra teoria mais moderninha, né, aí eles vão recuando.

Vitor: Mas na hora mesmo de botar a mão na massa, ir lá e fazer acontecer...eu acho que o importante mesmo é isso. Tipo, botar a cara a tapa, né? E ir para frente, ir para cima para tentar... como a senhora falou, se sentindo não agir nada acontece, né?

Lurdinha: É.

Vitor: Aí, a gente falou de estado, mas uma coisa que tem muito a ver com o Estado é o direito, né? As leis, os tribunais, os juízes. Você acha que a gente pode conseguir transformação social... essa luta contra o capitalismo, o direito pode ajudar a gente? Assim, tipo, as leis, o judiciário, a senhora acredita que é que é possível?

Lurdinha: Para mim o Estado ele se organiza... em cada lugar ele se organiza do seu jeito. No Brasil ele se organiza com essa tal dessa república aí com Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, sei lá mais o que... Então, esse para mim é o Estado. Como é que eu vou acreditar no judiciário se o judiciário é de classe? E ele não é da minha classe. Ele foi criado, construído, e está a serviço de um Estado que não é pra mim. Estado não foi feito para mim.

Vitor: A senhora se sente protegida pelo Estado?

Lurdinha: De jeito maneira, ao contrário, eu me sinto é perseguida. Se eu entrar no judiciário eu já entro com o meu coração saindo pela boca. Aí você pergunta, “mas Dona Lurdinha o que que a senhora teve?” Eu vou dizer “eu não sei. Eu não sei, mas ele deve achar alguma coisa, alguma dívida em mim. Porque nasceu para me caçar”. Entendeu? Eu nasci condenada. Os trabalhadores e as trabalhadoras mais pobres desse país, especialmente preto, índio, já nasceu condenado. E a república é a república da captura, nasceu pra caçar nós, sabe? Se não te catou ainda, é porque tão te dando tempo. Fica de olho.

Vitor: Essa é boa. E assim, agora já me encaminhando aqui para o final das perguntas que eu pensei... A senhora chegou a comentar aí por alto... que é sobre o programa Minha Casa Minha Vida. Eu sei que toda uma luta para requalificar o prédio, as reformas. Então, eu ia perguntar para senhora, o que que a senhora pensa do Minha Casa Minha Vida e como as obras, né, que já foram feitas... se mudou algo aqui na dinâmica, no dia a dia dos moradores. Então, o que senhora pensa do Minha Casa Minha Vida e se as obras, né, que mudanças as obras trouxeram para o dia a dia de vocês que moram aqui?

Lurdinha: Minha Casa Minha Vida não é um programa de garantia do direito à moradia. Minha Casa Minha Vida foi um programa construído para equilibrar a economia do país. Então, ele foi construído a partir de uma necessidade de gerar emprego, do Brasil se envolver. Os governos – eu tô falando aqui, mas uma coisa que você sabe muito mais do que eu – os governos sempre escolhem um nicho pra investir em cada crise, né? Teve governos que

investiu na industrialização do país, outros países na expansão naval de não sei o quê. O governo... o segundo governo do Lula com o primeiro governo da Dilma escolheram investir na infraestrutura urbana e na produção de casa como motor gerador de economia, de divisa, de tudo. “Ah, mas você é contra?” Não, não se trata de ser contra.

A nossa luta é pela universalização do acesso à casa, à terra. Então, nessa luta pela universalização do acesso à casa e à terra, a gente já identificou que é necessário desmercantilizar o acesso. Se você não desmercantilizar o acesso você vai estar sempre fazendo cortes na população, em todos os programas você vai permitir o acesso até a página dois. O resto não vai conseguir acessar. Porque já é naturalmente excluído por conta da lógica mercantil. A lógica Mercantil perpassa o banco, né? Perpassa tudo! Então, a regra do banco vai ser regra que você não vai acessar, a regra do mercado, a regra fundiária, a regra de não sei das quantas, todas as regras vão confluírem no sentido de você, cidadão de final da fila, não conseguir ter acesso.

Quando a gente fala de desmercantilizar, a gente fala de universalizar o acesso. Eu não estou falando nem de doação. Estou falando do Estado assumir a sua obrigação de garantidor desse direito, sabe? Aí, vamos falar de instrumentos de titulação, de concessão de direito real de uso, de sessão de uso, vamos falar de diversos outros títulos que não seja o de compra e venda. O Estado não vai vender pra você, mas ele vai reconhecer o seu direito de ter uma casa, independente de você ter dinheiro pra pagar ou não. Uma casa como direito de uso e não como mercadoria para comprar, para vender, para botar no mercado. Só assim todos e todas vão ter acesso.

Então, dentro desta lógica, o Minha Casa Minha Vida é completamente oposto. Como ele nasceu para fomentar o mercado, ele nasceu para fazer crescer o rosto que acaba com nós. A compra e a venda da casa faz com que a maioria dos pobres morem nas encostas, nas beiras de rio, nas periferias sem infraestrutura, sem ônibus, sem nada, né? A compra e venda faz isso. Quando se fomenta a compra e venda aqui, você fomenta essa máquina, essa máquina de gerar exclusão, né? A sua lógica tinha que ser frear a exclusão. O recurso que foi empregado nos investimentos em programas urbanos dos últimos governos foram recursos que potencializaram o modelo excludente de cidade.

E é uma crítica dura para ser feita por quem se beneficiou do programa Minha Casa Minha Vida. Porque votou nesses governos todos e ainda vota, como nós aqui, entendeu? Então, é uma crítica dura de se fazer, mas a gente compreende que quando a gente faz essa trajetória que a gente chama de esquerda, quando a gente faz essa trajetória, a gente não faz em benefício próprio e nem pela manutenção de poder. A gente faz pela garantia universal de direito. Então,

nesse sentido Minha Casa Minha Vida não é um programa garantidor da universalização do acesso a moradia adequada. Não é. Ele é um programa que faz casas em grande escala e para isso potencializa a mercantilização do solo, a criação de subúrbios e de periferias, inclusive o êxodo, né? Nem o êxodo, não... é empurrar mesmo os pobres do centro para periferia. Foi perverso para nós. A gente conseguiu com muita luta aqui uma coisa que a gente chamou de Minha Casa Minha Vida Entidades, que foi uma parte dos recursos do Minha Casa Minha Vida que a gente brigou para que viesse para as demandas previamente organizadas dos movimentos, que é o nosso caso aqui. Então, a gente constituiu uma entidade jurídica, mesmo sem gostar, e fez um contrato com a Caixa Econômica, assumimos arrumar esse prédio em autogestão, né? Para tentar provar de que existe uma outra forma, um outro jeito de construir o programa de moradia que não seja o fomento de mercado.

Vitor: A senhora falou num ponto agora que me chamou muita atenção, que foi a questão da autogestão. O seria essa autogestão e como funcionou essa autogestão aqui?

Lurdinha: Isso dá um dia assim...

Vitor: Assim, um panorama rápido...

Lurdinha: A autogestão é a tomada de recurso... é a entidade organizada fazer... contratar recursos com o poder público e a gente organizar o povo e o povo mesmo executar a moradia, executa as casas. A gente acompanhou a execução dos projetos, nós contratamos arquitetos que foi executando o projeto, nós mesmos contratamos, sabe? A caixa fiscaliza e depois do produto feito, a caixa fiscaliza, faz o laudo técnico e paga.

Vitor: Mas e os próprios moradores trabalharam na obra do prédio.. E foram remunerado ou foi trabalho voluntário?

Lurdinha: Foi remunerado. Quem administra só não é, né? Mas os profissionais nossos fizeram e receberam pelo trabalho merda?

Vitor: Aí, essa pergunta eu nem tinha pensado.. o que eu pensei já até acabou, mas com a senhora falando me veio essa questão, que é a questão que não foi finalizada ainda, né? Aí, ia perguntar, tipo, o que que falta para fazer e por que que parou as obras?

Lurdinha: Você não pode perguntar pra mim, você vai perguntar pro Temer e pro Bolsonaro.

Vitor: Foi quando que as obras pararam?

Lurdinha: Parou foi no último ano do primeiro governo da Dilma.

Vitor: Então tem muito tempo parado. Aí, estão tentando retornar... mas falta muita coisa?

Lurdinha: Agora falta, porque agora a gente tem que refazer uma série de coisas que já estava pronta, pintura de fachada, pintura dos corredores, uma série de coisa que estava prona e a gente vai ter que refazer, mas o cronograma da obra em si estava noventa e nove por cento pronto. O que faltava era o habite-se e a titulação. Então agora a gente tem que refazer, né, algumas coisas que sujaram e danificaram e pegar o habite-se da Prefeitura, porque também veio o governo Crivella e não tinha nem com quem conversar... lá no Crivella não tinha, era impossível.

Vitor: Durante o governo Bolsonaro não teve contato nenhum com a Caixa pra tentar retomar? Porque eu vi que o que o Lula ia voltar com o programa Minha Casa Minha Vida.

Lurdinha: Já voltou.

Vitor: Então, foi com essa volta que vocês conseguiram voltar a negociar para terminar as obras?

Lurdinha: Foi, foi depois da eleição. Ano passado a gente já se sentou com a caixa. Porque a caixa ficou com alguns funcionários que vieram daquela época né? Pessoal lá de carreira. Semana passada a gente se sentou para retomar, estamos retomando... Eu acho que mais uns três meses... a gente está em obra de novo. A gente tem uma esperança de lá pra outubro a gente já ter feito o que danificou, né, conseguido o habite-se e que a gente possa estar fazendo uma festança de inauguração.

Vitor: Ah, me chama quando rolar.

Lurdinha: Te chamar para festa.

Vitor: E a última pergunta era... que não tem como não tocar no assunto, né, porque a gente viveu uma pandemia aí, dois anos tudo parado, uma crise sanitária enorme... Então, a última pergunta que eu tenho pra fazer pra senhora é como que essa pandemia afetou a ocupação?

Lurdinha: Nossa está muito ruim. Agora que passou a gente nem lembra direito, mas a gente ficou desesperados. Foram dois anos de desespero.

Vitor: Já tinha o Tuia quando começou a pandemia?

Lurdinha: A gente estava fazendo estava, fazendo reunião o dia que foi decretado o que ninguém podia, que tinha que usar máscara, não sei o que, a gente tinha uma grande reunião com aliados aqui para discutir... aqui não tinha piso, não tinha nada... para discutir e falei "Café". A gente já ia desistir do negócio daquele restaurante casa de samba Mariana Crioulo e a gente ia fazer um café aqui em cima. E aí nós abordamos alguns amigos, entre eles duas arquitetas e tal, para fazer uma reunião para ver como eles iam nos ajudar a fazer. Aí, a última reunião, foi acho que dia 19 de março, foi o dia que parou tudo. E aí nós passa passamos os dez

anos da pandemia, estivemos trabalhando internamente como podia, fazendo as coisas. Os nossos aliados nos ajudando. Nos ajudaram muito, com cesta básica para dividir com as famílias, né? Muitas cestas básicas com as famílias de aliados nossos, de tudo quanto era trocadinho que vinha pra fazer o café, a gente acabou com o próprio [inaudível].

Vitor: Aham,

Lurdinha: Comprando material de limpeza, fazendo mais serviço entre nós, dividindo entre nós, para limpar, higienizar os corredores, o prédio. Aí fizemos pia na entrada do prédio para as pessoas. E aí muita gente na rua dormindo na rua, nós começamos a distribuir quentinha quatro vezes na semana...

Vitor: Para pessoas de fora da ocupação?

Lurdinha: É, porque o centro virou caos de gente faminta, um caos...

Vitor: Morador de rua... aí, senhoras distribuiu quentinha quatro vezes na semana. Além de pensar nos moradores, ainda conseguiu ajudar o próximo, né?

Lurdinha: Nossa senhora, era uma loucura, era muita gente. O “amarelinho” fechou e aí a coberta do amarelinho, grandona, ali de baixo ficava lotado de gente, você não tem noção. Lotado de gente dormindo. Era tão desesperador que mesmo que você tivesse só dois grãos de arroz você, ia levar um para ela. Era coberta, porque no inverno era muito frio. Arrumava coberto, agasalho. Tinha gente sendo expulso de favela. Famílias inteiras. Aí, a gente levava as coisas, levava comida. Teve uma ocupação aqui no prédio que foi despejada, esse mesmo, e despejada e foi um sofrimento danado É isso. A pandemia não foi fácil, não. Uma coisa que gente tentou foi fazer um mercadinho interno aqui, embaixo na casa de samba. Quando começou a minguar as doações da cesta básica, nós começamos a comprar. Então, alguém de nós íamos mercado de atacado, compra muito e trazia para cá, para vende a preço de custo. Para as pessoas daqui não irem ao mercado.

Vitor: Aí vendia só para morador?

Lurdinha: Só para morador. E a preço de custo. Entendeu? E aí, a gente eu acho que ficou uns oito meses nessa brincadeira de mercadinho.

Vitor: É graças a Deus a época passou, né? Parece até coisa de filme.

Lurdinha: Parece, você olha pra trás assim, não morreu ninguém nosso, você não acredita.

Vitor: Graças a Deus.

Lurdinha: Teve gente internada, gente ruim, mas recuperou. [inaudível]

Vitor: Eu tive duas vezes também, mas sintomas leves, só fiquei em casa de repouso.

Lurdinha: Aí, você olha para trás assim e pensa “caraca, é um filme de ficção”. Você olhava na janela, assim, a rua tudo fechado, as lojas fechadas, a rua deserta. As poucas pessoas de máscara... e chegamos até aqui, enfim, chegamos. Tivemos que dar nós em pingo de éter para chegar até aqui todo mundo junto.

Vitor: Vai chegar mais longe ainda, com certeza. Então, Dona Lurdinha, as perguntas que eu preparei, já fiz todas, algumas vieram aqui na hora, nem tinha pensado, mas conforme a senhora vai falando, né? Vai vindo as coisas. Mais uma vez queria agradecer muito a senhora, mesmo, por disponibilizar aí um pouco do seu tempo, me receber aqui tão bem e torço muito pelo sucesso, pela vida longa aqui da Manoel Congo. Qualquer coisa que precisar, né, se eu puder ajudar de qualquer forma, só dar um oi, um alô que eu estou aí.

Lurdinha: A gente vai iniciar a obra lá na Mariana Crioula, lá na Gamboa, se Deus quiser. Minha Casa Minha Vida Entidades.

Vitor: A Mariana Crioula está nessa negociação também...

Lurdinha: Está com o projeto pronto, alvará de obra já. Já era do passado, tudo paralisado, agora...

Vitor: Lá nem chegou a começar nada, né?

Lurdinha: Não.

ANEXO E – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM MARIA DE FATIMA TARDIN

Vitor: E só um minuto, desculpa interromper, a senhora se importa seu eu gravar, botar para gravar essa entrevista?

Maria de Fatima: Não, não, fica à vontade. Como eu dizia. O Minha Casa Minha Vida, ele serviu aqui no Rio de Janeiro principalmente para expulsar moradores de favela. Eu vou anotar aqui o que eu vou ficar te devendo. Você tá muito em cima do prazo, né? Para defesa, né? É de ruim, né? Eu também entrevistei a Lurdinha na minha tese. Eu falei da reforma urbana, que a gente é da mesma geração... que lutou pela reforma urbana, né? E, na época, o que tava querendo entender era porque aquela luta deu errado, né? Já tinha passado a Constituição... tinha um capítulo para o urbano na Constituição Federal... o estatuto da cidade, né?

A gente tinha vários instrumentos, todos os instrumentos que a gente tinha pensado estava ali e apesar da lei existir, né, o que que acontece? Né? Está batendo todos os retrocessos, tudo aquilo que a gente imaginava... E ainda por cima teve um governo de esquerda que assumiu. E é isso que era impossível, teve um conselho da cidade, teve tudo isso, né? E o que que aconteceu que não foi possível, né? É porque aí você tá lidando com o Estado na real, né? Então, o Estado e mercado, um ajuda o outro, porque um precisa do outro, né? Precisa das aprovações das legislações para poder fazer o investimento, porque eles não vão investir num lugar que que não tem garantia de ter o lucro, né?

Então, você hoje em dia você vê um monte de gente no mercado imobiliário defendendo regularização fundiária, né? Regulação fundiária é a coisa que não interessa a população fato que quer garantir moradia ali? Não. Não interessa. Já perguntou a Lurdinha se interessa a regularização fundiária? Interessa como concessão de uso. Que aquele prédio nunca deixe de ser uma ocupação para as pessoas que não tem moradia, né? É isso que interessa, mas não interessa a propriedade, mas o mercado trabalha ao contrário, né? E a legislação trabalha ao contrário, mesmo durante o governo do PT, né? Porque a ocupação foi feita nesse período. E a gente vai continuar na luta.

E o Minha Casa Minha Vida, no caso deles, não era originalmente como financiamento que eles iam financiar a obra, né? A gente já tinham conseguido de outra, de outra forma, né? Já tava tudo certo, aprovado pela Caixa Econômica, inclusive com a construção, com a obra de duas lojas, né, que dá pra Evaristo Veiga, que onde hoje é o Tuia Café e a casa de samba embaixo. Só que aí passaram a perna, né? Perderam o prazo na virada do ano lá: “É, olha não tem jeito, acabou, não entregou aquele documento”, uma coisa burocrática que pediram e aí única saída... eles pegaram o Minha Casa Minha Vida Entidades.

Vitor: Então é isso, isso é onde eu cheguei na \ minha dissertação, né, entrevistando a Lurdinha, a Elizete, que por um lado elas tem consciência, né? De que o Minha Casa Minha Vida atende, funciona nessa lógica mercantil, né? Que é pra construtora civil, enfim, mas ao mesmo tempo, proporcionou materialmente melhores condições de vida

Maria de Fatima: Não era opção deles. Eles lutaram, foi a última opção. Puxaram o tapete várias vezes no processo, né, foi isso.. porque era pra construção ver o que que eles iam fazer com o prédio.... que tem duas unidades ali que faziam parte do projeto com proposta de geração de renda e não ia ter, entendeu? Mas eles toparam... que pelo menos garantia moradia, né? Então, é... politicamente eles são muito bem-preparados, mas porque eles enfrentam, eles sabem a hora de ir para frente, de recuar, de negociar, de ir para rua. Eles tem um papel importantíssimo, eles não tão ali só com o objetivo deles. É, durante a pandemia eles foram fundamentais naquela ocupação do centro... foi fundamental né? Porque servia comida para as pessoas que ficaram ali sem comer, porque os restaurantes fecharam todos né? Eles conseguiram grana pra poder fazer isso, mas foi uma coisa espontânea... não era algo... é porque eles se relacionam com o mundo, né? Estão ali lutando...

Vitor Fraga: Uhum...

Maria de Fatima: Então, é um exemplo. Eu acho que o estudo da Manoel Combo nos detalhes... pode ser muito importante de ser feito, né? Entender tudo isso, porque, assim... começar a estudar a Manoel Congo a partir do Minha Casa Minha Vida é muito pouco... que aquilo ali, para você entender essa coisa do mercado, como é que não é só o mercado só, como é que o Estado e o mercado agem junto, né? Porque não foi dado mudar os planos... várias etapas dando errado, porque se tinha o interesse que aquela Ocupação não se efetivasse mesmo durante o governo de esquerda né? O PT e de tudo mais, né.. E a Lurdinha tem essa consciência, entendeu? A Lurdinha e todos eles lá. Foi muita luta. Então, eu acho que é importante botar nesse estudo essa história de antes, não sei se você conseguiu ter tempo pra isso, né? Que elas contassem um pouco ali, para chegar no Minha Casa Minha Vida foi a opção do que é pegar ou largar, senão vai perder, né? Num tinha mais jeito, deixaram sem saída.

Vitor: Uhum.

Maria de Fatima: Foram muitas ilusões, muita coisa. Eu acho que essa parte, se você entender, se você conseguir aprofundar e detalhar, vai ser muito útil pra você compreender isso aí, né? Que é a financeirização, né, que é o mercado e o Estado juntos contribuindo pra que não acontecesse. Porque, como você falou é a única ocupação exitosa e é, de fato, né, que em São Paulo teve gente que teve seu direito à moradia reconhecido, mas em outro lugar, né? É, ocuparam o centro, mas eles tiveram direito à moradia, mas tiveram que sair dali para outro

lugar, né? Eles não, conseguiram se manter ali, né, e isso é um uma vitória da organização. Mas assim, depois que conseguiram como é que tá hoje? Por que até hoje não tem... é... uma regularização fundiária ou uma concessão de uso? Porque não é para cada um ter sua propriedade, né? Aquilo ali é da luta e o objetivo é que aquilo seja sempre uma ocupação pra pessoas que tem falta de moradia, né? Se você regulariza, é isso que o mercado quer, né? Você tem uma situação de que aquilo ali vira um ótimo lugar para Airbnb, né? Quer lugar mais bem infraestruturado do que a Cinelândia? Tendeu? Né? Você tá próximo de tudo, então até tem morador que mesmo tendo sido do movimento e tudo mais, hoje em dia quer fazer isso, porque acha natural. Eu tô falando esse monte de coisa porque tô trazendo as complexidades que tem numa ocupação. É um movimento muito organizado e que tinha... [inaudível] As pessoas se organizam, eles se organizam a muita luta, né? Com muita dificuldade, porque quem mora ali já tá mais distante, né? Um pouco daquela luta, né? Já já acha que “Qual o problema? Eu quero eu quero alugar meu apartamento”. Não pode. Aí a Lurdinha foi na entrevista que eu fiz com ela, foi bem clara sobre isso, né? De outras experiências que as pessoas ocupavam, não sei o que, mas depois alugavam para outras pessoas, do capital, né? Então, não é fácil e eu acho que é um exemplo importantíssimo. É possível, mas é possível com todos os “poréns” que aconteceram pra ela chegar a acontecer, né? Tudo que todos os percalços, né? Então, eu acho que se der tempo pra fazer entrevistas, tem uma pessoa que eu acho importante que é uma companheira de muito tempo, que é a Célia Ravera.

Vitor: Ela é ocupante também?

Maria de Fatima: A Vera é uma companheira nossa, faz parte do nosso coletivo.

Vitor: É Célia do quê? Vou anotar o nome dela aqui.

Maria de Fatima: Célia Ravera. É argentina... argentina não, ela é brasileira já, mas ela, ela nunca perdeu o sotaque. E ela é uma pessoa maravilhosa e ela acompanha também, acompanha há muito tempo e sempre dá apoio as lutas jurídicas, né? A Célia Ravel já foi presidente do ITERJ, a Célia Ravera já foi superintendente ali da STU. Então, tem um papel muito importante nesse período... ela saiu do ITERJ em 2009, janeiro de 2009, quando o Eduardo Paz assumiu, entendeu?

Vitor: Uhum

Maria de Fatima: Mas a Célia Ravera, eu acho que para falar da Manoel Congo, na questão jurídica vai te ajudar bastante, porque ela conhece, né, o processo. E é uma pessoa amiga também e companheira de luta, entendeu? Militante, ela veio para o Brasil fugindo da repressão na Argentina, entendeu? É uma pessoa capaz, eu trabalhei. eu conheci a Célia em 1990, fazendo o plano diretor da cidade do Rio de Janeiro, que eu fiz parte da equipe, ela

trabalhava pelo Estado, que ela era funcionária do estado. E aí, depois foi ficando amizade, fomos nos encontrando na militância política e hoje ela faz parte do coletivo e ela é uma pessoa importante pra você poder até encurtar, né? Alguns passos aí, alguns degraus aí nessa compreensão, isso que eu tô falando, tudo o que foi que deu problema antes, né? Que durante.

Vitor: Entendi...

Maria de Fatima: Eu acho que isso vai te ajudar. Com certeza.

Vitor: Se se a senhora puder me passar o contato dela depois...

Maria de Fatima: Passo. Passo sim. Ela é uma pessoa superimportante, muito importante e tem condição de contribuir bastante sobre a Manoel Combo também.

Vitor: Como cê sabe, eu tô nessa reta final de mestrado, mas não vai ser algo que vai acabar com a defesa, né?

Maria de Fatima: Sim. É que eu também participo de bancas assim, né? E eu sei que a gente na hora que chega faltando dois meses é que a gente se senta pra fazer, mas é tudo aquilo que você acumulou, né? Está ali. As coisas começam a se cruzar, se fechar, né? E dá vontade de fazer outras coisas. Como você está falando aqui, boa parte do título da sua dissertação, eu acho que faz falta entender o que aconteceu na Manoel Congo desde quando o governo de esquerda assumiu e apareceu a oportunidade de realizar isso, né? Porque antes eles já tinham ocupado aquele prédio, já tinham saído, aquele prédio já foi ocupado várias vezes, mas só quem conseguiu fazer dar certo foram eles. Eu levei, né? Então e conseguiu ir avançando, né? Então, era importante entender os caminhos, não sei se você fez essa pergunta, se o Minha Casa Minha Vida Entidades foi a opção que eles tiveram desde o início. Quando é que foi? Saiu, o que que aconteceu ontem? Vai chegar, “ah, não, vai sair um financiamento”... Foi aprovado e chega e não sai, entendeu? Tem um monte de tropeços, né, faz parte do mercado... E eu não tô falando de uma questão moral não, tô falando das impossibilidades que o próprio sistema cria, né?

Vitor: É, foi uma coisa uma das coisas que Elizete me falou, que a intenção deles, né... Que o que eles queriam mesmo era que tudo que foi feito no prédio pela Caixa fosse feito pelo FINIS.

Maria de Fatima: Isso. Porque eles não queriam, não teriam ter que pagar nada, né? Pela Caixa eles tão pagando um valor pequeno por mês, mas tão pagando e por muitos anos, né? E esse por mês que faz uma diferença absurda. E se fosse pelo FNHIS estariam pagando nada. É importante entender o que é isso, né? Olha como o mercado dá volta, né? Faz, prende o morador, que é uma pessoa, que luta por moradia, que não tem moradia, num financiamento, pequeno que seja, né? Dá um jeito, né? Porque aquele Minha Casa Minha Vida, conseguiram

fazer como entidade, né? Dando a volta mesmo, porque eles queriam que eles saíssem, conseguiram ele mesmo fazer a obra, né? Conseguiram assessoria e conseguiram participar. Isso é uma vitória do movimento. Tudo isso é a vitória... não é essa a palavra....tudo isso é a luta do movimento. Vamos ver se é vitória, porque não tem vitória, né? Tem muita luta sempre, não tem vitória nenhuma, né? É luta do movimento, né? Onde é que consegue tanta energia? Eles não tem só Manoel Congo... tem a Mariana Criolo, tem a ocupação em Caxias, tem Volta Redonda, né?

Vitor: É, Solano Trindade, em Duque de Caxias.

Maria de Fatima: Isso. Eles são um movimento que tem todas as dificuldades do mundo. E imagina o bolsonarismo, o que não fez com o movimento? E antes também... então, eu tô falando, assim... a ocupação está lá, tem todas as dificuldades... e eles estão conseguindo a duras penas manter ter uma luta interna, né, de “ah, não quer, não tem porteiro, porque senão você vai ter mais um funcionário e isso vai virar um condomínio qualquer, né”. São eles que se revezam, né? Eles fazem uma agenda para se reservar, não pode ter a chave, né? Porque não é pra entrar qualquer um, “ah, eu vou dar uma chave pro meu amigo, ele vai...” Não! Tem que ter o controle de quem entra e sai, entendeu? E eles tem reunião sempre, né? De condomínio... Então, tem uma despesa absurda mensal, né? De elevador, né? Precisa de um elevador, porque ele tem dez andares.

Vitor: Que agora tá quebrado, a última vez que eu fui lá estava quebrado só com esse problema.

Maria de Fatima: Ontem tava funcionando, foi quando fui lá. Na semana passada, a última vez que eu fui lá, sem ser segunda dessa semana, segunda passada, a última vez que eu estive lá, estava quebrado o elevador. A penúltima estava quebrado, a última tava bom. Ainda bem, porque eu fui na casa da Lurdinha, ela mora no décimo andar. Mas é isso, eu acho que pra falar da ocupação tem que falar do movimento, tem que falar de tudo que se passou. E com essa perspectiva de financeirização é importante entender quais foram todos os limites que o mercado impôs, né? Todos os companheiros, parceiros que tão lá no poder, é tudo amigo, né, amigo? Né? Militante de esquerda? Por que que tá errado? Né? Porque a máquina do Estado funciona, né? E mesmo com pessoas ali, você tá falando de uma sociedade que tem todos os preconceitos, né? E ainda vive uma coisa, aí eu vou falar bem por alto aqui, que é a coisa de uma ilusão no marxismo tradicional, tendeu? Que é a luta de classes e pronto, né? Não dá pra simplificar uma sociedade tão complexa. Parece que a gente vê várias pessoas que falam assim “Tem que ir pra rua, tem que isso, tem que fazer”... e simplifica a discussão dessa sociedade nessa coisa da luta de classe. Capital x trabalho, né? Isso não explica

mais esse mundo de hoje, né? Tem muitos autores que não aprofundam mais isso, não negando que essa luta é importante, mas trazendo [inaudível]. Com a financeirização principalmente, né? Como que o trabalho deixou de ser importante, né? Deixou de ser uma contradição principal, né? Na minha tese eu falo também disso, não tem como, né? É porque a minha experiência como arquiteta da prefeitura que vivia os anos noventa, quando entrou César .. eu peguei aquilo tudo, né? Como é que foi uma reviravolta: plano estratégico, o que aconteceu? Eu tenho que falar disso pra poder falar porque que a reforma urbana não deu certo.

Vitor: Então, você tocou até num ponto chave aí, né? Tipo, é que eu tinha preparado algumas perguntas, né? Para..

Maria de Fatima: Fala que eu tô falando muito.

Vitor: Muita coisa que do que eu já ia perguntar já apareceu na sua fala. E também não era nada pra ser engessado... Assim, era só para meio que tem um norte né? Aí, como você falou disso... essas eram as duas primeiras perguntas, né, que eu tinha preparado pra te fazer, que são: há quanto tempo você atua na assessoria de movimentos populares,? Na Enquanto arquiteta e pesquisadora, o que você tem a dizer sobre a política urbana no Rio de Janeiro nas últimas três décadas?

Maria de Fatima: Olha, eu, na realidade... a minha assessoria assim mais direta foi nos anos 90. Foi depois que eu entrei no mandato do Eliomar Coelho, né? Porque eu saí da Prefeitura... eu conheci o Eliomar de militância... assim, né... e aí me ofereceu: “oh, a prefeitura está muito ruim de trabalhar, porque o planejamento urbano foi jogado no lixo, né? Com o César Maia no governo”. Isso também tem um capítulo que eu falo na tese, né? Eu acho que a tese pode ajudar bastante você. E aprofundar mais, né? E ter mais densidade nessas coisas que eu tô falando. E aí... eu até me perdi aqui, porque eu fui tão lá atrás...

Vitor: A pergunta é essa, sobre desde quando...

Maria de Fatima: A atuação de assessoria, né?

Vitor: O que você tem a dizer sobre essa política urbana no Rio de Janeiro, né?

Maria de Fatima: Da década de 90 para cá, 97 quando eu entrei no mandato... foi um caminho de militância né? De ser militante né? Eu comecei a trabalhar e dentro da assessoria criou-se um fórum: Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor. Era uma luta assim.... muito cética no caso da legislação, né? Plano diretor tem que ser revisto e ele nem foi aplicável. Ele estava desde 92, fazia cinco anos e o Conde lá queria fazer uma operação. Aí nesse momento ainda tinha a classe média, tudo misturado nesse fórum e sindicato tinha essa

estrutura. E criou-se esse fórum...fórum do plano diretor, que a gente acompanhou essas mudanças, a luta pelo plano diretor, entendeu? Tá vendo? Que tinha um perfil de lutar por uma legislação que a gente acreditava que podia fazer a transformação, entendeu?

Vitor: Aham...

Maria de Fatima: Que os movimentos envolvidos, assim... ainda estava naquele movimento de pós-Constituição, né? Que você luta, aí vem a legislação Plano Diretor e aí... o plano diretor no Rio de Janeiro era um exemplo e o César Maia o seguiu e aí veio o Conde e queria já fazer a modificação, né? Modificações absurdas. Aí, houve esse fórum e o fórum nunca mais parou de se reunir, se reuniu uma vez por semana e era dali que a gente ia fazendo coisas e não era o fórum do Eliomar, participava sindicato, participava associações de moradores, participava todo mundo. E as iam reuniões acontecendo, os problemas iam acontecendo, iam mudando, né? Esse terminou em 2009. E nesse fórum, teve um momento... que foi até depois que começaram os conselhos, né, federal, estadual e municipal... e aí já era 2003. Aí começou, a gente começou a sentir uma tentativa de usar aquele espaço para ser algo que servisse a luta que o Governo queria fazer, que ele queria dar respaldo ao que ele queria fazer, entendeu? Legitimar, né? É para legitimar... “eu quero fazer, se apropriar daquele espaço político que existia, que era totalmente independente”.

O que a gente discutiu, o que a gente discutia ali, era o que a gente levava para frente, não tinha alguém que mandava, entendeu? O que eu fazia como uma assessora do mandato era dar uma estrutura, eu contribuía com muito tempo dentro do próprio auditório da Câmara Municipal, depois a gente viu que precisava sair porque começou a ter outros mandatos aparecendo entendeu? Então, nessa militância que começou lá dentro, a gente começou a perceber que tinha outros vereadores querendo participar para entender o que estava acontecendo. Então, aí a gente já viu que tinha um aproveitamento, até miliciano começou a frequentar. Aí, a gente espertamente mudou, né? A gente mudou o local da reunião. A gente foi para o sindicato dos engenheiros.... para deixar de estar vinculado, inclusive, quando muitas pessoas diziam “ah, aquele fórum é do Eliomar”... Saímos de lá exatamente para ir para outro... outra entidade para não dar problema, né? E as vezes era no sindicato do arquiteto.

E esse fórum superimportante para militância, porque ele também foi mudando de perfil. Um processo de conferência... os movimentos ficaram todos interessados em virar delegado e participar da Conferência da Cidade como delegado, entendeu? Teve uma coisa assim, um encantamento nos movimentos, né? De poder chegar a Brasília, né? Essas coisas ficaram muito pior quando o Eduardo Paes foi candidato a prefeito. muito pior! Porque aí o movimento social ligado ao PT não podia falar mal entendeu? Ninguém pretendia apoiar o

Eduardo Paes, entendeu? Ficou uma coisa esquisita, né? E foi mudando o perfil por quê? As pessoas de ocupações no centro, as pessoas de favelas, começaram a participar mais, entendeu? Deixou de ter um perfil de classe média, isso aconteceu um pouco antes, né? De associações de moradores de Zona Sul, né, e de entidades sindicais, passou a ter mais moradores de ocupações. Tem pessoas que impediam a vida mais precarizada, né? E às vezes não eram tão bem-organizadas, mas virou uma referência da luta do plano diretor, mas também a gente começou a fazer uma discussão, a gente fez até um livro sobre a luta por moradia, junto com o IPPUR e o Sindicato dos Arquitetos, né?

A gente fez uns cursos nas regiões, a gente não conseguiu fazer bastante coisa interessante, mas ele mudou o perfil. As associações de moradores da Zona Sul saíram, e a minha militância se confundia muito com isso... ela era ligada também, não só ao gabinete, mas ao Sindicato dos Arquitetos, porque antes de tá no mandato da Eliomar, eu era próxima do Sindicato dos Arquitetos, entendeu? Até foi o dia que o Eliomar ganhou a eleição, lá em 97, 96, né? E ele foi lá no Sindicato dos Arquitetos e me encontrou, foi aí que eu falei “oh, posso ser assessora sua”. Foi assim que aconteceu... e ele me chamou. Mas assim, a minha militância era profissional, né? E essa militância de luta por moradia e acesso à terra urbana foi porque esses caminhos foram ficando muito acirrados.

Em 2005, foi quando mudou o Ministério da Cidade. O Ministério da Cidade era do Olívio Dutra, quando o Dutra foi demitido, né, e botou o cara lá, o João Fortes do PL, foi conferência de 2005. A única que foi com o PT, foi com o Olívio Dutra, a de 2003. Depois, em 2005 já era o PL, entendeu? Foi muito pouco tempo que deu para segurar. O Ministério da Cidade foi criado a partir de lutas, de discussões que eram importante, esse é um ministério importante, que teria capilaridade, todas as cidades poderiam ter contato, né? A ideia de fazer o conselho. E aí quando foi a Lula governar, em 2005 já teve que mudar o ministério. Saiu o Olívio e saiu a Ermínia Maricato. 2005 já estava ficando difícil, porque já estava ficando com uma situação de crise financeira, né? Se aproximando a crise maior de 2008, né? Em 2007 tinha os Jogos Pan-Americanos, né? Em 2006, mandaram pro prefeito César Maia, que ele tinha que remover quatorze favelas do Alto da Boa Vista, entendeu?

Vitor: Aham...

Maria de Fatima: Isso aí foi um movimento que originou, inclusive, o nosso coletivo. Esse coletivo que é um coletivo de engenheiro, arquiteto, advogado, tem o Jorge que é geógrafo... mas esse coletivo foi a partir do Alto da Boa Vista. Pegaram um relatório muito frágil, muito fácil de um técnico qualquer, que eu não me lembro, mas um engenheiro florestal qualquer fez um relatório para Defensoria, para o Ministério Público, dizendo que aquelas áreas

ali, que eram ocupadas e são ocupadas até hoje, eram áreas de preservação, que eles não podiam ficar lá. Na realidade eles só queriam mandar tirar aquelas favelas de lá para fazer uma área muito valorizada né? E isso aí gerou um movimento enorme. E aproximou mais as favelas do fórum, porque foi no fórum que a gente estava discutindo isso. Essa discussão de remoção de favela voltou em 2005, né?

Então estava acontecendo um movimento de quem não concordava com isso. [Inaudível] O fórum Jorge Borges é o nome do fórum, ele morreu em 2019, teve um câncer horrível. E o Jorge Borges virou o nosso coletivo Jorge Borges. E tudo começou com coisa do Alto da Boa Vista. Nessa luta, a gente conseguiu furar o bloqueio que alguns vereadores faziam com aquelas comunidades, que sentiam os donos dela, entendeu? E aí, foi muita gente dessas comunidades para o fórum. Então, a gente foi mudando um pouco o perfil, foi ficando mais de favelas e e ocupações e é isso aí. Nosso coletivo, que atualmente se chama Jorge Borges, também passou a atuar muito mais intensamente a partir de 2009, 2010, quando foi aquela enxurrada horrível, né? O fórum tinha já acabado em 2009, mas aí viramos esse coletivo.

Vitor: Qual era o nome era Fórum?

Maria de Fatima: Fórum Popular de Acompanhamento Acompanhamento do Plano Diretor. O objetivo inicial era acompanhar a regularização, a legislação, para que acontecesse de acordo com o que tá previsto na nossa legislação, né? Todos os instrumentos, né? Era isso, só que aí os problemas foram aumentando e a legislação não resolve nada, né, precisava de luta, né? Então, nesse processo teve um monte de cidade participando, em 2009 não tinha mais, o fórum foi esvaziando... E aí o nosso coletivo teve que se organizar e crescer, né? Hoje em dia, tem eu, Marcos Azevedo, casa do Sindicato dos Arquitetos, Cristina Valéria, que é engenheira, o Maurício que é engenheiro e tem dois advogados: Francisco da Silva Teles e a Célia Ravera, entendeu? Esse é o nosso fórum, nosso fórum não, nosso coletivo Jorge Borges. Isso tudo para você entender como eu cheguei na militância.. A outra pergunta era....?

Vitor: A partir dessa sua experiência, né, militante, profissional, pessoal o que você tem a dizer sobre a política urbana no no Rio de Janeiro? Nas últimas três décadas, de 90 para cá... como você entende que o município está sendo gerido... em termos urbanos, né?

Maria de Fatima: É, olha só, nesses trabalhos todos eu vou falar de uma forma bem resumida. Aliás, o que sempre me moveu escolher a arquitetura foi a questão da moradia. Quando eu vim morar no Rio de Janeiro, esse monte de desabamento que acontecia, né? O que aconteceu em 1970 me deixava tão arrasada, né? E assim, como que pode, né? Minha cidade era Campos, também não tinha esse morro, né? Não tinha desgraceira toda, né? Aqui, no Rio, a quantidade de gente amontoada, né? Aquilo na minha adolescência me afetava demais. Então

uma das coisas que me fez ir fazer arquitetura, era porque eu entendia que fazia falta ter projeto barato para população entendeu? Bem, isso era minha ilusão, né? Então, isso foi me levando na vida profissional também, eu trabalhei no BNH, trabalhei na Caixa Econômica... era o que eu apareceu de oportunidade, né? Emprego mesmo eu tive quando eu fiz o concurso na prefeitura

Vitor: Uhum,,,

Maria de Fatima: E quando eu pude escolher, eu fui eu fui para o planejamento urbano, que era a área que eu achava que podia resolver tudo isso, né? E aí já estava naquele movimento de luta da Constituição, né? Já tinha aquela luta pela reforma urbana. Eu entrei na prefeitura em 98, peguei esse processo de transição. E por isso que eu tive a sorte, né? De ter a experiência de fazer o plano diretor do Rio de Janeiro. Eu, né? Não era tão recém-formada, eu já tinha dez anos, eu me formei em 80. Eu tinha dez anos de profissão, mas era vivendo, sobrevivendo, fazendo arquitetura, né? Mas planejamento eu tinha muito pouca experiência, mas eu eu achei ótimo, eu tive a sorte de entrar na prefeitura no setor de planejamento urbano e participar da renovação do Plano Diretor, porque eu tinha bastante fé mesmo na questão da legislação né? Eu achava que só faltava isso... o que me fez voltar a estudar depois, foi exatamente entender que que isso não foi suficiente, né?

E aí tentando fazer um resumo para você bem superficial...Planejamento... se você for olhar, o planejamento urbano nasceu no final do século XIX. Primeira cidade que teve o planejamento, se eu não me engano, foi o Barcelona. Foi para você dar jeito nos problemas que a cidade, que o capital já estava trazendo, né? Que a Revolução Industrial já estava trazendo para as periferias, né? Já começou a existir essa disciplina de planejamento urbano. Para você controlar o que era o crescimento das cidades, a formação da cidade já no capitalismo, né? As cidades capitalistas mesmo, né? Na Europa, começou a surgir o planejamento para não destruir o que estava lá, né? Tinha uma outra relação com o espaço, né, com o ambiente. Não aconteceu como aqui. Aqui é derruba e constrói, né? É construir e destruir para construir, destruir para construir, né? É só você ver Copacabana... Copacabana fez 100 anos agora, na década 20, em 1920, aquilo era vazio... de casa passou para sobrado, de sobrado passou para três pavimentos, passou para dez pavimentos, para não sei quantos pavimentos, né? E virou aquele paredão, uma área que foi ficando valorizada no mercado, né? Capital imobiliário cresceu muito, ganhou muito ali, né? Então você tem que fazer o quê? Pegar a terra que já está com a infraestrutura, e destruir para poder construir mais unidades, né? E ganhar mais! Então essa é a lógica do capital... E não está se produzindo mercadoria para quem não tem dinheiro para comprar, né?

Aí só o Estado que pode fazer, né? Já teve lá o BNH, né? Teve várias soluções e apareceu em 2009, não por coincidência, exatamente quando em 2008 teve aquela crise

mundial. E tudo estava retraído né? Foi a primeira vez no Brasil que a política habitacional passou a ser centro da política econômica, né? Porque foi assim, o capital ele tá passando por uma fase... fase não, né, ele está em decadência... Onde ele tá perdendo a possibilidade de acumulação. Quando elimina trabalho, elimina o trabalhador, elimina essa possibilidade de acumulação. Então ele tem que acumular onde pode acumular. E a construção civil é onde se acumula, né? Porque precisa de trabalhador! Não tem jeito, né? Então, a construção civil é no Brasil, no Rio de Janeiro, principalmente nas grandes cidades, é isso: destrói pra construir de novo, destrói pra construir de novo. Copacabana é o melhor exemplo que eu acho, porque você se olhar a foto de cem anos atrás e o que é hoje nem reconhece. Você não consegue mais achar nenhuma casinha, né? Aterraram a praia, né? Tudo isso foi feito para criar território, terra para ser construída.

É isso, o capital imobiliário é um dos mais importantes no Rio de Janeiro e agora o turismo também está acoplado a isso. É assim, e foi uma um banho de água fria na legislação, né? Para gente, dessa geração que viveu a luta pela pelo fim da ditadura, a Constituição parecia que ia resolver todos os problemas, né? Eu mesmo sou fruto disso, porque eu virei uma assessora de planejamento urbano, né? Eu virei uma especialista nisso, eu fui me aprofundar nisso, porque eu tinha que entender da legislação, fui trabalhar com legislação.

Então, no Rio de Janeiro a gente teve essa “sorte” de 2016, né? A Olimpíada aqui. Aliás, desde que eu estava lá na prefeitura, logo no primeiro governo do César Maia, tinha lá uma superintendente de planejamento urbano que ela já estava sendo mandada para as reuniões “fora” pra poder trazer os grandes eventos. Essa era uma solução mágica, né? Grandes eventos, Barcelona virou exemplo, né? Os espanhóis vieram para o Rio para mostrar como é que o que aconteceu em Barcelona era uma maravilha... a grande transformação que a cidade recebeu, que ela cresceu... O Potencial turístico que não existia antes, que todo mundo queria que acontecesse. As cidades de todo mundo lutavam para isso. O mundo inteiro... cada cidade, cada município, lutava para ser cidade global, né?

A globalização era isso, todas as cidades queriam ser normais e o Rio de Janeiro estava nessa disputa, estava nessa disputa até que em 2009 conseguiu para a Olimpíada para 2016. Então, em 2007 teve Panamericano, 2014 teve a Copa do Mundo e 2016. Aí, o planejamento urbano foi para isso... Você tinha que trazer segurança para o mercado investir aqui. Tinha que abrir vias, e aí aproveitava e tirava as favelas, porque as vias iam servir para corredores de transportes importantes né? Você abria áreas, aproveitava e limpava áreas onde tinham ocupações, pequenas favelas... destruíam para não construir nada, simplesmente para limpar, né? Para o mercado imobiliário, né? O Rio de Janeiro foi isso!

E foi tão impactante que a resistência foi difícil fazer, né? Então, fora isso os movimentos nacionais estavam muito envolvidos com a luta... E a reforma urbana era uma luta muito difícil... Entendeu?

Vitor: Aham...

Maria de Fatima: Estavam ali na luta e resistindo contra a remoção! Não tinha essa coisa de luta pela reforma urbana, entendeu? Quando a gente ia lá para explicar o que que era plano diretor, as pessoas ficavam assim... olhando... é algo muito abstrato... “Plano diretor? Tô aqui e não tenho saneamento, eu não tenho nada, tenho que sair cedo pra ganhar minha vida, eu vou ficar aí discutindo o que que é Plano diretor?” Era uma coisa que não fazia sentido e não faz. E o pior de tudo é que tem gente que está repetindo a mesma coisa. Continua falando a mesma coisa, né? “Ah, não, porque a legislação prevê e pode ser assim, pode ser assado”.

O Rio de Janeiro construiu cinco vias, né... Aquelas transoeste, trasamérica, trasolímpica... foram cinco vias que abriram... E aproveitando a construção dessas vias, buscaram limpar as áreas externas para aquilo virar uma área para fluir o capital, não é isso? E abriu aquele túnel para Guaratiba, que é um absurdo, né? Um absurdo, né? Para levar pra Guaratiba o que já estava acontecendo aqui.

Se você fizer um acompanhamento, olhar, mapear, você vai entender que os moradores tão ali, lutando no seu dia a dia, e de repente tem uma máquina na porta, dizem que ele tem que sair, consegue entender, né? Não tem tempo, a vida é transformar dinheiro em mais dinheiro, né? Tem que ganhar dinheiro, né? E se você ganha um salário-mínimo ou nem tem um um emprego e um salário mínimo, né? Não tem nada, né? Porque cada vez está mais precarizado, você é um é um empreendedor, né? Isso, você é um empreendedor, né? Você é um é um trabalhador precarizado, muito precarizado, muito precarizado. Você vai [inaudível].

Mas pensar na cidade, no planejamento... se tem solução, isso aí serve para fazer tese, entendeu? É isso, mas eu acho que é muito importante que se faça, né? Porque, no momento, o que a gente na academia pode fazer? Refletir sobre as contradições e sair do mesmo lugar, né? E entender a partir dali que esse conjunto de instrumentos que a gente tem, urbanístico, legislativos, né.. que isso não deu conta. Porque antes da Constituição era assim: “não tem legislação”, aí teve legislação, “agora tem legislação, mas não tem governo”, aí teve governo. Teve vários governos: estadual, municipal e federal e foi horrível, só piorou. Entendeu? Porque o momento do capital é de destruição, é de ruínas... Os pobres, principalmente, tão segurando os escombros, tão destruindo tudo, né? Isso tudo falando de cidade.. e floresta? E os povos que moram, os indígenas, que moram nas florestas, o que que aconteceu? Belo Monte e aquela outra refinaria lá aconteceram em pleno governo Lula, em pleno governo Dilma,

entendeu? Aí você hoje vê lá ele está sumindo compromisso com os povos indígenas.. eu falei “É... a gente tem que acreditar, né?” O Bolsonaro me fez voltar a votar, porque depois do que o PT fez, eu não consegui mais votar para presidente. Quando era PSDB e PT não tinha diferença nenhuma. Foi essa a conclusão que eu cheguei. Entendeu? Eu consegui observar, a partir das minhas pesquisas, que os governos PSDB e PT tem diferença nenhuma, não é atoa que hoje a gente tem o vice-presidente que temos, né? Entendeu? Quando a disputa era PSDB e PT, eu não votava, eu anulava, mas isso mudou totalmente quando entrou a extrema direita, né? Quando entrou Bolsonaro.

Vitor: Aí, não teve como, né?

Maria de Fatima: E aí a gente cai na real também, né? Porque é possível fazer o que dá para fazer, né? Se fosse em 1989 que o Lula tivesse ganho, a gente podia ter feito muita coisa, mas em 2003, o capital já estava ali ó, no sentido contrário...já estava caindo e estava fazendo qualquer coisa, né? Destruindo tudo e não importa, porque hoje em dia ninguém pode dizer mais que não sabe, que o capital não vai destruindo tudo, que não é um bicho papão, que não são pessoas más, que não são os garimpeiros ruins.

Vitor: Mas assim, uma coisa que eu queria muito escutar da senhora.. nesse cenário todo, que a senhora muito bem narrou, de como foi essa agenda liberal, né, do PT, do PSDB, enfim, nesse cenário todo... qual o papel o Minha Casa Minha Vida cumpriu ou cumpre nessa agenda que tá sendo imposta, que é imposta, né, no Brasil, no Rio de Janeiro e outra... se você ver alguma diferença substancial entre o programa Minha Casa Minha Vida e o Casa Verde e Amarela, que o Bolsonaro implementou?

Maria de Fatima: Olha, eu não analisei o Minha Casa Verde Amarela, não, mas pelo que eu ouvi muito por alto, fez grandes diferenças e teve muito pouca coisa. Mas assim, o Minha Casa Minha Vida foi feito para beneficiar o capital imobiliário, não teve um outro interesse, entendeu? Porque aqui no Rio, só mostrar o que aconteceu aqui no Rio, importava assim, por exemplo aproveitando este [inaudível].

Minha Casa Minha Vida que muitos prédios eram de qualidade ruim, né? E faziam longe. Aqui no Rio de Janeiro, o lugar onde mais construiu foi na zona oeste, né? E as pessoas que moravam no centro da cidade tinham que ir para lá. O Minha Casa Minha Vida foi feito para construção imobiliária porque ele ganhava tudo limpo, né? Construía e e ganhava um valor por unidade, que era uma tranquilidade, porque não tinha comercializar, quem comercializava era a prefeitura, não é isso? Sem preocupação, sem planejamento nenhum de quem que ia para lá, as pessoas reclamavam que estavam sendo transferidos para Zona Oeste, né? Quem morava aqui no centro, na providência. Então quem é que vai querer ir? Ninguém,

né? Então, o Minha Casa Minha Vida, em si, não é um programa para atender a população que não tem moradia. É para atender a necessidade do construção civil, né? Tirar ela crise, foi isso. Então, mesmo e o Minha Casa Minha Vida Entidade, que foi um avanço, porque aí o dinheiro pôde ser direto para o para o movimento, né? Como foi o caso que acabou acontecendo, né? Trouxe um benefício, né? A Manoel Congo conseguiu driblando, driblando, pegar esse Minha Casa Minha Vida Entidade, que era bom, mas o que que acontecia? Todos os movimentos tinham que ter uma personalidade jurídica, né? Ele tinham que ter uma estrutura pra provar que podiam pegar o financiamento e administrar, eles tinham que se profissionalizar, entendeu? Isso também influenciou mal a autonomia, né? A autonomia dos movimentos. A Lurdinha é uma pessoa que pode falar muito bem sobre isso, ela tem essa autocrítica, né? Então, é isso...

Por exemplo, o MTST... eu não posso te afirmar em nada, mas eu ouvi, assim, que eles se organizavam, juntavam pessoas e iam nas prefeituras para pedir moradia, entendeu? Você faz ao contrário, entendeu? Direciona o tipo de luta, tudo bem, mas é válido, né? É válido, né? É tanta falta de moradia, é tanto absurdo, que é impossível você conseguir falar num plano e planejar a miséria, né? Planejar isso, né? Agora, aqui no Rio de Janeiro, Minha Casa Minha Vida e o outro, Morar Carioca, que eram juntos, esse analisava e dizia quantas pessoas iam ser removidas e quem construía a casa era o Minha Casa Minha Vida, entendeu? Era através do programa Minha Casa Minha Vida. O programa do município fazia a avaliação de quantas pessoas seriam removidas... Foram inúmeras. Eles criavam números para o Minha Casa Minha Vida construir. Então, o que aconteceu no Rio de Janeiro evidencia muito bem que não foi para beneficiar ninguém, né? Minha Casa Minha Vida entidades é melhor? É melhor, mas também muda o perfil do que o movimento tem que ter, o movimento tem que provar que tem condição de ter financiamento, né? Então, ao invés de lutar e ter autonomia para lutar, vai lutar para provar que tem condições de administrar uma grana, né? Financiamento. É é muito ruim para o movimento, né? Mas é isso, é a realidade, é o que o capital, o mercado permitem.

E morar em cidade é o que tem, né? Porque é aqui que consegue ganhar um dinheiro, aqui que eu consigo. Melhora a vida das pessoas que moram num lugar que já tem infraestrutura, né? Não tem o gasto com transporte, né? Você já tem acesso a escolas, né? Você tem acesso ao lazer, né? Mora no centro... o pessoal da Manoel Congo muitas vezes chegava, fazia alguma coisa na sua cozinha e ali embaixo e vendia comida na hora do almoço, entendeu? Sem precisar de ter o transporte, tudo isso, né? Então, morar próximo é importantíssimo, né? É importantíssimo.

Mas é caro, é difícil e é por isso que essas ocupações... idealmente, né, é o que o MNLM deseja... que a regularização fundiária seja através de concessão de uso para fins de

moradia, entendeu? E que tenha recursos para eles administrarem. Não pode tratar como condomínio. Tem que ser um condomínio interesse social, eles tem que ter tarifas populares, né? Eles pagam um absurdo de água, de despesa... é impossível, né? É impossível, mas isso é um jeito o sistema funciona... essa é a lógica do capital, por isso que eles querem regularização fundiária em áreas – mesmo que sejam de favela – que tem vista bonita.. “Pô, se regularizar tá ótimo, daqui a pouco o mercado vai lá e ocupa.” Você é dono de um lote pequeno e aí o vizinho também. O cara, bah, tem uma área com a vista maravilhosa. Imagina, lá na Rocinha, imagina a vista. O Rio de Janeiro, as favelas têm vistas maravilhosas, entendeu? Aí, você faz a regularização fundiária, Prazeres é logo ali... você faz a regularização fundiária e aí aquilo ali fica uma área... né? O problema já é o outro lado, né? A população que ocupa e os poderes locais, né? Que também sobrevivem disso. A ocupação é mais simples nesse aspecto, quando é organizada, porque tem ocupações no centro da cidade que olha...

Vitor: Da última vez que eu tive lá, na Manoel Congo, semana passada, segunda passada, estava reparando ali na portaria... que eles botaram as despesas da ocupação, né? contei umas seis ou oito... enquanto estava esperando a Elizete, né? Porque eu não subi, fiquei esperando ela ali embaixo pra gente conversar no auditório, no segundo andar. Aí, eu estava reparando os valores de água, luz e e outras despesas que eles têm, como materiais de informática, coisas que precisam, né? Remédios e coisas para o coletivo em geral... e eu falei “caraca, muito alto mesmo”.

Maria de Fatima: É muito alto. Como é que você vai viver com pouco? Hã? Então você tem que ter políticas pra isso, né? Mas é isso o que o mercado deseja, que o Estado atue dessa forma? Não. Acho que o seu trabalho ele pode ter uma contribuição importante, Assim, eu acho que essas questões que você tem... eu vou te passar o arquivo da minha tese...

Vitor: Ah, eu agradeço muito.

Maria de Fatima: Porque você ali você vai ter acesso a bibliografia ,né? Tem várias coisas que você me perguntou que ali está mais aprofundado. Entendeu? Você pode dali abrir outras coisas, né? Eu não falo especificamente. Eu vou mandar também um relatório que eu fiz, que fala mais dessa questão do Rio de Janeiro. Dessa política urbana, né? Nesse ano, eu fiz essa avaliação de como que os movimentos resistiram, como é que foi, qual era e como é. Peguei e fiz uma uma cronologia de tudo que aconteceu. Eu recuei até 2005 para contar um pouco o que estava mudando, né? Quando começou a voltar... a palavra remoção de favela tinha sumido, não podia falar, era feio. Em 2005 voltou com um descaramento, né? Porque aconteceu isso? Já era uma política de estado, entendeu? Que a gente

tinha que derrubar esse essa coisa, esse mito que não pode remover favela, né? Aí, começa a criminalização dessas áreas, né?

Vitor: Só tem mais uma coisa que eu que eu queria te perguntar, de saideira... Tipo assim, a sua relação, o seu contato com movimento nacional de luta por moradia e com a Manuel Congo, né? Você já já prestou alguma assessoria para eles?

Maria de Fatima: Você foi do Tuía Café?

Vitor: Sim.

Maria de Fatima: Tinha aquele Tuia Café, aquilo ali era um prédio, ali não tinha aquela escada que sobe. E por quê? O Minha Casa Minha Vida Entidade só construiu quarenta e duas unidades residenciais. Aquela área que estava aprovada para ser geração de renda, o projeto, que foi aprovado pela Caixa, tinha esta construção em cima. Ia ser, talvez, salão de beleza, café, eles não sabiam bem... mas tinha lá o uso para eles e tinha uma outra loja embaixo, né? E aquilo ali ficou no osso, no osso, né? Virou lugar para guardar entulho, né? Porque né? Obra em prédio com pessoas morando não é fácil, não. Quarenta e duas famílias não é fácil. Aquilo ali virou um lugar de guardar entulho. Com o tempo eles foram usando... como não tinha dinheiro... não tinha nem como pedir, né? O recurso para construir aquilo não tinha. Mas eles precisam viver, né? E já tinha um projeto inicial que foi feito pelo ITERJ, né Em 2018... eu sempre tenho contato com Lurdinha né? Existe uma relação de amizade né, de admiração e de convívio, então a gente mantém contato. Eu falo com ela, com a Elisete, com o filho dela, com várias pessoas... Eu tenho contato e a gente se fala... Também quando precisam de alguma coisa, eles pedem ajuda para outra ocupação...

Vitor: Mariana Crioula?

Maria de Fatima: Mariana Crioula. É. Agora a pouco teve uma ameaça que eles iam ser tirados de lá, né? Aí ela pediu socorro, aí a gente foi lá, fez reunião e fizemos um relatório, o coletivo atuou, né? Fizemos um relatório para mostrar que tinha esse risco todo e o que a gente ia fazer? Estabeleceu uma obra mínima para tirar o risco de cair fachada, né? E aí, fizemos um relatório e foi assinado pelo nosso coletivo e por outros engenheiros e arquitetos para dar credibilidade e para contrapor a ordem que veio... que eles tinham que fazer a obra... e a gente foi dizendo que nós éramos responsáveis, que a gente ia fazer isso, entendeu? Então, a gente atua desse jeito, né? E ali na Manoel Congo, é meio paralelo a essa discussão.

Lurdinha falava há muito tempo “ah, eu tenho que dar um jeito, a gente tem que aproveitar esse café... a gente tem que fazer, porque não dá, não tem emprego, não tem nada... se a gente tivesse como sobreviver aqui...”. Aí, a gente conversou, conversou, conversou e chegou “então, vamos fazer!” Começamos... fizemos a adaptação do lugar. Aí nosso grupo,

principalmente a Cristina – que é minha irmã, Maria Cristina Tardin Costa, porque ela é arquiteta, mais arquiteta mesmo, eu sou mais do planejamento – fez o projeto conversando com eles, um projeto a partir do que tinha sido inicialmente aprovado, sem mudar muito... aquele acesso a lateral mesmo, né? E nós planejamos outra coisa ali, a cozinha e aquele espaço, né? Porque eles tinham a ideia de fazer um café. Então, a gente fez uma reunião para fazer... “olha, a gente precisa construir, os moradores precisam disso aqui”... E eles tem muitos sonhos, é muito rico né?

Fizemos uma reunião, ainda em 2019, para mostrar qual era o projeto. Aí apresentamos, chamamos várias pessoas que geralmente contribuem, né, para conhecer. O objetivo era pedir o quê? Dinheiro! Contribuição de grana para poder fazer aquela obra, né? A parte mais difícil da obra era a escada. Porque aquilo ali era uma laje, tinha que quebrar, né? Tinha que quebrar e continuar a escada. Mas é possível, né? Aí, no dia que a gente fez a apresentação, nessa reunião maior... Aí, a gente tá lá apresentando o projeto e uma das pessoas que a gente convidou, que era uma amiga nossa, o marido dela é um cara de uma metalúrgica, ele tem uma metalúrgica, tá?! A gente convidou pessoas que tinham condições de se comprometer. Aí, ela ofereceu. Ela pegou e falou assim “essa escada pode ser metálica?” Ai, eu falei: “pode! O problema é que a mão de obra que vai construir é nossa, né? São os moradores no tempo tempo livre. Então, não tem essa mão de obra especializada, né?” Ela falou, “ele pode dar”, ele era o marido, enfim... E essa escada foi tudo de bom, porque ela encurtou o prazo da obra. Ganhou a escada, não se pagou nada pela escada.

Então, o dinheiro que entrou foi o dinheiro que serviu para pra tudo, todo restinho, não é pouco, né? Então, aquela escada foi montada – e ele mesmo também se responsabilizou com um assessor, uma pessoa que trabalha para metalúrgica dele – e foi ótimo!!! E foi assim, mas é por quê? Porque eles tem credibilidade, né? Não é caridade, né? Você não junta pessoas para esse tipo de encontro que não sejam pessoas que tenham essa sensibilidade. E a gente acompanhou, ajudando lá no nos detalhes que precisava para obra, mas eles são mestres, entendeu? Porque imagina, eu sempre falo assim, “gente, um prédio no centro... Eles ocuparam o prédio, conseguiram se manter, conseguiram fazer parte da obra. Eles só tem a ensinar, a gente só tem a aprender, entendeu?

Vitor: Eu penso exatamente isso. Por isso quando eu estava pesquisando a ocupação que eu queria estudar, eu escolhi justamente a Manoel Congo por esse motivo. Porque consegui algo que é muito difícil de se conseguir.

Maria de Fatima: E eles são assim, são pessoas inspiradoras, né, e é com muita dificuldade. Eu digo a você que a liderança da Lurdinha foi fundamental. Ela é

uma pessoa, assim, incrível. Ela é uma pessoa maravilhosa. É de uma capacidade compreensão de tudo... Ela fala de uma forma... ela dá banho, né, em muita gente. Eu já participei de mesas com ela, às vezes tá lá, vem a promotora, vem a defensora, vem o desembargador, aí vem Lurdinha que fala, fala na real, ela dá um banho, entendeu? Dá um banho, né? Porque não tem temor, é um negócio assim de escola da vida né? Mostra ali coisas que a gente não consegue compreender. A Lurdinha foi uma pessoa importantíssima na minha vida.

Vitor: Eu conheço a Lurdinha há bem menos tempo né? Mas pelo pouco eu conheço, já admiro bastante também, já. Dá prazer de ouvir. Você fica atento, porque é bom ouvir o que ela tem a dizer.

Maria de Fatima: Vou te passar a entrevista que eu fiz com a Lurdinha para tese e acabei não usando, vou te passar a tese, vai ser bom para você, se der tempo... Dali você pode ter outras ideias. Ah, eu tenho certeza de que vai ajudar bastante. A minha tese tem um capítulo que eu falo do Minha Casa Minha Vida, entendeu? D como é que isso foi importante para questão da luta, da política habitacional, política econômica. É isso. Acho que a gente conversou bastante. Se você precisar de novo eu vou... senão depois você me lembra, vou ver se eu paro aqui agora e dou uma procurada. Mas se eu não te mandar logo você me fala.

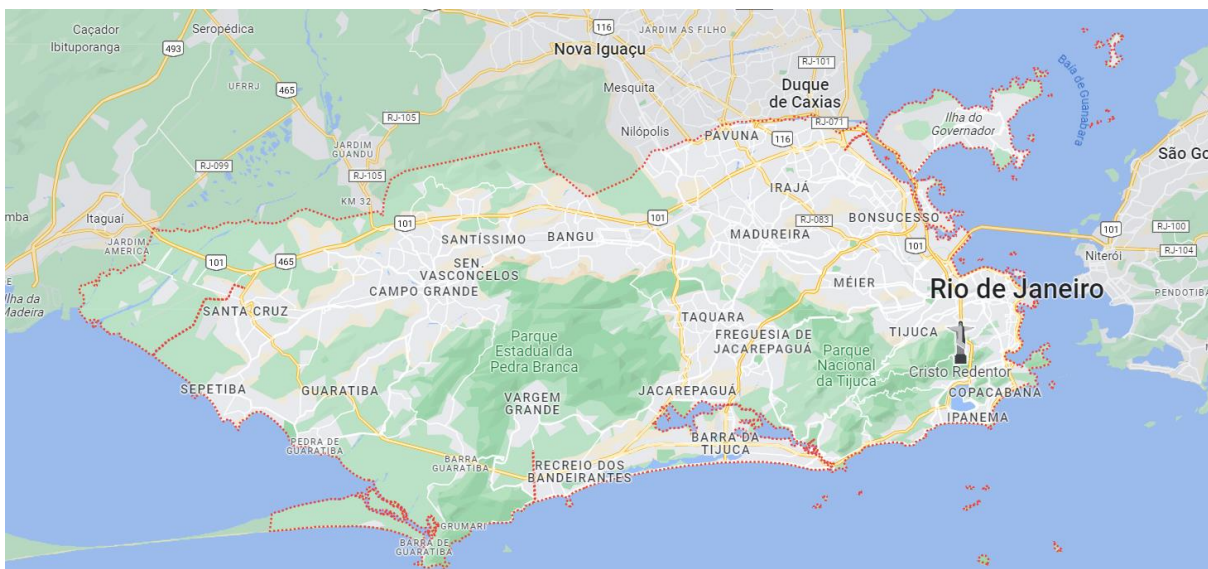
Vitor: É, quando eu pegar o celular, eu te dou um alô! Queria agradecer muitíssimo por esse bate papo, ter arrumado um espaço aí, imagino a correria que esteja aí e você.

Maria de Fatima: Para mim foi rico. Muita coisa para falar.

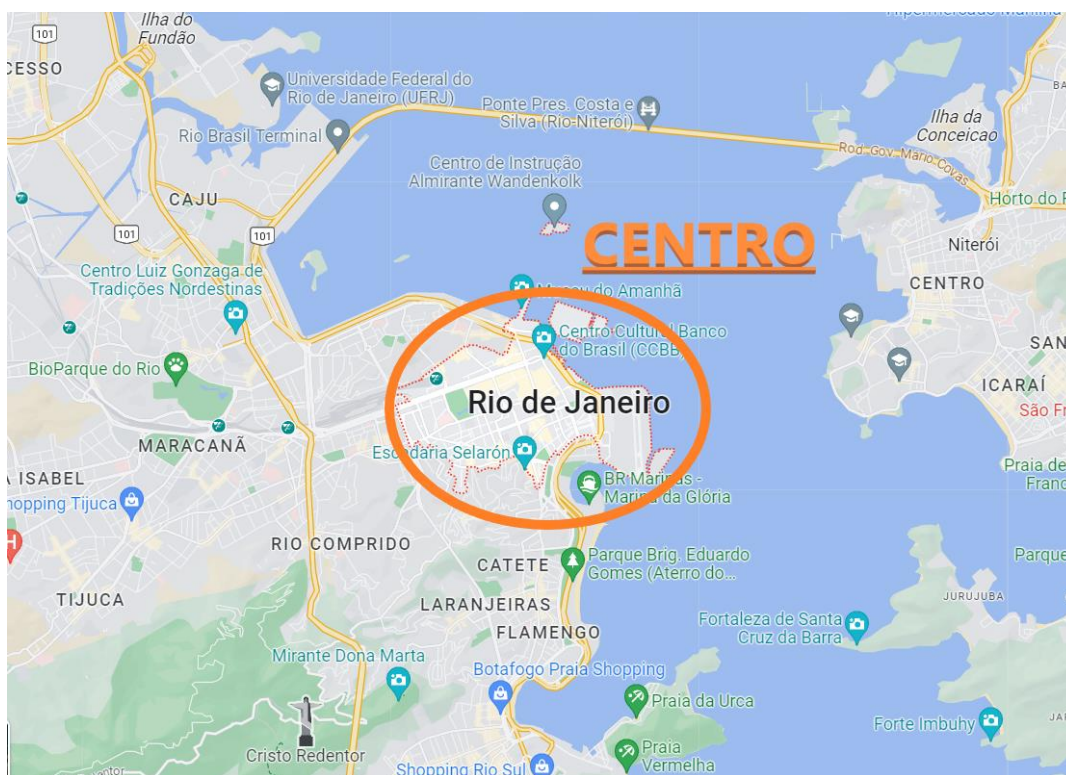
Vitor: Ajudou muito.

Maria de Fatima: Com as ideias amadurecendo a gente pode voltar a se falar.

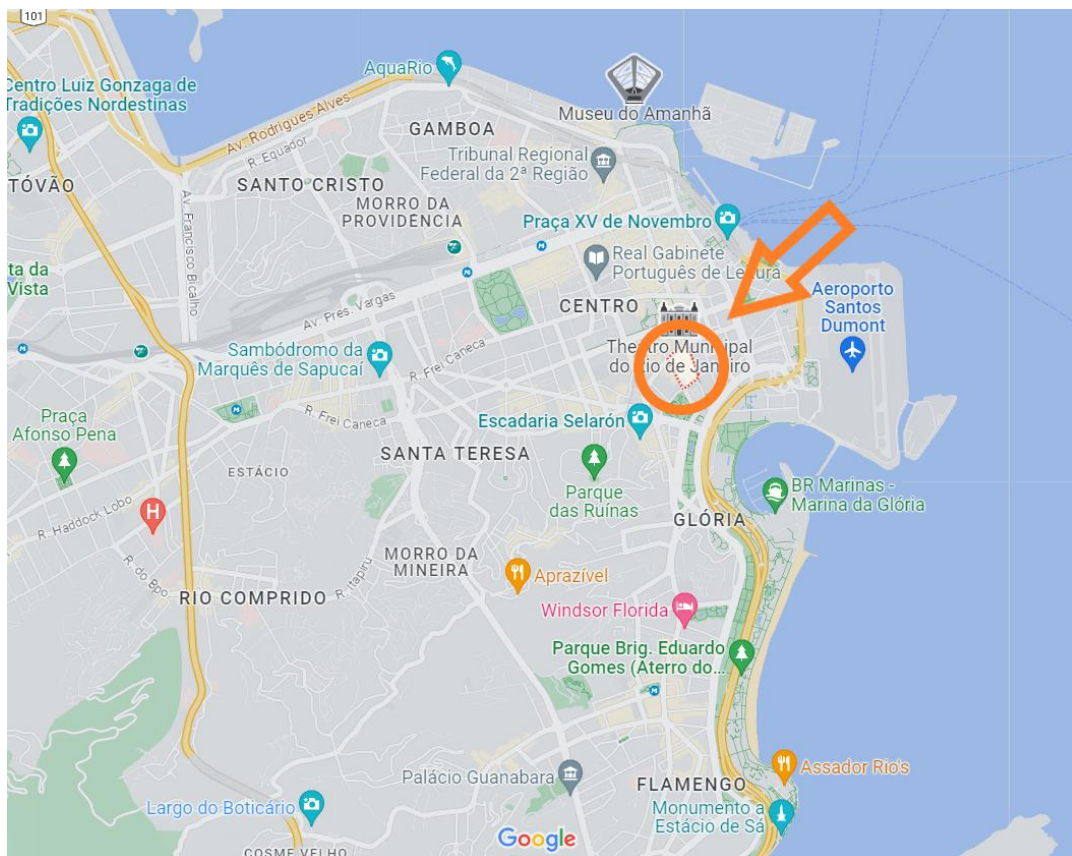
ANEXO F – MAPAS E FOTOGRAFIAS



Mapa do Município do Rio de Janeiro. Fonte: *Google Maps*.



Centro da cidade do Rio de Janeiro. Fonte: *Google Maps*.



Localização da Cinelândia. Fonte: *Google Maps*.



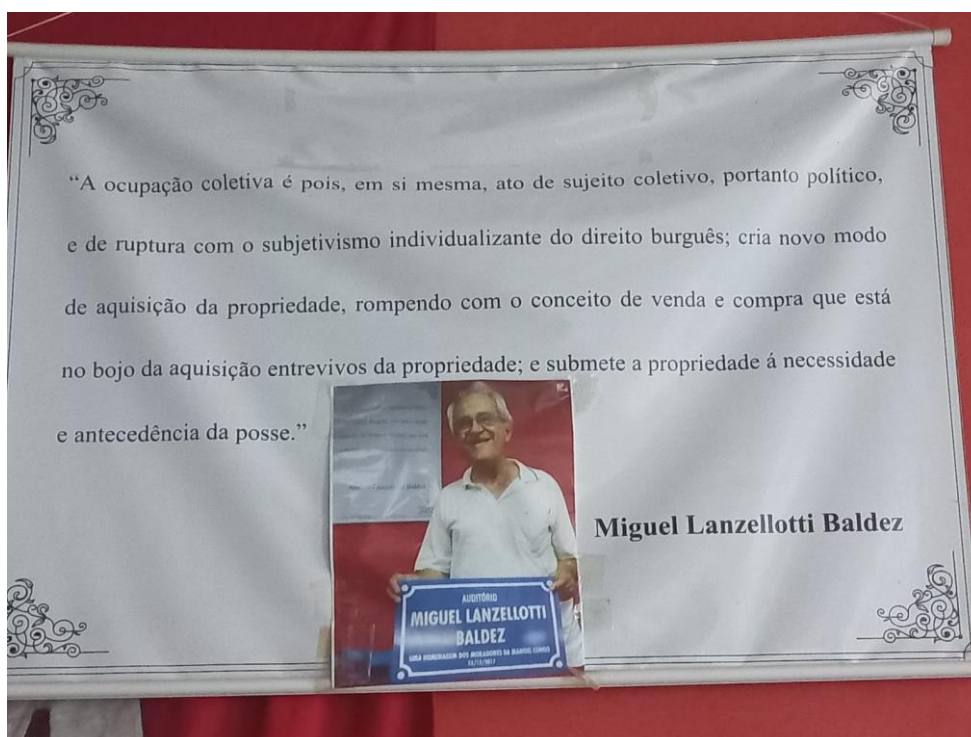
Rua Alcindo Guanabara, nº 20 – Centro, Rio de Janeiro. Localização da Ocupação Manoel Congo. Fonte: *Google Maps*.



Placa na entrada da Ocupação Manoel Congo. Acervo próprio.



Entrada da Casa de Samba Mariana Crioula, no 1º Congresso Municipal do MNL-RJ, em 05/03/2023. Acervo próprio.



Placa no Auditório Miguel Lanzellotti Baldez, da Ocupação Manoel Congo. Acervo próprio.



Restaurante Amarelinho. Acervo próprio.

ANEXO G – CARTA DE PRINCÍPIOS

MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA – MNLM/RJ

Porque a necessidade, o direito, o amor pelo outro e a disposição de luta nos une;

Porque sabemos que não podemos esperar que os governos respeitem a nossa dignidade, se nós antes não nos respeitarmos;

Porque descobrimos que nossa força está na nossa capacidade de união e ajuda mútua;

Porque sabemos que o que nos falta pra viver com dignidade, sobra para aqueles que nos exploram e oprimem a vida inteira;

Porque sabemos que a justiça que precisamos e a igualdade que sonhamos tem que ser obra das nossas mãos;

Porque sabemos que o mundo (a natureza) nos foi dado, tem que ser partilhado, preservado e defendido para nós e para as nossas futuras gerações;

Porque sabemos que o lucro, o individualismo, a competição, a ganância e a exploração são nossos inimigos. E responsáveis pela miséria e destruição da vida e, por isto, nós nos comprometemos:

Primeiro: Construir o Movimento Nacional de Luta pela Moradia como um espaço democrático de luta dos milhares empobrecidos do nosso Estado e do nosso País em busca de moradia digna e da Reforma Urbana de forma a derrotar o capitalismo e todas as suas formas de opressão sobre @s trabalhador@s.

Segundo: Combater dentro, entre nós e na sociedade, vícios que aprendemos com o capitalismo e com a opressão, especialmente:

- a) O preconceito e o desrespeito às diferenças;
- b) O machismo;
- c) O egoísmo/individualismo;
- d) O acúmulo do que não é necessário para minha vida e de minha família;
- e) A especulação imobiliária e a propriedade privada da terra;
- f) A tendência que sinto às vezes de esperar que o outro lute sozinho para eu não me expor;
- g) Todas as formas de violência, entre nós e contra nós;
- h) O sentimento de vingança contra o outro e contra o mundo, entendendo que a luta coletiva pela justiça e pela igualdade é missão dos que amam a vida;
- i) A submissão do nosso movimento a partidos e governos;
- j) O Capitalismo e todas as formas de exploração do homem pelo homem;

k) As divisões e intrigas que nos enfraquecem e fortalecem nossos inimigos, sabendo que o Movimento somos tod@s nós, e o debate fraterno e franco tem que ser feito nos nossos espaços democráticos;

l) O sentimento de superioridade ou inferioridade, respeitando os limites, o jeito e o tempo do outro sem comprometer a luta de todos.

Terceiro: participar dos espaços de organização e fortalecimento do nosso movimento e da nossa luta.

Quarto: Organizar a juventude da moradia em um projeto de alegria, luta, esperança, priorizando a formação e a cultura.

Quinto: organizar as mulheres da e na moradia de forma a restaurar sua autoestima e propiciar a emancipação feminina na busca de igualdade, potencializando sua capacidade de luta em defesa da mãe terra e seus filh@s.

Sexto: transformar os espaços conquistados em exemplos vivos da cidade que queremos: com corresponsabilidade, gestão democrática, participativa, formação e educação permanente, fomento cultural, alternativas de geração de renda, espaços de uso coletivo, prioridade para infância e adolescência, biblioteca, etc.

Sétimo: construir uma rede de solidariedade e compromisso na luta com entidades, comunidades, ocupações e pessoas que tenham os mesmos objetivos.

Oitavo: participar ativamente na luta Anti-Capitalista contra a criminalização da pobreza e o empobrecimento da classe trabalhadora na perspectiva da emancipação da nossa Classe, em conjunto com as Organizações da Classe Trabalhadora que não se entregaram ao Capitalismo, à Burocracia e à Corrupção.

Nono: lutar pela garantia com absoluta prioridade de acesso à moradia digna das famílias com baixa renda familiar de zero a três salários-mínimos;

Décimo: lutar até a vitória pela transformação concreta da moradia e do acesso à terra na cidade e no campo em direito, derrotando na sociedade e nos governos a visão e a prática de mercadoria e de compra e venda, sabendo que esta visão foi constituída para deixar a maioria do povo excluída e que nossa missão é construir um novo mundo onde tod@s estarão incluídos pela dignidade da vida e não pela capacidade de pagar;

Onze: estreitar os laços de solidariedade e comprometimento na luta, com noss@s irm@s campones@s em luta pela Reforma Agrária e contra o latifúndio na certeza que as Reformas Urbana e Agrária acontecerão como fruto da nossa luta;

Doze: buscar o cumprimento dos preceitos constitucionais no que diz respeito à Função Social da Cidade e da Propriedade e a destinação dos imóveis não utilizados, sub utilizados e mal utilizados para habitação e Interesse Social;

EM CUMPRIMENTO À NOSSA CARTA DE PRINCÍPIOS, ESTA ASSEMBLÉIA DETERMINA:

Artigo 1º - A ausência do representante do núcleo familiar em 2 (duas) Assembleias seguidas ou de 3 (três) alternadas no período de 6 (seis) meses, implicará na exclusão do cadastro e o consequente desalojamento nos casos de famílias já ocupantes.

Artigo 2º - Os espaços serão ocupados de forma coletiva e as acomodações se darão de forma provisória até a conquista definitiva.

Artigo 3º - a definição da moradia de cada família no momento da entrega definitiva de fará por sorteio.

Parágrafo único – estarão isentos de submeter-se a sorteios os idosos acima de 60 anos e portadores de deficiências ou doenças cardiovasculares graves, nos casos de ocupação vertical em espaços que não disponham de elevadores, aos quais será garantido por esta Assembleia as unidades habitacionais térreas e/ou pavimentos inferiores. Artigo 4º - As famílias cadastradas obedecerão a critérios de prioridade como se segue:

- a) Participação
- b) Renda Familiar
- c) Número de pessoas por núcleo familiar

Artigo 5º - Em nenhuma hipótese será contemplada famílias que possuam outro imóvel e/ou tenha declarado informações de renda inverídicas no cadastramento e afirmadas em Assembleias.

Artigo 6º - O Direito Coletivo a convivência e desenvolvimento saudável da nova comunidade se sobrepõem aos desvios, interesses e caprichos individuais o que significa dizer entre outras coisas a serem definidas nas próximas Assembleias:

- a) O uso e a comercialização de drogas ilícitas ficam proibidos dentro da ocupação;
- b) Da mesma forma fica proibida a comercialização de bebida alcoólica e a participação de ocupantes visivelmente embriagados nos espaços democráticos de decisão e comando coletivo;
- c) Fica proibido o uso de qualquer tipo de violência física, em especial contra crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos e portadores de deficiência;

Artigo 7º - As assembleias serão diárias nos primeiros 3 meses da ocupação, passando a semanais após este período, sendo obrigatória a participação de, no mínimo, um representante de cada núcleo familiar;

Artigo 8º - Fica proibida a interrupção do ano escolar das crianças, adolescentes e jovens em virtude de mudança do endereço familiar, assim como garantido o esforço coletivo de condução a escola dos que estejam fora da sala de aula;

Artigo 9º - As refeições serão feitas coletivamente pelo período mínimo de um mês, devendo para isto ser composta uma Comissão de Provimento e segurança alimentar composta de dois coordenadores e três membros, devendo os coordenadores promover diretamente a substituição dos membros a cada semana, submetendo ao Comitê Democrático de Gestão eventuais problemas.

Artigo 10º - Fica constituída a Comissão de Infraestrutura composta por três membros eleitos em Assembleia, cuja principal tarefa é providenciar e zelar pelo aspecto físico e condições de habitabilidade da ocupação.

Artigo 11º - Compete a Brigada de Apoio composta inicialmente por 5 membros indicados por esta Assembleia, dentre outras tarefas zelar pelo cumprimento das regras internas deliberadas nesta e nas próximas Assembleias e auxiliar o Comitê Democrático de Gestão no que couber;

Artigo 12º - Ficam constituídos os Coletivos de Juventude e Cultura e Coletivo de Mulheres conforme orientação nacional do MNLM;

Artigo 13º - Fica constituído o Comitê Democrático de Gestão, composto como se segue:

- a) um representante da Comissão de Provimento
- b) um representante da Comissão de Infraestrutura
- c) um representante da Brigada de Apoio
- d) um representante do Coletivo de Juventude
- e) um representante do Coletivo de Mulheres
- f) cinco representantes eleitos em Assembleia

Artigo 14º - Compete ao CODEGE coordenar a ocupação de acordo com as diretrizes e regras aqui expressas, as deliberações de Assembleia e Diretrizes das Instâncias do Movimento Nacional de Luta pela Moradia;

Artigo 15º - O CODEGE elegerá 2 membros efetivos e dois suplentes para compor o Coletivo Municipal do MNLM;

Artigo 16º - São integrantes do MNLM aptos a votarem e serem votados todos que assumirem o MNLM como ferramenta de luta pela Reforma Urbana e superação do capitalismo;

Artigo 17º - Representantes dos Coletivos de Juventude e Mulheres integrarão os Coletivos respectivos do MNLM nos âmbitos Municipal, Estadual e Nacional;

Artigo 18º - Nossa organização será permanentemente avaliada em face dos nossos objetivos e modificadas nos espaços soberanos de deliberações coletiva qual seja:

- COMITÊ DE GESTÃO LOCAL
- ASSEMBLEIA DA OCUPAÇÃO
- COORDENAÇÃO MUNICIPAL
- ENCONTROS MUNICIPAIS
- COORDENAÇÃO ESTADUAL
- ENCONTROS ESTADUAIS
- COORDENAÇÃO NACIONAL
- ENCONTROS NACIONAIS

NA LUTA, COM GARRA A CASA SAI NA MARRA!!!!!!

OCUPAR, RESISTIR PRA MORAR!!!!!!

NINGUÉM DEU, NINGUÉM DÁ, É NA LUTA QUE EU CONQUISTO O DIREITO DE MORAR!!!

A RAPOSA TEM TOCA E A AVE TEM NINHO, PRA TER MINHA CASA A LUTA É O CAMINHO!!!!!!!

A CIDADE QUE EU QUERO EU NÃO VOU ESPERAR, É COM REFORMA URBANA QUE EU VOU CONQUISTAR!!!!!!

ASSINATURAS

OCUPAÇÃO MANUEL CONGO:

COORDENAÇÃO NACIONAL:

COORDENAÇÃO ESTADUAL: